

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Luana dos Santos Fraga

**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UMA ANÁLISE DO
ENDIVIDAMENTO E DE FATORES COMPORTAMENTAIS**

Santa Maria, RS, Brasil
2017

Luana dos Santos Fraga

**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UMA ANÁLISE DO
ENDIVIDAMENTO E DE FATORES COMPORTAMENTAIS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Administração**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kelmara Mendes Vieira

Santa Maria, RS
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

dos Santos Fraga, Luana
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UMA ANÁLISE DO
ENDIVIDAMENTO E DE FATORES COMPORTAMENTAIS / Luana dos
Santos Fraga.- 2017.
205 p.; 30 cm

Orientadora: Kelmara Mendes Vieira
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Administração, RS, 2017

1. Programa Minha Casa Minha Vida 2. Inadimplência 3.
Alfabetização Financeira 4. Bem-estar Financeiro 5.
Satisfação com a Vida I. Mendes Vieira, Kelmara II.
Título.

Luana dos Santos Fraga

**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UMA ANÁLISE DO
ENDIVIDAMENTO E DE FATORES COMPORTAMENTAIS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Administração**.

Aprovado em 17 de fevereiro de 2017:

Kelmara Mendes Vieira, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Rita Inês Paetzhold Pauli, Dra. (UFSM)

Marcelo Brutti Righi, Dr. (UFRGS)

Santa Maria, RS
2017

Dedico este trabalho a minha amada mãe, pelo exemplo de luta e amor dedicado a família.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por estar sempre guiando e iluminando o meu caminho e me conduzindo as melhores escolhas.

À minha família, em especial à minha mãe Valdete e ao meu padrasto João, que mesmo com a distância sempre me deram atenção, amor e apoio nesta jornada. Aos meus irmãos Alan e Giane, à Patricia e a minha sobrinha Betina, agradeço simplesmente por existirem. Não poderia deixar de lembrar meu pai e o meu irmão Leonardo, que mesmo não estando mais presentes em vida, sinto que estiveram comigo em todos os momentos.

À professora Kelmara Mendes Vieira, por ser minha orientadora e amiga, por ter me dado a oportunidade de conviver diariamente nesses dois anos de mestrado e conhece-la melhor como professora e amiga, onde pude me encantar com a sua preocupação com todos a sua volta, sempre encontrando soluções práticas e rápidas para os problemas que vieram a surgir. Por sempre estar disposta a ensinar e mostrar um caminho diante das incertezas. Se tornou muito especial e um exemplo pra mim. Meu carinho, admiração e principalmente gratidão serão eternos.

Às (aos) professoras (es) Vânia Costa, Rita Pauli, Reisoli Bender Filho, Daniel Coronel, meus sinceros agradecimentos por todos os ensinamentos e a amizade cultivada nos últimos anos.

À Verônica, Sâmia, Angélica e Bruna, que auxiliaram arduamente na coleta de dados, e as pessoas que se disponibilizaram a respondê-los. Muito obrigada, a concretização dessa pesquisa só foi possível pela ajuda e contribuição de vocês.

À dona Vânia e o seu Neuci, pessoas que pude conviver um pouquinho nesses últimos dois anos e que admiro pela força, superação e capacidade de amar. Sem dúvida estarão sempre no meu coração. E principalmente, ao Tiago, filho deles, que ao partir os colocou em minha vida, o que me fez tornar-me uma pessoa melhor e entender o verdadeiro significado de amor ao próximo.

À Amanda, Ana, Ani, Angélica, Bruna, Cléo, Fabiano, Fábio, Gabriel, Gean, Glauco, Ieda, Jaíne, Jéssica, Liz, Rita de Cássia, Rose, Rosiana, Sâmia, Silvia, Vanessa, Verônica, Vinícius. Pessoas que estiveram presentes em minha vida nestes últimos anos e que agradeço por ter tido a oportunidade de conhecê-las e ter compartilhado momentos tão especiais. Vocês são muito especiais pra mim!

À Universidade Federal de Santa Maria, instituição a qual pude fazer a graduação e agora o mestrado, que mais parece uma segunda casa, acolhendo e apoiando sempre os alunos, minha admiração e gratidão são imensuráveis.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

Enfim, a todos que estiveram comigo, me apoiando e auxiliando para que esse sonho pudesse ser alcançado.

Muito obrigada!

RESUMO

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UMA ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO E DE FATORES COMPORTAMENTAIS

AUTORA: Luana dos Santos Fraga
ORIENTADORA: Kelmara Mendes Vieira

O objetivo do estudo foi identificar como os beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida pertencentes à Mesorregião Centro-ocidental Rio-Grandense gerem seus recursos financeiros, incluindo o pagamento do financiamento do PMCMV e como o PMCMV, a Atitude ao Endividamento, a Alfabetização Financeira, o Bem-estar Financeiro e o Gerenciamento Financeiro influenciam sua Satisfação com a Vida. Para tanto foram aplicados 561 questionários, analisados através de estatística descritiva, análise fatorial confirmatória, testes de diferença de média e análise de regressão. Os principais resultados revelam que grande parte deles possui bons hábitos financeiros, contudo apresentam dificuldade para poupar, possuem dívidas e já tiveram o nome ligado ao cadastro negativo. A maioria considera o valor da prestação do financiamento da casa razoável. Entre os beneficiários da Faixa 1, a maioria já teve ou tem prestações da casa atrasadas, diferentemente daqueles das Faixas 2 e 3. O principal motivo da inadimplência é o dinheiro da parcela ter sido utilizado em despesas inesperadas (doença, desemprego). Os indivíduos demonstraram-se satisfeitos com o PMCMV, acreditam que a vida no geral, a relação com a vizinhança e a vida financeira melhoraram. O tempo gasto com locomoção, o acesso às instituições de saúde pública e transporte coletivo, realização de trabalho social e problemas de violência no bairro são aspectos que impedem uma maior satisfação. Muitos possuem de médio a alto Conhecimento Financeiro, desenvolvem boas Atitudes Financeiras em relação à preocupação com o futuro financeiro e poupança, e bom comportamento em relação ao controle e planejamento de gastos. Sentem um nível intermediário de Bem-estar Financeiro e apresentam uma percepção positiva quanto a Satisfação com a Vida. Confirmou-se a validade de todos os construtos comportamentais propostos, contudo, as escalas de Satisfação com o PMCMV, Atitude ao Endividamento e Atitude Financeira foram bastante reduzidas. Constatou-se que os indivíduos com rendimentos mensais entre R\$3.275,01 e R\$5.000,00 possuem maior Atitude ao Endividamento. Os beneficiários pertencentes às Faixas 2 e 3, homens, casados, com maiores níveis de escolaridade, funcionários públicos, com renda acima de R\$ 5.000,00 possuem maior Alfabetização Financeira e Bem-estar Financeiro. Em relação à Satisfação com a Vida, os beneficiários das Faixas 2 e 3, do gênero masculino, que não possuem dependentes, com mais de 48 anos, viúvos, aposentados, autônomos regulares e funcionários públicos, com renda superior a R\$ 5.000,00 são os mais satisfeitos. Identificou-se que as variáveis: Bem-estar Financeiro, Atitude Financeira e possuir carnê de crediário exercem influência positiva na Satisfação com a Vida. Todavia, o Conhecimento Financeiro, possuir dívidas e ser inadimplente no PMCMV, impactam negativamente. Destaca-se a necessidade de maiores investimentos em transporte e saúde no entorno das moradias, e oferta aos beneficiários de oportunidade de aprenderem sobre a importância do controle financeiro, do pagamento das contas em dia e de pouparem, além de uma maior conscientização de que como ganharam a oportunidade de possuírem a casa, com prestações baixas, precisam pagar as parcelas em dia. Propõe-se uma maior investigação sobre os indivíduos com potencial para serem beneficiários e que tenham condições efetivas de pagamento.

Palavras-Chave: Programa Minha Casa Minha Vida. Inadimplência. Atitude ao Endividamento. Alfabetização Financeira. Bem-estar Financeiro. Satisfação com o PMCMV. Satisfação com a Vida.

ABSTRACT

MINHA CASA MINHA VIDA PROGRAM: AN ANALYSIS OF INDEBTEDNESS AND BEHAVIORAL FACTORS

AUTHOR: Luana dos Santos Fraga
ADVISOR: Kelmara Mendes Vieira

This study aimed to identify how the beneficiaries of the “Minha Casa Minha Vida” Program (PMCMV), belonging to the Central-western Mesoregion of Rio Grande do Sul, manage their financial resources, including the payment of PMCMV funding, and how PMCMV, Attitude to Indebtedness, Financial Literacy, Financial Well-Being and Financial Management influence their Satisfaction with Life. For this, were applied 561 questionnaires, analyzed using descriptive statistics, confirmatory factor analysis, mean difference tests and regression analysis. The main results reveal that most of them have good financial habits, however, they have difficulty in saving money, have debts and have already had the name linked to the negative register. Majority of beneficiaries consider reasonable the value of the home financing payment. Among the beneficiaries of Range 1, most have already had or have arrears of the household, unlike those in Range 2 and Range 3. The main reason for default is that the installment money has been used for unexpected expenses (illness, unemployment). Individuals were satisfied with PMCMV, believing that life in general, the relationship with the neighborhood and financial life improved. Time spent with locomotion, the access to public health institutions and collective transportation, social work accomplishment and problems related to violence in the neighborhood are aspects that prevent greater satisfaction. Many have medium-to-high Financial Knowledge, develop good Financial Attitudes in relation to the concern with the financial future and savings, and good behavior regarding control and planning of expenses. They feel an intermediate level of Financial Well-Being and have a positive perception of Satisfaction with Life. The validity of all proposed behavioral constructs was confirmed; however, the scales of Satisfaction with PMCMV, Attitude to Indebtedness and Financial Attitude were quite reduced. It was found that individuals with monthly incomes between R\$ 3.275,01 and R\$ 5.000,00 have a higher Attitude to Indebtedness. The beneficiaries belonging to Ranges 2 and 3, men, married, with higher levels of schooling, civil servants and with income above R \$ 5,000.00 have higher Financial Literacy and Financial Well-being. In relation to Satisfaction with Life, the beneficiaries of Ranges 2 and 3, men, who do not have dependents, over 48, widowed, retired, regular self-employed and public employees, with income above R\$ 5.000,00 are the most satisfied. It was identified that the variables: Financial Well-Being, Financial Attitude and possessing a credit carnet exert a positive influence on Satisfaction with Life. However, the Financial Knowledge, having debts and being defaulted in PMCMV have a negative impact. Emphasis is placed on the need for greater investments in transportation and health around housing, and to offer to the beneficiaries an opportunity to learn about the importance of financial control, timely payment and savings, as well as a greater awareness that, once the beneficiaries gained the opportunity to own a house, with low installments, they need to pay the installments on time. More research is proposed on the individuals with potential to be beneficiaries and that have effective payment conditions.

Keywords: Minha Casa Minha Vida Program. Default. Attitude to Indebtedness. Financial Literacy. Financial Well-Being. Satisfaction with PMCMV. Satisfaction with Life.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01- Valores do financiamento do PMCMV-Faixa1 para Região Sul do país até março de 2016.....	35
Figura 02- Valor máximo do financiamento dos imóveis das Faixas 2 e 3 do PMCMV até março de 2016.....	37
Figura 03- Síntese da relação entre as variáveis socioeconômicas e demográficas e o Endividamento.....	50
Figura 04- Percentual de famílias brasileiras endividadas, com contas em atraso e que não terão condições de pagar.....	51
Figura 05- Percentual de famílias endividadas por tipo de dívida e renda familiar.....	52
Figura 06- Síntese da relação entre as variáveis socioeconômicas e demográficas e as dimensões da Alfabetização Financeira.....	61
Figura 07- Principais elementos do Bem-estar Financeiro, no presente e futuro.....	63
Figura 08- Fatores que mais influenciam o Bem-estar Financeiro e seu significado.....	63
Figura 09- Síntese da relação entre as variáveis socioeconômicas e demográficas e o Bem-estar Financeiro.....	67
Figura 10- População e amostra de beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida em cada cidade pesquisada.....	73
Figura 11- Resumo do instrumento de coleta de dados.....	76
Figura 12- Descrição dos índices de ajuste e confiabilidade seguidos de suas finalidades e limites.....	85
Figura 13- Resumo das técnicas de análise dos fatores e finalidade de sua aplicação.....	89
Figura 14- Modelo de mensuração inicial (a) e final (b) com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Satisfação com o PMCMV, o antes e depois.....	125
Figura 15- Modelo de mensuração inicial (a) e final (b) com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Satisfação com o PMCMV.....	128
Figura 16- Modelo de mensuração inicial (a) e final (b) com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Atitude ao Endividamento.....	130
Figura 17- Modelos de mensuração inicial (a) e final (b) com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Atitude Financeira.....	132
Figura 18- Modelos de mensuração inicial (a) e final (b) com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Comportamento Financeiro.....	134
Figura 19- Modelo de mensuração inicial e final com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Satisfação com a Vida.....	135
Figura 20- Síntese dos resultados dos testes de diferença de média.....	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Perfil dos respondentes segundo as variáveis: idade, gênero, estado civil, dependentes, escolaridade, quem trabalha na família, quem contribui com as despesas da casa, ocupação e renda.	92
Tabela 02- Frequência e percentual de respondentes segundo as faixas de financiamento do PMCMV	93
Tabela 03- Nota atribuída pelos beneficiários ao PMCMV	95
Tabela 04- Adimplência e inadimplência no PMCMV e principal motivo, conforme as faixas de financiamento	96
Tabela 05- Gestão Financeira dos Beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida	98
Tabela 06- Ferramentas de gestão financeira dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida.....	99
Tabela 07- Situação Financeira dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida	101
Tabela 08- Estatística descritiva do fator Satisfação com o PMCMV- o antes e depois	102
Tabela 09- Estatística descritiva do fator Satisfação com o PMCMV	104
Tabela 10- Estatística descritiva do construto Atitude ao Endividamento, médias e percentuais	108
Tabela 11- Frequência e percentual válido na escala do construto Conhecimento Financeiro	110
Tabela 12- Número de acertos por respondente, percentual válido, percentual de acerto, classificação e acumulado	112
Tabela 13- Estatística descritiva do construto Atitude Financeira, médias e percentuais	113
Tabela 14- Estatística descritiva do fator Comportamento Financeiro, média e percentuais.	116
Tabela 15- Estatística descritiva do construto Bem-estar Financeiro (parte 1), médias e percentuais.....	118
Tabela 16- Estatística descritiva do construto Bem-estar Financeiro (parte 2), médias e percentuais.....	120
Tabela 17- Estatística descritiva do construto Satisfação com a Vida, média e percentuais .	121
Tabela 18- Índices de ajuste do construto Satisfação com o PMCMV, o antes e depois - Modelo inicial e final	124
Tabela 19- Índices de ajuste do construto Satisfação com o PMCMV - Modelo inicial e final	127
Tabela 20- Índices de ajuste do construto Atitude ao Endividamento - Modelos inicial e final	129
Tabela 21- Índices de ajuste do construto Atitude Financeira - Modelo inicial e final.....	131
Tabela 22- Índices de ajuste do construto Comportamento Financeiro - Modelo inicial e final	133
Tabela 23- Índices de ajuste do construto Satisfação com a Vida - Modelo inicial.....	135
Tabela 24 - Estatística descritiva dos fatores ponderados, do Bem-estar Financeiro e Conhecimento Financeiro	137
Tabela 25- Significância dos testes de diferença de média dos fatores comportamentais considerando a faixa de financiamento e variáveis socioeconômicas e demográficas	139

Tabela 26- Resultados da regressão múltipla por Mínimos Quadrados Ordinários pelo método <i>Stepwise</i> , estimada para a Satisfação com a Vida	149
--	-----

LISTA DE SIGLAS

AE- Atitude ao Endividamento
AF- Atitude Financeira
BEF- Bem-estar Financeiro
CadÚnico- Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CCSH- Centro de Ciências Sociais e Humanas
CF- Conhecimento Financeiro
CompF- Comportamento Financeiro
CEF- Caixa Econômica Federal
CFPB- *Consumer Financial Protection Bureau*
CNC- Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNS- Conselho Nacional de Saúde
FGTS- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GAP- Gabinete de Projetos
IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NFCS- *National Financial Capability Study*
OECD- *Organization for Economic Co-operation and Development*
PEIC- Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PMCMV- Programa Minha Casa Minha Vida
SFH - Sistema Financeiro de Habitação
SIE- Sistema de Informação para o Ensino
SISNEP- Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos
CEP- Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
SatPMCMV- Satisfação com o Programa Minha Casa Minha Vida
SNH/MCidades- Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades
SPSS- *Software Packages Social Science*
SV- Satisfação com a Vida
UFSM- Universidade Federal de Santa Maria
UH- Unidade Habitacional

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 01– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	175
Apêndice 02– Termo de Confidencialidade	177
Apêndice 03– Instrumento de Coleta de Dados	179
Apêndice 04- Médias dos grupos com diferença no fator Atitude Financeira	185
Apêndice 05– Teste <i>Post-Hoc HDS</i> de <i>Tukey/Games-Howell</i> , diferença de média e significância para cada nível de idade, estado civil, escolaridade, ocupação e renda que apresentaram diferença significativa no fator Atitude Financeira .	187
Apêndice 06- Médias dos grupos com diferença no fator Comportamento Financeiro	189
Apêndice 07– Teste <i>Post-Hoc HDS</i> de <i>Tukey/Games-Howell</i> , diferença de média e significância para cada nível de ocupação e renda que apresentaram diferença significativa no fator Comportamento Financeiro.	191
Apêndice 08- Média dos grupos com diferença no fator Conhecimento Financeiro	193
Apêndice 09– Teste <i>Post-Hoc HDS</i> de <i>Tukey/Games-Howell</i> , diferença de média e significância para idade, estado civil, escolaridade, ocupação e renda que apresentaram diferença significativa do fator Conhecimento Financeiro.....	195
Apêndice 10- Média dos grupos com diferença no fator Atitude ao Endividamento	197
Apêndice 11– Teste <i>Post-Hoc HDS</i> de <i>Games-Howell</i> , diferença de média e significância para cada nível de renda que apresentou diferença significativa do fator Atitude ao Endividamento.	197
Apêndice 12- Médias dos grupos com diferença no fator Bem-estar Financeiro	199
Apêndice 13- Teste <i>Post-Hoc HDS</i> de <i>Tukey/Games-Howell</i> , diferença de média e significância para cada nível de idade, escolaridade, ocupação e renda que apresentaram diferença significativa do fator Bem-estar Financeiro	201
Apêndice 14- Média dos grupos com diferença no fator Satisfação com a Vida.....	203
Apêndice 15– Teste <i>Post-Hoc HDS</i> de <i>Tukey/Games-Howell</i> , diferença de média e significância para cada nível de estado civil, ocupação e renda que apresentaram diferença significativa do fator Satisfação com a Vida	205

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	25
1.2 OBJETIVO GERAL	27
1.2.1 Objetivos específicos.....	28
1.3 JUSTIFICATIVA	28
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	31
2 REFERENCIAL TEÓRICO	33
2.1 PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.....	33
2.1.1 Faixa 1- famílias com renda de até R\$ 1.600,00.....	34
2.1.2 Faixas 2 e 3 (renda de até R\$ 5.000,00 por família).....	36
2.1.3 Principais críticas ao PMCMV.....	38
2.1.4 Panorama de estudos sobre o Programa Minha Casa Minha Vida.....	40
2.2 GERENCIAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR.....	44
2.3 ATITUDE AO ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA	46
2.3.1 Endividamento e relação com variáveis socioeconômicas e demográficas.....	48
2.3.2 Panorama do endividamento brasileiro e inadimplência no Programa Minha Casa Minha vida	51
2.4 ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA	54
2.4.1 Conhecimento Financeiro	55
2.4.2 Atitude Financeira	57
2.4.3 Comportamento Financeiro	58
2.5 BEM-ESTAR FINANCEIRO.....	62
2.6 SATISFAÇÃO COM A VIDA	67
3 MÉTODO	71
3.1 ESTRATÉGIA DE PESQUISA E MÉTODO ADOTADO	71
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	71
3.3 ASPECTOS ÉTICOS.....	74
3.3.1 Riscos e benefícios.....	74
3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA.....	75
3.4.1 Características do financiamento, imóvel anterior, gastos com moradia, inadimplência no PMCMV, intenção de mudança e percepção do Programa	76
3.4.2 Satisfação com o PMCMV- o antes e depois	77
3.4.3 Satisfação com o PMCMV	77
3.4.4 Gestão, decisões, práticas e experiências financeiras	78
3.4.5 Comportamento Financeiro	78
3.4.6 Atitude Financeira	79
3.4.7 Atitude ao Endividamento	79
3.4.8 Satisfação com a Vida	79
3.4.9 Bem-estar Financeiro	80
3.4.10 Conhecimento Financeiro	81
3.4.11 Perfil dos respondentes	81
3.5 FORMA DE COLETA DOS DADOS	82
3.6 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS	82

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	91
4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA	91
4.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS FATORES.....	102
4.3 VALIDAÇÃO INDIVIDUAL DOS CONSTRUTOS.....	123
4.3.1Validação do construto Satisfação com o Programa Minha Casa Minha Vida- o antes e depois	124
4.3.2Validação do construto Satisfação com o Programa Minha Casa Minha Vida	126
4.3.3Validação do construto Atitude ao Endividamento	129
4.3.4Validação do construto Atitude Financeira.....	131
4.3.5Validação do construto Comportamento Financeiro	132
4.3.6Validação do construto Satisfação com a Vida	134
4.3.7 Formação dos fatores.....	136
4.4 RELAÇÃO DOS FATORES COMPORTAMENTAIS COM AS FAIXAS DE FINANCIAMENTO DO PMCMV E VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS	138
4.5 ANÁLISE DE REGRESSÃO	148
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS	159

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os investimentos habitacionais ganharam relevância na economia brasileira, principalmente devido a implantação, no ano de 2009, do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o qual se tornou destaque da política habitacional do país. É uma iniciativa do Governo Federal, em parceria com empresas, municípios e estados, e tem como principais objetivos atender às necessidades de habitação da população com diferentes níveis de renda; gerar empregos através de novos investimentos na construção civil; combater o déficit habitacional; impulsionar a economia e proporcionar oportunidades de desenvolvimento para o país (CEF, 2015a).

O Programa teve destaque particular, pois permitiu combater a recessão num momento de crise, ao mesmo tempo em que centrava esforços em uma política social com efeitos profundos sobre a sociedade (SNH/MCIDADES, 2014). Esses efeitos provêm do fato de que a habitação, como bem econômico e social, é um produto de política pública que afeta indiretamente vários aspectos do desenvolvimento do país, relacionados à saúde, segurança, educação, além de promover a ampliação das liberdades dos indivíduos (D'AMICO, 2011). Além disso, a provisão de habitação, principalmente para a população de baixa renda, garante o acesso a serviços sociais mínimos, como moradia e serviços de infraestrutura urbana adequados, o que representa um aspecto fundamental das políticas públicas (MORAIS, 2002).

Em relação à amplitude do PMCMV, dados do Governo Federal (2017) indicam que entre 2009, ano inicial, até janeiro de 2017, foram contratadas no Brasil a produção de 4.219.366 milhões de Unidades Habitacionais (UH), onde já foram entregues 2.632.953 milhões e investidos R\$ 294,494 bilhões. Mais especificamente, no Rio Grande do Sul, foram contratadas 289.081 UH e entregues 210.273, com investimentos de R\$ 20,012 bilhões.

Todavia, mesmo com a grande amplitude do Programa e altos investimentos, o cenário econômico e político sofreram mudanças ao longo desses últimos seis anos, tornando-se menos favorável a investimentos e aumentando os níveis de endividamento e inadimplência, incluindo de financiamento habitacional. De acordo com estudos da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2016), o percentual de famílias brasileiras endividadas com financiamento de casa em janeiro de 2010, era de 3,1%, contudo, em dezembro de 2016, o percentual aumentou para 7,2%. Observa-se que esse percentual indica apenas que mais famílias estão pagando financiamento da casa, entretanto, o percentual de inadimplência no PMCMV evidencia uma situação preocupante.

Segundo dados divulgados pelo Ministério das Cidades (2015), o percentual de inadimplência no PMCMV (atraso de mais de 90 dias no pagamento das parcelas) no primeiro semestre de 2015, fechou em 22% na Faixa 1. Já, nas Faixas 2 e 3, a inadimplência era de cerca de 2%. Mais recentemente, em nota divulgada pela secretária do Ministério das Cidades (2016) em setembro de 2016, 31,4% dos beneficiários da Faixa 1 estavam inadimplentes no PMCMV. Dessa forma, muitas famílias, que tiveram acesso ao financiamento da casa própria, principalmente pertencentes a Faixa 1 (renda mensal de até R\$ 1.600,00 por família) hoje parecem encontrar grandes dificuldades para o pagamento das prestações e acabam em situação de inadimplência.

Tratando-se dos fatores que expliquem esse aumento do endividamento e inadimplência dos indivíduos, ressalta-se a falta de planejamento e controle dos gastos (SANTOS; SILVA, 2014) e o baixo nível de conhecimento sobre como administrar os recursos, muitas vezes escasso (LUSARDI; TUFANO, 2009; SHIM *et al.*, 2009; MENDES-DASILVA; NAKAMURA; MORAES, 2012; PICCINI; PINZETTA, 2014). Outro fator não menos importante é o desemprego e a inexistência de uma reserva para incidentes e imprevistos, fazendo com as famílias na hora de pagarem suas dívidas não tenham os recursos necessários para quitá-las (ZERRENNER, 2007). Diante desses fatores, nota-se que nem sempre os indivíduos exercem bons comportamentos e atitudes financeiras, além de não possuírem conhecimento adequado sobre finanças, o que demonstra falta de alfabetização financeira, conceituada pela OECD (2013b) como uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para tomar decisões financeiras acertadas.

Salienta-se que além dos prejuízos econômicos que a falta da alfabetização financeira pode levar, tem-se os relativos ao Bem-estar Financeiro dos indivíduos, o qual Shim *et al.* (2009) compreendem como o sentimento em relação a situação financeira. Os autores afirmam que as ameaças ao Bem-estar Financeiro são determinadas pela facilidade que a contemporaneidade proporciona na execução de compras, pela disponibilidade de crédito e meios acessíveis para empréstimos e cartões de crédito.

Dessa forma, a população deve atentar-se aos seus gastos, a facilidades de acesso a recursos, e conseqüentemente ao seu Bem-estar Financeiro, pois de acordo com Plagnol (2011) pessoas satisfeitas com suas finanças acabam sendo mais felizes com suas vidas. Assim, pode-se considerar a existência de uma relação entre o Bem-estar Financeiro e a Satisfação com a Vida, a qual é descrita por Diener, Lucas e Oishi (2002) como o sentimento

positivo percebido pelos indivíduos ao pensarem sobre sua vida de modo geral, englobando aspectos como saúde, trabalho, condições de moradia, relações sociais e outros.

Como inovação da pesquisa, tem-se o fato do tema ser estudado em público específico, o qual foi beneficiado pelo PMCMV com a facilidade de acesso a financiamentos para aquisição da casa própria, o que gera externalidades positivas em diversos aspectos da vida e é um sonho pra milhares de indivíduos. Além disso, segundo Campara (2016) a gestão e a alfabetização financeira são aspectos importantes que inibem altos níveis de endividamento, contribuindo para uma maior isonomia entre receitas e despesas, proporcionando as pessoas à manutenção e o controle dos gastos. Com isso, maximiza-se o Bem-estar Financeiro e a Satisfação com a Vida, assuntos até então pouco estudados no Brasil e de grande relevância para a população. Outro fator inovador é a inexistência de trabalhos que tratem sobre as finanças desse público, pois os existentes discutem questões mais relacionadas aos problemas estruturais de moradia, urbanização e agentes envolvidos (CUNHA, 2014; CHIARELLI, 2014; KRAUSE; BALBIM; LIMA NETO, 2013; MOURA, 2014; FERREIRA; MIRANDA, 2014; D'AMICO, 2011; RIZEK; AMORE; CAMARGO, 2014); evolução dos Programas habitacionais brasileiros e os aspectos positivos e negativos do PMCMV (RAMOS; NOIA, 2016; CUNHA, 2012; ANDRADE, 2012); impactos econômicos (SHIMIZU, 2010); ou ainda a satisfação dos beneficiários com o Programa (MOREIRA; SILVEIRA, 2015; SNH/MCIDADES, 2014; CUNHA, 2012).

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O processo de industrialização e urbanização ocorrido no Brasil em meados do século XX provocou descompasso entre o crescimento da população urbana e a capacidade de instalação de infraestrutura necessária por parte do Estado, para atender às necessidades da população (RAMOS; NOIA, 2016). A taxa de urbanização nacional passou de 31,3% em 1940, para 44,67% em 1960, 67,59% em 1980, 75,59% em 1991, atingindo 81,23% em 2000 e, finalmente, 84,36% em 2010 (IBGE, 2010). Assim, esse acelerado processo de urbanização, levou a falta de condições adequadas de habitação para a toda a população, gerando problemas habitacionais, como exclusão social, segregação espacial, carência de moradias, escassez de serviços de infraestrutura, de acesso a oportunidades de emprego e a ocupação de áreas de risco legalmente protegidas (MORAIS, 2002).

A população mais carente, devido ao baixo nível de renda e altos preços das habitações, não tinha opções quanto ao regime de ocupação da moradia, e por isso passaram a ocupar o mercado de habitação informal (RAMOS; NOIA, 2016). Todavia, ao longo dos anos tem sido reconhecido o fato de que moradia é uma necessidade básica de todo ser humano, e faz de cada família, independente da renda, uma demandante em potencial do bem habitação, e que esquemas de financiamento de longo prazo aos indivíduos de baixa renda poderiam ajudar a diminuir o déficit habitacional, melhorar a vida da população e driblar a crise econômica que vinha atingindo o país (RAMOS; NOIA, 2016).

Diante disto surgiu o Programa Minha Casa Minha Vida, contudo, apesar dos altos subsídios do governo, as famílias pertencentes ao Programa, precisam arcar com o pagamento das prestações da casa adquirida por um longo período de tempo, correndo o risco de perder o imóvel, caso não sejam pagas as prestações em dia. Assim, é necessário que estas famílias saibam gerenciar seus recursos de forma adequada e consciente. Para as famílias pertencentes a Faixa 1 do Programa (renda mensal de até R\$ 1.600,00 por família) a parcela do financiamento até março de 2016 era de apenas 5% da renda mensal, porém, devido a restrição orçamentária, pode se tornar alta quando acrescentadas outras despesas. Para as Faixas 2 e 3 (renda mensal familiar de até R\$ 5.000,00), as parcelas podiam chegar até 30% da renda, demonstrando assim a significância desse valor no orçamento.

Dessa forma, uma adequada gestão financeira pode fornecer subsídios para um maior equilíbrio entre receitas e despesas, além de uma maior reflexão no momento das compras, com o intuito de evitar gastos supérfluos, colocando em primeiro lugar as prioridades da família. A ausência de gestão e planejamento maximiza os hábitos de consumo impulsivos, práticas orçamentárias disfuncionais ou ruins e consequências financeiras e pessoais graves, tais como o endividamento, os problemas de saúde e o estresse emocional (CUI; I-JUN; YAN, 2012). No sentido de evitar situações como essas, tem-se a alfabetização financeira, a qual é um ponto fundamental para uma gestão financeira adequada, pois remete a capacidade de tomar decisões financeiras simples por meio da aplicação de conhecimentos básicos acerca dos produtos financeiros disponíveis no mercado (LUSARDI; TUFANO, 2009) e um maior nível da mesma, aumenta a capacitação intelectual para tomada de decisões responsáveis, evitando assim endividamentos e casos de inadimplência.

Entende-se endividamento como um saldo devedor assumido por determinado indivíduo que deve ser quitado em um determinado período já fixado (MARQUES; FRADE, 2004), e inadimplência, quando o indivíduo contrai um montante tão elevado de dívida que ultrapasse suas condições de pagamento e assim os prazos pré-estabelecidos não sejam

cumpridos (OLIVATO; SOUZA, 2007). E os dados mostram que na Faixa 1 do PMCMV a inadimplência é significativa. Assim, a falta de alfabetização financeira pode ser considerada um dos fatores que contribuiu para a tomada de decisões financeiras equivocadas, que acaba por repercutir de maneira negativa na vida das pessoas e na sua relação com o dinheiro (OECD, 2009; GERARDI; GOETTE; MEIER, 2010).

Essa relação está ligada ao conceito de Bem-estar Financeiro, que inclui a satisfação com a situação financeira pessoal, percepção ou avaliação subjetiva dos recursos financeiros, estabilidade, bem como o valor objetivo dos bens (DELAFFROOZ; PAIM, 2011). Assim, além da relevância de investigar o Bem-estar Financeiro pelo simples fato desse representar o sentimento dos beneficiários em relação as suas condições financeiras presentes e futuras, tem-se que um dos objetivos do Governo Federal com o Programa Minha Casa Minha Vida e tantos outros de cunho social, é o aumento das condições de bem-estar dessas famílias, dada a importância e o significado de possuir a casa própria. Nesse sentido, identificar a Satisfação com a Vida (SV) e o Bem-estar Financeiro (BEF) é uma das maneiras de analisar a consecução deste objetivo.

Percebe-se, portanto, que o modo como é gerido o dinheiro e os fatores comportamentais: Satisfação com o PMCMV, Atitude ao Endividamento, Conhecimento Financeiro, Atitude Financeira, Comportamento Financeiro, Bem-estar Financeiro e Satisfação com a Vida, acarretam diversos impactos no dia-a-dia das pessoas. Assim, investigá-los, principalmente para diferentes classes sociais, incluindo as mais carentes é de extrema relevância. Portanto, este trabalho baliza-se nas seguintes questões de pesquisa:

“Como os beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida da Mesorregião Centro-ocidental Rio-Grandense gerem seus recursos financeiros, incluindo o pagamento do financiamento do PMCMV? Qual a influência do PMCMV, da Atitude ao Endividamento, da Alfabetização Financeira, do Bem-estar Financeiro e do Gerenciamento Financeiro na Satisfação com a Vida dos beneficiários?”

1.2 OBJETIVO GERAL

Identificar como os beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida pertencentes à Mesorregião Centro-ocidental Rio-Grandense gerem seus recursos financeiros, incluindo o pagamento do financiamento do PMCMV e como o PMCMV, a Atitude ao Endividamento, a

Alfabetização Financeira, o Bem-estar Financeiro e o Gerenciamento Financeiro influenciam sua Satisfação com a Vida.

1.2.1 Objetivos específicos

- a) Analisar o gerenciamento financeiro, incluindo os valores destinados ao PMCM e inadimplência dos beneficiários;
- b) Investigar a Satisfação com o PMCMV, a Alfabetização Financeira, a Atitude ao Endividamento, o Bem-estar Financeiro e a Satisfação com a Vida dos entrevistados;
- c) Validar os construtos investigados;
- d) Verificar se há diferença de Atitude ao Endividamento, Atitude Financeira, Comportamento Financeiro, Conhecimento Financeiro, Bem-estar Financeiro e Satisfação com a Vida, se consideradas as faixas de financiamento do PMCMV e variáveis socioeconômicas e demográficas;
- e) Estimar a influência da Satisfação com o PMCMV, da Alfabetização Financeira, da Atitude ao Endividamento, do Bem-estar Financeiro e do Gerenciamento Financeiro na Satisfação com a Vida dos beneficiários.

1.3 JUSTIFICATIVA

O financiamento da casa própria através do PMCMV é para muitos a única oportunidade de adquirir um imóvel e faz a diferença na vida de milhares de indivíduos, que se sentem realizados com a possibilidade de possuir a casa própria. Dessa forma, considerando a intervenção do Estado, a relevância e os expressivos valores monetários do bem habitação é de grande valia analisar como as famílias percebem sua relação com as finanças e o compromisso com o pagamento da sua moradia. Além disso, é fundamental que se investigue a efetividade do PMCMV, dado que a moradia própria é o espaço em que a família expressa sua cultura e consegue definir seu papel na sociedade onde vive (PEREIRA, 2007; GONÇALVES, 1998).

Destaca-se também que muitos dos beneficiários, principalmente os pertencentes a Faixa 1 do Programa, possuem restrição orçamentária, fazendo com que situações de dificuldades financeiras tornem-se mais eminentes. Em função disso e por ser uma dívida de longo prazo, onde o parcelamento compromete parte da renda mensalmente, torna-se indispensável o conhecimento e as habilidades necessárias para a administração dos recursos, a fim de evitarem o endividamento, a possibilidade de perda do imóvel e a diminuição nos níveis de Bem-estar Financeiro e Satisfação com a Vida.

Assim, torna-se essencial a identificação de onde se encontram os principais problemas relacionados à gestão dos recursos, como por exemplo, baixo nível de poupança, altos custos com itens supérfluos, falta de planejamento financeiro, uso inadequado do cartão de crédito, entre outros. Pois, ao serem identificados os problemas, podem ser desenvolvidas medidas preventivas e corretivas que contribuirão para uma melhor qualidade de vida dessas famílias, sendo possível o desenvolvimento de estratégias focadas nos problemas mais evidenciados.

Pensando de forma mais ampla, têm-se os benefícios que a pesquisa pode trazer a governantes e órgãos federativos, dado que para a sua execução são atribuídas funções para diferentes esferas governamentais. Um desses benefícios remete a sugestão de mudanças e aprimoramentos, dado que após a implementação de uma política ou Programa de cunho social de tamanha importância, é importante verificar seus efeitos, para que diante dos resultados obtidos, possam ser visualizadas as principais dificuldades. Por essa razão, no âmbito das políticas públicas, têm-se a análise e a avaliação de políticas e projetos desenvolvidos pelo governo, os quais são essenciais para a sociedade, uma vez que a demanda é crescente e os recursos, escassos (MOREIRA; SILVEIRA, 2015).

Assim, a pesquisa justifica-se por quatro aspectos principais. Primeiramente o foco nos beneficiários do PMCMV, visto que atualmente essa é uma parcela da população, que alterou seu padrão de vida, tanto relacionados ao consumo, pois passaram a ter acesso a produtos antes inatingíveis, no caso a moradia, quanto pela alteração nas condições de saúde e educação, dado que muitas vezes, antes de terem acesso a casa, os indivíduos moravam em ambientes precários, com pouca infraestrutura e difícil acesso a educação e saúde. D'Amico (2011) afirma que a moradia atende a necessidades psicológicas, culturais, políticas e principalmente sociais, além de ser um bem econômico e social que promove a ampliação das liberdades dos indivíduos. Esses aspectos remetem a Satisfação com a Vida, conceituada de maneira sucinta como o “contentamento que alguém percebe quando pensa sobre sua vida

de modo geral” (HUTZ; ZANON; BARDAGI, 2014, p. 43), e a qual engloba diversos aspectos, tanto materiais, quanto psicológicos.

Têm-se também os altos níveis de inadimplência observados na Faixa 1 do Programa, chegando a cerca de 25% em 2015. Ou seja, muitas famílias estão encontrando dificuldades para quitar a parcela da casa. Diante disso, investigar quais os fatores que podem estar causando esse alto nível de inadimplência, pode contribuir para que os problemas encontrados possam ser discutidos e encontradas formas de diminuir a inadimplência, visto que o Programa não tem previsão de término e o prazo de financiamento é longo. Além disso, a importância de estudar a atitude ao endividamento se dá pelo fato de que pessoas em situações difusas, com contas atrasadas e indisponibilidade de caixa são mais propensas a diversos problemas, tanto de ordem financeira, quanto psicológica e social (KEESE; SCHMITZ, 2011; PLAGNOL, 2011; LUCKE *et al.*, 2014; BRICKER *et al.*, 2012).

O terceiro aspecto remete ao fato da inexistência de estudo com esse público que trate de questões relacionadas às finanças, pois as pesquisas encontradas são nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, relacionadas à urbanização em localizações periféricas; História, que tratam da evolução de Programas Habitacionais; satisfação com o Programa; impactos econômicos. Nenhum se preocupa com questões inerentes às finanças e a alfabetização financeira dos indivíduos beneficiários.

Por fim, tem-se o fato da pesquisa ser realizada em região específica, localizada no centro do estado do Rio Grande do Sul, longe de grandes centros urbanos, em sua grande maioria são cidades do interior, onde os custos de vida são menores, as pessoas são mais próximas e a complacência entre elas é maior. A economia caracteriza-se pela agropecuária e prestação de serviços, sendo o PIB per capita o menor do estado (ALONSO, 2009; MORAES, 2013). Essas especificidades ampliam o interesse na região, pois diante do cenário interiorano e do contexto econômico, as oportunidades de desenvolvimento diminuem, havendo assim a necessidade de entender como esses indivíduos sobrevivem diante de tais adversidades com a restrição orçamentária a que são impostos.

Em suma, essa pesquisa que evidencia a satisfação dos beneficiários com o PMCMV, a inadimplência no Programa e os principais motivos, a maneira como administram os recursos, seus níveis de atitude ao endividamento, alfabetização financeira, bem-estar financeiro e satisfação com a vida. Esses resultados podem permitir um conhecimento mais aprofundado da situação das famílias, bem como, demonstrará quais as maiores deficiências destas, possibilitando assim, a criação de soluções mais específicas por parte do governo e

sugestões para redução da inadimplência, além de alicerces para a criação de critérios mais consistentes de concessão de financiamentos do PMCMV.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Visando atingir aos objetivos propostos, o trabalho está apresentado em cinco capítulos. Inicialmente é apresentado um panorama geral sobre os aspectos a serem investigados por meio da introdução, do problema de pesquisa, dos objetivos e da justificativa.

No segundo capítulo é exposto o referencial teórico, o qual oferece embasamento para fundamentar o estudo por meio de seis subitens: Programa Minha Casa Minha Vida, Gerenciamento Financeiro Familiar e os fatores comportamentais: Atitude ao Endividamento e Inadimplência, Alfabetização Financeira, Bem-estar Financeiro e Satisfação com a Vida. O terceiro capítulo descreve os procedimentos metodológicos que orientaram o estudo, apresentando a estratégia de pesquisa, o método adotado, a população e a amostra da pesquisa, a técnica de coleta e análise de dados. Na sequência são expostos os resultados e, por fim, no capítulo cinco as considerações finais, incluindo as principais limitações e as sugestões para realização de pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo busca evidenciar os principais conceitos, autores e trabalhos a cerca dos temas estudados, afim de que o leitor possa compreender de forma mais aprofundada o que está sendo discutido e que possa ser realizada uma comparação com os resultados encontrados no presente estudo. O mesmo está dividido em seis blocos, em que o primeiro aborda os principais aspectos do PMCMV, o segundo trata do Gerenciamento Financeiro, o terceiro da Atitude ao Endividamento, o quarto da Alfabetização Financeira, que engloba Comportamento, Atitude e Conhecimento Financeiro, o quinto do Bem-estar Financeiro e o por fim, no sexto capítulo elucida-se a Satisfação com a Vida.

2.1 PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Como tentativa de solucionar os problemas habitacionais e promover o desenvolvimento econômico do país, foi emitida em 25 de março de 2009 a Medida Provisória nº 459/09, convertida na Lei nº 11.977, que implantou o Programa Minha Casa Minha Vida. A criação do Programa partiu da premissa de que o acesso à moradia regular é condição básica para todos os indivíduos, inclusive os pertencentes a famílias de baixa renda, para que assim possam superar suas vulnerabilidades sociais e alcançar a efetiva inclusão na sociedade brasileira. Contudo, para que isso seja possível, torna-se essencial o acesso ao financiamento habitacional para estas famílias que não têm capacidade de poupança, exigindo condições especiais e subsidiadas pelo governo (SHIMIZU, 2010).

Considerado um marco da política habitacional do país, o Programa estabelece parcerias entre o governo federal, estados, municípios e iniciativa privada, sendo que para que sejam aprovados, os projetos passam pela análise da Caixa Econômica Federal. Como prioridade tem-se os projetos destinados a atender demanda habitacional decorrente de crescimento demográfico resultante do impacto de grandes empreendimentos e/ou situação de emergência ou de calamidade pública (CEF, 2015g).

No período de análise dos empreendimentos, a área de Engenharia da Caixa Econômica Federal também analisa o entorno para verificar se existem os equipamentos sociais essenciais, como escolas, creches, postos de saúde e postos policiais, e se esses são suficientes para atender à nova demanda. Caso não sejam suficientes, verifica-se junto à prefeitura se há terreno disponível para a construção desses equipamentos e disposição do poder público municipal para mantê-los depois de concluídos. Existindo terreno e disposição

da prefeitura em manter os equipamentos, a União disponibiliza recursos necessários para sua construção, o que ocorre simultaneamente à produção das unidades habitacionais (CEF, 2015i).

Outro aspecto de grande relevância e condição para aprovação e enquadramento dos empreendimentos no Programa é a contratação de soluções para infraestrutura, como: abastecimento de água, esgotamento sanitário, pavimentação, energia elétrica, iluminação pública e coleta de resíduos sólidos. Na área do empreendimento, essas soluções são financiáveis com recursos do Programa, o que contribui para tornar viáveis empreendimentos mesmo em municípios com pouca capacidade de investimento em infraestrutura urbana (CEF, 2015i).

Quanto ao o acesso à aquisição da casa própria, para indivíduos de diferentes classes de renda fosse atendido, foram criadas inicialmente três faixas de financiamento, de acordo com o salário mínimo: onde de 0 a 3 salários mínimos, correspondia a Faixa 1, acima de 3 até 6 salários, Faixa 2 e acima de 6 até 10 salários mínimos, Faixa 3 (ANDRADE, 2012). Contudo, com o passar dos anos foram ocorrendo atualizações, sendo uma delas em relação à faixa de renda dos beneficiários, passando para valores absolutos, em vez de salários.

Para a Faixa 1, a renda mensal familiar era de até R\$ 1.600,00, em que contava com elevados subsídios para a aquisição de moradia. A Faixa 2 era destinada a famílias com renda mensal de até R\$ 3.275,00, a qual facilitava o financiamento por meio de subsídios diretos à demanda, e através da redução de taxas de juros. E na Faixa 3, se enquadravam famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00, em que tinha redução da taxa de juros, criando condições favoráveis de acesso ao imóvel (SNH/MCIDADES, 2014). Salienta-se, que para esse trabalho, as faixas de renda foram consideradas conforme esses valores, os quais foram válidos até fevereiro de 2016. As especificidades das faixas de renda são colocadas nos tópicos seguintes.

2.1.1 Faixa 1- famílias com renda de até R\$ 1.600,00

Para essa faixa de renda, a indicação e a seleção das famílias são realizadas pelo município ou governo do estado. Para tanto, as famílias não podem possuir imóvel e nem ter recebido anteriormente benefícios de natureza habitacional do Governo Federal. Elas devem procurar a Prefeitura da cidade para serem cadastradas no CadÚnico, Programa social do Governo que mapeia e identifica as famílias de baixa renda (CEF, 2015b). As famílias são

selecionadas e validadas pela Caixa, e são comunicadas sobre a data de sorteio das unidades e da assinatura do contrato do imóvel (CEF, 2015h).

Os recursos do Programa provêm do orçamento do Ministério das Cidades e são repassados para a Caixa Econômica Federal, que é o agente operacional do Programa. O valor do financiamento varia entre regiões do país e de acordo com o número de habitantes das cidades, sendo limitado a R\$ 76.000,00 (PORTAL BRASIL, 2014). Os valores para região sul são apresentados na Figura 01.

Figura 01- Valores do financiamento do PMCMV-Faixa1 para Região Sul do país até março de 2016

Especificidade	Valor do financiamento
Capitais e respectiva região metropolitana	R\$ 64.000,00
Municípios com população maior ou igual a 50 mil habitantes	R\$ 60.000,00
Municípios com população entre 20 e 50 mil habitantes	R\$ 59.000,00
Municípios com população até 20 mil habitantes	R\$ 49.000,00

Fonte: Elaborado pela autora com base dos dados da CEF (2015a).

O prazo de amortização da dívida é fixado em 120 meses, onde o valor bruto da prestação corresponde ao valor do financiamento dividido por 120 e o valor líquido da prestação a ser paga pelos beneficiários corresponde a 5% da renda bruta familiar mensal ou R\$ 25,00, o que for maior, o restante é subsidiado pelo Programa (CEF, 2015a).

Em relação à seleção dos candidatos, o Manual do Programa Minha Casa Minha Vida (CEF, 2015a) indica que os parâmetros de priorização e as condições e procedimentos para a seleção dos candidatos, deve observar os seguintes critérios nacionais: famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas; com mulheres responsáveis pela unidade familiar; de que façam parte pessoas com deficiência.

Cabe salientar que é permitido às mulheres chefes de família firmar contrato de financiamento independente de outorga do cônjuge, além da participação de pessoas com restrição cadastral no Serviço de Proteção ao Crédito SPC e/ou SERASA. Além disso, são reservadas, no mínimo 3% das unidades habitacionais para atendimento aos idosos (CEF, 2015a).

Em relação a casos de atraso de pagamento e inadimplência, salienta-se que caso não sejam pagas as prestações em dia, a Caixa Econômica Federal realiza a cobrança, orientando as famílias sobre a possibilidade de retomada do imóvel. Porém, antes de qualquer ação mais séria, tem-se o posicionamento de esgotar as providências de orientação e cobranças no nível

administrativo. Segundo o Ministério das Cidades, o objetivo do Governo Federal não é retomar os imóveis em casos de inadimplência, mas sim ajudar os beneficiários a superar eventuais dificuldades (SANTIAGO, 2015).

2.1.2 Faixas 2 e 3 (renda de até R\$ 5.000,00 por família)

As famílias com renda entre R\$ 1.600,01 e R\$ 3.275,00 mensais pertencem a Faixa 2 do PMCMV, a qual tem subsídio e juros reduzidos, já as famílias com renda entre R\$ 3.275,01 e R\$ 5.000,00 pertencem a Faixa 3 e tem apenas juros reduzidos. Para a construção dos imóveis, o financiamento é realizado com os recursos do FGTS.

O Minha Casa Minha Vida - Recursos FGTS, é uma linha de crédito do Governo Federal com financiamento direto às pessoas físicas e formalizado mediante parceria com uma entidade organizadora (CEF, 2015e). O valor financiado é definido em função da análise da capacidade de pagamento do beneficiário, de acordo com a avaliação de risco realizada pela Caixa, respeitados os limites de renda familiar bruta e de valor de investimento, aplicáveis individualmente, às unidades integrantes do empreendimento, observado, ainda, o percentual de participação mínima do mutuário no investimento (quota), o sistema/prazo de amortização e a taxa de juros (CEF, 2015f).

Diferentemente da Faixa 1, os beneficiários das faixas 2 e 3 não podem ter nenhuma restrição cadastral, bem como deve ser aprovado na análise de risco de crédito, além de não poder ser detentor de financiamento ativo no SFH em qualquer parte do país ou ser proprietário, cessionário ou promitente comprador, ou ainda titular de direito de aquisição de outro imóvel residencial urbano situado no atual local de domicílio ou onde pretende fixá-lo. A idade do beneficiário mais idoso, participante da composição da renda somado ao prazo de amortização não pode ultrapassar 80 anos e 6 meses, para fins de cobertura securitária(CEF, 2015f).

Os subsídios a serem concedidos nos financiamentos às pessoas físicas podem ser para fins de cobertura da remuneração do Agente Financeiro (instituição financeira responsável pela análise, avaliação técnica, jurídica, social e econômica da proposta e contratação dos financiamentos), com a redução no valor das prestações, ou para fins de pagamento de parte da aquisição ou construção do imóvel. É concedido pelo FGTS um desconto na taxa de juros mensal dos financiamentos de beneficiários dentro dos limites de renda estabelecidos. O desconto relativo ao diferencial de juros é calculado com base no fluxo teórico do

financiamento pelo prazo da operação, e será concedido de acordo com o tipo do imóvel e a renda familiar do proponente, variando entre 5 e 7,16% a.a.(CEF, 2015f)

O desconto (subsídio complemento) para aumentar a capacidade de pagamento do beneficiário tem caráter pessoal e intransferível, concedido uma única vez, por ocasião da celebração do contrato de financiamento, sendo seu valor levado a débito do FGTS. O desconto será concedido apenas nos casos de financiamentos destinados a famílias com rendimento mensal bruto limitado a R\$ 3.275,00. O valor máximo de desconto é de R\$ 25.000,00, calculado de acordo com a renda do beneficiário, regiões do território nacional e grupos de modalidades operacionais. O valor do investimento pode variar entre R\$ 90.000,00 e R\$ 190.000,00 dependendo do município (CEF, 2015f), conforme Figura 02.

Figura 02- Valor máximo do financiamento dos imóveis das Faixas 2 e 3 do PMCMV até março de 2016

Valor do financiamento dos imóveis	
Municípios com menos de cinquenta mil habitantes	R\$ 90.000,00
Municípios com população igual ou superior a 50 mil habitantes	R\$ 115.000,00
Municípios com 250 mil habitantes ou em municípios integrantes de regiões metropolitanas ou equivalentes, inclusive aqueles integrantes da Região Integrada do Distrito Federal e entorno	R\$ 145.000,00
Municípios com população igual ou superior a um milhão de habitantes ou em municípios sede de capitais estaduais não enquadrados no próximo item	R\$ 170.000,00
Municípios situados no Distrito Federal ou em municípios integrantes das regiões metropolitanas ou equivalentes dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro	R\$ 190.000,00

Fonte: Adaptado de CEF (2015f).

O imóvel é dado como garantia de pagamento ao financiamento feito com a Caixa Econômica Federal, o que significa que durante o tempo em que durar o contrato, não é permitido a venda, aluguel, ou que deixem de serem pagas as prestações ou descumprimento das regras até que o contrato termine, ou seja paga toda a dívida. Caso haja atraso no pagamento das prestações, os valores serão acrescidos de multa de 2% ao mês e de juros de 0,033% por dia de atraso. No caso de atraso no pagamento de duas ou mais prestações, a dívida é cobrada toda de uma vez e não é permitida a compra de outro imóvel com os descontos e vantagens do PMCMV (CEF, 2015d).

2.1.3 Nova fase do PMCMV

Foi lançado em março de 2016, uma nova fase do PMCMV, em que foi criada a Faixa de Renda 1,5, para atender a uma parcela da população que enfrentava dificuldades para acessar o programa pelos critérios anteriores. Na nova categoria podem ser financiados imóveis de até R\$ 135 mil, com subsídios que podem chegar a R\$ 45 mil, de acordo com a localidade e a renda, pagando juros anuais de apenas 5%. Para permitir que ainda mais famílias acessem o programa, as demais faixas também tiveram seus limites de renda ampliados.

O teto da faixa 1 passou de R\$ 1,6 mil para 1,8 mil; a faixa 2 vai de R\$ 3.275 para R\$ 3,6 mil; e a faixa 3 admite famílias com renda de até R\$ 6,5 mil, valor que antes era de R\$ 5 mil. Os valores máximos dos imóveis também aumentaram, em decorrência da atualização dos custos de construção e das melhorias estabelecidas nesta nova fase. Na faixa 1, passam de até R\$ 76 mil para até R\$ 96 mil, e nas faixas 2 e 3, o teto passa de R\$ 190 mil para R\$ 225 mil. Na faixa 1,5, o imóvel pode custar até R\$ 135 mil. Na faixa 1, até 90% do valor do imóvel será subsidiado e os beneficiários pagarão prestações mensais de até R\$ 270, de acordo com a renda, sem juros e durante 10 anos.

Na faixa 1,5, o subsídio é de até R\$ 45 mil e o financiamento do saldo restante será feito com juros de 5% ao ano. O subsídio da faixa 2 será de até R\$ 27,5 mil, de acordo com a renda e localidade, com juros de 5,5% a 7% ao ano. Na faixa 3, o financiamento tem juros anuais de 8,16%. As prestações da Faixa 1 continuam a ser pagas em 10 anos, sendo que, para as famílias que recebem até R\$ 800, a parcela será de R\$ 80; entre R\$ 800 e R\$ 1.200, o valor corresponderá a 10% da renda; de R\$ 1.200 a R\$ 1.600 pagará 15%; e de R\$ 1.600 a R\$ 1.800, 20% (PORTAL BRASIL, 2016).

Adverte-se que na presente pesquisa não foram consideradas essas mudanças, pois é algo ainda muito recente e os financiamentos de acordo com as normas dessa fase ainda estão em processo inicial, o que dificultaria encontrar beneficiários e caso encontrados, teriam se mudado a pouco tempo, dificultando uma posição mais sólida quanto ao Programa Minha Casa Minha Vida.

2.1.3 Principais críticas ao PMCMV

Apesar do PMCMV possuir muitos aspectos positivos, permitindo as famílias de diversas faixas de renda possuírem casa própria, existem pontos críticos que merecem atenção, pois podem ter impactos nos resultados do Programa. Krause, Balbim e Lima Neto (2013) salientam que mesmo com as inovações na política nacional de habitação,

empreendidas pelo PMCMV, o seu objetivo inicial de concentrar-se na menor faixa de renda, para redução da expressiva quantidade de déficit habitacional verificado, não está sendo atendido nas proporções estabelecidas. Os autores afirmam que o maior número das contratações do PMCMV é do o público com maior faixa de renda, o que apenas facilita o acesso ao mercado de financiamento à casa própria para aqueles que teriam melhores condições.

Outra questão é a localização dos conjuntos. Na cartilha de apresentação do PMCMV, entre os critérios para a priorização dos projetos, referencia-se somente a “existência prévia de infraestrutura”, não indicando a necessidade da existência de equipamentos urbanos na vizinhança (CHIARELLI, 2014). Dessa forma, muitos empreendimentos acabam sendo construídos em locais que dificultam acesso ao trabalho, educação, saúde e transporte, prejudicando a qualidade de vida.

Três aspectos são destacados por Andrade (2012) como problemas mais evidentes no PMCMV. O primeiro refere-se à ampliação dos prazos de entrega dos empreendimentos contratados, visto que mais da metade daqueles contratados na 1ª fase do Programa (2009-2010) tinham entrega prevista apenas para os anos de 2012 e 2013. O segundo item destaca a qualidade precária das moradias. O autor propõe que esta falha relaciona-se com a baixa atratividade de grandes construtoras, uma vez que empresas de grande porte têm maior domínio em execução de processos de qualidade, além de acesso à mão de obra capacitada e fornecedores de materiais com qualidade e menor custo.

O terceiro item refere-se ao o valor dos imóveis, pois muitas regiões apresentaram preços crescentes dos terrenos, não compensando a sua construção. Além disso, argumenta-se que a CEF foi surpreendida com a elevada e crescente quantidade de unidades contratadas, tornando morosa a operacionalização dos processos de contratação, acompanhamento das obras, financiamento e repasses (ANDRADE, 2012).

Atenta-se também ao controle e monitoramento da alocação dos recursos destinados ao PMCMV, pois não são apresentados pelo Governo Federal, princípios e diretrizes claras e de fácil interpretação, que deveriam conduzir a sistemática de seleção dos entes federativos para a alocação dos recursos. A falta desses princípios pode levar a situações de competição por recursos, de fragmentação da capacidade de gestão dos entes federativos e de não conformidade ao planejamento territorial e setorial dos municípios (IPEA, 2011).

Além de todas as questões apresentadas, têm-se ocorrências bastante preocupantes nos empreendimentos do PMCMV, relacionadas a invasões e criminalidades nos condomínios, impedindo os moradores selecionados de ocuparem suas residências, além de situações de

suspeita de fraude de licitações do Programa. Em relação às denúncias de irregularidades no Programa, que incluem ameaças e até apropriação indevida das unidades habitacionais, inclusive com expulsão de famílias, nos primeiros cinco anos de execução do Programa, foram registradas 15.720 denúncias de ilegalidades. Do total, 8.964 (57%) notificações foram julgadas improcedentes, após investigação. Em 1.561 casos, as unidades ocupadas ilegalmente foram retomadas e devolvidas aos beneficiários originais e 5.195 denúncias continuam em apuração (AGÊNCIA BRASIL, 2014).

Outro ponto crítico, que também é uma das justificativas dessa pesquisa, são os altos níveis de inadimplência no Programa, principalmente na Faixa 1, pois isso torna-se um problema para o Governo e um risco para as famílias, que podem perder seus imóveis. Contudo a academia ainda não adentrou-se nesse aspecto, tornando-se uma lacuna na literatura a cerca do PMCMV.

2.1.4 Panorama de estudos sobre o Programa Minha Casa Minha Vida

Com o objetivo de descrever e analisar o desenvolvimento do PMCMV, tendo como eixo a relação entre Estado, Mercado, planejamento urbano e habitação, Cunha (2014) buscou compreender o significado do PMCMV do ponto de vista do problema estrutural da moradia popular no Brasil. O estudo foi realizado no município de São José do Rio Preto, localizado na região noroeste do Estado de São Paulo. O autor sugeriu que os arranjos institucionais e privados estabelecidos no PMCMV, e que visaram fundamentalmente recompor a rentabilidade do mercado e a criação de novos negócios para a iniciativa privada, acabam sendo determinantes para a configuração socioespacial da cidade, na contramão dos objetivos da reforma urbana e da democratização das cidades.

Buscando verificar como se efetivou a promoção de conjuntos habitacionais no período entre 1987 e 2010 e como essa produção foi influenciada pelas políticas públicas, Chiarelli (2014) realizou um estudo em Pelotas-RS. Em relação ao PMCMV, a autora verificou questões como o mau posicionamento do Programa em relação à questão urbanística, deixando margem para situações de localizações de conjuntos muito distantes da área central. Na prática, as questões relativas à inserção foram expostas de forma frágil, permitindo o revigoramento dos interesses imobiliários em detrimento da função social da propriedade.

Também discutindo a questão urbanística, Krause, Balbim e Lima Neto (2013) tentaram responder em que medida a produção do PMCMV consegue ser aderente às

necessidades habitacionais ou, alternativamente, à demanda e ao mercado habitacional. A análise empreendida revela que o PMCMV vai formando/configurando seu espaço, de maneira muito genérica e ainda exploratória, e parece não se contrapor à geografia que explica o processo de urbanização brasileiro, de assentamento dos mais pobres em periferias distantes, com o ônus individual de conseguir os demais meios de reprodução da vida (equipamentos públicos, acessibilidade, oportunidades de trabalho, lazer etc.).

Tratando do mesmo assunto, porém com foco em empreendimentos da Faixa 1, Moura (2014) propôs uma análise para a Região Metropolitana de Natal. Observou-se que a construção de unidades habitacionais ocorreu em ambientes desconectados do tecido urbano, onde se observa a carência de transportes e serviços, impactando diretamente no cotidiano dos moradores. Além disso, a carência de equipamentos comunitários evidencia uma inserção desse espaço de baixa hierarquia no meio urbano, criando dificuldades e restringindo as possibilidades de bem-estar dos residentes.

Em relação à demanda e o déficit habitacional, de acordo com estratos de renda, Ferreira e Miranda (2014) realizaram pesquisa em duas cidades médias brasileiras, São José do Rio Preto- SP e Petrolina-PE. Constatou-se que há diferenças entre as duas cidades, onde em Petrolina, a maior parte das unidades habitacionais contratadas estão na Faixa 1, porém há ausência de empreendimentos da Faixa 3. Em São José do Rio Preto a situação é bastante diversa, enquanto a produção de unidades habitacionais da Faixa 1 ainda não atendeu ao déficit e encontra-se distante de atender, a produção de unidades para as Faixas 2 e 3 ultrapassou substancialmente a demanda e o déficit previstos.

Realizando um estudo de cunho mais social e de análise dos avanços da política habitacional, Ramos e Noia (2016) verificaram avanços e diferencial do PMCMV em relação à trajetória da política habitacional brasileira. Apesar de historicamente as políticas habitacionais não atingirem de forma eficaz a classe mais necessitada, com o PMCMV, essa realidade começou a ser transformada, mesmo com as falhas operacionais e institucionais ainda existentes. De forma similar, Cunha (2012) salienta que de fato, o PMCMV se comparado com os anteriores, apresenta várias melhorias. Entre os pontos de superação em relação às políticas anteriores, está a maior atenção dada às famílias inseridas na faixa de renda entre 0 e 3 salários mínimos.

Ao relacionar o PMCMV com temas mais econômicos, Shimizu (2010) trabalhou com simulações do modelo de equilíbrio geral computável no crescimento adicional do PIB nacional em cada um dos quatro anos em que os investimentos forem realizados. Em relação ao emprego, houve a criação de 246 mil empregos formais adicionais em relação à situação

sem os investimentos do PMCMV. Os resultados regionais estimaram que as unidades da federação beneficiadas com maiores investimentos alocados pelo PMCMV serão as que apresentarão maior taxa de crescimento do PIB. Além de levar ao crescimento da economia, essa alocação de recursos do Programa levará à redução da desigualdade regional. Os resultados indicam também que mesmo famílias não participantes do Programa poderão ser beneficiadas durante a fase de operação dos investimentos, com aumento adicional no consumo das famílias. No longo prazo, os investimentos realizados irão provocar a elevação do estoque de casas, que por sua vez diminuirá a pressão sobre os aluguéis, parcela importante da cesta de consumo das famílias, e permitirá que as famílias possam utilizar essa renda disponibilizada no consumo de outros bens, provocando, por conseguinte, benefícios em diversos setores de atividade econômica, além dos setores diretamente envolvidos nos investimentos (SHIMIZU, 2010).

Foram encontradas também, pesquisas de satisfação com o PMCMV, onde foram ouvidos os próprios beneficiários, o que traz evidências bastante importantes para os gestores do Programa. Moreira e Silveira (2015) tiveram como objetivo central a construção de indicadores de desempenho a partir da percepção dos beneficiários do PMCMV do primeiro conjunto habitacional contratado e entregue no município de Viçosa- MG. Os resultados encontrados em relação aos aspectos físicos e construtivos do empreendimento, indicadores adequação ao uso, qualidade da construção e conforto ambiental se enquadraram na faixa de satisfação regular, evidenciando que a moradia possui aspectos de sua construção que podem ser (re)adequados. O resultado do indicador segurança teve satisfação geral baixa, o que pode ser explicado pela situação de inserir diferentes famílias que não possuíam relacionamento social prévio em um novo bairro e por inexistirem as relações afetivas de vizinhança (MOREIRA; SILVEIRA, 2015).

O indicador qualidade da infraestrutura urbana do conjunto, como abastecimento de água, saneamento básico e distribuição de energia apresentou nível de satisfação moderado-alto. Identificou-se que a média apontou moderado nível de satisfação, sendo que essa variável dividiu as opiniões dos beneficiários: embora 37% indicaram baixa satisfação, 16% avaliaram moderadamente e 21% apresentaram elevada satisfação. Os resultados em relação a viabilização do entorno evidenciou que para a maioria dos beneficiários possui infraestrutura pouco adequada e não lhes proporciona facilidade em acessar aos principais serviços ofertados pela cidade (tanto públicos quanto privados). Convém, por tais razões, ressaltar que diversos empecilhos são observados para a construção desses conjuntos, sendo a falta de terras urbanas um dos mais recorrentes (MOREIRA; SILVEIRA, 2015).

Outra pesquisa de grande relevância foi realizada pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (SNH/MCIDADES, 2014) com o intuito de avaliar a percepção dos beneficiários da Faixa 1 do PMCMV. Foi verificado que as notas de satisfação com a unidade habitacional obtiveram médias bastante elevadas, sendo que a média no país foi de 8,62. Destacou-se que a média de satisfação com a unidade habitacional ficou acima das médias com relação aos outros quesitos. No aspecto relativo a áreas de lazer, o nível de satisfação se mostrou baixo em todas as regiões estudadas, todavia, com relação a vizinhança, os beneficiários mostraram-se satisfeitos.

A despeito das percepções de insegurança, os beneficiários apontaram estar satisfeitos com o entorno de sua moradia, o que pode ser explicado pela percepção de que a família se mudou de uma área de risco ou assentamento precário para um bairro urbanizado. A satisfação com a disponibilidade de postos de saúde, pronto atendimento, creches e escolas nas proximidades dos empreendimentos foram, em geral, baixas, mostrando certo descompasso na resposta dos governos locais e estaduais na instalação desses equipamentos próximos às áreas dos empreendimentos.

Foi também verificado, grande distância dos empreendimentos da Faixa 1 do PMCMV aos centros das cidades, tornando elevado o tempo de deslocamento entre as moradias e a escola ou o trabalho. Contudo, apesar da demora no traslado, indicou-se que há oferta de serviços de transportes, sugerindo que a demora é consequência mais da distância dos empreendimentos aos centros do que da falta de transportes. Porém, apesar da distância os beneficiários se mostraram relativamente satisfeitos com a localização da moradia. Desse modo, as avaliações de cunho subjetivo quanto à propriedade e à moradia digna bem constituída, em bairro urbanizado parecem prevalecer sobre as deficiências percebidas com relação à inserção urbana (SNH/MCIDADES, 2014).

Tratando-se dos custos, a transferência das famílias para unidades do PMCMV representou uma redução considerável das despesas com aluguel ou prestação da casa própria, todavia implicou um aumento das despesas com serviços: água, luz e condomínio. No geral, os beneficiários estavam bastante satisfeitos e indicaram a percepção de aumento de bem estar, melhoria das condições de vida e reduzida intenção de mudança da moradia do PMCMV (SNH/MCIDADES, 2014).

Também no sentido de verificar o grau de satisfação, Cunha (2012) pesquisou em um residencial em Parnamirim- RN. Foi verificado um nível elevado de satisfação com o local de moradia atual, em relação a onde se morava anteriormente, como em relação a aspectos do

próprio condomínio, do apartamento e do bairro no qual está inserido. Contudo, o autor relata que esta satisfação está relacionada intrinsecamente ao “sonho da casa própria”. Diante desse fato pode-se inferir que o alcance desse “sonho” é, sem dúvida, a principal causa da satisfação quanto à moradia atual dos moradores. O principal problema está relacionado à distância da oferta de serviços e de equipamentos sociais. Percebeu-se também que alguns pontos têm sido negligenciados pelo município, como, por exemplo, o serviço de assistência social. Esse serviço se mostra muito deficiente no contexto de Parnamirim, na medida em que não dispõe de recursos humanos suficientes para realizar o acompanhamento das famílias após a entrega das chaves.

2.2 GERENCIAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR

O dinheiro, dada a sua importância e por ser inerente a maior parte das atividades e aquisições dos indivíduos, representa um aspecto essencial nos relacionamentos familiares e na vida das pessoas de um modo geral (SANTOS, 2010). Budescu e Taylor (2013) corroboram, evidenciando que questões relacionadas ao gerenciamento financeiro são ainda mais importantes entre famílias mais pobres, pois devido à escassez de recursos, são necessárias mais habilidades no seu uso. E, uma dessas habilidades se refere ao planejamento financeiro, que pode ajudar as famílias a cumprirem suas obrigações de curto e longo prazo, além de maximizar seu bem estar.

Para tanto, é importante que os indivíduos sejam dotados de um mínimo conhecimento financeiro para que consigam elaborar orçamentos, iniciar planos de poupança, e fazer investimentos estratégicos. É necessário equidade entre receitas e despesas, tendo as famílias que analisar com precisão quais as suas fontes de renda e quais suas prioridades, evitando que gastos supérfluos incorram em detrimento de despesas com necessidades básicas da família (CAMPARA, 2016). Assim, a gestão financeira parte desde os cuidados com questões domiciliares, como vestuário e alimentação, até aspectos como gestão de caixa, gestão do crédito, acumulação de capital, gestão da aposentadoria e planejamento imobiliário (PORTER; GARMAN, 1993).

Tratando-se das dificuldades no gerenciamento da renda familiar, têm-se os altos reajustes nos preços de mercadorias em oposição ao reajuste salarial, o que contribui para a dificuldade de controle financeiro, pois o que era comprado com a renda de um ano atrás, não se consegue comprar com a renda atual. Outro fator que se torna um obstáculo para que o dinheiro seja gerido de forma eficiente é a dificuldade dos indivíduos em cortar gastos

desnecessários, além de muitas vezes as pessoas acreditarem que pequenos dispêndios não influenciam no orçamento, contudo, somando-os, eles acabam contribuindo de forma significativa para o resultado no final do mês (SILVA *et al.*, 2014). Tem-se ainda a dificuldade de muitos indivíduos, principalmente os de baixa renda, em guardar algum montante financeiro, o que pode ser explicado pelo fato da renda auferida por muitas famílias ser sazonal, fruto da informalidade (RÊGO; PINZANI, 2013).

Diante dessas dificuldades, os indivíduos precisam ficar ainda mais atentos para não atrasarem as contas, pois de acordo com Lucke *et al.* (2014) quando os problemas financeiros chegam a patamares em que o nome do indivíduo é vinculado a um cadastro de dívida ativa, as dificuldades afloram-se ainda mais, o que pode prejudicar tanto o indivíduo, quanto a economia como um todo. Segundo Cenci, Pereira e Barichello (2015) as decisões financeiras particulares pode influenciar toda a economia e são intimamente ligados a problemas como a inadimplência, endividamento familiar e falta de capacidade de planejamento de longo prazo.

A fim de evitar essas situações, Braido (2014) destaca os controles financeiros como grandes aliados na busca por uma gestão coerente dos recursos, principalmente na definição da maneira de utilizá-los, tendo como objetivo indicar ou mostrar o melhor momento para resguardar, investir ou acumular. Atenta-se também para a importância da economia, onde Canova, Rattazzi e Webley (2005) esclarecem que a prática de poupar, seja por motivos de especulação, transação e precaução, é capaz de subsidiar o equilíbrio financeiro de uma família.

Observa-se que dentre aqueles que conseguem economizar, muitos investem na poupança, a qual segundo a Comissão de Valores Mobiliários (2014) é o tipo de investimento considerado mais tradicional e seguro, fazendo com que investidores mais conservadores apliquem seus recursos sem correr grandes riscos. Outra ação que pode ser realizada para um melhor uso do dinheiro, é a gestão ou fluxo de caixa, ferramenta esta que possibilita o controle das entradas e saídas de dinheiro, facilitando a visualização das reais condições financeiras, estimulando as pessoas a viverem dentro de suas condições (LEAL; NASCIMENTO, 2012).

Em relação ao gerenciamento financeiro e despesas das famílias beneficiárias do PMCMV, o estudo realizado pela SNH/MCidades (2014) identifica que a transferência das famílias de suas antigas moradias para unidades do PMCMV representou uma redução considerável das despesas com aluguel, além da percepção de redução do custo de vida. Contudo houve um aumento das despesas com serviços de água, luz e condomínio. As despesas monetárias com esses serviços comprometem 11,3% da renda familiar dos

beneficiários. Estima-se que as despesas com condomínio, são de R\$ 49,60 por mês, o que corresponde a 5,5% da renda familiar mensal. Isso faz com que, no caso de apartamentos, o gasto com condomínio seja superior à própria despesa com o parcelamento da moradia, o qual é de 5,0% da renda familiar, para a maioria dos beneficiários.

2.3 ATITUDE AO ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA

O consumo é um ato social e cultural, e independente do seu objetivo está presente em toda sociedade humana, seja para satisfazer uma necessidade básica ou supérflua. Todavia, devido à busca incessante para satisfazer essas necessidades e desejos, além da facilidade de acesso ao crédito, os indivíduos acabam gastando além dos seus recursos, surgindo a partir daí situações de endividamento, sobre-endividamento e inadimplência (FRADE *et al.* 2008; LUSARDI; TUFANO, 2009; GATHERGOOD, 2012).

Conceituando endividamento, Marques e Frade (2004) relatam que é um saldo devedor assumido por determinado indivíduo, gerado a partir da utilização de capital de terceiros e que deve ser quitado em um determinado período já fixado, tornando-se uma responsabilidade financeira. De forma mais aprofundada, Tolotti (2007) propõe a existência de dois tipos de endividamento, o passivo e o ativo. O passivo é imprevisível e ocorre em decorrência de acontecimentos inesperados no transcorrer da vida, como doença, morte, acidente, desemprego ou separação. Já, o endividamento ativo, ocorre a partir de escolhas equivocadas, isto é, um gerenciamento indevido das finanças, independente da renda mensal do indivíduo.

Destaca-se que nem sempre o endividamento é ruim, uma vez que pode ser também encarado como uma estratégia do consumidor num contexto de crescimento econômico, como quando se realiza um financiamento para ser adquirida uma casa, ou bens materiais de longa duração (MARQUES *et al.*, 2000). Contudo, torna-se um problema quando o indivíduo compromete uma parcela de sua renda superior as suas disponibilidades. Essa condição é denominada sobre-endividamento, conceituada como a incapacidade de quitar as dívidas contraídas (FRADE *et al.*, 2008; MARQUES; FRADE, 2004; KEESE, 2012).

Um caso ainda mais grave de dívida é a inadimplência, onde o indivíduo contrai um montante tão elevado de saldo devedor que ultrapassa suas condições de pagamento e assim os prazos pré-estabelecidos não são cumpridos (OLIVATO; SOUZA, 2007). De acordo com Herling *et al.* (2013), o sujeito torna-se inadimplente devido aos impactos que pode sofrer na

sua renda. Esses impactos determinam os limites e as restrições orçamentárias de cada consumidor.

Ao serem avaliadas as causas do endividamento, uma pesquisa do Banco Central do Brasil (2014) evidencia a perda de emprego e renda, doença própria e/ou de familiares, morte do responsável pela maior parte da renda familiar, gravidez não programada, separação conjugal; fatos considerados inesperados. Há também, a falta de planejamento financeiro, levando a ocorrências de compras por impulso, excesso de parcelamento de compras e uso de linhas de crédito de forma impulsiva e descontrolada; além de empréstimo do nome, onde um amigo ou familiar retira empréstimo e/ou financiamento em seu nome para terceiros ou empresta o seu cartão de crédito.

Em relação a aspectos de cunho mais comportamental, é evidenciado o materialismo, o *status* social, prazer, poder, falta de planejamento e os desejos e as necessidades (PONCHIO, 2006; TRINDADE, 2009) que ocorrem muitas vezes devido à importância atribuída às posses. Assim, quanto mais as pessoas considerarem relevante os bens materiais, maior será a aspiração para compra e conseqüentemente mais propensos a endividarem-se (SANTOS; FERNANDES, 2011).

As causas do endividamento e inadimplência podem estar ligadas também a fatores macroeconômicos, que afetam a economia de modo geral e estão fora do controle das famílias. Entre esses fatores estão a taxa de juros, rendimento médio do pessoal ocupado, inflação (LINARDI, 2008); desemprego, volume de vendas do comércio e o índice geral de preços ao consumidor amplo (SILVA *et al.*, 2012).

Também foi relatado como causas de endividamento excessivo e restrições cadastrais, a existência de algumas “armadilhas” no momento do acesso ao crédito e financiamentos, como: excesso de linhas de crédito, com oferta ostensiva; falta de informações claras sobre as condições da operação, com ênfase nas facilidades e benefícios, sem mencionar os riscos; concessão e/ou aumento de limites acima da capacidade de pagamento sem solicitação; pagamento do valor mínimo da fatura (BCB, 2014). Outros fatores que vem sendo elencados como causadores de dívidas das famílias brasileiras são o uso do cartão de crédito, cheque especial ou pré-datado, crédito consignado ou crédito pessoal, carnês, financiamento de carro e financiamento de imóvel (CNC, 2015).

Como consequência do endividamento, devido as diferentes causas apresentadas, tem-se à exclusão financeira, ou seja, o indivíduo fica isolado dos ambientes financeiros, com dificuldades de acesso ao crédito, ou até mesmo sem a posse de uma conta bancária (ANDERLONI; VANDONE, 2010). Além disso, as dívidas geram consequências para vida

social das pessoas. Segundo o Observatório de Endividamento dos Consumidores (2002) o endividamento gera muitas vezes preconceito por parte de amigos e familiares que não admitem que alguém, por falta de controle ou qualquer outra justificativa possa chegar a essa situação, havendo a exclusão social. Essa hostilidade é ainda maior entre os cônjuges que por não aceitarem as decisões financeiras de seu parceiro(a) acabam, em alguns casos, gerando dissolução da família.

Na pesquisa intitulada “O lado avesso do sistema consumo-crédito: (super)endividamento do consumidor“, realizada no PROCON/RS por Hennigen (2012), foi observado que a maior parte dos entrevistados sentem mal-estar por estarem endividados e pela dificuldade de conseguir saldar os compromissos. E, ao refletir sobre seu (super)endividamento relataram passar por situações de depressão, insônia, problemas nas relações familiares e falta de perspectiva para soluções de problemas. Nesse âmbito, Keese e Schmitz (2011) apontam sensações e problemas relatados por pessoas endividadas, tais como problemas de saúde, estresse e angústia, menor percepção da capacidade de gerenciamento do dinheiro, menor sensação de Bem-estar Financeiro e emoções negativas.

Diante dessas situações, no estudo do Banco Central do Brasil (2014) observa-se a importância de estratégias para sair do endividamento, as quais são: controlar o orçamento por meio de planilha financeira; utilizar no máximo um cartão de crédito, cancelando os demais; economizar, poupar dinheiro e ter reserva financeira. Além disso, não aceitar muitas linhas de crédito nem limites elevados; aceitar propostas de renegociação de dívida apenas se o credor reduzir juros e não parcelar as compras em muitas vezes.

2.3.1 Endividamento e relação com variáveis socioeconômicas e demográficas

A literatura já existente acerca do tema endividamento traz consigo diversas relações com variáveis socioeconômicas e demográficas. Quanto ao gênero, têm-se duas concepções distintas: alguns autores evidenciam as mulheres como mais propensas ao endividamento (TRINDADE; RIGHI; VIEIRA, 2012; CARVALHO; ALVES, 2010; VIEIRA *et al.*, 2014) e outros, os homens (FLORES, 2012; WANG; LU; MALHOTRA, 2011). Justificando essas relações, Trindade, Righi e Vieira (2012) salientam que as mulheres são mais propensas ao endividamento, pois são mais predispostas a aquisição de carnês e mais vulneráveis a realização de compras com maior frequência. Carvalho e Alves (2010) ratificam essas evidências, afirmando que as mulheres realizam altos desembolsos com os cuidados domésticos, o que compromete o orçamento. Em relação aos homens, eles costumam utilizar

o crédito rotativo com maior frequência (WANG; LU; MALHOTRA, 2011) e utilizar de forma mais extensiva o cartão de crédito, o empréstimo pessoal, o empréstimo consignado, o limite de cheque e o limite da conta (MULLER, 2010), fatores estes que os tornam mais propensos ao endividamento.

Quanto a variável número de dependentes, Keese (2012) evidencia que as famílias com maior número de filhos e dependentes, principalmente crianças, contraem maiores níveis de endividamento. Da mesma forma, Silva (2011) e Lea, Webley e Walker (1995) destacam que um grande impulsionador dos problemas de altos níveis de endividamento nas famílias é o maior número de filhos em decorrência do aumento de gastos com situações imprevisíveis como doenças.

No que tange à faixa etária, Ponchio (2006) e Vieira, Flores e Campara (2015) observaram em seus estudos a existência de uma relação negativa entre idade e endividamento, ou seja, os indivíduos mais velhos tendem a possuir menores níveis de endividamento. Ratificando essas evidências, Worthy, Jonkman e Blinn-Pike (2010) destacam que jovens de 18 a 25 anos são mais predispostos a assumir riscos maiores e apresentar menor estabilidade financeira o que pode explicar a maior vulnerabilidade à dívida. No mesmo sentido, Flores (2012) evidenciou que as pessoas com até 30 anos possuem maior nível de endividamento.

Ao avaliar a relação entre a variável estado civil e endividamento, Flores (2012), Gathergood (2012) e Vieira, Flores e Campara (2015) observaram que os indivíduos solteiros possuem maior propensão ao endividamento e possuem maiores níveis de sobre endividamento. De encontro a esta perspectiva, Mendes-Da-Silva, Nakamura e Moraes (2012), destacam as pessoas casadas como as mais vulneráveis a estourar o limite do cartão de crédito e a pagar somente uma parcela da fatura elevando o nível da dívida. Vieira *et al.* (2014) ao investigar o endividamento na mesorregião central do Estado do Rio Grande do Sul indicou que mulheres separadas ou viúvas são mais propensas a contrair dívidas, pois muitas vezes precisam arcar com as despesas da casa e cuidados com os filhos.

Em relação à escolaridade, Vieira, Flores e Campara (2015), verificaram que indivíduos com menores níveis de escolaridade (ensino fundamental e ensino médio) possuem maior propensão ao endividamento. Flores (2012) verificou em sua pesquisa que as pessoas sem alfabetização apresentaram maior propensão a endividar-se. Por outro lado, Miotto (2013) e Lea, Webley e Walker (1995), salientam que os consumidores com um nível de instrução mais elevado têm condições de buscar junto ao mercado financeiro as opções mais viáveis de empréstimos e possuem acesso a oportunidades que possivelmente uma classe

menos instruída não teria conhecimento. Assim, quanto maior a instrução, maior a possibilidade de se endividar, dado o conhecimento de opções de crédito (MIOTTO, 2013).

Tratando da relação ocupação e atitude ao endividamento, Disney e Gathergood (2011) ao realizar uma pesquisa no Reino Unido a fim de verificar o sobreendividamento, constatou que os indivíduos com menores taxas de emprego apresentaram maior nível de sobreendividamento. Resultado semelhante foi encontrado por Flores (2012), que verificou que pessoas que não trabalham tendem a apresentar maior propensão ao endividamento.

Outro fator que pode estar diretamente relacionado a níveis de endividamento diz respeito à renda. Zerrenner (2007); Vieira *et al.* (2014), Vieira, Flores e Campara (2015) e Bricker *et al.* (2012) avaliando o endividamento, verificaram que indivíduos de baixa renda apresentavam maior propensão a se endividar. Os resultados auferidos revelam que isso ocorre principalmente pela restrição orçamentária.

Figura 03- Síntese da relação entre as variáveis socioeconômicas e demográficas e o Endividamento

Variável	Relação esperada	Autores
Gênero	Mulheres são mais propensas ao endividamento.	Trindade; Righi e Vieira (2012); Carvalho e Alves (2010); Vieira <i>et al.</i> (2014)
	Homens são mais propensos ao endividamento.	Flores (2012); Wang; Lu e Malhotra (2011)
Dependentes	Famílias com maior número de dependentes contraem maiores níveis de endividamento.	Keese (2012); Silva (2011) e Lea; Webley e Walker (1995)
Idade	Indivíduos mais velhos tendem a possuir menores níveis de endividamento.	Ponchio (2006), Vieira, Flores e Campara (2015); Worthy, Jonkman e Blinn-Pike (2010); Flores (2012)
Estado Civil	Indivíduos solteiros possuem maior propensão ao endividamento.	Gathergood (2012); Vieira, Flores e Campara (2015); Flores (2012).
	Indivíduos casados possuem maior propensão ao endividamento.	Mendes-Da-Silva, Nakamura e Moraes (2012)
	Indivíduos separados ou viúvos possuem maior propensão ao endividamento.	Vieira <i>et al.</i> (2014)
Escolaridade	Indivíduos com menor nível educacional tendem a apresentar maior propensão ao endividamento.	Vieira, Flores e Campara (2015); Flores (2012)
	Indivíduos com maior nível educacional tendem a apresentar maior propensão ao endividamento.	Miotto (2013) e Lea, Webley e Walker (1995)
Ocupação	Indivíduos desempregados possuem maior propensão ao endividamento.	Disney e Gathergood (2011) e Flores (2012)
Renda	Indivíduos com menores níveis de renda apresentam maior propensão ao endividamento.	Zerrenner (2007); Vieira <i>et al.</i> (2014); Vieira, Flores e Campara (2015); Bricker <i>et al.</i> (2012)

Fonte: Elaborada pela autora (2017).

2.3.2 Panorama do endividamento brasileiro e inadimplência no Programa Minha Casa Minha vida

Desde o ano de 2010, é realizada no Brasil, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC). Os dados são coletados mensalmente em todas as capitais dos Estados e no Distrito Federal com cerca de 18 mil consumidores. Assim, tem-se um panorama do endividamento brasileiro, sendo destacado o percentual de endividamento das famílias brasileiras, além das categorias que mais ocorrem dívidas. Na Figura 04 é apresentado o percentual de endividados, com contas em atraso e que não terão condições de pagar dos meses de dezembro, de 2010 a 2016.

Figura 04- Percentual de famílias brasileiras endividadas, com contas em atraso e que não terão condições de pagar

Período	Total de endividados	Com contas em atraso	Não terão condições de pagar
Dezembro de 2010	58,3%	23,5%	8,3%
Dezembro de 2011	58,6%	21,2%	7,2%
Dezembro de 2012	60,7%	21,7%	7,0%
Dezembro de 2013	62,2%	20,8%	6,5%
Dezembro de 2014	59,3%	18,5%	5,8%
Dezembro de 2015	61,1%	23,2%	8,7%
Dezembro de 2016	56,6%	23,0%	8,7%

Fonte: Elaborada pela autora com base na Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (CNC, 2016).

Observa-se que, o percentual de famílias que relataram ter dívidas, dentre essas, com cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro, alcançou 61,1% em dezembro de 2015, recuando para 56,6% em dezembro de 2016. Ademais, o percentual de famílias com contas em atraso em dezembro de 2015 foi de 23,2%, o segundo maior percentual do mês de dezembro dos anos estudados e em dezembro de 2016, recuou, porém apenas 0,2%. Já, o percentual de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso e que, portanto, permaneceriam inadimplentes foi de 8,7%, tanto em dezembro de 2015, como de 2016, sendo o percentual mais alto apresentado no quadro, e que representa um aumento nos índices de inadimplência no período em destaque e os efeitos da recessão que vem ocorrendo no país (CNC, 2016). Na

Figura 05 são apresentados os tipos de dívidas considerados na pesquisa da CNC e seu percentual quando a renda familiar é de até dez salários mínimos.

Figura 05- Percentual de famílias endividadadas por tipo de dívida e renda familiar

Tipo	Renda Familiar mensal de até 10 SM
Cartão de crédito	78,0%
Cheque especial	5,9%
Cheque pré-datado	1,3%
Crédito consignado	5,2%
Crédito Pessoal	9,7%
Carnês	15,6%
Financiamento de carro	8,1%
Financiamento de casa	5,6%
Outras dívidas	2,5%
Não sabe	0,1%
Não respondeu	0,1%

Fonte: Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (CNC, 2016).

O cartão de crédito pode ser considerado o principal tipo de endividamento, pois 78,3% das famílias entrevistadas possuem esse tipo de dívida, seguido de carnês, por 15,6%, e, em terceiro, crédito pessoal, por 9,7% das famílias. De acordo com o relatório da CNC (2015), devido ao aumento das taxas de juros, redução do emprego e da renda real dos consumidores, os níveis de endividamento se mantiveram em patamares superiores em relação a 2014. A proporção de famílias com contas ou dívidas em atraso alcançou o maior nível desde junho de 2012. Houve piora nos indicadores de inadimplência, e uma proporção maior de famílias informou não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso. As taxas de juros mais elevadas e o cenário menos favorável do mercado de trabalho também impactaram negativamente os indicadores de inadimplência e a percepção das famílias em relação às suas dívidas (CNC, 2015).

Todavia, em 2016, o percentual de famílias endividadadas apresentou um recuo, o que pode ser explicado pela manutenção do crédito mais caro, proveniente ainda da alta taxa de juros, aliado à elevada taxa de desemprego, o que vem sustentando um nível de consumo mais retraído. Contudo, apesar dessa queda, as condições econômicas ainda adversas podem dificultar um recuo mais intenso dos indicadores de inadimplência (CNC, 2016).

Tratando-se do endividamento e inadimplência com os financiamentos habitacionais, em particular com o Programa Minha Casa Minha Vida, foco do trabalho, foi relatado pelo

Ministério das Cidades (2015) que o atraso no pagamento das mensalidades da Faixa 1 do PMCMV fechou o primeiro semestre de 2015 em cerca de 22,0% . Em relação às Faixas 2 e 3, a inadimplência estava por volta de 2,00%. Observa-se assim, que cerca de um em cada cinco beneficiários da menor faixa de renda do Programa Minha Casa Minha Vida estava com pelo menos uma prestação do imóvel vencida há mais de três meses. Nas Faixas 2 e 3, esse percentual não é tão elevado, contudo, vem aumentando, pois em dezembro de 2012, estava em 1,3%. Esse aumento, apesar de pequeno, também é preocupante, pois diferente da Faixa 1, que a inadimplência é coberta pelo Tesouro Nacional, os atrasos nas Faixas 2 e 3 são assumidos pelas instituições financeiras, corroendo parte do lucro (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHABS E AGENTES PÚBLICOS DE HABITAÇÃO, 2016).

Ao serem avaliados os motivos que levariam a inadimplência, principalmente na Faixa 1, Brandão (2014) salienta que o valor pago pelas famílias é baixo, assim, devido ao fato da pessoa investir pouco com recursos próprios torna a relação de propriedade menos efetiva. O autor relata que tudo o que é obtido com o esforço conjunto da família é mais valorizado. No mesmo sentido, o coordenador do Centro de Estudos em Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV, Lauro Gonzales, em reportagem de Cucolo (2015), relata que em um financiamento, quando é cobrada uma prestação com um valor muito inferior a capacidade de pagamento, a pessoa acaba considerando aquela obrigação como menos importante e acaba priorizando o pagamento de outras despesas. Assim, em um momento de aperto da renda, como o que passa o Brasil, o Programa entra na lista de despesas a serem cortadas.

Outro fator de extrema relevância, é que ainda não foram retomados imóveis na Faixa 1, por falta de pagamento, já nas Faixas 2 e 3 já foram retomadas mais de cinco mil moradias (CUCOLO, 2015). Dessa forma, as famílias beneficiárias, pertencentes a Faixa 1, não pagam as prestações em dia, pois sabem que não vão perder o imóvel, então acabam não se preocupando tanto com essa obrigação. Salienta-se também, que o peso do gasto com condomínio, em alguns casos pode chegar à metade da prestação mensal, tornando-se um dos fatores que também pressionam a capacidade de pagamento dos beneficiados (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHABS E AGENTES PÚBLICOS DE HABITAÇÃO, 2016).

Diante de todas essas possíveis causas para o aumento da inadimplência no PMCMV, Brandão (2014) afirma que as condições acabam sendo "exageradamente favoráveis" para o calote e que falta uma investigação mais precisa das condições financeiras das famílias. Com intuito de melhorar essa situação, a Caixa Econômica Federal, vem estudando maneiras de atuar para diminuir a inadimplência no âmbito do Programa, e sugere que possíveis mudanças

podem incluir uma maior rigidez na seleção dos beneficiários, exigência de pagamento de uma entrada para os empréstimos e ações educacionais para que sejam realizados pagamentos em dia (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHABS E AGENTES PÚBLICOS DE HABITAÇÃO, 2016).

Outra ação que pode trazer benefícios para maior adimplência no Programa se refere às inovações trazidas pelo microcrédito. Elas se baseiam em elementos das chamadas "finanças da proximidade", as quais servem para capturar a dinâmica da vida financeira dos beneficiários mais pobres, através do acompanhamento de agentes de crédito, profissional que vai até as pessoas e tem ligação concreta com sua realidade, poderia contribuir para mitigar o risco de crédito e adequar a prestação à capacidade de pagamento. Ao mesmo tempo, pode ser melhorado o uso de informações e bancos de dados disponíveis, como o Cadin e o Cadastro Único, que podem ser complementados por informações locais, geralmente informais, sobre rotinas e perfis das famílias (GONZALES; AMBROSIO, 2015).

2.4 ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA

Os indivíduos estão a todo tempo tomando decisões financeiras, desde as mais simples até as mais complexas e que poderão impactar na renda por um longo período de tempo, como o planejamento da aposentadoria, aquisição da casa própria e a realização de poupança para custear a educação dos filhos. Têm-se ainda as amplas possibilidades de acesso ao crédito, estando dentre elas o financiamento proporcionado pelo PMCMV. Assim, diante dos inúmeros compromissos financeiros, opções de crédito e decisões de investimento que precisam ser tomadas ao longo da vida, tem-se explorado a temática Alfabetização Financeira, reconhecida como uma “habilidade essencial para os indivíduos que estão inseridos em um cenário financeiro cada dia mais complexo” (POTRICH; VIEIRA; KIRCH, 2015, p. 363).

Segundo a OECD (2013b) a alfabetização financeira é uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para que sejam tomadas decisões financeiras sólidas, e assim torne-se possível o alcance do bem-estar financeiro individual. Mais especificadamente, a OECD (2013b) aborda a alfabetização financeira em três dimensões interligadas: o conhecimento financeiro, o comportamento financeiro e a atitude financeira. Observa-se que no presente trabalho, adotam-se essas três dimensões.

Outra definição é colocada por Huston (2010), o qual afirma que a alfabetização financeira possui duas dimensões: uma referente ao conhecimento financeiro pessoal, e a

outra a utilização, ou seja, a aplicação de tais conhecimentos na gestão das finanças pessoais. Similarmente, Lusardi e Tufano (2009) a definem como a capacidade de tomar decisões simples sobre os contratos de dívida, e a aplicação dos conhecimentos básicos no cotidiano das escolhas financeiras.

Tratando-se das funções da alfabetização financeira na vida das pessoas, Anderloni e Vandone (2010) argumentam que a mesma funciona como uma medida preventiva para o controle da inadimplência, uma vez que proporciona a compreensão dos indivíduos em relação às suas transações financeiras tornando-os mais capacitados para a tomada de decisões. Analogamente, Disney e Gathergood (2011) relatam que as pessoas que detém um maior nível de alfabetização financeira, tendem a assumir dívidas com menores custos, gerando um menor risco de endividamento.

Assim, ser alfabetizado financeiramente é muito importante, pois diante de maiores informações acerca de aspectos financeiros, mais capacitados serão os indivíduos no momento de decidir, aproveitar as oportunidades ofertadas e identificar os riscos nelas existentes (AMADEU, 2009). Em relação às consequências de baixos níveis de alfabetização financeira, têm-se o aumento da probabilidade de utilização de empréstimos informais, tanto com agiotas como com amigos ou familiares, devido ao não conhecimento das alternativas (SANTOS, 2015).

Na sequência, são abordadas individualmente as três dimensões consideradas pela OECD (2013b) como inerentes a Alfabetização Financeira, sendo colocado o que representa cada uma e sua relação com variáveis socioeconômicas e demográficas.

2.4.1 Conhecimento Financeiro

O conhecimento financeiro envolve as etapas de receber, assimilar e absorver as informações sobre finanças, tornando os indivíduos capazes de aperfeiçoar e aprofundar os conceitos (LIZOTE; VERDINELLI, 2014). Segundo Atkinson e Messy (2012) esses conceitos são relacionados a juro simples e compostos, risco e retorno, e inflação. Conceitos esses que maximizam a capacidade de gerir receitas, despesas e poupança de forma eficaz (DELAVANDE; ROHWEDDER; WILLIS, 2008).

Tratando-se da relação do conhecimento financeiro com as variáveis socioeconômicas e demográficas, quanto ao gênero, Lusardi e Mitchel (2011), Lusardi e Wallace (2013) e Potrich, Vieira e Paraboni (2013) constataram nos seus estudos, que as mulheres são menos propensas a responder questões financeiras corretamente. Potrich (2014) e Kunkel (2014)

identificaram que aqueles que não possuem dependentes possuem maior conhecimento sobre finanças.

Considerando a idade, resultados da pesquisa de Lusardi e Mitchell (2011) demonstraram que os pesquisados na faixa etária entre 25 e 65 anos, tendem a acertar 5% mais questões do que os menores de 25 anos ou mais de 65 anos. Kunkel (2014) identificou em sua pesquisa, que indivíduos com idade superior a 27 anos possuem maior ciência financeira que aqueles com idade inferior.

Em relação ao estado civil, Research (2003) e Brown e Graf (2013) identificaram que os solteiros são significativamente mais predispostos a ter menores níveis de conhecimento financeiro, se comparados aos indivíduos casados. Contrariamente, Potrich (2014) e Kunkel (2014) encontraram que os solteiros possuem maior conhecimento financeiro.

Maiores níveis de conhecimento financeiro são encontrados em indivíduos com maior nível de escolaridade (POTRICH, 2014). Kunkel (2014) identificou que indivíduos com maior grau de instrução educacional, com destaque para que aqueles com ensino superior e mestrado apresentam um maior nível de conhecimento financeiro. Lusardi e Mitchell (2011) concluíram que os indivíduos com menor nível educacional nos EUA são menos propensos a responder às perguntas corretamente e mais propensos a dizerem que não sabem a resposta.

Tratando-se da ocupação e experiência profissional Chen e Volpe (1998), após pesquisa realizada com estudantes universitários, concluíram que indivíduos com maior tempo de serviço passam por mais experiências financeiras e por esse motivo adquirem maiores conhecimentos, facilitando assim, a análise de informações mais complexas e fornecendo embasamento para a tomada de decisão. Por outro lado, segundo Research (2003), trabalhadores com baixa qualificação ou desempregados tendem a apresentar desempenho inferior devido ao menor contato com questões financeiras. Kunkel (2014) apontou que profissionais liberais e aposentados tem um maior entendimento a respeito de questões financeiras se comparados àqueles que não possuem vínculo empregatício.

Quanto à renda, Disney e Gathergood (2011), Potrich (2014) e Kunkel (2014), encontraram que indivíduos com mais recursos financeiros possuem mais conhecimento financeiro. Lyons, Rachlis e Scherpf (2007) observaram que possuir bons níveis de renda está atrelado a maiores escores de conhecimento financeiro, no entanto, existem poucas evidências, de que a magnitude do efeito da renda aumente com a elevação dos rendimentos mensais.

Ressalta-se que apenas o conhecimento financeiro não é capaz de garantir uma gestão eficaz dos recursos monetários, uma vez que o mesmo precisa ser aplicado nas atitudes

financeiras, dimensão importante da alfabetização financeira (NORVILITIS; MACLEAN, 2010; XIAO *et al.*, 2011).

2.4.2 Atitude Financeira

A atitude financeira pode ser definida como uma intenção comportamental em relação às finanças pessoais (CHAN; CHAN; CHAU, 2012). É também reconhecida como a combinação de conceitos, informações e emoções sobre a aprendizagem, que resultam na aplicação em situações do dia-a-dia, e em predisposição a reagir favoravelmente diante de eventualidades (SHOCKEY, 2002). As atitudes financeiras, decorrentes diretamente do uso do dinheiro e/ou diferentes meios de pagamento, se estabelecem pelas experiências que cada indivíduo, portanto, são distintas de uma pessoa para outra, dado o contexto econômico e cultural (FAZIO; EISER; SHOOK, 2004).

Atkinson e Messy (2012) definem que as atitudes representam um elemento importante da alfabetização financeira, pois são as preferências/orientações do indivíduo em relação às questões financeiras pessoais. Dessa forma, se uma pessoa possui uma atitude negativa em relação à poupança, provavelmente, será menos propensa em realizar o comportamento de poupar, assim como se ela apresenta uma atitude positiva a parcelamentos, o qual poderá fazer com que ela parcele grande parte de suas compras.

Evidenciando a relação da atitude financeira com variáveis socioeconômicas e demográficas, Kunkel (2014) constatou em sua pesquisa, que indivíduos que não possuem dependentes exibem atitudes de gestão financeira mais saudáveis. A autora também verificou a existência de diferenças significativas para a variável idade, sendo que os indivíduos com mais de 27 anos apresentam atitudes financeiras mais satisfatórias que aqueles com idade inferior a 27 anos. Similarmente, Shim *et al.* (2009) observam que adultos com até 25 anos estão em uma fase da vida em que passam por uma série de grandes experiências e oportunidades, tornando-se uma fase de transição, tornado o indivíduo mais suscetível a influência de recursos financeiros, crenças, hábitos e valores que vão definir o padrão de atitudes financeiras.

Quanto ao nível de escolaridade, Shim *et al.* (2009) afirmam que indivíduos com maior nível educacional desenvolvem atitudes mais positivas em relação ao gerenciamento do dinheiro, o que pode explicado pelo fato de que a maior escolaridade vem normalmente acompanhada de maior experiência e autoconfiança. Potrich (2014) observou que aqueles que possuem Mestrado, Doutorado e/ou Pós-Doutorado no seu nível de escolaridade são os que

apresentam as melhores atitudes financeiras em comparação as que possuem o ensino fundamental e que apresentaram as piores atitudes. Já, Kunkel (2014) constatou-se que indivíduos com especialização ou MBA e doutorado, agem, financeiramente, de forma mais responsável.

No que tange à ocupação, Potrich (2014) constatou em sua pesquisa, que os autônomos, seguidos dos empregados assalariados e dos funcionários públicos são os que apresentam as melhores atitudes financeiras. Já os aposentados demonstram as piores atitudes.

Tratando-se da faixa de renda, de acordo com Agarwalla *et al.* (2013), o aumento na renda, aumenta as chances dos indivíduos apresentarem boas atitudes financeiras. Agarwalla *et al.* (2012) verificaram que indivíduos com renda elevadas apresentam atitudes positivas para o consumo e planejamento para alcançar objetivos futuros. Segundo Shim *et al.* (2009), pessoas com maiores níveis de renda dispõem, de mais informações sobre gestão financeira, o que possibilita a adoção de atitudes de gerenciamento financeiro pessoal mais responsáveis. Investigando as diferenças para a variável renda, Kunkel (2014) e Potrich (2014) constataram que indivíduos com rendimento mensal familiar mais elevado apresentaram atitudes financeiras mais saudáveis que aquelas exibidas por indivíduos de menor faixa salarial.

Quanto ao gênero e ao estado civil, não foram encontradas em pesquisas, diferenças significativas para a atitude financeira em si, contudo, tratando da alfabetização financeira englobando as três dimensões, a literatura indica que quanto ao gênero, as mulheres geralmente apresentam menores índices de alfabetização financeira do que os homens (LUSARDI; MITCHELL, 2011; AGARWAL *et al.*, 2009; ATKINSON; MESSY, 2012). Já em relação ao estado civil, os solteiros são significativamente mais propensos a serem menos alfabetizados financeiramente do que os casados (RESEARCH, 2003; BROWN; GRAF, 2013).

2.4.3 Comportamento Financeiro

O comportamento financeiro é a dimensão mais objetiva e concreta da Alfabetização Financeira, pois diz respeito às ações e à tomada de decisões, ou seja, como o indivíduo conduz na prática a sua vida financeira, como a utilização do crédito, organização do orçamento pessoal, planejamento financeiro, poupança, investimentos, e tudo que envolva recursos financeiros (GUTTER, COPUR, 2011; SHIM *et al.*, 2009; XIAO, SORHAINDO, GARMAN, 2006).

É considerado a última dimensão da alfabetização financeira, contudo, conforme a OECD (2013a), é um elemento essencial, e sem dúvida o mais importante dentre os três, pois é o comportamento que concretiza o equilíbrio ou o desequilíbrio financeiro. Atkinson e Messy (2012) salientam que são os comportamentos financeiros que determinam os resultados positivos de ser financeiramente alfabetizado, tais como o planejamento das despesas e a construção da segurança financeira para o futuro e, ao mesmo tempo, são os comportamentos que determinam os resultados negativos, como o uso excessivo do crédito e o consumo exagerado.

Considerando o comportamento financeiro e a sua relação com a variável gênero, estudos anteriores apontam que indivíduos do gênero masculino demonstraram ter melhores comportamentos financeiros que os do gênero feminino (POTRICH, 2014; AGARWALLA *et al.*, 2013; MOTTOLA, 2013). Essa diferença ocorre muitas vezes em função de que muitas famílias adotam uma estratégia de socialização financeira mais protecionista para as mulheres, incentivam mais os homens a participar da tomada de decisões financeiras, o que faz com que eles, adquiram um maior conhecimento e prática, induzindo a um melhor comportamento (FALAHATI; SABRI; PAIM, 2012).

Quanto a possuir dependentes, Kunkel (2014) e Potrich (2014) encontraram em suas pesquisas, que indivíduos sem dependentes exibem um melhor comportamento financeiro que aqueles que possuem dependentes. Relacionando a idade com o comportamento financeiro, a literatura indica que indivíduos mais velhos tendem a comportar-se financeiramente de forma mais adequada que os indivíduos mais novos (DINIZ, 2013; KUNKEL, 2014).

Em relação ao estado civil, Agarwalla *et al.* (2012) e Potrich (2014) evidenciaram que os casados ou que vivem em união estável são os que apresentam os melhores comportamentos financeiros, o que segundo os autores, pode ser explicado em função de que os indivíduos casados possuem maiores encargos financeiros e maiores responsabilidades ao criar uma família.

No que tange a escolaridade, indivíduos com maior grau de instrução tendem a apresentar um comportamento financeiro mais satisfatório (DINIZ, 2013; AGARWALLA *et al.*, 2012; SHIM *et al.*, 2013) com a forte discrepância de comportamento entre aqueles com pouca escolaridade, ensino fundamental e médio, e aqueles com especialização ou MBA e doutorado (KUNKEL, 2014; POTRICH, 2014). Tratando-se da ocupação, Potrich (2014) encontrou em sua pesquisa, que os que não trabalham demonstram os piores comportamentos financeiros.

Por fim, considerando a relação do comportamento financeiro com a renda, Lyons (2004) encontrou que os indivíduos pertencentes às famílias de baixa renda foram mais propensos a apresentarem comportamentos financeiros ruins, como o acúmulo de empréstimos e dívidas de cartão de crédito em comparação aos de famílias de maior renda. De forma similar, Potrich (2014) verificou que os respondentes que possuem as maiores faixas de renda (mais de R\$ 14.000,00 e entre R\$ 7.000,01 e R\$ 14.000,00), são os que apresentam os melhores comportamentos financeiros. Já os que demonstram os piores comportamentos são aqueles com renda de até R\$ 700,00. A Figura 6 apresenta a Síntese da relação entre as variáveis socioeconômicas e demográficas e as dimensões da Alfabetização Financeira.

Figura 06- Síntese da relação entre as variáveis socioeconômicas e demográficas e as dimensões da Alfabetização Financeira

Variável	Relação esperada	Autores
Gênero	Homens possuem maior conhecimento financeiro.	, Lusardi e Wallace (2013) e Potrich, Vieira e Paraboni (2013)
	Homens possuem melhor comportamento financeiro.	Potrich (2014); Agarwalla <i>et al.</i> , (2013); Mottola (2013)
Dependentes	Possuir dependentes possui relação negativa com o conhecimento financeiro, atitude financeira e comportamento financeiro.	Potrich (2014) e Kunkel (2014)
Idade	-Indivíduos na faixa etária entre 25 e 65 anos, possuem maior conhecimento financeiro do que os com menos de 25 ou mais de 65 anos. -Indivíduos com idade superior a 27 anos possuem maior conhecimento e atitude financeira que aqueles com idade inferior.	-Lusardi e Mitchell (2011) -Kunkel (2014)
	Indivíduos mais velhos tendem a comportar-se financeiramente de forma mais adequada que os indivíduos mais novos.	Diniz (2013); KUNKEL (2014).
Estado Civil	-Solteiros são mais predispostos a ter menores níveis de conhecimento financeiro. -Solteiros possuem maior conhecimento financeiro.	-Research (2003); Brown e Graf (2013) -Potrich (2014) e Kunkel (2014)
	Casados ou que vivem em união estável são os que apresentam os melhores comportamentos financeiros.	Agarwalla <i>et al.</i> (2012) e Potrich (2014)
Escolaridade	Maiores níveis de escolaridade indicam maior conhecimento financeiro.	Potrich (2014); Kunkel (2014); Lusardi e Mitchell (2011)
	Maiores níveis de escolaridade indicam melhores atitudes financeiras.	Shim <i>et al.</i> (2009); Potrich (2014); Kunkel (2014)
	Indivíduos com maior grau de instrução tendem a apresentar um comportamento financeiro mais satisfatório.	Diniz (2013); Agarwalla <i>et al.</i> (2012); Shim <i>et al.</i> (2013)
Ocupação	-Indivíduos com maior tempo de serviço possuem maior conhecimento financeiro. -Desempregados tendem a apresentar menor conhecimento financeiro. -Profissionais liberais e aposentados tem um maior entendimento a respeito de questões financeiras.	-Chen e Volpe (1998) -Research (2003) -Kunkel (2014)
	-Autônomos, empregados assalariados e funcionários públicos são os que apresentam as melhores atitudes financeiras. - Aposentados apresentam as piores atitudes financeiras.	Potrich (2014)
	Indivíduos que não trabalham demonstram os piores comportamentos financeiros.	
Renda	Indivíduos com maiores níveis de renda possuem maior conhecimento financeiro.	Disney e Gathergood (2011); Potrich (2014); Kunkel (2014);
	Indivíduos com rendimento mensal familiar mais elevado apresentam melhores atitudes financeiras.	Agarwalla <i>et al.</i> (2012, 2013); Potrich (2014); Kunkel (2014)
	Indivíduos com maiores níveis de renda são os que apresentam os melhores comportamentos financeiros.	Lyons (2004); Potrich (2014)

Fonte: Elaborada pela autora (2017).

2.5 BEM-ESTAR FINANCEIRO

O Bem-estar Financeiro é descrito por Arber, Fenn e Meadows (2014) como a classificação auferida por cada indivíduo em relação à adequação de sua renda para satisfazer suas necessidades gerais. Também é definido como um estado no qual o indivíduo consegue cumprir totalmente suas obrigações financeiras atuais e em andamento, sentindo assim seguro sobre seu futuro financeiro e apto a realizar escolhas que a permitam aproveitar a vida (CFPB, 2015). Alguns elementos foram destacados pelo CFPB (2015) como inerentes ao Bem-estar Financeiro:

i) Ter controle sobre as finanças, e ser capaz de pagar contas em dia, não possuindo dívidas incontornáveis, ou seja, ser capaz de cumprir com às despesas nos prazos corretos;

ii) Ter uma reserva financeira caso ocorram despesas inesperadas e emergências, além de possuir seguro de saúde, e bom crédito, e ser capaz de confiar em amigos e familiares caso seja necessária alguma assistência financeira;

iii) Ter objetivos, como guardar uma quantidade de recursos mensalmente para a aposentadoria e estar no bom caminho para atingir metas impostas também faz as pessoas se sentirem em boa forma financeiramente;

iv) Ser capaz de fazer escolhas que permitem aproveitar a vida, como tirar umas férias, desfrutar de uma refeição fora, voltar para a escola para perseguir um grau mais avançado de estudo, ou trabalhar menos para passar mais tempo com a família, foram fatores também considerados como essenciais para o Bem-estar Financeiro.

Ao serem analisados esses elementos, observa-se que a conceituação de Bem-estar Financeiro compreende preocupações não só com o presente, mas também com o futuro e o passado. As experiências passadas, as atuais e as expectativas e projeções financeiras são atributos consideráveis para o entendimento do Bem-estar Financeiro (CHAN; CHAN; CHAU, 2012; MALONE *et al.*, 2010; PORTER, GARMAN, 1993). Já Chan, Chan e Chau (2012) analisam como determinante as preocupações financeiras atuais. De forma similar, Norvilitis, Szablicki e Wilson (2003) relacionam o Bem-estar Financeiro com a situação financeira atual e futura, sendo que a visão atual abrange os rendimentos mensais e o atendimento das necessidades momentâneas, já a situação futura corresponde às expectativas e aspirações de cada indivíduo para períodos posteriores. Na Figura 07 são apresentados os principais elementos do bem estar financeiro, no presente e no futuro.

Figura 07- Principais elementos do Bem-estar Financeiro, no presente e futuro

Elementos	Presente	Futuro
Segurança	Controle sobre as finanças do dia-a-dia.	Capacidade de lidar com um contratempo financeiro.
Liberdade de escolha	Liberdade escolha financeira para aproveitar a vida.	Estar no caminho certo para atingir seus objetivos financeiros.

Fonte: Adaptado de CFPB (2015).

Como cada pessoa possui diferentes anseios e concepções acerca do futuro, Delafrooz e Paim (2011) complementam, ao considerarem o Bem-estar Financeiro como um construto que inclui a satisfação financeira, mas também a percepção ou avaliação subjetiva dos recursos financeiros, estabilidade, bem como o valor objetivo dos bens. Nesse sentido, Chuan, Kai e Kok (2011) enfatizam a transferência de recursos financeiros e rendas entre gerações nas famílias, o que gera certa estabilidade e segurança na família.

Contudo, nem sempre os indivíduos estão em situação estável em relação as suas finanças, diante disso evidencia-se muitos fatores que podem influenciar no Bem-estar financeiro, sendo estes relacionados às finanças ou não e que ultrapassam prisms objetivos limitados à renda, abrangendo também aspectos comportamentais, psicológicos e subjetivos do ser humano (DINIZ, 2013). No relatório do CFPB (2015) são destacados alguns dos fatores que mais influenciam o Bem-estar Financeiro (Figura 08).

Figura 08- Fatores que mais influenciam o Bem-estar Financeiro e seu significado

Ambiente socioeconômico	Contexto no qual se insere a família e a comunidade.
Personalidade de atitudes	Como uma pessoa sente, pensa e age.
Contexto decisório	Como cada decisão específica se apresenta.
Oportunidades	Aquilo que está disponível para a pessoa.
Conhecimento e habilidades	O que a pessoa conhece e o que ela sabe fazer.
Comportamento	Como a pessoa realmente se comporta.

Fonte: Adaptado de CFPB (2015).

Além desses fatores, e por se tratar de uma percepção dinâmica, o Bem-estar Financeiro também pode ser alterado em decorrência do ciclo de vida das pessoas, com relação não somente a idade, mas com outros fatos marcantes, como o nascimento de uma criança, o casamento ou a dissolução matrimonial (PLAGNOL, 2011). Verifica-se também

que compradores compulsivos, bem como, indivíduos materialistas possuem uma maior probabilidade de minimizarem suas percepções de Bem-estar Financeiro, pois costumam consumir além de suas condições monetárias desencadeando descontroles e preocupações financeiras (GUTTER; COPUR, 2011). Assim, outro fator, que tem grande influência, contudo evidentemente negativa no Bem-estar Financeiro é o endividamento.

Argumenta-se que a satisfação financeira precisa ser entendida dentro do contexto do estilo de vida e do rendimento disponível das famílias, o que torna a dívida familiar uma peça-chave e que precisa ser considerada. Implica-se que quanto maior a proporção da dívida em relação à renda, menor a satisfação financeira. O que significa que um aumento no rendimento, não pode se traduzir em aumento da satisfação financeira, se o nível da dívida é relativamente alto (VLAEV; ELLIOTT, 2014). Norvilitis, Szablicki e Wilson (2003) e Norvilitis *et al.* (2006), ao investigarem os fatores associados à dívida no cartão de crédito de estudantes universitários observaram que o nível de endividamento exerce influência direta sobre o Bem-estar Financeiro, o que reporta a necessidade de os indivíduos planejarem adequadamente o uso do crédito de modo a não contraírem dívidas, dado que as mesmas diminuem a sensação de satisfação com as finanças pessoais.

A falta de planejamento e controle do dinheiro, também acarretam em insatisfação financeira, tanto de indivíduos de baixa renda ou não (KIM; GARMAN; SORHAINDO, 2003). De modo contrário, comportamentos financeiros adequados (FALAHATI; SABRI; PAIM, 2012), boa atitude financeira (DOWLING; TIM; HOILES, 2009) e elevado nível de conhecimento financeiro (SHAMBARE; RUGIMBANA, 2012) influenciam positivamente no bem-estar financeiro, pois o sentimento de Bem-estar Financeiro pode ser decorrente do consumo consciente, dispêndio estes que evita níveis altos de endividamento (LOWN; JU, 1992).

Diante dessas situações, gerir os recursos disponíveis de forma consciente é o método mais conveniente para a manutenção do Bem-estar Financeiro, o que propicia uma relação favorável com o cumprimento financeiro das necessidades, evitando níveis elevados de endividamento (PLAGNOL, 2011). Todavia, existem também as chamadas oportunidades para o Bem-estar Financeiro, entendida como a presença de fatores tais como contexto macroeconômico, riqueza da família, contatos sociais, acesso a educação e local de moradia. Apesar dessas oportunidades não serem por si só suficientes para promover o bem-estar, se acompanhadas de um bom comportamento, é possível aproveitá-las e alcançar a satisfação financeira (CFPB, 2015).

Diante desse contexto, constata-se que as pessoas sentem-se satisfeitas financeiramente quando se encontram em boas condições, não só monetárias como também de saúde, educação e relacionamento (O' NEILL *et al.*, 2005). Assim, o Bem-estar Financeiro é uma variável que pode ser afetada pelas diversas mudanças nas circunstâncias da vida pessoal, não sendo, portanto, um traço estável. E, um dos principais pontos a serem destacados é que é possível fazer as pessoas avançarem na direção de um maior Bem-estar por meio da educação e do esforço, dados o suporte e a oportunidade adequados (CFPB, 2015).

2.4.1 Bem-estar Financeiro e relação com as variáveis socioeconômicas e demográficas

Tratando-se do gênero, identifica-se que os homens possuem maiores níveis de Bem-estar Financeiro do que as mulheres (SHIM *et al.*, 2009, GUTTER; COPUR, 2011). Leach, Hayhoe e Turner (1999) relatam que as mulheres normalmente apresentam maiores indícios de adversidade econômica ou *stress* relacionado a finanças, afetando assim a sua percepção de BEF. Considerando as variáveis dependentes e filhos, os estudos de Penn (2007) e Kunkel (2014) demonstram que o número de crianças ou dependentes em casa se constitui em um fator que influencia negativamente o Bem-estar Financeiro.

No que tange à variável idade, Sumarwan (1990), Xiao, Sorhaindo, Garman (2006), Plagnol (2011) e Kunkel (2014) identificaram que indivíduos mais velhos apresentam maior bem-estar financeiro se comparados aos mais jovens. Segundo Plagnol (2011) essa relação pode ser explicada por dois fatores principais, primeiro pelo fato de que o aumento da idade tende a reduzir as aspirações materiais, minimizando, também, a necessidade de gastar em níveis superiores ao poder de pagamento. Em segundo lugar, com o avançar da idade normalmente ocorre uma acumulação de ativos financeiros capazes de proporcionar segurança e provavelmente reduzindo a tensão emocional em relação às dívidas.

No que diz respeito ao estado civil, os estudos são incongruentes ao apontar se indivíduos solteiros ou casados são mais propensos à satisfação financeira. Sumarwan (1990) e Diniz *et al.* (2014, 2015) concluíram que indivíduos casados são mais propensos a serem satisfeitos com os recursos e os bens que possuem em relação a indivíduos solteiros, divorciados ou viúvos. Em contrapartida, Gutter e Copur (2011) afirmam, em seu trabalho com alunos de uma universidade, que os solteiros possuem significativamente maior Bem-estar Financeiro em relação aos casados, divorciados ou viúvos.

Analisando a variável grau de escolaridade, também são inconclusivos os resultados das pesquisas sobre Bem-estar Financeiro. Lown e Ju (1992) e Diniz *et al.* (2014, 2015)

concluíram que aqueles com maior nível educacional tendem a ser mais satisfeitos financeiramente. Corroborando a ideia Penn (2007) observou que os indivíduos com diploma universitário, apresentam uma melhor percepção de BEF. O autor justifica que um diploma universitário geralmente está associado a empregos mais seguros, com taxas de desempregos mais baixas e rendimentos mais elevados, fatores que são positivamente relacionáveis com o Bem-estar Financeiro. Em contrapartida, Plagnol (2011) relata que os indivíduos com um grau de escolaridade mais elevado possuem aspirações mais altas e, portanto, são menos satisfeitos com a sua situação financeira. O autor relata que a satisfação financeira não se constitui apenas em uma questão de renda, mas também em função das aspirações e expectativas de cada um.

Quanto à ocupação, de acordo com Sumarwan (1990) os aposentados possuem maior satisfação financeira em relação àqueles que são empregados ou desempregados. Salienta-se que estar desempregado influencia negativamente no bem-estar financeiro, pois remete a perda de renda, a impossibilidade de acumulação de economias e remete a um cenário de ansiedade relacionada com a situação financeira (SUMARWAN, 1990, PLAGNOL, 2011). Diniz *et al.* (2015) identificou em sua pesquisa, que a auto percepção de bem-estar financeiro é maior no grupo de ocupação funcionário público.

No que diz respeito à variável renda, Sumarwan (1990), Delafrooz e Paim (2011) e Gutter e Copur (2011) observaram em seus estudos, que a variável tem coeficiente significativo e correlação positiva com o Bem-estar Financeiro. Assim, indivíduos com alto rendimento mensal apresentam maiores níveis de BEF se contrastados com pessoas de baixa renda mensal. Para Penn (2007), o aumento da renda familiar está diretamente relacionado com a auto percepção de segurança financeira. De forma análoga, Kunkel (2014) ao pesquisar o Bem-estar Financeiro com 1831 indivíduos residentes nos estados do Rio Grande do Sul, Maranhão e Minas Gerais, observou que quem possuía rendimento mensal entre R\$1.450,00 a R\$ 3.620,00 são os que apresentam maiores níveis de Bem-estar Financeiro. No mesmo sentido, Diniz *et al.* (2014) verificaram que os indivíduos maranhenses com renda superior a R\$ 4.000,00 apresentam maior nível de bem-estar e satisfação financeira. Ao investigarem o Bem-estar Financeiro no Reino Unido com jovens trabalhadores e famílias, Vlaev e Elliott (2014) observaram que cerca de 37% dos respondentes não consideram possuir um excelente nível de Bem-estar Financeiro devido a insuficiência de renda, constatando assim a influência da mesma sobre a satisfação financeira.

Figura 09- Síntese da relação entre as variáveis socioeconômicas e demográficas e o Bem-estar Financeiro

Variável	Relação esperada	Autores
Gênero	Homens possuem maiores níveis de Bem-estar Financeiro.	Shim <i>et al.</i> (2009); Gutter e Copur (2011); Leach, Hayhoe e Turner (1999)
Dependentes	Dependentes em casa influencia negativamente o Bem-estar Financeiro.	Penn (2007); Kunkel (2014)
Idade	Indivíduos mais velhos apresentam maior bem-estar financeiro se comparados aos mais jovens.	Sumarwan (1990); Xiao, Sorhaindo, Garman (2006); Plagnol (2011); Kunkel (2014)
Estado Civil	Indivíduos casados possuem maior BEF.	Sumarwan (1990) e Diniz <i>et al.</i> (2014, 2015)
	Indivíduos solteiros possuem maior BEF.	Gutter e Copur (2011)
Escolaridade	Indivíduos com maior nível educacional tendem a apresentar maior BEF.	Lown e Ju (1992); Diniz <i>et al.</i> (2014, 2015); Penn (2007)
	Indivíduos com menor nível educacional tendem a apresentar maior BEF.	Plagnol (2011)
Ocupação	Os aposentados possuem maior BEF em relação àqueles que são empregados ou desempregados.	Sumarwan (1990); Plagnol (2011)
	Funcionários públicos possuem maiores níveis de BEF.	Diniz <i>et al.</i> (2015)
Renda	Indivíduos com maiores níveis de renda apresentam maior BEF.	Sumarwan (1990); Delafrooz e Paim (2011); Gutter e Copur (2011); Penn (2007); kunkel (2014); Diniz <i>et al.</i> (2014); Vlaev e Elliott (2014)

Fonte: Elaborada pela autora (2017).

2.6 SATISFAÇÃO COM A VIDA

A maneira como os indivíduos encaram e percebem os acontecimentos que ocorrem no seu dia-a-dia, o seu nível de entusiasmo, prazer, descontentamento ou sofrimento estão relacionados ao quão satisfeito (a) eles estão com as suas vidas. Assim, de forma a entender e mensurar essa satisfação emergem os conceitos de Satisfação com a Vida, Satisfação Global com a Vida, Bem-estar Subjetivo, os quais são usados de forma muito similar. Tratando-se mais especificamente da Satisfação com a Vida, Diener, Lucas e Oishi (2002) afirmam que ela está ligada ao “contentamento que alguém percebe quando pensa sobre sua vida de modo geral” e atribuem o significado do termo a percepção positiva ou negativa de um indivíduo em relação aos acontecimentos de sua vida.

A Satisfação com a Vida pode ser investigada por duas ópticas, a objetiva, e a subjetiva, mais relacionada ao bem-estar emocional. Entre os fatores objetivos, destacam-se condições de saúde, relações sociais, grau de escolaridade, realização de atividades e renda, entre outros (LAWTON, 1983; 1991), já a subjetividade diz respeito ao bem-estar psicológico, ou seja, às experiências pessoais, aos estados internos que podem ser manifestados por meio de sentimentos, às reações afetivas e aos construtos psicológicos como felicidade, satisfação, saúde mental, senso de controle, competência social, estresse e saúde percebida (DIENER; SUH, 1997).

A avaliação da Satisfação com a Vida, enquanto subjetiva, reflete as expressões de cada pessoa quanto a seus próprios critérios do que é satisfatório e se refere a aspectos da vida como um todo e em domínios específicos, como saúde, trabalho, condições de moradia, relações sociais e outros. Percebe-se que um dos aspectos essenciais do bem estar é o conhecimento sobre si mesmo, ou seja, é a avaliação do indivíduo sobre sua própria existência, que pode ser feita cognitivamente, quando a pessoa faz julgamentos conscientes sobre sua vida como um todo ou quando faz julgamentos sobre aspectos específicos (GIACOMONI, 2004).

De acordo com Kuppens, Realo e Diener (2008), para que um indivíduo se sinta satisfeito com a vida como um todo, ele deve dar mais relevância aos acontecimentos positivos de sua vida e considerar uma série de aspectos, como trabalhar no que gosta, cuidar de suas finanças, relacionar-se com pessoas de alto-astrol, absorver ensinamentos de acontecimentos negativos e envolver-se com atividades que dêem prazer.

Quanto aos fatores que podem impactar na Satisfação com a Vida, estar envolvido em atividades interessantes tanto no trabalho quanto com a família, estar sem problemas de saúde, ter boas condições financeiras e ser realizado são considerados como colaboradores na busca de maior satisfação com a vida (DIENER, 2000). Outro fator é o bem-estar financeiro, considerado um aspecto inter-relacionado com o bem-estar geral, felicidade, satisfação, relacionamento e qualidade de vida (GUTTER; COPUR, 2011).

A moradia também tem contribuição relevante, pois Shimizu (2010) observou que as características e estrutura das moradias, objeto principal do PMCMV, assim como o transporte, serviços públicos, espaços de lazer e dedicados à cultura são causadores da Satisfação com a Vida das famílias beneficiárias do Programa. O estudo de Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades em parceria com o Instituto de Economia Aplicada (IPEA) (SNH/MCIDADES, 2014), confirma essa influência ao apontar as consequências de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida para o bem-estar

dos moradores, que perceberam uma melhoria das condições de vida depois de possuírem a casa própria. Tratando-se das consequências da Satisfação com a Vida, constata-se que pessoas com níveis mais elevados dessa característica, são mais felizes, possuem uma melhor relação social, têm boas condições de saúde, infraestrutura e lazer.

Comis e Pinto (2014) concluíram que indivíduos com uma percepção positiva de suas vidas melhoram em muitos aspectos, tais como: melhores relações sociais, boas condições financeiras, sentem-se mais bonitos, com elevada autoestima, são mais otimistas, proativas e flexíveis, aumentam as imunidades, têm maior facilidade de aprendizagem, melhoram as relações e conquistas profissionais e esquecem com facilidade os eventos negativos.

Em contrapartida, pessoas insatisfeitas com suas condições são mais propensas a apresentarem baixa autoestima, ansiedades, medos e frustrações (LIPOVETSKY, 2007), pois o mal-estar é responsável por desenvolver alterações psicossomáticas que acarretam disfunções tanto físicas quanto emocionais. Os problemas físicos são relacionados a maiores índices de obesidade ou anorexia, hipertensão, dores de cabeça, insônia e diminuição da imunidade, já os psicológicos desencadeiam maior irritabilidade, impaciência, apatia, distanciamento afetivo e perda de entusiasmo profissional (NUNES; MENEZES, 2014).

Contudo, um aspecto importante, é que cada indivíduo tem suas particularidades, e quando se discute a SV, o que vale é a percepção de cada um, pois cada pessoa tem suas ambições e considera mais relevante os seus interesses (JOIA, 2012). De acordo com Albuquerque e Trócolli (2004) o julgamento da satisfação depende também de uma comparação entre as circunstâncias de vida do indivíduo e um padrão por ele escolhido.

Mas, apesar dos aspectos relacionados à individualidade, algumas pesquisas mostram relações estáveis entre Satisfação com a Vida e variáveis como idade (ALBUQUERQUE *et al.*, 2008; ARGYLE, 1999), renda, status ocupacional (ARGYLE, 1999; BARDAGI; HUTZ, 2010; FERNÁNDEZ-BALLESTEROS; ZAMARRÓN; RUIZ, 2001).

Em relação à idade, Albuquerque *et al.* (2008), ao realizar uma pesquisa com estudantes de uma universidade pública do nordeste brasileiro, encontrou diferença significativa entre a faixa etária de 18 a 21 anos e acima de 26 anos. O autor argumenta que um indivíduo que possui entre 18 e 21 anos está saindo da adolescência e ainda se adequando às responsabilidades e exigências da vida adulta, não tendo um plano de vida definido e estruturado. Todavia, uma pessoa com mais de 26 anos tende a ter seus objetivos de vida mais definidos, apresentando um nível maior de satisfação com a vida. Analogamente, Argyle (1999), afirma que quanto maior a idade de um indivíduo, maior será sua satisfação com a vida.

Ainda no tocante a idade e no que se refere ao gênero, Gouveia *et al.* (2005) ao investigar a satisfação com a vida de 14.405 médicos das cinco regiões do país, identificou que a satisfação com a vida varia em função da idade, onde os mais jovens apresentaram menores níveis de satisfação com a vida, mas não do gênero. Albuquerque *et al.* (2008) também não encontrou diferença de gênero na satisfação com a vida.

Relacionando a Satisfação com a Vida com a renda, Hagerty e Veenhoven (2003) evidenciam que a estabilidade financeira e a ausência de preocupações com compromissos monetários geram um melhor BEF e assim uma percepção mais positiva em relação à vida. Compreende-se que as famílias de baixa renda, as quais sobrevivem com orçamentos limitados e, normalmente, não possuem uma gestão financeira coerente às suas necessidades básicas, são as mais afetadas pelas tensões financeiras e acabam por desenvolver maiores dificuldades para atingir a Satisfação com a Vida (LYONS; YILMAZERT, 2005).

Uma pesquisa na África do Sul desenvolvida por Meyer e Dunga (2014) apontou que as pessoas mais pobres não disponibilizam de recursos suficientes para subsidiar desembolsos que trariam maiores significados para suas vidas, acarretando em baixos níveis de SV, sendo os indivíduos em situações de extrema pobreza os mais vulneráveis a insatisfações com a vida.

3 MÉTODO

Neste capítulo são apresentados todos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, a fim de fossem atingidos os objetivos propostos. Dessa maneira discutem-se as estratégias e método da pesquisa, a população e a amostra investigada, os aspectos éticos contemplando os riscos e benefícios, o instrumento de coleta de dados, a forma de coleta de dados e por fim a análise dos resultados.

3.1 ESTRATÉGIA DE PESQUISA E MÉTODO ADOTADO

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, a qual tem por objetivo explorar determinado problema ou situação a fim de proporcionar maior familiaridade com o tema (MALHOTRA, 2011; HAIR *et al.*, 2010). Como estratégia de pesquisa será empregada uma survey, pois está é apontada por Hair *et al.* (2010) como sendo a mais adequada em estudos que envolvem grande amostra de indivíduos.

De acordo com Malhotra (2011) este método se baseia no interrogatório dos participantes através de um questionário estruturado e destina-se a provocar informações específicas dos entrevistados. É uma estratégia de pesquisa que possibilita descobrir fatos, determinar atitudes e opiniões e melhor compreender determinados comportamentos mediante a avaliação e descrição de uma população baseada em uma amostra (BAKER, 2001).

No que se refere à abordagem, a pesquisa caracteriza-se como quantitativa. Gil (2010) afirma que as pesquisas quantitativas possibilitam uma interrogação direta aos indivíduos visando à compreensão de seu comportamento e permitem minimizar a heterogeneidade dos dados conferindo maior confiabilidade aos resultados devido ao estabelecimento de uma estrutura pré-definida. Para isto, será utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário estruturado.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população alvo do estudo compreende os beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida da Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, a qual é agrupada em 3 microrregiões (Microrregião de Santa Maria, Microrregião de Restinga Seca e Microrregião de Santiago) e composta por 31 municípios. Salienta-se, que para tornar operacionalizável a pesquisa, devido a escassez de recursos e o tempo para aplicação dos instrumentos, optou-se

por ser realizada a aplicação dos questionários com os beneficiários residentes nas três cidades que representam cada Microrregião que compõe a Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense.

Essa região possui economia voltada para agropecuária e o setor terciário, sendo o parque industrial constituído por micro, pequenas e médias empresas, que em geral, processam alguns produtos da agropecuária e produzem bens para o mercado regional (ALONSO, 2009). Dentre os 31 municípios que compõem a Mesorregião, Santa Maria é a cidade de maior representatividade, em que predominam os serviços de natureza pública, com destaque para o ensino de nível superior e segurança nacional. As demais cidades dessa mesorregião articulam-se em torno de Santa Maria, não havendo muito espaço para o surgimento de outros centros urbanos na região (MORAES, 2013).

Assim, entre as três cidades estudadas, Santa Maria é a maior delas em termos de número de habitantes, com uma população estimada no ano de 2016 de 277.309 pessoas. Santiago é a segunda maior cidade, com população estimada no ano de 2016 de 50.647 habitantes. Restinga Seca é a menor delas, com população estimada de 16.324 (IBGE, 2016).

O interesse de investigar esse público, nessa localização em específico, se deu inicialmente pela identificação de uma lacuna na literatura, pois os principais estudos que envolvem a temática beneficiários do PMCMV foram desenvolvidas em cidades de maior porte ou em alguns casos em apenas uma cidade, além da maioria pesquisar apenas os beneficiários da Faixa 1 e contemplarem outros assuntos, que não financeiros.

Para ratificar essa assertiva destacam-se alguns desses estudos. SNH/Mcidades (2014) estudaram a satisfação do Programa Minha Casa Minha Vida, tendo como universo da pesquisa os beneficiários do PMCMV da Faixa 1, de todo o país. No Rio Grande do Sul foram pesquisados um empreendimento localizado em Uruguaiana, quatro em Porto Alegre, dois em Santa Maria e um em Bento Gonçalves. Visualiza-se assim que cidades menores não estavam no escopo da pesquisa. Considerando também a satisfação dos beneficiários da Faixa 1, com o objetivo de avaliar o impacto do Programa, Cunha (2012) realizou sua pesquisa em uma única cidade, Parnamirim (RN).

Tratando da temática PMCMV, porém em um contexto diferente do que será estudado neste projeto, Moura (2014) concentrou seu estudo nos empreendimentos destinados à população de faixa de renda de zero a três salários mínimos, construídos na Região Metropolitana de Natal. Outro trabalho em relação ao PMCMV, foi realizado por Rizek, Amore e Camargo (2014), contudo, apenas na cidade de São Paulo.

Esse panorama evidencia a falta de estudos na região proposta, que sejam realizados diretamente com os beneficiários do PMCMV, envolvendo as três faixas de renda do Programa, e que tratem de temáticas que vão além da satisfação. É necessário ainda, ampliar as pesquisas para as localidades interioranas, afim de que seja obtida uma visão mais global do tema tratado, pelos órgãos governamentais. Diante disso, visualiza-se a necessidade de estudos que se aprofundem na compreensão de determinados assuntos com famílias de baixa, média e alta renda em uma conjuntura específica como a Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense.

Para identificar a população a ser investigada utilizaram-se os dados disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos no mês de outubro de 2015, em que constavam existir 10.945 beneficiários do PMCMV na mesorregião. Assim, a coleta foi realizada com base no número de beneficiários correspondentes a cada uma das três cidades pesquisadas (PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS, 2015).

Considerando a amplitude dessa população alvo, busca-se por meio do processo de amostragem, o qual permite selecionar um número adequado de indivíduos de modo que se possam fazer generalizações de forma confiável, minimizar o número de entrevistados (MATTAR, 2005). Para calcular o processo de amostragem considerou-se um erro amostral de 4%, com 95% de confiança e uma população finita de 10.945 indivíduos que representam o total de beneficiários da região escolhida para o estudo. Sendo assim, a amostra final a ser investigada é de 554 indivíduos beneficiados com o PMCMV, distribuídos proporcionalmente entre as três cidades. A Figura 10 apresenta a distribuição da população, dos beneficiários e da amostra a ser coletada através dos municípios e faixas de financiamento.

Figura 10- População e amostra de beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida em cada cidade pesquisada

Microrregião	População				Amostra			
	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Total	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Total
Restinga Seca	175	146	5	326	14	11	0	25
Santa Maria	1912	4010	370	6292	150	314	29	492
Santiago	39	408	18	465	3	32	1	36
Total	2126	4564	393	7083	166	357	31	554

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Portal Brasileiro de Dados Aberto (2015).

3.3 ASPECTOS ÉTICOS

O projeto de pesquisa foi registrado no Gabinete de Projetos (GAP) do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) através do Sistema de Informação para o Ensino (SIE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Após esse procedimento, o projeto foi submetido ao Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (SISNEP), o qual tem por principal preocupação a proteção dos direitos dos sujeitos da pesquisa. A submissão ao SISNEP ocorre via o site Plataforma Brasil, base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos. Após a submissão, o projeto foi avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFSM. Somente após o cumprimento de todos os trâmites e aprovação do projeto foi dado início ao processo de levantamento dos dados.

Cumprindo com as exigências impostas pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) foi entregue juntamente com o questionário o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A). Somente participaram da pesquisa os sujeitos que, após a leitura do termo, concordarem, de forma livre e esclarecida, a responder à pesquisa. Conforme a Resolução, o Termo de Consentimento garante entre outras coisas, o esclarecimento, antes e durante o curso da pesquisa, sobre a metodologia utilizada; a liberdade para desistir de participar da pesquisa, em qualquer uma das etapas, sem nenhum tipo de penalização ou prejuízo; indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa e; o sigilo quanto aos dados divulgados a fim de manter a privacidade do respondente.

A privacidade dos respondentes e a garantia de utilização dos dados única e exclusivamente para execução do presente projeto foi assegurado mediante o Termo de Confidencialidade, Privacidade e Segurança dos Dados (Apêndice B), o qual é assinado pela coordenadora da pesquisa. Os resultados da pesquisa, oriundos do levantamento e análise dos dados, serão divulgados em eventos e periódicos científicos, sendo também disponibilizados, em sua versão completa, na página da UFSM.

3.3.1 Riscos e benefícios

A participação dos respondentes na pesquisa não representou qualquer risco de ordem física ou psicológica. Como benefícios, esta pesquisa trouxe maior conhecimento sobre o tema abordado, permitindo compreender como as famílias que são beneficiadas com as facilidades para aquisição da casa própria gerem seus recursos financeiros e como percebem

sua relação com o Endividamento e Inadimplência, Alfabetização Financeira, Bem-estar Financeiro e Satisfação com o PMCMV e a Vida como um todo. Além disso, caracteriza-se essa parcela da população na Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, propiciando assim, a compreensão de como se dá a dinâmica financeira das famílias residentes em cidades pouco desenvolvidas e distantes das grandes metrópoles. Partindo dos resultados auferidos e dos benefícios salientados, podem ser desenvolvidas sugestões de estratégias para maximizar o nível de Alfabetização Financeira, Bem-estar Financeiro e Satisfação com a Vida dos beneficiários do PMCMV.

3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA

Para coletar os dados foi utilizado um questionário estruturado com 104 questões, subdivididas em 11 blocos de perguntas. O instrumento de pesquisa passou por três etapas antes de sua aplicação, sendo estas: tradução reversa, avaliação de especialistas e pré-teste. Realizou-se esse processo, com o intuito de verificar se a semântica e o questionamento estavam coerentes com o contexto social dessas pessoas, bem como se as perguntas estavam realmente questionando o que se pretende investigar. Esse procedimento foi realizado com as escalas de Bem-estar Financeiro, Atitude Financeira, Comportamento Financeiro e Conhecimento Financeiro, pois elas derivam de pesquisas internacionais. O processo de tradução foi realizado por duas pessoas em três etapas, as perguntas foram traduzidas do inglês para o português, do português para o inglês e finalmente para o português novamente. A avaliação por especialistas foi realizada por 3 profissionais conhecedores da área de pesquisa.

A Figura 11 apresenta um resumo das questões abordadas na pesquisa contendo o tema de cada bloco, a quantidade de variáveis ou componentes e as referências utilizadas para elaborar o instrumento de coleta de dados. O questionário completo está apresentado no Apêndice C.

Figura 11- Resumo do instrumento de coleta de dados

Tema	Questões	Referências
Características do financiamento, imóvel anterior, gastos com moradia, inadimplência no PMCMV, intenção de mudança e percepção do Programa	Da questão 01 a 10 e Da questão 31 a 34	Elaborado pelos autores e adaptado de SNH/MCidades (2014)
Satisfação com o PMCMV- o antes e depois	Da questão 11 a 17	Elaboradas pelos autores.
Satisfação com o PMCMV	Da questão 18 a 30	SNH/MCidades (2014)
Gestão, decisões, práticas e experiências financeiras	Da questão 35 a 45	Brasil (2009); Adaptado de Shockey (2002); OCEC (2013b); MDS; SAGI (2014); Flores (2012).
Comportamento Financeiro	Da questão 46 a 54	Shockey (2002); O'Neill e Xiao (2012); OCEC (2013b).
Atitude Financeira	Da questão 55 a 62	Adaptado de Shockey (2002); OECD (2013b).
Atitude ao Endividamento	Da questão 63 a 71	Moura (2005)
Satisfação com a Vida	Da questão 72 a 76	Zanon <i>et al.</i> (2013)
Bem-estar Financeiro	Da questão 77 a 86	CFPB (2015).
Conhecimento Financeiro	Da questão 87 a 94	Alessie, Van Rooij (2011) e Lusardi e Mitchell (2011); OCEC (2013b); Klapper, Lusardi e Panos (2013); <i>National Financial Capability Study</i> (NFCS, 2013).
Perfil	10 questões	Elaborado pelos autores

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Para melhor compreender cada um desses subitens identificados na Figura 7, quais os elementos que os compõem, qual a dinâmica de interpretação que será adotada e qual o objetivo de sua utilização foram desenvolvidos os tópicos seguintes:

3.4.1 Características do financiamento, imóvel anterior, gastos com moradia, inadimplência no PMCMV, intenção de mudança e percepção do Programa

A primeira seção do questionário está estruturada com 14 questões, nas quais os entrevistados foram convidados a responder questões referentes às características do financiamento, como a faixa correspondente; casa que morava anteriormente, se era alugada, emprestada, morava com a família e quanto gastava com o pagamento dessa moradia; quando foi a inscrição no PMCMV (para os da Faixa 1, e a quanto tempo buscou o financiamento

para os das Faixas 2 e 3), quanto tempo mora na residência adquirida através do Programa, qual o valor da prestação e quais os gastos médios mensais com água, luz e condomínio, na nova casa e na casa que residiam antes.

Outras questões são referentes ao pagamento das prestações e possível inadimplência, assim como os motivos. Também conteve duas questões abertas, em que uma perguntava o que o Programa tem de melhor e a outra, o que ainda pode melhorar no PMCMV e uma questão em que o respondente dava uma nota entre 1 e 10, sendo 1 a pior nota e 10 a melhor nota, para o PMCMV.

3.4.2 Satisfação com o PMCMV- o antes e depois

O segundo bloco de questões busca avaliar a satisfação dos entrevistados com o PMCMV, considerando o local e a residência que moravam antes e a atual. Para tanto, era realizada a seguinte pergunta: “Depois que recebeu a casa do PMCMV...” e a seguir, apresentava-se 7 questões, que abordavam a vida no geral, vida financeira, relação com a vizinhança, acesso a instituições públicas de saúde, a transporte coletivo, a escola pública e o tempo gasto com locomoção.

A escala foi elaborada pelos autores, e buscou-se subsídio na literatura e no instrumento de coleta de dados da pesquisa desenvolvida pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (SNH/MCIDADES, 2014). A escala utilizada é do tipo *likert* de 5 pontos (1- Piorou muito, 2- Piorou, 3-Continua igual, 4-Melhorou e 5- Melhorou muito). Quanto maior for o nível de concordância com as afirmações, melhor a a satisfação com o PMCMV, levando em consideração onde morava anteriormente.

3.4.3 Satisfação com o PMCMV

O terceiro bloco de perguntas refere-se à Satisfação com o PMCMV no geral e é composto de 13 questões. O intuito desses questionamentos é identificar se os indivíduos estão satisfeitos com a casa, se a relação com os vizinhos é boa, se no bairro tem muito problema de violência, se perto de casa tem áreas de lazer para as crianças brincarem, se no bairro tem gente fazendo trabalho social, se existem instituições de saúde pública próximo a residência, a dificuldade para conseguir vaga em escolas públicas próximas, tempo para ir e voltar do trabalho, acesso ao transporte público perto da residência, gastos com transporte,

localização da casa dentro do condomínio e na cidade, e os valores gastos com as despesas básicas, se são muito altos. A estruturação dessas questões se deu a partir da adaptação de questões já aplicadas por SNH/MCidades (2014) em uma pesquisa com o mesmo público.

3.4.4 Gestão, decisões, práticas e experiências financeiras

O quarto bloco de perguntas refere-se à gestão, decisões, práticas e experiências financeiras. O intuito desses questionamentos é identificar principalmente como é a relação dos beneficiários do PMCMV com os recursos monetários, buscando assim identificar como eles gerenciam seus gastos. Para atingir esse objetivo elencou-se 11 questões, as quais questionam se os beneficiários possuem dívidas, dívidas em atraso, cartão de crédito, carnê de crediário, se estão dentro do orçamento mensal, qual a situação financeira que se encontram.

Outras estão relacionadas com o controle dos gastos, se conseguem economizar, e o que é feito com o dinheiro que sobra no final do mês. Por fim, questiona-se se o indivíduo já teve o nome vinculado a algum cadastro negativo de dívida e se empresta ou já emprestou o nome para alguém realizar uma compra. A estruturação dessas questões se deu a partir da adaptação de modelos já aplicados por Shockey (2002), OCED (2013b), MDS; SAGI (2014), Flores (2012) e Brasil (2009).

3.4.5 Comportamento Financeiro

O aspecto comportamento financeiro representa o quinto bloco de perguntas. O objetivo é identificar o comportamento financeiro mantido pelos respondentes através da adaptação das escalas propostas por Shockey (2002), O'Neill e Xiao (2012) e pela OCED (2013b). Das questões elaboradas por estes autores, 9 foram selecionadas (da questão 46 a 54) e adaptadas pelos pesquisadores para compor o questionário. A finalidade é identificar qual o nível de comportamento financeiro dos indivíduos, se atuam de forma a proteger ou arriscar seus recursos monetários, com variáveis referentes ao controle dos gastos, comparação de preços e poupança.

A escala é do tipo *likert* de cinco pontos e tem como alternativas de resposta: nunca (1), quase nunca (2), às vezes (3), quase sempre (4) e sempre (5). Ressalta-se que quanto maior a concordância do respondente nas afirmações feitas, melhor será o comportamento financeiro.

3.4.6 Atitude Financeira

O sexto bloco apresenta as questões referentes à atitude financeira. Para mensurar tal fator, utiliza-se um instrumento elaborado com base nas escalas de Shockey (2002) e da OECD (2013b). A escala da atitude financeira, composta por oito questões do tipo *likert* de cinco pontos (1- Discordo Totalmente, 2- Discordo, 3-Indiferente, 4-Concordo e 5- Concordo Totalmente), visa identificar como o indivíduo avalia sua gestão financeira. Quanto mais o respondente concordar com as afirmações feitas, melhores serão suas atitudes financeiras. Todavia, salienta-se que as questões 57, 58, 59, 60, 61 e 62 são invertidas, ou seja, quanto maior a concordância do entrevistado pior será sua atitude financeira. Para padronizar, as respostas dessas questões serão invertidas, por meio de uma ferramenta do SPSS.

3.4.7 Atitude ao Endividamento

O sétimo bloco corresponde à escala de atitude ao endividamento, desenvolvida originalmente por Lea, Webley e Walker (1995) e validada no Brasil por Moura (2005). Assim a escala já validada é composta por 9 questões (da 63 a 71), as quais buscam identificar como os indivíduos se comportam com o uso do dinheiro, como planejam suas aquisições, se acha adequado o consumo a prazo, entre outros questionamentos ligados aos recursos financeiros e a probabilidade de executar tarefas que possam torná-los mais propensos ao consumo.

Quanto a sua interpretação, quanto maior a concordância com as questões, maior a atitude ao endividamento, sendo a escala do tipo *likert* de 5 pontos (1- Discordo Totalmente, 2- Discordo, 3-Indiferente, 4-Concordo e 5- Concordo Totalmente). Ressalta-se que as questões 67, 68, 69, 70 e 71 são invertidas.

3.4.8 Satisfação com a Vida

O oitavo bloco de questões busca avaliar a satisfação de vida dos entrevistados, se o nível de satisfação está próximo do ideal, se as condições de vida são excelentes, se está satisfeito, se tem conseguido as coisas importantes que deseja e se mudaria alguma coisa na vida. Para isso, foi utilizada a escala de satisfação de vida, desenvolvida por Diener *et al.* (1985) e adaptada e validada para adultos e adolescentes brasileiros pelo grupo de pesquisadores do Laboratório de Mensuração da UFRGS (Zanon *et al.*, 2013). A escala é

formada por 5 questões (da 72 a 76), sendo a escala do tipo *likert* de 5 pontos (1- Discordo Totalmente, 2- Discordo, 3-Indiferente, 4-Concordo e 5- Concordo Totalmente). Quanto maior for o nível de concordância com as afirmações, melhor será a percepção do indivíduo em relação a sua vida.

3.4.9 Bem-estar Financeiro

O nono bloco refere-se ao fator Bem-estar Financeiro, estabelecido com 10 questões (da 77 a 86), divididas em duas partes. A primeira parte é composta de questões que procuram identificar se o indivíduo consegue lidar com despesas inesperadas, se está garantindo o seu futuro financeiro, se sente que terá as coisas que quer e se pode aproveitar a vida devido a forma que administra seu dinheiro. As variáveis da segunda parte, questionam se o entrevistado consegue economizar, se quando tem alguma ocasião diferente ocorre uma dificuldade financeira no mês, se está em dia com as suas finanças e se as finanças controlam a sua vida.

As questões foram traduzidas da escala elaborada pelo *Consumer Financial Protection Bureau* (2015). Para análise descritiva do fator, utilizou-se uma escala do tipo *likert* de cinco pontos, onde as seis primeiras questões (primeira parte) possuem alternativas de resposta partindo de completamente (1), muito bem (2), um pouco (3), muito pouco (4) a de modo nenhum (5) e as quatro últimas (segunda parte) possui as alternativas: sempre (1), frequentemente (2), às vezes (3) raramente (4) nunca (5). Como interpretação das respostas, tem-se que nas questões 79, 81, 82, 83, 85 e 86 quanto maior a média, maior o bem-estar financeiro. Contudo, nas questões 77, 78, 80, 84 (invertidas) quanto maior a média, menor o bem-estar financeiro.

Para mensurar esse construto, empregou-se a metodologia proposta pelos criadores da escala, em que cada alternativa de resposta equivale a uma nota, sendo que na primeira parte, nas questões 77, 78, 80 as alternativas de resposta equivalem a: Completamente=4, Muito bem=3, Um pouco=2, Muito pouco=1 e De modo nenhum=0. Nas questões 79, 81 e 82 as alternativas de resposta equivalem a seguinte pontuação: Completamente=0, Muito bem=1, Um pouco=2, Muito pouco=3 e De modo nenhum=4. Na segunda parte, nas questões 83, 85 e 86 as alternativas equivalem a: Sempre=0, Frequentemente=1, Às vezes=2, Raramente=3 e Nunca=4. Na questão 84 a pontuação é dada da seguinte forma: Sempre=4, Frequentemente=3, Às vezes=2, Raramente=1 e Nunca=0. A partir da soma da pontuação de todas de todas as variáveis, têm a pontuação total, que varia de 0 a 40, sendo que quanto maior a nota, maior o bem-estar Financeiro.

3.4.10 Conhecimento Financeiro

Na décima parte do questionário estão expostas 8 questões (da 87 a 94) referentes ao conhecimento financeiro, etapa onde os entrevistados são convidados a pensarem sobre questões financeiras e marcarem a alternativa que consideram correta, sendo que em cada uma das perguntas existe apenas uma alternativa verdadeira. Assim será construído um índice que terá por base questões de múltipla escolha adaptadas de Alessie, Van Rooij e Lusardi (2011), OCED (2013b), Klapper, Lusardi e Panos (2013) e pela National Financial Capability Study (NFCS, 2013).

O objetivo dessas perguntas é explorar o nível de conhecimento dos respondentes em relação a questões de taxa de juros, valor do dinheiro no tempo, risco e retorno, matemática básica e inflação, assim, será possível ter um panorama de como estão os conhecimentos financeiros dos beneficiários do PMCMV. Para tanto, será construído um índice de conhecimento financeiro, composto pela soma dos acertos obtidos pelo respondente em cada uma das questões.

O peso atribuído a cada pergunta será de 1,00. Dessa forma, a pontuação do índice de conhecimento financeiro irá variar de 0 (pontuação obtida se o indivíduo errar todas as questões) a 8 (pontuação obtida caso o indivíduo acerte todas as questões). De acordo com a pontuação obtida, os respondentes serão classificados como detentores de baixo nível de conhecimento financeiro (pontuação inferior a 60% do máximo), nível mediano de conhecimento financeiro (entre 60% e 79% da pontuação máxima) e alto nível de conhecimento financeiro (acima de 80% da pontuação máxima). Tal classificação foi estabelecida por Chen e Volpe (1998).

3.4.11 Perfil dos respondentes

Na última seção estão listadas as questões referentes ao perfil dos respondentes, as quais visam caracterizar as famílias entrevistadas, proporcionando um retrato dos beneficiários do PMCMV da mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense. As variáveis inerentes a esse bloco são: idade, gênero, estado civil, número de dependentes, nível de escolaridade, pessoas que residem na mesma casa, quais desses contribuem financeiramente, qual a ocupação do respondente, e qual o total da renda mensal familiar.

3.5 FORMA DE COLETA DOS DADOS

Tendo as escalas e o formato do instrumento de coleta de dados definidos, passou-se para o segundo processo, a validação e aplicação desses questionários junto aos beneficiários do PMCMV. Inicialmente, para ajustar o questionário, foram realizados pré-testes com uma pequena amostra de beneficiários do PMCMV das três faixas de renda, no mês de março de 2016, que visou identificar possíveis irregularidades no questionário. Com os resultados de pré-teste, foram realizados os ajustes necessários e posteriormente iniciou-se a coleta efetiva dos dados, a qual ocorreu entre os meses de abril e setembro de 2016, nas cidades pré-estabelecidas.

Os entrevistadores se deslocavam até conjuntos habitacionais e condomínios e abordavam as pessoas, questionando inicialmente se tinham financiamento pelo PMCMV, e posteriormente se estariam dispostos a participar da pesquisa. Salienta-se que a pesquisa foi realizada apenas com os titulares ou cônjuge dos beneficiários, pois são eles que recebem e na maioria das vezes gerem o dinheiro, assim teve-se uma maior veracidade da gestão financeira familiar.

A coleta de dados ocorreu em formato de entrevista. O pesquisador leu cada uma das perguntas e o entrevistado acompanhou, respondendo uma a uma. Optou-se por esse contato mais direto para garantir, maior compreensão por parte dos pesquisados. Observa-se que para efetivar a coleta de dados com os beneficiários da Faixa 1, houve maior facilidade, pois as residências são em conjuntos habitacionais, construídos em parceria com as prefeituras, logo todos os moradores do conjunto eram beneficiários. Todavia, para coletar os dados com os indivíduos das Faixas 2 e 3 houve maior dificuldade, dado que para conseguir o financiamento pelo PMCMV depende do valor do imóvel e da renda. Assim, em um determinado condomínio, existiam moradores que eram beneficiários do PMCMV e outros que não.

Outro fator que dificultou a coleta, foi o fato da maioria dos indivíduos trabalharem, assim, não se achava as pessoas em casa durante a semana e em horário comercial. Dessa forma, foi necessária a aplicação dos questionários apenas aos sábados à tarde e domingos.

3.6 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS

O processamento dos dados foi realizado nos softwares SPSS 20.0® e Amos™, os quais permitem as análises quantitativas. A análise de dados ocorreu em duas fases: a

estatística descritiva e a estatística multivariada. Inicialmente, com o intuito de atender aos dois primeiros objetivos específicos, que são: i) Analisar a situação financeira, alocação dos recursos, incluindo os destinados ao PMCM, gestão financeira e inadimplência dos beneficiários e ii) Investigar a alfabetização financeira, a propensão ao endividamento, o Bem-estar Financeiro e a Satisfação com a Vida dos entrevistados, foi utilizada a estatística descritiva. Pretendeu-se assim caracterizar a amostra e descrever o comportamento dos indivíduos em relação a cada um dos temas pesquisados. Para isso foram utilizadas frequências e médias.

A segunda etapa se refere à validação dos construtos (terceiro objetivo específico) e foi realizada por meio do *software* Amos, através da utilização da técnica de Análise Fatorial Confirmatória (AFC), a qual envolve a especificação e estimação de um ou mais modelos hipotéticos de estrutura fatorial, onde cada um dos modelos propõe um conjunto de variáveis latentes que devem ser consideradas a fim de se obter covariâncias em um conjunto de variáveis observadas (KOUFTEROS, 1999). Para Hair *et al.* (2010), a AFC se caracteriza como um modelo de mensuração das relações entre as variáveis latentes e manifestas possibilitando a avaliação da confiabilidade e validade dos construtos.

Para iniciar o processo de estimação do modelo, deve-se escolher o tipo de matriz de entrada, os critérios para a estimação dos parâmetros e o processo de estimação a ser utilizado. Nesse estudo optou-se pelo uso da matriz de variância-covariância pelo fato de a mesma satisfazer as suposições da metodologia e ser mais adequada para a validação de relações causais (HAIR *et al.*, 2010). Entre os vários procedimentos para a estimação da matriz de parâmetros abordados pela literatura optou-se pela estimação de máxima verossimilhança, a qual destaca-se como a mais utilizada. Quanto aos processos de estimação, Hair *et al.* (2010) apontam quatro métodos como sendo os de maior utilização: estimação direta, simulação, *bootstrapping* e *jackknife*. Para esse estudo, definiu-se a utilização do processo de estimação direta. Nesse processo, tanto a estimativa de parâmetro quanto o seu intervalo de confiança, o qual é calculado por meio do erro amostral, são estimados com base em uma única amostra.

Na sequência avaliou-se a identificação do modelo. Na prática, para se obter um modelo identificado, entendido como aquele que apresenta graus de liberdade suficientes para estimar os parâmetros desconhecidos, é necessário que cada construto seja formado por três ou mais indicadores. Caso sejam encontrados problemas de identificação, a literatura recomenda a adoção de algumas medidas corretivas tais como: i) fixar as variâncias dos erros

de mensuração dos construtos; ii) fixar quaisquer coeficientes estruturais que são seguramente conhecidos e; iii) eliminar variáveis problemáticas (HAIR *et al.*, 2010).

Tendo esses procedimentos delimitados, parte-se para a validação dos modelos de mensuração. Neste contexto, Byrne (2010) considera necessária a análise de diversos índices de ajustamento, de forma a avaliar a adequabilidade do modelo proposto aos dados da amostra. Assim, foi verificada a validade convergente, a confiabilidade e a unidimensionalidade de cada construto, seguindo recomendação de Hair *et al.* (2010). Primeiramente, a validade convergente de cada construto será analisada pela observação da magnitude e significância estatística dos coeficientes padronizados, bem como a adequação pelos índices de ajustes absolutos, detalhados na Figura 12. A validade convergente mede o quanto a variável latente está positivamente relacionada com as variáveis manifestas designadas para mensurar a mesma variável latente (GARVER; MENTZER, 1999).

Para avaliar o nível de confiabilidade dos construtos usou-se o *Alpha de Cronbach*, o qual verifica a consistência interna de uma escala agregada com base na correlação média entre os pares de indicadores. Índices de confiabilidade superiores a 0,7 têm sido considerados satisfatórios para pesquisas em geral. Já, para pesquisas de natureza exploratória, valores superiores a 0,6 têm sido considerados aceitáveis (HAIR *et al.*, 2010). Pelo fato de o *Alpha de Cronbach* mostrar-se limitado, se considerado o número de indicadores presentes em uma escala (escalas com maior número de indicadores tendem a ser mais confiáveis), utilizou-se a Variância Média Extraída como uma medida complementar de confiabilidade dos construtos. A variância extraída reflete o montante geral de variância nos indicadores oriundos do construto latente. Valores elevados de variância extraída indicam que as variáveis manifestas, efetivamente, representam as variáveis latentes. Valores superiores a 0,5 são considerados aceitáveis (HAIR *et al.*, 2010).

A Figura 12 evidencia os índices de ajustes absolutos, suas finalidades e limites (representam a validade convergente do modelo), bem como os testes de confiabilidade, seguidos de suas finalidades e limites.

Figura 12- Descrição dos índices de ajuste e confiabilidade seguidos de suas finalidades e limites

Índices de ajuste	Finalidade	Limites
Qui-quadrado (Valor)	- Significância das diferenças entre a matriz observada (Σ) e a matriz estimada ($\Sigma\theta$). Quando a amostra é grande ele tende a ser significativo, assim testa-se Qui-quadrado / Graus de liberdade;	Qui-quadrado / Graus de liberdade < 3
Qui-quadrado (probabilidade)		
GFI - <i>Goodness of Fit</i>	- Representa o grau geral de ajuste, não sendo ponderada em termos dos graus de liberdade;	> 0,95
CFI - <i>Comparative Fit Index</i>	- Medida comparativa global entre os modelos estimado e nulo;	> 0,95
NFI - <i>Normed Fit Index</i>	- Indica a proporção em que o ajuste do modelo proposto é melhor que o ajuste do modelo nulo;	> 0,95
TLI - <i>Tucker-Lewis Index</i>	- Apresenta interpretação similar ao NFI incluindo uma medida de ajuste para a complexidade do modelo;	> 0,95
RMSR - <i>Root Mean Square Residual</i>	- Comparar o ajuste de dois modelos diferentes elaborados a partir da mesma base de dados;	< 0,05
RMSEA - <i>R. M. S Error of Approximation</i>	- Representa a discrepância entre a matriz de covariância observada e estimada pelo grau de liberdade.	< 0,08
Confiabilidade	Finalidade	Limites
Índice de Confiabilidade	- Verificam a consistência interna de uma escala agregada com base na correlação média entre os pares de indicadores	> 0,6
Alfa de Cronbach		

Fonte: Elaborado pela autora com base em Byrne (2010); Hair *et al.* (2010); Hooper; Coughlan; Mullen (2008) e Kline (2011).

Uma vez mensurados os índices de ajuste, foi avaliada a unidimensionalidade de cada construto. A unidimensionalidade do construto indica o grau em que um conjunto de itens representa apenas um construto ou ainda a existência de um construto subjacente a um conjunto de itens (GARVER; MENTZER, 1999). Sua avaliação foi realizada a partir da identificação dos resíduos padronizados relativos aos indicadores de cada variável latente. Resíduos padronizados com valores elevados podem indicar que os itens não são unidimensionais, ou seja, são inadequados. Nesse sentido, foram considerados unidimensionais os construtos que apresentaram, para um nível de significância de 5%, resíduos padronizados inferiores a 2,58 (HAIR *et al.*, 2010).

Após realizar a Análise Fatorial Confirmatória dos construtos, foram formados os fatores: Satisfação com o PMCMV- o antes e depois, Satisfação do PMCMV, Atitude ao Endividamento, Atitude Financeira, Comportamento Financeiro e Satisfação com a Vida. Foram formados também os Fatores Conhecimento Financeiro e Bem-estar Financeiro.

A fim de verificar se há diferenças de Atitude ao Endividamento, Alfabetização Financeira, Bem-estar Financeiro e Satisfação com a Vida, se consideradas as faixas de financiamento do PMCMV e variáveis socioeconômicas e demográficas (atendendo ao quarto

objetivo específico), aplicaram-se os testes de diferença de média (teste *t*) e análise de variância (ANOVA). Para averiguar as diferenças de média entre dois grupos (no caso da faixa de financiamento, gênero e possuir dependentes) foi utilizado o teste *t* de *Student*, o qual compara a média de uma variável em um grupo com a média da mesma variável em outro grupo. Para esse teste tem-se como hipótese nula: “não existem diferenças significativas entre os dois grupos”. Já para variáveis com mais de dois grupos (no caso da idade, estado civil, nível de escolaridade, ocupação e renda) aplicou-se a análise de variância (ANOVA), a qual permite comparar, simultaneamente, a média de vários grupos. Para esse teste considerou-se como hipótese nula: “não existem diferenças significativas entre as médias observadas”.

Para a formação dos grupos a serem testados foram consideradas uma variável referente à faixa de financiamento e sete variáveis de perfil: idade, gênero, estado civil, possui dependentes, escolaridade, ocupação e renda mensal familiar. A variável faixa de financiamento foi transformada em uma variável com dois grupos, pertencendo ao grupo 1 indivíduos que possuem financiamento pela Faixa 1 do programa e ao grupo 2 os que possuem financiamento pelas Faixas 2 e 3. Optou-se por juntar as faixas 2 e 3, pois são muito semelhantes quanto a forma de pagamento e pelo pequeno número de beneficiários e respondentes da Faixa 3. A variável idade foi organizada em 4 grupos, sendo o grupo 1 formado com os indivíduos mais novos (até 29 anos), o grupo 2 com idades entre 30 e 36 anos, o grupo 3 entre 37 e 48 anos e grupo 4 com as maiores idades (mais que 48 anos). A divisão dos respondentes foi realizada a fim de possibilitar uma análise mais apurada de acordo com diferentes faixas de idade. A variável renda foi organizada em 4 grupos, conforme era a divisão para a concessão os diferentes benefícios do PMCMV até março de 2016. Assim o grupo 1 foi composto por beneficiários com renda mensal familiar de até R\$ 1.600,00, o grupo 2 com renda entre R\$ 1.600,01 e R\$ 3.275,00, o grupo 3 com renda entre R\$ 3.275,01 e R\$ 5.000,00 e o grupo 4 com renda acima de R\$ 5.000,00. A análise das diferenças foi feita com base na média dos grupos e nos testes *Post-Hoc*, sendo que as tabelas que contem as médias dos grupos e com as diferenças estão expostas nos apêndices 04 a 15.

O próximo passo foi a realização da análise de regressão com o intuito de verificar a influência da Alfabetização Financeira (composta pelos construtos Atitude Financeira, Comportamento Financeiro e Conhecimento Financeiro), Atitude ao endividamento, Bem-estar Financeiro, Satisfação com o PMCMV- o antes e depois, Satisfação com o PMCMV, da *dummy* inadimplência no PMCMV (0= adimplente e 1= inadimplente), e dummies relacionadas ao gerenciamento financeiro, sendo estas: Dívidas (0=não possui e 1=possui), Dívidas em atraso (0=não possui e 1=possui), Cartão de crédito (0=não possui e 1=possui),

Carnê de crediário (0=não possui e 1=possui), Gastos (0=gasta menos ou igual ao que ganha e 1=mais do que ganha), Situação do dinheiro (0=pagam todas as despesas mensais e 1= não consegue pagar todas as despesas mensais), Controle de gastos (0=controla os gastos e 1= não mantém nenhum controle), Poupança (0=já fez ou está fazendo e 1=nunca fez), Cadastro negativo (0=nunca teve o nome ligado ao cadastro negativo e 1=tem ou já teve o nome no cadastro negativo) e Empréstimo do nome (0=nunca emprestou o nome e 1= já emprestou ou está emprestando), na Satisfação com a Vida.

Assim, o modelo de regressão linear múltipla estimado pode ser representado pela Equação 1- Modelo Regressão Linear Múltipla:

$$\begin{aligned}
 \mathbf{SatVida}_i = & \beta_1 \mathbf{CompFin}_i + \beta_2 \mathbf{AtitFinan}_i + \beta_3 \mathbf{ConhecFin}_i + \beta_4 \mathbf{AtitEndiv} + \\
 & \beta_5 \mathbf{BEF} + \beta_6 \mathbf{SatPMCM} \text{ (o antes e depois)} + \beta_7 \mathbf{SatPMCMV} + \beta_8 \mathbf{DInadPMCMV} + \\
 & \beta_9 \mathbf{DDív} + \beta_{10} \mathbf{DDívAtraso} + \beta_{11} \mathbf{DCartCréd} + \beta_{12} \mathbf{DCarnêCred} + \beta_{13} \mathbf{Gastos} + \\
 & \beta_{14} \mathbf{DSitDinheiro} + \beta_{15} \mathbf{DContGastos} + \beta_{16} \mathbf{DPoup} + \beta_{17} \mathbf{DCadNeg} + \\
 & \beta_{18} \mathbf{DEmprNome} + \varepsilon_i
 \end{aligned} \tag{1}$$

Onde:

$\mathbf{SatVida}_i$ = construto satisfação com a vida;

$\beta_1 \mathbf{CompFin}$ = construto comportamento financeiro;

$\beta_2 \mathbf{AtitFin}$ = construto atitude financeira;

$\beta_3 \mathbf{ConhecFin}$ = índice de conhecimento Financeiro;

$\beta_4 \mathbf{AtitEndiv}$ = construto atitude ao endividamento;

$\beta_5 \mathbf{BEF}$ = índice bem-estar financeiro;

$\beta_6 \mathbf{SatPMCMV}$ – o antes e depois = construto satisfação com o PMCMV (o antes e depois);

$\beta_7 \mathbf{SatPMCMV}$ = construto satisfação com o PMCMV;

$\beta_8 \mathbf{DInadPMCMV}$ = *Dummy* inadimplência no PMCMV;

$\beta_9 \mathbf{DDív}$ = *Dummy* dívidas;

$\beta_{10} \mathbf{DDívAtraso}$ = *Dummy* dívidas em atraso;

$\beta_{11} \mathbf{DCartCréd}$ = *Dummy* cartão de crédito;

$\beta_{12} \mathbf{DCarnêCred}$ = *Dummy* carnê de crediário;

$\beta_{13} \mathbf{Gastos}$ = *Dummy* gastos;

$\beta_{14} \mathbf{DSitDinheiro}$ = *Dummy* situação do dinheiro;

$\beta_{15}DContGastos =$ *Dummy* controle dos gastos;

$\beta_{16}DPoup =$ *Dummy* poupança;

$\beta_{17}DCadNeg =$ *Dummy* cadastro negativo;

$\beta_{18}DEmprNome =$ *Dummy* empréstimo do nome;

$\varepsilon_i =$ erro.

Após a estimação da regressão linear, analisou-se o R^2 , ou o coeficiente de determinação múltiplo, o qual é utilizado para mensurar o quanto a linha de regressão amostral se ajusta aos dados obtidos. Assim, o R^2 tem por função indicar o quanto as variáveis independentes explicam a variável dependente. Segundo Gujarati e Porter (2011), com limites entre 0 e 1 ($0 \leq R^2 \leq 1$), quando R^2 for igual a 1, tem-se um ajustamento perfeito do modelo, em outras palavras, a regressão ajustada explica 100% do fenômeno, ou seja, da variável dependente.

A fim de identificar os pressupostos de normalidade, autocorrelação, multicolinearidade e homocedasticidade do modelo, utilizou-se os testes Kolmogorov-Smirnov (KS), Durbin Watson (DW), Fator de Inflação (FIV) e Pesarán-Pesarán, respectivamente. Para verificar a normalidade do erro, foi utilizado o teste KS sob a hipótese nula de que a distribuição da série testada é normal. Para Malhotra (2011), o KS constitui-se em um teste não-paramétrico de aderência para uma amostra, comparando a distribuição cumulativa de uma variável com uma distribuição especificada. Corrar, Paulo e Filho (2009) afirmam que o objetivo é aceitar a hipótese nula, sendo que esse fato ocorre sempre que o valor de significância for maior que 0,05. A autocorrelação, por sua vez, é testada através do teste de DW, que segundo Gujarati e Porter (2011) se constitui no teste mais adequado para identificar a presença de correlação serial.

Com o intuito de se verificar a premissa de multicolinearidade das variáveis, aplicou-se o teste VIF, onde até 1 significa sem multicolinearidade, de 1 a 10, com multicolinearidade aceitável e acima de 10, com multicolinearidade problemática (CORRAR, PAULO E FILHO, 2009). E, por fim, para testar a homocedasticidade, realiza-se o teste de Pesarán-Pesarán, que segundo Corrar, Paulo e Filho (2009), tem por função verificar se a variância do resíduo se mantém constante, onde aceita-se a hipótese nula de que os resíduos são homocedásticos quando o sig. for maior que 0,05.

A Figura 13 apresenta uma síntese das técnicas e métodos de análise dos dados que serão utilizadas nesse estudo e da finalidade de aplicação de cada uma delas.

Figura 13- Resumo das técnicas de análise dos fatores e finalidade de sua aplicação

	Técnicas estatísticas	Finalidade
Estatística descritiva	Frequência	Compreensão do perfil dos respondentes e características do financiamento, imóvel, inadimplência com o PMCMV, gerenciamento, decisões, práticas e experiências financeiras.
	Média Frequência	Compreensão da Satisfação com o PMCMV, Alfabetização Financeira, Atitude ao Endividamento, Bem-estar Financeiro e Satisfação com a Vida.
	Teste <i>t</i> (para dois grupos) Análise de variância (para mais de dois grupos)	Avaliação da diferença de média entre grupos se consideradas as faixas de financiamento e variáveis socioeconômicas e demográficas
Estatística multivariada	Análise Fatorial Confirmatória: <i>Alpha de Cronbach</i> e Índice de Confiabilidade Resíduos padronizados das variáveis manifestas Magnitude e significância estatística dos coeficientes padronizados e índices de ajuste (Qui-quadrado, RMSR, RMSEA, GFI, CFI, NFI, TLI)	Validação dos construtos Confiabilidade dos construtos Unidimensionalidade dos construtos Validade convergente dos construtos
	Regressão linear múltipla: Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) Kolmogorov-Smirnov (KS) Durbin Watson (DW) Fator de Inflação (FIV) Pesarán-Pesarán	Verificar a influência da Satisfação com o PMCMV, Alfabetização Financeira, Atitude ao Endividamento, Bem-estar Financeiro, <i>dummy</i> Inadimplência no PMCMV e <i>dummys</i> de Gerenciamento Financeiro sobre a Satisfação com a Vida. Verificar a Normalidade do modelo Verificar a Autocorrelação do modelo Verificar a Multicolineariedade do modelo Verificar a Homocedasticidade do modelo

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo está dividido em cinco seções, sendo apresentado na primeira parte, o perfil da amostra, representado por meio de variáveis socioeconômicas e demográficas, além de características do financiamento, imóvel anterior, gastos com moradia, inadimplência no PMCMV, intenção de mudança, percepção do Programa e os aspectos relacionados ao gerenciamento financeiro. Na segunda seção buscou-se identificar as atitudes dos respondentes em relação a cada um dos fatores estudados, sendo estes a Satisfação com o PMCMV- o antes e depois, Satisfação com o PMCMV, Conhecimento Financeiro, Atitude Financeira, Comportamento Financeiro, Atitude ao Endividamento, Bem-estar Financeiro e Satisfação com a Vida. Na terceira etapa foram validados os fatores individualmente. Na quarta sessão, realizaram-se os testes de diferença de média para cada construto. Por fim, no quinto item, identificou-se o impacto do gerenciamento financeiro, dos fatores comportamentais e do PMCMV na satisfação com a vida, através da análise de regressão.

O processo de coleta de dados, realizou-se junto aos indivíduos beneficiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, nos 3 municípios representantes das três microrregiões pertencentes a Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, sendo estes: Santa Maria, Restinga Seca e Santiago. A coleta iniciou-se no mês de abril de 2016 estendendo-se até o mês de setembro do mesmo ano. Observa-se que as aplicações ocorreram nos condomínios em que a maioria dos moradores possuía financiamento pelo PMCMV e quase a totalidade da aplicação ocorreu aos sábados e domingos, dia em que os indivíduos encontravam-se em suas residências.

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Em relação ao número de respondentes, foram investigados ao total 561 beneficiários do PMCMV distribuídos entre as cidades de: i) Santa Maria, que contou com a participação de 501 respondentes, ii) Santiago, representado por 34 indivíduos e, iii) Restinga Seca, que contou com a participação de 26 beneficiários. A fim de melhor conhecer o perfil dos participantes da pesquisa elaborou-se a Tabela 01.

Tabela 01- Perfil dos respondentes segundo as variáveis: idade, gênero, estado civil, dependentes, escolaridade, quem trabalha na família, quem contribui com as despesas da casa, ocupação e renda.

(continua)

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Idade*	Até 29 anos	147	26,2
	De 30 a 36 anos	144	25,7
	De 37 a 48 anos	142	25,3
	Acima de 48 anos	128	22,8
Gênero	Masculino	184	32,8
	Feminino	377	67,2
Estado Civil	Casado(a)	349	62,3
	Solteiro(a)	138	24,6
	Viúvo(a)	24	4,3
	Separado(a)	49	8,8
Possui dependentes	Não	263	47,6
	Sim	290	52,4
Nível de escolaridade	Nunca estudei.	7	1,3
	Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série.	69	12,4
	Ensino Fundamental de 5ª a 9ª série.	74	13,3
	Ensino Médio.	218	39,1
	Curso Técnico.	38	6,8
	Faculdade (Ensino Superior).	114	20,5
	Especialização ou MBA.	23	4,1
	Mestrado/Doutorado/Pós-Doutorado.	14	2,5
Quem trabalha na sua família?	Você.	129	24,0
	Seu parceiro(a).	61	11,3
	Você e seu(a) parceiro(a).	258	48,0
	Seus filhos/netos.	18	3,3
	Você, seu(a) parceiro(a) e seus filhos/netos.	18	3,3
	Outras pessoas.	44	8,2
	Ninguém.	10	1,9
Quem contribui com as despesas da casa?	Você.	144	25,9
	Seu parceiro(a).	57	10,3
	Você e seu(a) parceiro(a).	272	48,9
	Seus filhos/netos.	13	2,3
	Você, seu(a) parceiro(a) e seus filhos/netos.	16	2,9
	Outras pessoas.	51	9,2
	Ninguém.	3	0,5
Ocupação	Assalariado com carteira de trabalho assinada.	256	45,7
	Assalariado sem carteira de trabalho	7	1,3
	Funcionário Público.	55	9,8
	Autônomo regular.	61	10,9
	Empresário.	15	2,7
	Free-lance/Bico.	20	3,6
	Dona de casa.	35	6,3
	Só aposentado.	44	7,9
	Só estudante.	6	1,1
	Desempregado (à procura de emprego).	23	4,1
	Desempregado (não procura emprego).	12	2,1
Outra.	25	4,5	

Tabela 01- Perfil dos respondentes segundo as variáveis: idade, gênero, estado civil, dependentes, escolaridade, quem trabalha na família, quem contribui com as despesas da casa, ocupação e renda.

(conclusão)

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Renda Familiar Mensal**	Até R\$1.600,00	123	22,0
	De R\$1.600,01 a R\$3.275,00	233	41,7
	De R\$3.275,01 a R\$5.000,00	147	26,3
	Acima de R\$5.000,00	56	10,0

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

*A idade foi recodificada, e dividida em quatro classes, a partir dos quartis identificados.

**A renda foi recodificada e dividida em quatro classes, de acordo com as faixas de financiamento do PMCMV.

Quanto à idade, mais da metade dos respondentes tem até 36 anos, e menos de um quarto possui mais que 48 anos de idade, o que demonstra que grande parte dos beneficiários são mais novos e com o PMCMV puderam adquirir o primeiro imóvel. A maioria dos respondentes é do sexo feminino (67,2%), casados (as) (62,3%), com ensino médio (39,1%) ou ensino superior (20,5%).

Quando questionados sobre quem trabalha na família, os maiores percentuais foram nas alternativas você e o seu (sua) parceiro(a) (48%) e você (24%), o que também foi encontrado quando questionou-se sobre quem contribui com as despesas da casa, em que 48,9% respondeu “Você e seu (sua) parceiro (a)” e 25,9% “Você”. Quanto à ocupação, grande parte da amostra é composta por assalariados com carteira de trabalho assinada (45,7%), autônomo regular (10,9%), funcionário público (9,8%) ou só aposentado (7,9%). Em relação à renda familiar mensal, a maioria (63,7%) tem rendimentos de até R\$ 3.275,00.

Sabe-se que o PMCMV até início de 2016 era dividido em três faixas de renda, as quais determinam a forma de parcelamento, taxa de juros e subsídio concedido pelo governo. Assim, cabe evidenciar o percentual de indivíduos participantes da pesquisa em cada faixa de financiamento (Tabela 02).

Tabela 02- Frequência e percentual de respondentes segundo as faixas de financiamento do PMCMV

Faixas do PMCMV	Frequência	Percentual
Faixa 1 (renda até R\$1.600,00)	170	30,3
Faixa 2 (renda até R\$3.275,00)	368	65,6
Faixa 3 (renda até R\$5.000,00)	23	4,1

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A amostra foi definida através de procedimentos estatísticos, e como nas cidades estudadas é maior o número de beneficiários da Faixa 2, a maioria dos entrevistados pertencem a essa faixa (65,6%). Salienta-se que para as análises posteriores, a amostra foi dividida em dois grupos, sendo o grupo 1 composto por indivíduos pertencentes a Faixa 1 e o grupo 2 composto por aqueles das Faixas 2 e 3. Esse procedimento foi realizado devido ao pequeno percentual de respondentes da Faixa 3.

Foram abordadas também questões anteriores ao Programa e verificou-se, que a maioria (55,8%) residia em casa alugada ou morava com a família (29,4%). Apenas 6,6% relatou morar em casa emprestada e 8,2% possuía outra forma de moradia, onde foram citados: albergue municipal, casebre em área de risco, casa do estudante, casa própria, áreas de invasão, no emprego.

A média de gastos com moradia antes do PMCMV era de R\$ 515,45. Mais especificadamente, 27,8% gastavam até R\$ 300,00, 30,9% entre R\$ 300,01 e R\$ 500,00, 23,5% entre R\$ 500,01 e R\$ 700,00 e 17,9% acima de R\$ 700,00. Quanto ao tempo entre a inscrição nas prefeituras (para aqueles da Faixa 1) ou a procura em imobiliárias para a compra de uma moradia pelo PMCMV (Faixas 2 e 3) e o recebimento da casa/apartamento, encontrou-se que para 55,8% demorou até um ano, para 25,8% dois anos, para 9% três anos e 9,6% mais que três anos, sendo que a média de tempo de espera para o recebimento do imóvel foi de 1 ano e 8 meses.

Quanto aos gastos com água, luz e condomínio antes e depois do PMCMV, os respondentes declararam que os valores médios antes do PMCMV eram de R\$ 66,68 com água, R\$ 95,93 com luz e R\$ 65,15 com condomínio. Já, depois que se mudaram, os gastos passaram a ser em média R\$ 73,33 com água, R\$ 132,58 com luz e R\$ 110,87 com condomínio. Observa-se assim um aumento em todas as despesas, resultado semelhante ao encontrado na pesquisa de SNH/MCIDADES (2014), a qual evidenciou que a transferência das famílias para unidades do PMCMV apesar de ter representado uma redução com despesas de aluguel ou prestação da casa própria, implicou em um aumento das despesas com esses serviços. Todavia, esse aumento das despesas pode ser explicado pela elevação da taxa de inflação e também em função de que muitos não arcavam com essas despesas anteriormente, seja por morarem com a família ou por não terem acesso, de forma lícita a esses bens.

A parcela do financiamento da casa, em que foi perguntado o valor da última prestação paga, é em média, R\$357,86, sendo que o valor mais baixo relatado foi R\$25,00, que corresponde ao valor mínimo exigido na Faixa 1, e o valor mais alto foi R\$1.120,00 na Faixa 3. Em relação à percepção quanto ao valor da prestação, a maioria (63,4%) considera o

valor razoável, levando em consideração a sua renda mensal. Apenas 14,8 % consideram a prestação alta ou muito alta.

A maioria (88,9%) afirmou que não tem intenção de se mudar, ratificando o que foi encontrado na pesquisa de SNH/MCIDADES (2014), em que os beneficiários mostraram-se bastante satisfeitos e com reduzida intenção de mudança. Dentre os que alegaram querer se mudar, a maior parte declarou que a “a família quer constituir domicílio exclusivo” (4,3%) ou afirmou ser por outro motivo, sendo os principais: ir para um apartamento ou casa maior, morar mais perto do emprego e/ou parentes e mudar de cidade, devido à transferência no emprego. Com o intuito de avaliar a percepção dos próprios beneficiários em relação ao PMCMV, foi pedido que dessem uma nota entre 0 e 10 para o PMCMV, sendo 0 a pior e 10 a melhor nota. Os resultados são descritos na Tabela 03.

Tabela 03- Nota atribuída pelos beneficiários ao PMCMV

Variável	Alternativas	Frequência	Percentual
De 0 a 10, sendo 0 a pior e 10 a melhor nota, que nota você dá para o Programa Minha Casa Minha Vida?	0	2	0,36
	1	2	0,36
	2	1	0,18
	3	3	0,54
	4	2	0,36
	5	18	3,23
	6	19	3,41
	7	77	13,82
	8	175	31,42
	8,5	2	0,36
	9	81	14,54
	9,5	2	0,36
	10	173	31,06

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A maioria atribuiu a nota 8 (31,42%) ou a nota máxima (10) (31,06%), demonstrando uma visão favorável dos beneficiários a cerca do Programa. Esse panorama é ratificado pela pesquisa de Cunha (2012) e SNH/MCidades (2014), as quais revelaram que os beneficiários estavam muito satisfeitos com o PMCMV, e que apesar de existirem aspectos a serem melhorados, indicavam como principais fatores da satisfação o aumento de bem-estar, melhoria nas condições de vida e o alcance do sonho da casa própria, o que se infere ser uma das principais causas da grande satisfação, transmitida através das altas notas dadas pelos beneficiários.

A fim de ser verificado o percentual de inadimplência no PMCMV, foi perguntado se o respondente teve ou tem prestações da casa em atraso e se sim, qual o principal motivo. Para a presente análise, dividiu-se a amostra entre aqueles da Faixa 1 e Faixas 2 e 3, em função de que, conforme já evidenciado no referencial, os níveis de inadimplência são bem diferentes conforme as faixas. Os resultados são apresentados na Tabela 04.

Tabela 04- Adimplência e inadimplência no PMCMV e principal motivo, conforme as faixas de financiamento

Variáveis	Alternativas	Percentual	
		Faixa 1	Faixas 2 e 3
Você teve ou tem prestações da casa atrasadas?	Não, nunca teve.	44,1	78,5
	Não tem no momento, mas já teve no passado.	33,5	18,4
	Sim, está com prestações em atraso.	22,4	3,1
Se você já teve ou tem prestações do PMCMV em atraso, qual foi (é) o motivo principal?	Usou o dinheiro em despesas inesperadas.	41,7	39,3
	Não sobrou dinheiro.	12,5	27,4
	Optou por pagar outras contas maiores mais urgentes.	16,7	17,9
	Não se preocupou em pagar, pois acredita que não vai perder a casa se não quitar a prestação.	5,2	2,4
	Outro.	24,0	13,1

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Verificou-se que entre os respondentes da Faixa 1, a maioria (55,9%) já teve ou tem prestações da casa atrasadas e no momento da pesquisa, 22,4% estavam com prestações pendentes. Esse percentual (22,4%) é muito parecido ao que foi divulgado pelo Ministério das Cidades (2015), que indicava que a inadimplência no Programa, no final do primeiro semestre de 2015, se encontrava no patamar de 22%. Verifica-se assim, que nas cidades pesquisadas esse percentual não é muito diferente do que no Programa como um todo.

Quanto ao principal motivo, a maior parte (41,7%) precisou utilizar o dinheiro em despesas inesperadas, 16,7% afirmou ter optado pagar outras contas mais urgentes e 12,5% relatou não ter sobrado dinheiro. Observa-se assim, que muitos dos indivíduos da Faixa 1 não estão conseguindo pagar as prestações devido a problemas financeiros que estão passando. Pode-se considerar ainda o fato do valor pago por as famílias ser muito baixo e os indivíduos julgarem tal obrigação como menos importante, priorizando dessa forma, pagar outras despesas, sejam as inesperadas, sejam as mais urgentes, ainda mais em tempos de crise financeira (CUCOLO, 2015).

Apenas 5,2% relatou que não se preocupa com o pagamento, pois acredita que não perderá a casa se não pagar em dia as prestações. Essa percentual, mesmo que pequeno, vai ao encontro do que foi colocado por Cucolo (2015), que discute que uma das causas da alta inadimplência na Faixa 1 é o fato de que ainda não foram retomados imóveis por falta de pagamento.

Analisando a inadimplência nas Faixas 2 e 3, identifica-se que mais de três quartos dos beneficiários (78,5%) nunca atrasaram o pagamento das prestações, e apenas 3,1% estavam com prestações atrasadas quando responderam a pesquisa, percentual também muito parecido, apesar de superior, com o que foi divulgado pelo Ministério das Cidades (2015), que a inadimplência nessas Faixas eram em torno de 2%. O principal motivo apontado foi o uso do dinheiro em despesas inesperadas e não ter sobrado dinheiro para o pagamento. Quanto à alternativa não se preocupar em pagar, pois não vai perder a casa, menos de 2,5% (menos da metade dos que afirmaram ser essa situação na Faixa 1), disseram ser esse o principal motivo do não pagamento. Esse pequeno percentual pode ser ratificado pelo fato de que foi divulgado em reportagem de Cucolo (2015), que já foram retomadas moradias nessas faixas.

Notou-se ainda, que alguns respondentes, de ambas as faixas, declaram não realizar o pagamento em função de outros motivos, que não os elencados na questão, sendo que foram citados: atraso do boleto, atraso no pagamento do salário, desemprego, esquecimento, falecimento de algum familiar próximo, falta de tempo, acúmulo de prestações e pagamento de todas juntas ao final de um período e a casa possuir muitos defeitos.

Atenta-se para o fato do principal motivo da inadimplência com maior percentual em ambas as faixas de renda, ter sido o uso do dinheiro em despesas inesperadas (doença, desemprego). Esse resultado evidencia que os indivíduos brasileiros estão vivenciando um período de crise econômica, política e financeira, a qual está impactando na vida de indivíduos de todas as faixas de renda, principalmente devido aos altos índices de desemprego e inflação. Assim, diante da escassez de renda, e da dificuldade em se fazer poupança, muitas vezes não são pagas em dia, prestações de bens de grande importância, como o financiamento da casa.

Dando sequência a análise descritiva, investigaram-se os aspectos referentes ao gerenciamento financeiro dos respondentes, conforme apresentado na Tabela 05.

Tabela 05- Gestão Financeira dos Beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
39. Com relação aos seus gastos, você diria que:	Gasta menos do que ganha.	208	37,21
	Gasta igual ao que ganha.	209	37,39
	Gasta mais do que ganha.	142	25,40
40. Qual a frase MELHOR descreve a situação do dinheiro que a sua família ganha a cada mês?	Geralmente, vocês tem mais do que precisam para pagar todas as contas mensais e podem economizar ou comprar coisas extras.	123	22,12
	Pagam todas as contas e de vez em quando sobra um pouco para comprar coisas extras.	166	29,86
	Pagam todas as contas e tem o suficiente para gastos esporádicos (ex. presentes de aniversário).	79	14,21
	Pagam as despesas mensais, mas não conseguem comprar coisas extras.	120	21,58
	Geralmente, não conseguem pagar todas as despesas mensais.	68	12,23
41. Qual das seguintes afirmações MELHOR descreve o quanto você controla seus gastos regulares?	Não costuma controlar seus gastos.	32	5,71
	Mantém um pequeno controle sobre seus gastos.	90	16,07
	Não mantém escrito, mas controla os gastos.	163	29,11
	Utiliza anotações por escrito para manter maior controle dos gastos.	275	49,11
43. Quando sobra dinheiro no final do mês, o que você faz?	Nunca sobra dinheiro.	116	20,83
	Compra mais alimento.	48	8,62
	Faz uma reforma/ampliação da casa.	41	7,36
	Guarda o dinheiro para gastos futuros.	209	37,52
	Compra roupas e calçados.	19	3,41
	Gasta com lazer.	73	13,11
	Investe no negócio/aumento da produção.	18	3,23
	Paga prestações.	30	5,39
Outro.	3	0,54	

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Com relação aos gastos, constatou-se que a maioria (74,60%) gasta menos ou igual ao que ganha, demonstrando equidade entre receitas e despesas da maioria dos respondentes. Salienta-se que essa característica é muito importante para a manutenção das contas em dia e segundo Campara (2016) as famílias devem fazer uma análise cuidadosa das fontes de renda e das prioridades, para que assim não seja gasto mais do que se tem disponível, levando em consideração os possíveis imprevistos que podem ocorrer ao longo do tempo.

Tratando-se da situação do dinheiro que as famílias ganham a cada mês, a maior parte (29,86%) declarou que paga todas as contas e de vez em quando sobra um pouco pra comprar coisas extras. Um alto percentual (22,18%) também respondeu que geralmente tem mais do que precisam para pagar todas as contas mensais e podem economizar ou comprar coisas extras, o que indica uma boa gestão financeira, seja devido a maiores níveis de renda, seja por um controle mais efetivo das finanças. Muitos relataram que não conseguem comprar coisas

extras, todavia pagam todas as despesas mensais (21,58%). Esses percentuais evidenciam que as famílias estão conseguindo cobrir os gastos do mês e estão gerindo os recursos de forma consciente, o que de acordo com Plagnol (2011) é o método mais conveniente para o cumprimento financeiro das necessidades.

Quanto ao controle dos gastos, quase a metade (49,11%) declarou utilizar anotações por escrito para manter um maior controle, e 29,11% relatou que não mantém escrito, mas que controla os gastos. Esse resultado evidencia um aspecto positivo dos respondentes, dado que o controle financeiro é um bom aliado na busca de uma gestão positiva dos recursos (BRAIDO, 2014). No sentido de manter um maior controle, Leal e Nascimento (2012) afirmam que a gestão de caixa, com controle de entradas e saídas é uma importante ferramenta para o melhor uso do dinheiro, e nesse sentido, utilizar anotações por escrito, mesmo que de forma simples, faz a diferença nos resultados financeiros das famílias.

Quando perguntados sobre o que fazem com o dinheiro que sobra no final do mês, a maior parte afirmou que guarda o dinheiro para gastos futuros (37,52%), demonstrando que possuem noção da importância de dinheiro, seja para aproveitar oportunidades futuras, arcar com compromissos diários ou evitar problemas em situações de instabilidade (CANOVA; RATTAZZI; WEBLEY, 2005). Todavia, para um considerável percentual nunca sobra dinheiro (20,83%) ou gastam com lazer (13,11%).

Também foram realizadas questões referentes às ferramentas de gestão financeira, mais especificamente se possuíam cartão de crédito, carnê de loja e se já realizaram algum tipo de poupança, conforme apresentado na Tabela 06.

Tabela 06– Ferramentas de gestão financeira dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida

(continua)

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
37. Alguém que mora na sua casa possui cartão de crédito (Visa, Mastercard, Banricompras, etc.)?	Não.	179	31,91
	Sim, você.	336	59,89
	Sim, outra pessoa.	165	29,41
	Não sabe.	2	0,36
38. Alguém que mora na sua casa possui carnê de crediário (Magazine Luiza, Renner, etc.)?	Não.	253	45,10
	Sim, você.	265	47,24
	Sim, outra pessoa.	76	13,55
	Não sabe.	2	0,36
42. Você faz algum tipo de poupança?	Não, nunca fez.	168	29,95
	Não, mas já fez.	175	31,19
	Sim, em dinheiro, em casa.	5	0,89
	Sim, em dinheiro no banco/caderneta de poupança.	202	36,01
	Sim, em estoque/equipamentos do negócio.	5	0,89

Tabela 06– Ferramentas de gestão financeira dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida

(conclusão)			
Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
42. Você faz algum tipo de poupança?	Sim, em animais, sementes e/ou outros produtos.	1	0,18
	Sim, de outra forma.	6	1,07

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Constatou-se que a maioria (59,89%) possui cartão de crédito. Quanto a carnês de crediário, a amostra ficou dividida, sendo que 47,24% relataram possuir ao menos um e 45,10% não possuem. Em alguns casos, outras pessoas que moram na casa, também possuem cartão de crédito (29,41%) ou carnê de crediário (13,55%). Destaca-se que possuir cartão de crédito e carnê de loja, não é de todo ruim, contudo, os indivíduos devem ter controle com a utilização desses meios de crédito, que se bem utilizados são positivos, mas caso contrário podem se tornar vilões do orçamento.

Reforçando a importância do controle, atenta-se para o fato de que segundo a pesquisa realizada pela Confederação do Comércio em dezembro de 2015, o percentual de pessoas que relatam ter dívidas, e entre essas com cartão de crédito e carnê de loja alcançou 61,1%, sendo que 8,7% declararam não ter condições de pagar. Além disso, quanto ao tipo de dívida, a maioria é com cartão de crédito.

A maioria não está conseguindo fazer algum tipo de poupança, sendo que 29,95% nunca fez e 31,19% já fez no passado, entretanto precisou utilizar o dinheiro poupado. Esse resultado demonstra as dificuldades que os indivíduos enfrentam para conseguir realizar poupança atualmente, sendo que muitos nunca fizeram e aqueles que já conseguiram fazer, acabaram por necessitar utilizá-la, dados os reajustes nos preços de bens em oposição a reajustes salariais. Dentre os que fazem alguma reserva de dinheiro, a maior parte declarou possuir caderneta de poupança (36,01%), o que pode ser explicado em função da poupança, ser considerada por muitos como a mais tradicional e mais segura forma de investimento (CVM, 2014).

Por fim, em relação ao gerenciamento financeiro, indagou-se sobre a existência de dívidas, dívidas em atraso, possuir ou não o nome ligado ao cadastro negativo e se emprestam ou já emprestaram o nome para outra pessoa realizar alguma compra. Os resultados são apresentados na Tabela 07.

Tabela 07- Situação Financeira dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
35. Você possui outras dívidas além do financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida? (Pode marcar mais de uma alternativa).	Não possui dívidas.	198	35,29
	Sim, no supermercado do bairro.	36	6,42
	Sim, com lojas de crediário próprio.	221	39,39
	Sim, com familiares.	10	1,78
	Sim, com algum banco/financeira.	222	39,57
	Sim, com amigos.	3	0,53
	Sim, com agiotas.	0	0,00
	Sim, com outros.	23	4,10
36. Você possui dívidas em atraso? (Pode marcar mais de uma alternativa).	Não possui dívidas em atraso.	440	78,43
	Sim, no supermercado do bairro.	5	0,89
	Sim, com lojas de crediário próprio.	55	9,80
	Sim, com familiares.	3	0,53
	Sim, com algum banco/financeira.	46	8,20
	Sim, com amigos.	4	0,71
	Sim, com agiotas.	0	0,00
44. Você já teve, ou tem, seu nome ligado ao cadastro negativo? (Nome sujo na praça).	Não.	228	40,64
	Sim, já teve no passado.	230	41,00
	Sim, está atualmente.	103	18,36
45. Você já emprestou ou está emprestando o seu nome para outra pessoa realizar alguma compra?	Não.	287	51,16
	Sim, já emprestou.	247	44,03
	Sim, está emprestando.	27	4,81

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Verificou-se que a maioria possui outras dívidas além do financiamento da casa, sendo que a maior parte deve para lojas de crediário próprio (39,39%) e/ou bancos e financeiras (39,57%). Salienta-se que nessa questão foi explicado aos respondentes que as dívidas são responsabilidades financeiras, compras realizadas para serem pagas posteriormente, conforme Marques e Frade (2004), ou seja, não são consideradas dívidas apenas as contas com atraso no pagamento. Assim, nem sempre o endividamento é ruim, principalmente se realizado para se adquirir bens de alto valor e de longa duração (MARQUES *et al.*, 2000).

Todavia, torna-se um problema quando comprometida uma parcela maior da renda do que a disponível, condição conceituada por Frade *et al.* (2008) como sobre endividamento, o que também foi questionado aos respondentes. Assim, quanto as dívidas em atraso, a maioria afirmou não tê-las (78,43%), e dentre aqueles que as possuem, os maiores percentuais foram com lojas de crediário (9,80%) e/ou banco ou financeira (8,20%).

Tratando-se de possuir o nome ligado ao cadastro negativo, a maior parte (41,00%) afirmou já ter tido o nome sujo na praça e 18,36% está atualmente. Esses resultados indicam que a maioria dos pesquisados já passou ou está passando por alguma dificuldade financeira, que os impossibilitou de cumprir com as obrigações em dia. Esse alto percentual de

indivíduos que já tiveram ou tem o nome sujo torna-se alarmante, pois Lucke *et al.* (2014) adverte que quando ultrapassa-se os limites financeiros de forma tão acentuada, chegando a situação do nome do indivíduo ser vinculado a um cadastro de dívida ativa, as dificuldades tornam-se mais eminentes.

Entre aqueles que já tiveram o nome ligado ao cadastro negativo, muitos relataram que isso ocorreu em função de terem emprestado o nome para outra pessoa realizar alguma compra e essas não realizarem o pagamento em dia. Nesse sentido, quando perguntados se já emprestaram o nome, a maioria (51,16%) relatou nunca ter emprestado, contudo, um alto percentual já emprestou (44,03%) e poucos estão emprestando no momento (4,81%), devido a terem tido experiências não muito positivas no passado. Ratificando essa situação, segundo estudo do Banco Central do Brasil (2014) umas das causas do endividamento é o empréstimo do nome, em que amigos ou familiares retiram empréstimos ou financiamentos em seu nome para terceiros.

Após conhecer o perfil dos respondentes, em termos de variáveis socioeconômicas e demográficas e conhecer alguns aspectos relacionados a moradia anterior, características do financiamento, gastos essenciais e inadimplência no PMCMV, buscou-se analisar as atitudes e comportamentos dos indivíduos em relação a cada um dos fatores comportamentais investigados.

4.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS FATORES

Neste item são apresentadas às médias, e percentuais das variáveis formadoras dos fatores: Satisfação com o PMCMV- o antes e depois, Satisfação com o PMCMV, Atitude ao Endividamento, Conhecimento Financeiro, Atitude Financeira, Comportamento Financeiro, Bem-estar Financeiro e Satisfação com a Vida. Inicialmente, buscou-se verificar a Satisfação com o PMCMV- o antes e depois, apresentando-se a estatística descritiva na Tabela 08.

Tabela 08- Estatística descritiva do fator Satisfação com o PMCMV- o antes e depois

(continua)

Depois que recebeu a casa do Programa Minha Casa Minha Vida:	Média	Percentuais				
		Piorou muito	Piorou	Continua igual	Melhorou	Melhorou muito
11. A sua vida no geral...	4,05	0,71	4,10	12,30	55,30	27,60
12. A sua vida financeira...	3,42	3,70	13,70	33,00	36,40	13,20
13. A sua relação com a vizinhança...	3,49	1,40	5,00	48,40	33,00	12,20

Tabela 08- Estatística descritiva do fator Satisfação com o PMCMV- o antes e depois

(conclusão)

Depois que recebeu a casa do Programa Minha Casa Minha Vida:	Média	Percentuais				
		Piorou muito	Piorou	Continua igual	Melhorou	Melhorou muito
14. O acesso a instituições públicas de saúde...	2,33	31,90	22,80	29,70	11,80	3,80
15. O acesso a transporte coletivo...	2,46	29,10	25,40	21,90	18,30	5,40
16. O acesso à escola pública...	2,74	15,70	14,10	53,00	15,30	2,00
17. O tempo gasto com locomoção...	2,27	28,90	35,70	19,10	12,30	3,90

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Observa-se que a maioria acredita que a sua vida no geral melhorou ou melhorou muito (82,9%). Muitos deles evidenciaram que conseguiram sair da casa dos pais, seja para construir uma família, seja para adquirir independência e/ou deixaram de pagar aluguel e agora estão investindo em um bem próprio.

Quanto à situação financeira, 33% relatam que continua igual e 36,40% que melhorou. Após conseguir o financiamento, muitos saíram do aluguel, logo, o dinheiro que era despendido com o aluguel, agora serve para o pagamento da moradia própria, logo apesar da situação financeira não ter se alterado muito, agora eles sentem que o dinheiro está sendo investido, diferentemente de antes. Um exemplo foi relatado por um beneficiário na pesquisa de SNH/MCidades (2014), em que o mesmo afirmou que o valor pago de aluguel anteriormente era muito maior do que o da prestação da casa própria, assim ele conseguiu economizar e investir os recursos na ampliação da casa.

As questões referentes à relação com a vizinhança e o acesso a escola pública, obtiveram um alto percentual na alternativa “continua igual”, 48,40% e 53% respectivamente. Isso indica, que a mudança para a nova residência não alterou muito a vida dos indivíduos nesses aspectos. Contudo, grande parte dos respondentes (33%) afirma que a relação com os vizinhos melhorou, o que indica um ponto positivo do PMCMV. Quanto ao acesso a escola pública, verifica-se que uma das condições para a construção de um conjunto habitacional, é a existência de escolas e creches no entorno (CEF, 2015i). E, nesse quesito a prefeitura e a união parecem estar cumprindo com a manutenção, não gerando piora e nem melhora em seu acesso, pois as famílias declaram que conseguiram uma escola próxima, assim como na moradia anterior.

O acesso a instituições públicas de saúde piorou muito ou piorou para a maioria dos indivíduos (54,7%), assim como o acesso ao transporte coletivo (54,5%) e o tempo gasto com locomoção (64,6%), que eles afirmam ter aumentado. Essas são características do PMCMV que já vem sendo discutida por pesquisadores da área, como Chiarelli (2014), Cunha (2014), Krause, Balbim e Lima Neto (2013) e Moura (2014), que advertem que a construção das unidades habitacionais muitas vezes ocorrem mais distante da malha urbana onde se observa a carência de serviços públicos como de saúde e de transporte e acessibilidade.

Verificou-se assim, que as principais dificuldades dos beneficiários, são com o tempo gasto com locomoção, que eles relatam ter aumentado depois da mudança (média 2,27), o acesso as instituições de saúde pública (média 2,33) e transporte coletivo (média 2,46). Já, os pontos que obtiveram maior grau de melhora foram: a vida no geral (média 4,05), relação com a vizinhança (média 3,49) e a vida financeira (média 3,42).

Com o intuito de se aprofundar mais na Satisfação com o Programa, contudo pensando no presente, na vida na nova moradia, e sob diferentes aspectos, elaborou-se a Tabela 09.

Tabela 09- Estatística descritiva do fator Satisfação com o PMCMV

(continua)

Variáveis	Média	Percentuais				
		Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
18. Você está muito satisfeito com a casa.	4,25	2,00	6,60	2,00	43,00	46,50
19. A relação com os vizinhos é muito boa.	4,09	1,30	3,40	15,20	45,20	35,00
20. No bairro tem muito problema de violência.	2,47	26,30	39,10	5,70	19,10	9,80
21. Perto de casa tem áreas de lazer para as crianças brincarem.	3,10	24,10	12,30	3,70	49,40	10,50
22. No bairro tem gente fazendo trabalho social.	2,35	34,20	24,20	17,30	20,70	3,60
23. Perto da sua casa tem instituições de saúde pública.	2,38	38,90	21,00	9,40	24,60	6,10
24. É muito difícil conseguir uma vaga numa escola pública próxima.	3,07	6,30	12,50	59,30	12,00	10,00
25. Você demora muito tempo para ir e voltar do trabalho.	3,33	8,80	21,10	17,50	33,90	18,80
26. Perto da sua casa, é fácil o acesso ao transporte público.	3,43	12,70	11,90	9,40	51,30	14,60

Tabela 09- Estatística descritiva do fator Satisfação com o PMCMV

(conclusão)

Variáveis	Média	Percentuais				
		Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
27. Na nova casa, você passou a gastar muito mais com transportes.	3,50	7,90	14,80	19,50	35,00	22,90
28. A sua casa é bem localizada dentro do condomínio.	4,30	1,30	4,50	0,90	50,20	43,20
29. Você está muito satisfeito com a localização da sua casa na cidade.	3,73	7,50	12,20	3,40	53,80	23,10
30. As contas de água, luz e condomínio são muito altas.	3,51	5,70	23,40	9,80	36,80	24,30

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os beneficiários do PMCMV demonstraram se sentirem satisfeitos com a casa (89,5%) e com a vizinhança, sendo que 80,2% concordaram ou concordaram totalmente com a afirmação de que a relação é muito boa. Esses resultados ratificam os achados na pesquisa de SNH/MCidades (2014), na qual as notas de satisfação com a unidade habitacional obtiveram médias bastante elevadas, sendo que em todas as regiões pesquisadas, a média de satisfação com a unidade habitacional ficou acima das médias com relação a outros quesitos e que, em todo país, os beneficiários do PMCMV estão satisfeitos com a nova vizinhança.

Quanto a existirem problemas de violência no bairro, 65,4% discordaram dessa afirmação, contudo, cerca de um quinto dos respondentes acredita ter problemas de violência nas redondezas dos imóveis. Observa-se que esse aspecto varia muito entre condomínios e cidades, contudo, o fato das cidades pesquisadas serem consideradas cidades interioranas, de pequeno ou médio porte, a maioria dos respondentes se sentem mais seguros.

A maioria concorda com a existência de áreas de lazer para as crianças perto de casa (59,9%), porém, um alto percentual (36,40%) relata não ter perto do condomínio um lugar adequado para entretenimento das crianças. Verificou-se que nas cidades pesquisadas, as construtoras procuram construir ambientes de lazer para as crianças, como pracinhas dentro dos condomínios, todavia, alguns não são preservados. Além disso, eles relataram que nunca foram procurados ou não sabem da existência de trabalho social nos condomínios (75,70%).

Na pesquisa realizada sobre satisfação com o PMCMV (SNH/MCIDADES, 2014) que aborda esses aspectos, relativos a áreas de lazer e existência de trabalho social em todas as

regiões brasileiras, as notas para essas questões foram muito baixas, indicando a não existência de tais quesitos. Cunha (2012) também verificou, que em um residencial em Parnamirim-RS, que os serviços de assistência social é um dos pontos que tem sido negligenciado pelos municípios, onde não é realizado acompanhamento das famílias após a entrega das chaves. Assim, pode se considerar que nas cidades estudadas, tem-se um panorama mais positivo quanto às áreas de lazer, todavia, quanto à existência de trabalho social os resultados foram bem parecidos.

Em relação a existir instituições de saúde pública perto das moradias, a maioria (59,9%) discorda da afirmação, corroborando com o que já foi verificado em pesquisas anteriores (SNH/MCIDADES, 2014; CHIARELLI, 2014; KRAUSE; BALBIM; LIMA NETO, 2013; MOURA, 2014) que a satisfação com disponibilidade de postos de saúde mostrou-se em geral baixa. Esse resultado demonstra que umas das condições para viabilização do PMCMV, que é a existência de serviços sociais essenciais (CEF, 2015i) não está sendo atendida, o que prejudica a vida das pessoas que necessitam de atendimentos de saúde, cria dificuldades e restringe as possibilidades de bem-estar. Todavia, muitos afirmaram não utilizar os postos de saúde próximos de casa, principalmente aqueles das Faixas 2 e 3. Contudo, um alto percentual (24,60%) concordou com a afirmação, o que pode ser explicado em função de dois condomínios, localizados um do lado do outro, das Faixas 2 e 3 da cidade de Santa Maria serem localizados próximos ao posto de saúde do bairro.

Quanto à dificuldade em conseguir uma vaga numa escola próxima, verificou-se que muitos dos indivíduos foram indiferentes à questão (59,30%), ou seja, nunca buscaram alguma vaga, seja por já terem concluído os estudos e/ou não terem filhos (as) em idade escolar, ou por optarem escolas em diferentes locais. Quando questionados se demoram muito tempo pra ir e voltar do trabalho, a maioria (52,70%) concorda com a afirmação, relatando que com a mudança para a nova casa, aumentou a distância do trabalho. No mesmo sentido, a maioria (57,90%) concorda que passaram a gastar mais com transporte, seja com gasolina ou passagens de ônibus. Esses percentuais remetem ao que já foi colocado nas pesquisas de Chiarelli (2014) e Krausin, Balbim e Lima Neto (2013) de que entre os critérios para a priorização dos projetos, não existe ênfase à inserção urbana, assim muitos empreendimentos acabam sendo construídos em locais que dificultam o acesso ao trabalho e prejudicam a qualidade de vida dos indivíduos, que acabam passando horas no trânsito.

A maioria (65,9%) concorda que perto da residência é fácil o acesso ao transporte público, contudo, muitos desses citaram a pouca frequência com que os ônibus passam, às vezes, precisam ficar esperando mais de 40 minutos na parada, principalmente em finais de

semana e feriados. Indica-se assim, que a demora, é consequência da distância dos empreendimentos aos centros, até mais do que devido à falta de transportes (SNH/MCIDADES, 2014).

Quanto à localização da casa na cidade a grande maioria está satisfeita (93,4%), o que demonstra que mesmo que a residência não seja localizada no centro da cidade, o que muitas vezes torna necessária a utilização de transporte próprio ou público, as pessoas estão contentes. Esse fato sugere que mesmo com carências de saúde, como também a demora no traslado para o trabalho, os respondentes sentem-se, em sua maioria, satisfeitos com a localização do imóvel. Retoma-se assim as avaliações de cunho subjetivo quanto à propriedade e à moradia digna (SNH/MCIDADES, 2014). Em relação à localização dentro do condomínio, por os mesmos não serem muito amplos e por muitas pessoas estarem já acostumadas com o imóvel, a maioria (86,9%) mostrou-se satisfeita.

Quando remetidos à afirmação de que as contas de água, luz e condomínio serem muito altas, 61,10% concordaram, contudo 23,40% discordaram. Dentre os que concordaram, muitos daqueles que moram em apartamentos relataram o preço do condomínio ser muito alto. Muitos dos indivíduos da Faixa 1, proprietários de apartamentos de um condomínio em Santa Maria, relataram que os prédios não possuíam hidrômetro individual, e que muitas vezes tinham que pagar pelos que não pagavam para não ficarem sem água, o que encarecia. Já, entre os que discordaram, grande parte proprietários de casa, que não localizadas em condomínios fechados, esses observaram que pagam o preço, e tentam economizar, tanto água quanto luz, além disso, muitos vezes trabalham o dia inteiro fora, então os gastos não são muito altos.

Observa-se que as maiores médias foram nas questões referentes à localização da casa dentro do condomínio (4,30), satisfação com a casa (4,25) e relação com os vizinhos (4,09). Todavia, as médias mais baixas se referem à satisfação com realização de trabalho social (2,35), existência de instituições de saúde pública (2,38) e problemas de violência no bairro (2,47). Resultados muito semelhantes foram encontrados na pesquisa realizada pelo SNH/MCidades (2014), em que as maiores satisfações se referem a satisfação com a casa, o que pode ser explicado pelo fato de muitos indivíduos estarem em uma moradia nova e adequada, e assim se sentirem membros ativos da sociedade em que vivem, demonstrando também uma melhor relação com os vizinhos. Quanto ao aspecto que apresentou menor satisfação, assistência social, segundo Cunha (2012), muitas vezes as prefeituras não dispõem de pessoal capacitado para realizar acompanhamentos. Em relação à existência de instituições de saúde pública e violência, esses são problemas que vem afetando as comunidades em geral,

o que se agrava ainda mais com as dificuldades econômicas pelo qual o país vem passando, com corte de gasto e pessoal.

Na sequência investigou-se a Atitude ao Endividamento dos respondentes, conforme apresentado na Tabela 10.

Tabela 10- Estatística descritiva do construto Atitude ao Endividamento, médias e percentuais

Variáveis	Média*	Percentuais				
		Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
63. Para você, é normal as pessoas ficarem endividadas para pagar suas contas.	2,50	25,09	39,61	2,51	25,99	6,81
64. Você prefere comprar parcelado do que esperar ter dinheiro para comprar à vista.	2,68	24,42	28,55	8,80	31,60	6,64
65. Você prefere pagar parcelado mesmo que no total saia mais caro.	2,14	35,84	37,10	7,35	16,67	3,05
66. Não tem problema ter dívida se você sabe que pode pagar.	3,79	4,66	14,16	2,51	55,20	23,48
67. Não é certo gastar mais do que você ganha.**	4,52	1,82	0,73	0,73	36,73	60,00
68. As pessoas ficariam desapontadas contigo se soubessem que você tem dívida.**	3,03	14,54	20,83	26,57	22,98	15,08
69. É melhor primeiro juntar dinheiro e só depois gastar.**	3,99	4,90	8,89	5,08	44,65	36,48
70. Você sabe exatamente quanto deve em lojas, cartão de crédito ou banco.**	3,97	6,99	8,60	3,76	41,94	38,71
71. É importante saber controlar os gastos da sua casa.**	4,65	0,00	0,18	0,00	34,18	65,64

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

*Quanto maior a concordância com as alternativas maior a Atitude ao Endividamento.

**Questões invertidas.

No fator Atitude ao Endividamento, a média das variáveis indica que os indivíduos não possuem elevada propensão ao endividamento, pois grande parte das variáveis que não são invertidas apresentam média em torno de 2, ou seja, discordo e as que são invertidas, em torno de 4, que se refere ao concordo.

Analisando as variáveis separadamente, nota-se que as que indicam menor propensão ao endividamento são: “É importante saber controlar os gastos da sua casa” (média 4,65), onde 99,82% concorda ou concorda totalmente com a afirmação e “Não é certo gastar mais do

que você ganha” (média 4,52), onde 86,73% concorda ou concorda totalmente com a questão. Destaca-se que ambas são questões invertidas, onde quanto maior a média menor a propensão ao endividamento. Esses resultados indicam que os respondentes tem noção da importância do controle e planejamento de gastos, para que sejam evitados gastos além dos recursos e com supérfluos. De acordo com Campara (2016) essas percepções levam a um maior controle dos desembolsos financeiros, minimizando assim os riscos de endividamento.

As variáveis invertidas “É melhor primeiro juntar dinheiro e só depois gastar” (média 3,99) e “Você sabe exatamente quanto deve em lojas, cartão de crédito ou banco” (média 3,97) também demonstraram baixa atitude ao endividamento, pois mais de 80% dos respondentes concordaram ou concordaram totalmente com as afirmações. Demonstra também que os indivíduos tem ciência de que gastar sem ter os recursos pode levar ao endividamento e sobre-endividamento. Um agravante ainda maior é o acúmulo de parcelamentos, algumas vezes de pequenos valores, sem uma efetiva análise da totalidade dos valores e os recursos realmente disponíveis. Silva *et al.* (2014) adverte que muitas pessoas acreditam que pequenos gastos não influenciam no orçamento, contudo eles contribuem significativamente para os resultados financeiros. Por isso, saber exatamente o valor das dívidas é de suma importância para o controle financeiro e demonstra menor atitude ao endividamento.

Também evidencia-se que os respondentes tem noção de que não devem comprar parcelado quando se tem juros e que primeiro deve-se terminar com uma conta, para depois começar outra, o que pode ser verificado na média das variáveis “Você prefere pagar parcelado mesmo que no total saia mais caro (média 2,24) e “Para você, é normal às pessoas ficarem endividadas para pagar suas contas” (média 2,50), onde a maioria dos entrevistados discordou totalmente ou discordou com as variáveis (72,94% e 64,70% respectivamente). Sabe-se que para muitas pessoas, comprar parcelado, independente de irá sair mais caro ou não e algumas vezes serem realizados empréstimos para o pagamento de dívidas, é necessário, contudo, os respondentes indicam, através de suas respostas, que tentam se organizar financeiramente, evitando essas situações. Leal e Nascimento (2012) observam que as pessoas devem ser estimuladas a visualizar as reais condições financeiras, para assim adequarem-se com suas verdadeiras condições, evitando dívidas.

Resultados que remetem a uma tendência intermediária de atitude ao endividamento foram encontrados na variável “As pessoas ficariam desapontadas contigo se soubessem que você tem dívida” (invertida, média 3,03), sendo que a amostra ficou bastante dividida quanto as respostas e o maior percentual (26,57%) se manifestou indiferente quanto a afirmação.

Outra variável que apresentou comportamento semelhante foi a “Você prefere comprar parcelado do que esperar ter dinheiro para comprar à vista” (média 2,68). Observou-se que a maioria dos respondentes discordou ou discordou totalmente da afirmação (52,97%), contudo, dentre as respostas possíveis, a que obteve maior percentual de resposta foi a alternativa “concordo” (31,60%), o que indica que muitos deles preferem comprar parcelado.

Essa torna-se uma característica preocupante, dado que segundo o Banco Central do Brasil (2014) uma das causas do endividamento é o excesso de parcelamento e o uso de linhas de crédito de forma impulsiva e sem controle. Além dessas evidências desfavoráveis, atenta-se para o fato dos pesquisados, em sua maioria (78,68%), concordarem ou concordarem totalmente com a afirmação de que “não tem problema ter dívida se você sabe que pode pagar” (média 3,79). Observa-se com o alto percentual de concordância com a afirmação, que muitos deles não levam em consideração que situações que exijam gastos extras como doença própria e/ou de familiares, gravidez não programada, separação, assim como desemprego, podem ocorrer.

Prosseguindo com a análise, buscou-se verificar a Alfabetização Financeira, por meio do Conhecimento Financeiro, a Atitude Financeira e o Comportamento Financeiro.

Tabela 11- Frequência e percentual válido na escala do construto Conhecimento Financeiro

(continua)

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
87. Suponha que você tenha R\$ 100,00 em uma conta poupança a uma taxa de juros composto de 10% ao ano. Depois de 5 anos, qual o valor que você terá na poupança? Considere que não tenha sido depositado e nem retirado dinheiro.	Mais do que R\$150,00.*	272	48,7
	Exatamente R\$150,00.	108	19,3
	Menos do que R\$150,00.	55	9,8
	Não sabe.	124	22,2
88. Suponha que no ano de 2017 sua renda dobrará e os preços de todos os bens também dobrarão. Em 2017, o quanto você será capaz de comprar com a sua renda?	Mais do que hoje.	43	7,7
	Exatamente o mesmo.*	340	60,9
	Menos do que hoje.	140	25,1
	Não sabe.	35	6,3
89. Considerando-se um longo período de tempo (ex.: 10 anos), qual ativo, normalmente, oferece maior retorno?	Poupança.	165	29,5
	Ações.*	253	45,3
	Não sabe.	141	25,2
90. Imagine que cinco amigos recebem uma doação de R\$ 1.000,00 e precisam dividir o dinheiro igualmente entre eles. Quanto cada um vai ganhar?	R\$ 100,00.	14	2,5
	R\$ 200,00.*	456	81,6
	R\$ 1.000,00.	10	1,8
	R\$ 5.000,00.	4	0,7
	Não sabe.	75	13,4
91. Um investimento com alta taxa de retorno terá alta taxa de risco. Essa afirmação é	Verdadeira.*	371	67,0
	Falsa.	48	8,7
	Não sabe.	135	24,4

Tabela 11- Frequência e percentual válido na escala do construto Conhecimento Financeiro

		(conclusão)	
92. Um empréstimo com duração de 15 anos normalmente exige pagamentos mensais maiores do que um empréstimo de 30 anos, mas o total de juros pagos ao final do empréstimo será menor. Essa afirmação é:	Verdadeira.*	335	59,8
	Falsa.	100	17,9
	Não sabe.	125	22,3
93. Suponha que você viu o mesmo televisor em duas lojas diferentes pelo preço inicial de R\$ 1.000,00. A loja “A” oferece um desconto de R\$ 150,00, enquanto a loja “B” oferece um desconto de 10%. Qual é a melhor alternativa?	Comprar na loja “A” (desconto de R\$ 150,00).*	462	82,5
	Comprar na loja “B” (desconto de 10%).	36	6,4
	Não sabe.	62	11,1
	3% a.a.	21	3,8
94. Suponha que você realizou um empréstimo de R\$ 10.000,00 para ser pago após um ano e o custo com os juros é R\$ 600,00. A taxa de juros que você irá pagar nesse empréstimo é de:	0,6% a.a.	80	14,4
	3% a.a.	7	1,3
	6% a.a.*	188	33,8
	Não sabe.	260	46,8

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

*Respostas corretas.

Na maioria das questões (5 de 8), identifica-se que há um maior percentual de acerto do que de erro, indicando que muitos dos beneficiários possuem um bom conhecimento financeiro. As questões 93 e 90 obtiveram os maiores percentuais de acerto, 82,5 e 81,6% respectivamente. A primeira se refere ao valor do desconto, contudo mais especificamente a uma comparação entre duas lojas, sendo a principal dificuldade o cálculo de 10% sobre R\$ 1.000,00. A segunda se refere a uma divisão simples, de R\$ 1.000,00 entre cinco amigos. Na pesquisa realizada por Potrich *et al.* (2014) com indivíduos residentes no Rio Grande do Sul verificou-se um resultado muito parecido, em que os respondentes apresentaram elevado nível de acertos nas mesmas questões. Contudo, Campara *et al.* (2015) encontrou resultado um pouco distinto em seu trabalho com indivíduos de baixa renda, beneficiários do Programa Bolsa Família, onde os mesmos demonstraram dificuldade de realização de cálculos básicos, sendo que a maioria não acertou as respostas.

A questão em que os entrevistados tiveram maior dificuldade foi a referente ao cálculo da taxa de juros de um empréstimo (questão 94), sendo que 66,3% erraram ou responderam “não sabe”. Evidenciou-se assim, que os respondentes apresentaram dificuldade para calcular a taxa de juros, a partir do valor do empréstimo e tempo. A segunda questão que apresentou menor percentual de acerto foi a referente a rentabilidade de diferentes ativos (questão 89), em que a maioria (54,7%) errou ou marcou a alternativa “não sabe”. Adverte-se que esse maior percentual de erro e “não sei” nessas questões, pode ser justificado pelo fato de muitos indivíduos não aprenderem na escola conceitos e exercícios de matemática financeira, mesmo

que básica, o que seria importante para que pudessem ser realizadas análises mais concisas diante de eventuais necessidades de empréstimos e financiamentos.

Atenta-se ainda para o elevado percentual de respostas na alternativa “não sabe”, principalmente nas questões que tratam de taxa de juros, retorno e risco. Na questão 94, quase a metade dos indivíduos (46,8%) afirmou não saber a resposta, já nas questões 87, 89, 91 e 92, esse percentual ficou entre 22,2 e 25,2%, ou seja, quase um quarto dos respondentes demonstrou dificuldade com as questões de conhecimento financeiro. Campara (2016) também observou um elevado número de respondentes que marcaram a alternativa “não sabe”, revelando desconhecimento total do assunto que estava sendo tratado ou ainda insegurança. A autora elencou como um dos motivos desses altos percentuais, o que foi colocado por Lusardi e Mitchell (2011), que as mulheres são significativamente menos propensas a responder às perguntas sobre finanças corretamente, e mais predispostas a dizer que não sabem a resposta.

Com o intuito de evidenciar o desempenho geral dos pesquisados em relação ao nível de Conhecimento Financeiro, elaborou-se a Tabela 12.

Tabela 12- Número de acertos por respondente, percentual válido, percentual de acerto, classificação e acumulado

Números de acertos	Frequência	Percentual Válido	Percentual de Acertos%	Classificação*	Acumulado
0	22	3,9	0	Baixo	
1	32	5,7	12,5	Baixo	
2	34	6,1	25	Baixo	41,5
3	51	9,1	37,5	Baixo	
4	94	16,8	50	Baixo	
5	97	17,3	62,5	Médio	35,3
6	101	18,0	75	Médio	
7	83	14,8	87,5	Alto	23,2
8	47	8,4	100	Alto	

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Utilizando a classificação proposta por Chen e Volpe (1998), observa-se a classe com maior frequência foi a que indica baixo nível de Conhecimento Financeiro entre os entrevistados, sendo que 41,5% deles acertaram até 4 questões, das oito que compunham esse fator; 35,3% foram classificados como detentores de conhecimento financeiro médio, os quais acertaram entre 5 e 6 questões e 23,2% com alto nível de conhecimento financeiro, classificação auferida por quem acertou 7 ou 8 questões. De maneira mais detalhada,

constatou-se que a maioria dos indivíduos (375) acertaram entre 4 e 7 questões, sendo que o maior número de acertos foram em 6 questões (101 respondentes).

Atenta-se para o fato de que 22 indivíduos erraram todas as questões (3,9% dos respondentes), o que é um percentual baixo, porém muito preocupante, pois significa uma ampla falta de conhecimento financeiro, seja em aspectos mais simples do dia-a-dia, como divisão de dinheiro entre amigos, seja em questões mais complexas, como retorno de ativos. Todavia, 47 acertaram todas as questões (8,4% da amostra), o que demonstra que alguns possuem um elevado nível de conhecimento se considerados os aspectos perguntados na pesquisa.

Em termos gerais, identifica-se que a maioria dos beneficiários possui de médio a alto Conhecimento Financeiro, o que segundo Delavande, Rohwedder e Willis (2008) maximiza a capacidade de gerir de forma satisfatória as receitas, despesas e poupança, subsidiando assim, tomadas de decisões mais eficientes. O segundo fator a ser investigado, inerente a alfabetização financeira é a Atitude Financeira (Tabela 13).

Tabela 13- Estatística descritiva do construto Atitude Financeira, médias e percentuais

Variáveis	Média*	Percentuais				
		Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
55. Para você é importante definir metas para o futuro.	4,50	0,89	1,80	3,00	35,30	59,00
56. Você acredita que a maneira como administra o seu dinheiro vai afetar o seu futuro.	3,93	4,80	14,30	3,00	39,40	38,50
57. Você não se preocupa com o futuro, vive apenas o presente.**	1,93	44,80	38,90	1,10	9,30	5,90
58. Poupar é impossível para a sua família.**	2,38	26,70	43,80	2,90	18,20	8,40
59. Depois de tomar uma decisão sobre dinheiro, você se preocupa muito com a sua decisão.**	3,43	12,40	16,70	5,70	45,90	19,40
60. É difícil construir um planejamento de gastos familiar.**	2,71	21,10	36,60	1,10	32,60	8,60
61. Você considera mais satisfatório gastar dinheiro, do que poupar para o futuro.**	2,48	22,20	42,80	7,20	20,80	7,20
62. Para você o dinheiro é feito para gastar.**	3,27	8,60	25,90	10,80	39,10	15,60

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

*Quanto maior a concordância com as alternativas melhor a Atitude Financeira.**Questões invertidas.

No fator Atitude Financeira, os aspectos referentes à preocupação com o futuro financeiro e a satisfação em poupar, demonstraram ser os que mais os indivíduos desenvolvem hábitos positivos em relação às finanças. Entretanto, nas questões que envolvem preocupação com as decisões e planejamento de gastos, demonstraram-se atitudes financeiras intermediárias, ou seja, os entrevistados não desenvolvem hábitos tão ruins, mas também não se encontram com atitudes muito favoráveis que levem a resultados financeiros tão satisfatórios.

Mais especificamente, a variável que indicou melhor atitude financeira foi “Para você é importante definir metas para o futuro” (média 4,5), sendo que a maioria (59,00%) concorda totalmente com a afirmação e 35,30% concorda. Campara (2016) encontrou resultado semelhante em sua pesquisa em que 91% dos entrevistados concordaram ou concordaram totalmente com essa afirmação de que é importante definir metas para o futuro.

A segunda variável que apresentou bom nível de atitude financeira foi “Você acredita que a maneira como administra o seu dinheiro vai afetar o seu futuro” (média 3,93), em que 38,50% concorda totalmente e 39,40% concorda. Potrich (2014) ao pesquisar características financeiras de indivíduos habitantes maiores de 18 anos do estado do Rio Grande do Sul, encontrou que essas também são as características que indicam as melhores atitudes financeiras dos pesquisados.

A variável “Você não se preocupa com o futuro, vive apenas o presente” (média 1,93), a qual é invertida, ou seja, quanto menor a média, melhores atitudes financeiras, também demonstrou boa atitude em relação às finanças, pois a grande maioria (83,70%) discordou ou discordou totalmente da afirmação, ou seja, se preocupam sim com futuro. No mesmo sentido, tratando-se da variável “Você considera mais satisfatório gastar dinheiro, do que poupar para o futuro” (questão invertida, média 2,48) a maioria dos indivíduos (65,50%) discordou ou discordou totalmente da afirmação. Isso demonstra que há uma preocupação com o futuro e que os beneficiários têm noção da importância de se preocupar com o longo prazo, principalmente em relação aos recursos financeiros. Ressalta-se assim, a positiva preocupação com o gerenciamento financeiro presente, com o intuito de evitar inoportunos no futuro.

Outra variável que também demonstrou boa atitude financeira foi: “Poupar é impossível para a sua família” (2,38), também invertida, e com a média mais próxima do discordo, sendo que 70,50% discordaram ou discordaram totalmente da afirmação. Os resultados dessas questões indicam que mesmo diante da dificuldade de se fazer poupança, seja por falta de planejamento financeiro, seja pela crise econômica pelo qual o país está

passando, eles acreditam que seria mais satisfatório poupar o dinheiro, e caso venha a sobrar algum recurso, eles tem consciência de como agir adequadamente.

Encontraram-se casos intermediários de atitudes financeiras, ou seja, mais próximo do indiferente, nas variáveis “É difícil construir um planejamento de gastos familiar” (média 2,71), “Para você o dinheiro é feito para gastar” (média 3,37) e “Depois de tomar uma decisão sobre dinheiro, você se preocupa muito com a sua decisão (média 3,43), as duas, variáveis invertidas. Tratando-se da primeira, referente à construção do planejamento familiar, a maior parte (36,60%) respondeu que discorda da afirmação, contudo, 32,60% afirmou concordar que é difícil construir um planejamento financeiro. Verifica-se assim, que não há um consenso, sobre o assunto, contudo, a partir dos relatos dos entrevistados, devido a dificuldade de poupança, e a existência de dependentes, muitas vezes crianças em casa, acaba muitas vezes dificultando a efetivação de um planejamento.

Quanto à segunda, a maioria dos respondentes (54,70%) afirmou que concorda ou concorda totalmente que o dinheiro é feito para gastar, o que demonstra que muitos indivíduos, acreditam que o dinheiro deve ser gasto, esquecendo que economizar é muito importante para uma vida financeira saudável. No entanto, para muitos existem dificuldades para economizar e a indisponibilidade de caixa restringe ações desse tipo (LUCKE *et al.*, 2014), logo acabam sempre gastando e se adaptando a não poupar.

Por fim, entre todas as variáveis relativas à atitude financeira, a que trata das preocupações após a tomada de decisão (questão 59) teve média intermediária, e foi a que apresentou a pior atitude financeira entre as que compõem o fator, sendo que 65,30% dos indivíduos concordam ou concordam totalmente com a afirmação, indicando os indivíduos pensam muito nas atitudes tomadas relativas ao uso do dinheiro, mesmo após efetivá-las. Destaca-se que o pensar nas dívidas é algo comum, Potrich (2014) encontrou na sua pesquisa que mais da metade dos respondentes se preocupam após as decisões tomadas sobre o dinheiro. Campara (2016) adverte que em muitos casos as pessoas tomam decisões de maneira impulsiva e por isso acabam por pensar muito nela posteriormente.

Finalizando a investigação acerca da Alfabetização Financeira, aborda-se na Tabela 14 o Comportamento Financeiro.

Tabela 14- Estatística descritiva do fator Comportamento Financeiro, média e percentuais

Variáveis	Média*	Percentuais				
		Nunca	Quase nunca	Às vezes	Quase sempre	Sempre
46. Você anota e controla os seus gastos pessoais (ex.: planilha de receitas e despesas mensais).	3,45	21,0	5,0	19,1	17,3	37,6
47. Você compara preços ao fazer uma compra.	4,41	3,4	2,7	10,0	17,4	66,5
48. Você tem um plano de gastos/orçamento.	3,15	28,0	7,3	17,4	15,9	31,4
49. Você paga suas contas em dia.	4,34	2,3	1,8	13,4	24,5	58,0
50. Você analisa suas contas antes de fazer uma compra de alto valor.	4,67	3,6	0,54	4,1	9,3	82,5
51. Você passa a poupar mais quando recebe um aumento de salário.	2,82	30,2	11,4	25,4	12,7	20,4
52. Você faz uma reserva do dinheiro que recebe mensalmente para uma necessidade futura.	2,79	33,3	11,8	21,8	9,1	24,0
53. Você guarda parte da sua renda todo o mês.	2,63	36,1	12,6	23,2	8,8	19,4
54. Você guarda dinheiro regularmente para atingir objetivos financeiros de longo prazo como, por exemplo, educação dos seus filhos, aquisição de uma casa, aposentadoria.	2,56	38,8	12,3	21,6	8,6	18,8

*Quanto maior a concordância com as alternativas melhor o Comportamento Financeiro

Ressaltam-se as altas médias nas questões relacionadas ao controle e planejamento de gastos, indicando, que nesses aspectos os respondentes comportam-se de forma adequada. Todavia, nas questões relacionadas ao ato de realizar poupança, as médias foram mais baixas, o que demonstra que estão encontrando dificuldades para guardar uma quantia de dinheiro mensalmente.

Investigando-se cada variável, observa-se que o melhor comportamento financeiro ocorreu na questão “Você analisa suas contas antes de fazer uma compra de alto valor” (média 4,67), sendo que 82,50% dos respondentes relatam realizar essa análise anterior às novas compras sempre. Bons comportamentos financeiros também foram identificados nas questões “Você compara preços ao fazer uma compra” e “Você paga suas contas em dia” (médias 4,41 e 4,34 respectivamente). Em relação a comparar preços, a maioria (66,5%) relata comparar sempre e 17,4% quase sempre. Quanto a pagar as contas em dia, 58,0% declara pagar sempre e 24,5% quase sempre. Essas médias e percentuais indicam que os indivíduos procuram desembolsar o mínimo possível em suas aquisições, através da pesquisa de preços, e

quando realizam as compras, se preocupam em pagar dia, evitando dessa forma, o pagamento de juros e custos devidos ao atraso de contas.

Ressalta-se ainda, um bom comportamento financeiro quanto às anotações e controle dos gastos pessoais (média 3,45), sendo que a maioria realiza essa atividade sempre (37,6%) ou quase sempre (17,3%). Com isso, torna-se mais fácil ter um orçamento equilibrado e evitar o gasto além das possibilidades de pagamento. Esses comportamentos são muito positivos e estão atrelados ao que já foi colocado por Mundy (2011), o qual afirma que bons comportamentos estão pautados elementos como, sendo honrar com as despesas, controlar as finanças e fazer escolhas assertivas de produtos financeiros.

Observa-se um comportamento mediano na questão “Você tem um plano de gastos/orçamento” (média 3,15). Apesar da maior parte dos respondentes (31,4%) afirmar ter sempre um planejamento de gastos, um alto percentual (28%) relatou nunca realizar um orçamento, sendo que muitos desses relataram a dificuldade para realização de tal prática devido aos imprevistos que vão surgindo ao longo do mês, principalmente quando se tem crianças na família.

O pior comportamento foi identificado na questão “Você guarda dinheiro regularmente para atingir objetivos financeiros de longo prazo [...]” (média 2,56), sendo que 38,8% responderam nunca e 12,3% quase nunca. Outras questões que indicaram comportamento financeiro ruim foram “Você guarda parte da sua renda todo o mês” (36,1% afirmaram que nunca guardam) e “Você faz uma reserva do dinheiro que recebe mensalmente para uma necessidade futura” (33,3% nunca fazem reserva) (médias, 2,63 e 2,79, respectivamente), as quais se referem também à poupança.

Observa-se a partir desses resultados, que os indivíduos estão deixando de se precaver em relação às despesas inesperadas que podem ocorrer ao longo da vida. Essa situação torna-se mais alarmante, pois expõe os indivíduos à insegurança financeira, o que pode impactar no bem-estar financeiro (CFPB, 2015). Diante disso, a fim de identificar o bem-estar financeiro dos respondentes elaborou-se a Tabela 15.

Tabela 15- Estatística descritiva do construto Bem-estar Financeiro (parte 1), médias e percentuais

Variáveis	Média*	Percentuais				
		Completamente (1)	Muito Bem (2)	Um Pouco (3)	Muito Pouco (4)	De modo nenhum (5)
77. Você poderia lidar com uma grande despesa inesperada.**	3,37	11,60	15,30	26,40	17,60	29,10
78. Você está garantindo seu futuro financeiro.**	3,33	9,30	14,80	33,90	17,10	24,80
79. Por causa da sua situação financeira, você sente que nunca terá as coisas que quer na vida.	3,91	9,10	4,50	23,40	12,20	50,80
80. Você pode aproveitar a vida devido à maneira como está administrando seu dinheiro.**	2,38	22,20	36,90	27,40	8,10	5,50
81. Você está apenas sobrevivendo financeiramente.	3,15	24,10	12,40	20,90	9,70	32,90
82. Você está preocupado(a) que o dinheiro que tem ou terá economizado pode não ser suficiente.	2,70	32,30	15,20	23,50	8,20	20,90

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

*Quanto menor a concordância com as alternativas (maior a média) maior o Bem-estar Financeiro.

**Questões invertidas.

Ao analisar-se o Bem-estar Financeiro, verificou-se que a maioria das médias ficaram em torno de 3,0, revelando que os respondentes sentem um nível intermediário de Bem-estar Financeiro. A variável que indica maior sensação de satisfação financeira foi: “Por causa da sua situação financeira, você sente que nunca terá as coisas que quer na vida” (média 3,91), sendo que 63,00% afirmaram de modo nenhum ou muito pouco, ou seja, eles sentem que terão as coisas que querem na vida. A segunda variável que indica um bom nível de bem-estar financeiro, a qual é invertida, ou seja, quanto menor a média, maior o bem-estar financeiro foi: “Você pode aproveitar a vida devido à maneira como está administrando seu dinheiro”, em que a maioria (59,10%) afirmou que aproveita completamente ou muito bem.

Essas variáveis vão ao encontro do que foi destacado pelo CFPB (2015) como elementos inerentes ao BEF, como estar no caminho para atingir metas impostas e serem capazes de fazer escolhas que os permitam aproveitar a vida. Quanto ao futuro, Norvilitis, Szablicki e Wilson (2003) afirmam que o Bem-estar Financeiro também está relacionado com expectativas e aspirações de cada indivíduo para períodos posteriores.

Percepções intermediárias foram encontradas nas variáveis “Você poderia lidar com uma grande despesa inesperada” (média 3,37) e “Você está garantindo seu futuro financeiro”

(média 3,33), sendo as duas variáveis invertidas. Percebeu-se nessas questões, que grande parte dos indivíduos respondeu “de modo nenhum” (29,10% e 24,80% respectivamente) ou “um pouco” (26,40% e 33,90% respectivamente). Esses percentuais demonstram que os indivíduos não alcançam um maior bem-estar financeiro devido à dificuldade em acumular recursos ao longo da vida para se precaverem de despesas inesperadas e garantir o futuro, levando-os a preocupações e inseguranças quanto a imprevistos.

Dessa forma, os indivíduos carecem de ter objetivos, como guardar uma quantia de recursos mensalmente, o que faria com que se sentissem melhor financeiramente (CFPB, 2015). Entende-se que essa não é tarefa fácil, principalmente para famílias com menores níveis de renda, contudo, o ato de poupar, o mínimo que seja, tende a impactar de forma muito positiva no BEF.

A variável “Você está apenas sobrevivendo financeiramente” também apresentou média intermediária (3,15), contudo a maior parte dos entrevistados (32,90%) afirmou de modo nenhum possuir essa sensação, relatando que apesar de encontrar dificuldades para realizar poupança, conseguem com os recursos, realizar atividades e compras, que os façam sentir que não estão apenas sobrevivendo financeiramente. Salienta-se que 20,90% sentem “um pouco” essa sensação, indicando que para alguns, grande parte dos recursos são para manter os gastos mensais. Retoma-se aqui o que já foi colocado por autores como Chan, Chan e Chau (2012), Malone *et al.* (2010) e Norvilitz, Szablicki e Wilson (2003) de que o bem estar financeiro compreende preocupações com o presente e atendimento das necessidades momentâneas, mas também com a situação financeira futura.

Percepção de bem-estar financeiro mais desfavorável foi demonstrada na variável “Você está preocupado(a) que o dinheiro que tem ou terá economizado pode não ser suficiente” (média 2,70), em que 32,30% relatou estar completamente preocupado(a), 15,20% muito preocupado e 23,50% um pouco preocupado.

Esse panorama revela que os beneficiários do PMCMV acreditam que teriam que ter economizado mais para que pudessem no futuro ter mais tranquilidade referente às finanças. Isso agrava ainda mais em função dos valores e alterações que estão ocorrendo na previdência social, trazendo ainda mais incertezas quanto aos recursos disponíveis no futuro e impactando no nível de bem-estar financeiro. Segundo a CFPB (2015) guardar recursos mensalmente para a aposentadoria é elemento inerente ao bem-estar, e como pode se ver está preocupando os respondentes.

Dando seguimento a análise do Bem-estar Financeiro, é apresentada na Tabela 16 a estatística descritiva da segunda parte do construto.

Tabela 16- Estatística descritiva do construto Bem-estar Financeiro (parte 2), médias e percentuais

Variáveis	Média*	Percentuais				
		Sempre (1)	Frequen- Temente (2)	Às vezes (3)	Rara- mente (4)	Nunca (5)
83. Dar um presente de casamento, aniversário ou outra ocasião colocaria em dificuldade suas finanças do mês.	3,20	21,60	8,00	26,40	17,00	27,00
84. Você tem dinheiro sobrando no final do mês.**	3,03	16,80	14,00	35,40	16,60	17,20
85. Você não está em dia com as suas finanças.	3,99	6,80	8,20	15,90	17,70	51,30
86. Suas finanças controlam sua vida.	2,93	24,00	15,70	28,10	7,50	24,70

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

*Quanto maior a concordância com as alternativas maior o Bem-estar Financeiro

**Questões invertidas

Percebe-se que a variável com maior média é a que indica que os indivíduos estão em dia com suas finanças, onde a maioria dos respondentes (51,30%) afirmaram nunca não estarem com as finanças em dia, ou seja, sempre pagam as contas no prazo. Todavia, alguns relataram que “às vezes” (15,90%) e “raramente” (17,70%) não estão com as contas em dia. Esse resultado é muito positivo, pois ter controle sobre as finanças e ser capaz de pagar as contas em dia traz segurança financeira e aumenta significativamente o bem-estar financeiro pessoal (CFPB, 2015).

Observa-se que as outras variáveis apresentaram um nível intermediário de bem-estar financeiro, ficando com a média em torno de três. Quanto a variável referente a possuir dinheiro sobrando no final do mês (média 3,03) atenta-se para o maior percentual na alternativa às vezes (35,40%), e apenas 16,80% tem sempre dinheiro sobrando no final do mês. Tal achado é preocupante no sentido de que se ocorrerem despesas inesperadas e emergências, a situação financeira dessas famílias pode sofrer danos, impactando negativamente no BEF. Todavia, para que se torne possível sobrar dinheiro no final do mês, tanto para indivíduos de baixa renda, como de alta renda, torna-se necessário muito planejamento e controle do dinheiro, e que a falta desses aspectos no gerenciamento financeiro, pode acarretar em insatisfação financeira (KIM; GARMAN; SORHAINDO, 2003).

Em relação a dar um presente colocar as dificuldades as finanças do mês, o percentual de resposta foi bem dividido, sendo que para 27% nunca colocaria em dificuldade as finanças do mês, 26,40% às vezes e 21,60% sempre. Salienta-se que muitos dos respondentes que afirmaram que nunca colocaria em dificuldade as finanças do mês, relataram que optam por dar presentes mais baratos, pois caso contrário influenciaria de forma negativa as finanças. Essa característica indica o ato de gerir os recursos de forma consciente, o que segundo Plagnol (2011) propicia uma relação favorável com o cumprimento financeiro das necessidades e evita o endividamento, considerado um fator que diminui a sensação de BEF (NORVILITIS; SZABLICKI; WILSON, 2003; NORVILITIS *et al.*, 2006).

A variável “Suas finanças controlam sua vida” demonstrou a pior sensação de bem-estar financeiro nesse bloco de questões, a qual remete a situação de que o dinheiro e o compromisso constante com as contas acabam controlando a vida das pessoas e não o contrário, o que se torna um fator preocupante, dado que as finanças e a sua utilização adequada são aspectos importantes para os indivíduos, contudo, isso não deve controlar todos os aspectos da vida de cada um. Segundo o CFPB (2015) para se alcançar o BEF o indivíduo precisa ter controle sobre as finanças, reserva financeira e também aproveitar a vida, ou seja, se planejar financeiramente para que seja possível tirar férias, desfrutar de uma refeição fora de casa e em alguns momentos trabalhar menos e passar mais tempo com a família.

Seguindo a análise descritiva dos fatores, apresentam-se as médias e percentuais da Satisfação com a Vida (Tabela 17). Cabe lembrar que avaliações de Satisfação com a Vida são consideradas medidas de bem-estar subjetivo e se referem a aspectos da vida como um todo, todavia infere-se ser principalmente contemplado pelos respondentes, questões como saúde, trabalho, condições de moradia e relações sociais.

Tabela 17- Estatística descritiva do construto Satisfação com a Vida, média e percentuais

(continua)

Variáveis	Média	Percentuais				
		Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
72. A sua vida está próxima do seu ideal.	3,40	6,10	26,20	4,50	48,20	15,10
73. Suas condições de vida são excelentes.	3,39	5,00	26,80	7,30	46,00	14,80
74. Você está satisfeito com a sua vida.	3,92	2,90	9,30	2,50	63,70	21,60
75. Até agora você tem conseguido as coisas importantes que quer na vida.	4,09	2,70	6,60	0,71	58,60	31,40

Tabela 17- Estatística descritiva do construto Satisfação com a Vida, média e percentuais

(conclusão)

Variáveis	Média	Percentuais				
		Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
76. Se você pudesse viver a sua vida de novo, não mudaria quase nada.	3,24	17,30	20,50	4,10	37,30	20,90

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

*Quanto maior a concordância com as alternativas maior a Satisfação com a Vida.

Observa-se a partir da média das questões, que os indivíduos apresentam uma percepção positiva quando a Satisfação de Vida, pois todas foram maiores que três. As questões com maior concordância foram: “Até agora você tem conseguido as coisas importantes que quer na vida” (média 4,09, 58,6% concordam e 31,4% concordam totalmente) e “Você está satisfeito com a sua vida” (média 3,92, 63,70% concordam e 21,60% concordam totalmente). Infere-se a partir desses resultados, que o fato de terem adquirido a casa própria e saído do aluguel representa uma das conquistas importantes na vida, o que significa muito para esses indivíduos e colabora para uma maior satisfação com a vida. Ratifica-se assim, o que foi colocado na pesquisa de SNH/MCidades (2014), quanto aos beneficiários do PMCMV apresentarem aumento de bem-estar e melhoria das condições de vida.

Retoma-se ainda o fato de que a satisfação com a vida pode ser investigada sob duas óticas, a objetiva e a subjetiva (LAWTON, 1991; DIENER; SUH, 1997) e a conquista da casa além de ser avaliada objetivamente, pois faz com que os indivíduos disfrutem de melhores condições de vida, com a aquisição de um bem e mais conforto, pode ser visualizada subjetivamente pois remete a satisfação de se ter alcançado algo tão almejado e de estar inserido na sociedade, ter seu espaço, tanto físico como social. Explorando as duas óticas objetiva e subjetiva, D’Amico (2011) afirma que a habitação, como bem econômico e social, afeta indiretamente vários aspectos como à saúde, segurança, educação, além de promover a ampliação das liberdades dos indivíduos.

A questão “Se você pudesse viver a sua vida de novo, não mudaria quase nada” apresentou a média mais baixa (3,24), mas ainda assim a maioria concorda ou concorda totalmente com a afirmação (58,2%). A menor satisfação nesse variável pode ser explicada devido a comparações entre as circunstâncias de vida do indivíduo e um padrão por ele escolhido, em que muitas vezes os padrões vão se alterando durante a vida e assim algumas

coisas teriam sido feitas de maneira diferentes (ALBUQUERQUE; TRÓCOLLI, 2004). Além disso, algumas coisas que traziam maior sensação de satisfação com a vida em situações anteriores podem ter mudado devido a alterações nas relações sociais, grau de escolaridade, e renda, fatores esses considerados como influenciadores objetivos na satisfação com a vida (LAWTON, 1983; 1991).

Alguns relataram que teriam mudado algumas coisas, mas que mesmo assim são contentes com a vida que levam, e o fato de terem conseguido adquirir a casa própria deixa-os mais tranquilos em relação as suas escolhas, pois sabem que adquiriram um bem importante para a família e que será passado para a próxima geração. A questão de passar bens para a próxima geração está ligado ao bem-estar financeiro, estabilidade e segurança familiar (DELAFFROOZ; PAIM, 2011; CHUAN; KAI; KOK, 2011) e segundo Diener (2000), fatores como estar envolvido com a família e ter boas condições financeiras podem colaborar com uma maior Satisfação com a Vida.

As variáveis “A sua vida está próxima do seu ideal” e “Suas condições de vida são excelentes” obtiveram médias muito próximas, sendo 3,40 e 3,39 respectivamente. Verifica-se que as médias são mais próximas a 3, que representa indiferença quanto essas questões, o que demonstra que ainda existem alguns aspectos na vida desses indivíduos que ainda precisam melhorar e que eles ainda não estão totalmente contentes com as coisas que tem. Muitos possuem alguns objetivos de vida, sendo citados: estudar, reformar e ampliar a casa, conseguir um trabalho melhor e dar melhores condições aos filhos. Mas, apesar disso, a maioria acredita que a vida está próxima do ideal (48,20% concorda e 15,10% concorda totalmente) e que as condições de vida são excelentes (46% concorda e 14,80% concorda totalmente).

4.3 VALIDAÇÃO INDIVIDUAL DOS CONSTRUTOS

Para a validação individual dos construtos utilizou-se a Modelagem de Equações Estruturais (MEE), levando em consideração os índices de ajuste e a confiabilidade dos fatores como já apresentado na metodologia. Salienta-se que as variáveis com o indicativo “INVER”, indicam que estas são questões que passaram por um tratamento de inversão da escala para que todas as questões se mantivessem no mesmo sentido de análise. Para isso, utilizou-se uma recodificação, onde o valor 1 na escala passa a ser 5, o valor 2- 4, o valor 3 continua 3, o valor 4- 2 e por fim, o valor 5 passa a ser 1. Este subcapítulo é organizado em

subseções, que evidenciam todo o processo de validação de cada uma dos construtos estudados.

4.3.1 Validação do construto Satisfação com o Programa Minha Casa Minha Vida- o antes e depois

Para avaliar a Satisfação com PMCMV, levando em consideração o quanto a vida dos beneficiários melhorou ou piorou depois da mudança para a nova moradia, foi utilizada uma escala composta por 7 variáveis. Todavia, através do modelo inicial (Figura x), verificou-se a necessidade de adequações no modelo, pois uma das variáveis não foi significativa e alguns coeficientes apresentaram-se muito baixos. A verificação dos índices de ajuste do modelo inicial (Tabela 18) também corroboram o fato de o modelo não estar adequado.

Diante disso, a primeira alternativa foi eliminar a questão que não se revelou significativa para o modelo SatPMCMV13. Posteriormente eliminaram- as gradativamente as questões SatPMCMV12 e SatPMCMV11, as quais não exibiram coeficientes satisfatórios. Ressalta-se que a exclusão foi individual, onde uma variável foi excluída por vez, tendo em vista a ordem crescente (do menor ao maior coeficiente), sendo que a cada exclusão um novo modelo foi estimado.

Inseriu-se ainda uma correlação entre os erros das variáveis “O acesso a transporte coletivo...” (SatPMCMV15) e “O tempo gasto com locomoção” (SatPMCMV17) (e15 e e17 respectivamente, valor 13,021). Kline (2011, p. 358) afirma que “correlações entre os resíduos podem ser inseridas quando são justificáveis” e nesse caso, as duas variáveis se referem à locomoção. Na Tabela 18 têm-se os índices de ajuste do modelo inicial e final.

Tabela 18- Índices de ajuste do construto Satisfação com o PMCMV, o antes e depois - Modelo inicial e final

(continua)

Índices de ajuste	Satisfação com o PMCMV- O antes e depois	
	Modelo Inicial	Modelo Final
Qui-quadrado (valor)	159,306	0,123
Qui-quadrado (probabilidade)	0,000	0,725
Graus de Liberdade	14	1
Qui-quadrado / Graus de Liberdade	11,379	0,123
GFI - <i>Goodness of Fit</i>	0,924	1,000
CFI - <i>Comparative Fit Index</i>	0,674	1,000
NFI - <i>Normed Fit Index</i>	0,659	1,000

Tabela 18- Índices de ajuste do construto Satisfação com o PMCMV, o antes e depois - Modelo inicial e final

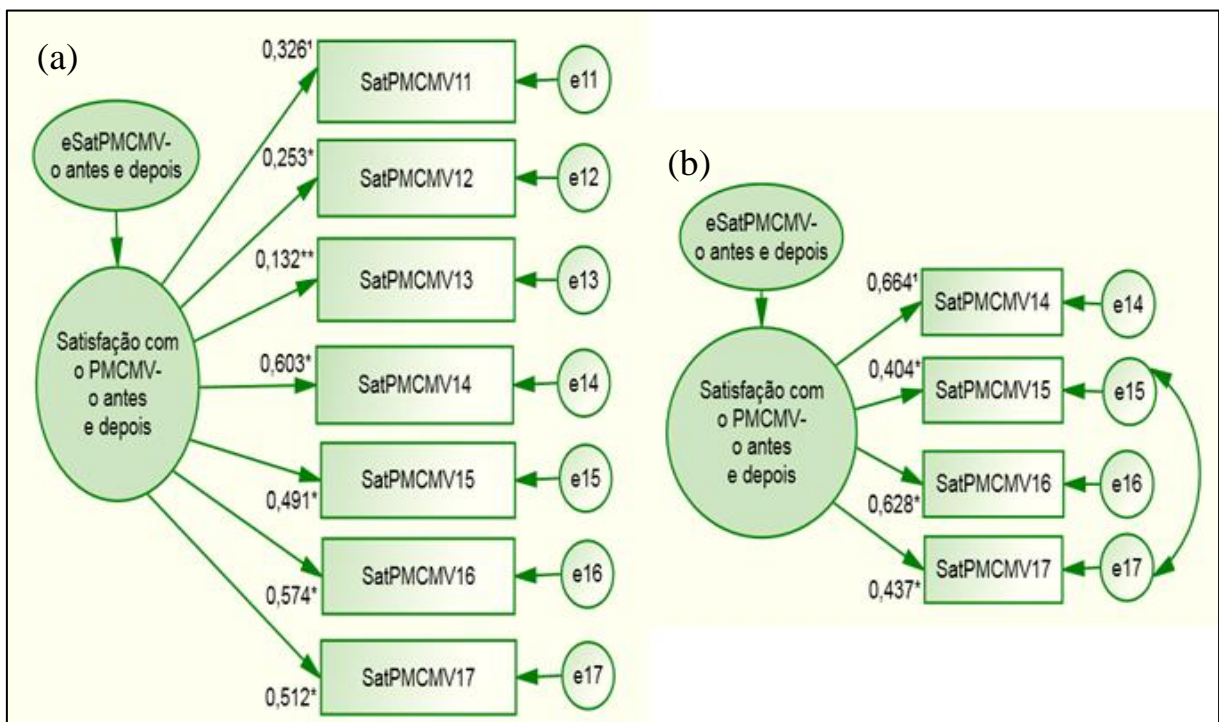
(conclusão)

TLI- <i>Tucker-Lewis Index</i>	0,511	1,019
RMR - <i>Root Mean Square Residual</i>	0,075	0,003
RMSEA - <i>R. M. S Error of Approximation</i>	0,136	0,000
Índice de Confiabilidade	0,598	0,618
<i>Alpha de Cronbach</i>	0,605	0,637

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Verifica-se que no modelo final todos os índices de ajuste e de confiabilidade calculados assumiram valores dentro do limite estabelecido, contribuindo para a validação do construto. De forma mais específica, ratificou-se a validade convergente, dado que os índices CFI, GFI, NFI e TLI foram superiores a 0,95 e os índices RMR e RMSEA foram inferiores a 0,05 e 0,08, respectivamente. Confirmou-se também a confiabilidade, tendo em vista que o *Alpha de Cronbach* e o índice de confiabilidade foram superiores ao valor mínimo de 0,6. A Figura 14 exibe o modelo inicial e final.

Figura 14- Modelo de mensuração inicial (a) e final (b) com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Satisfação com o PMCMV, o antes e depois



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Nota: * $p < 0,01$ e ** $p < 0,05$.

¹valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

Observa-se que o construto apresentou em seu modelo final quatro variáveis. Salienta-se que todas as questões referem-se ao fato dos indivíduos terem acesso a equipamentos sociais de suma importância para que se tenha o mínimo de qualidade de vida, o que envolve boa saúde, educação e transporte para que possam se deslocar até o trabalho e a escola. Pode-se constatar ainda, que as variáveis que mais impactam são a SatPMCMV14 e SatPMCMV16, apresentando coeficientes padronizados de 0,664 e 0,628, respectivamente. Tais questões referem-se ao acesso a instituições públicas de saúde e acesso a escola pública, sendo estes aspectos de suma importância para determinar a Satisfação com o PMCMV, tendo em vista o antes e depois da mudança.

4.3.2 Validação do construto Satisfação com o Programa Minha Casa Minha Vida

Para avaliar a Satisfação com PMCMV no geral, adaptou-se uma escala de SNH/MCidades (2014) composta por 13 variáveis. Contudo, quando o modelo foi estimado, percebeu-se que três das variáveis não foram significativas e muitos coeficientes apresentaram valores baixos. A verificação dos índices de ajuste do modelo inicial (Tabela 19) também corroboram o fato de o modelo não estar adequado. A probabilidade do Qui-Quadrado é significativa, esse dividido pelos graus de liberdade resulta em 7,182. Os índices GFI, CFI, NFI e TLI, são inferiores ao 0,95, necessário e o RMR e o RMSEA não atingem valor mínimo de 0,05 e 0,08 respectivamente. Desse modo, inicia-se o processo de adequação do modelo.

A primeira alternativa foi eliminar as questões que não se revelaram significativas para o modelo, assim, foram excluídas as variáveis SatPMCMV28, SatPMCMV21, SatPMCMV22. Posteriormente eliminaram-se gradativamente as questões SatPMCMV19, SatPMCMV18, SatPMCMV20INVERT, SatPMCMV24INVERT, SatPMCMV30INVERT, SatPMCMV26 e SatPMCMV29, as quais não exibiram coeficientes satisfatórios. Com essas correções, todos os índices de ajuste e de confiabilidade calculados assumiram valores dentro do limite estabelecido, contribuindo para a validação do construto, como exibido no modelo final (Tabela 19).

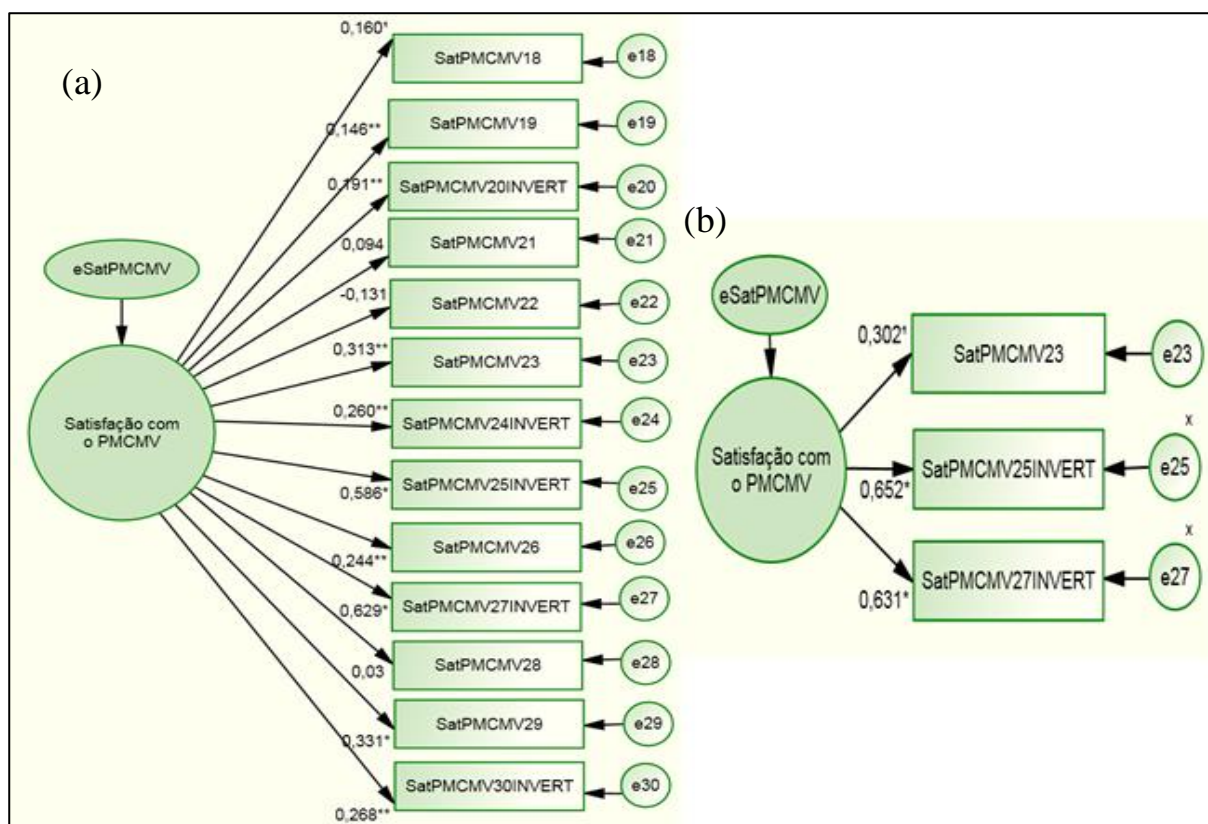
Tabela 19- Índices de ajuste do construto Satisfação com o PMCMV - Modelo inicial e final

Índices de ajuste	Satisfação com o PMCMV	
	Modelo Inicial	Modelo Final
Qui-quadrado (valor)	466,858	0,021
Qui-quadrado (probabilidade)	0,000	0,886
Graus de Liberdade	65	1
Qui-quadrado / Graus de Liberdade	7,182	0,021
GFI - <i>Goodness of Fit</i>	0,882	1,000
CFI - <i>Comparative Fit Index</i>	0,376	1,000
NFI - <i>Normed Fit Index</i>	0,353	1,000
TLI - <i>Tucker-Lewis Index</i>	0,251	1,022
RMR - <i>Root Mean Square Residual</i>	0,123	0,003
RMSEA - <i>R. M. S Error of Approximation</i>	0,105	0,000
Índice de Confiabilidade	0,453	0,546
<i>Alpha de Cronbach</i>	0,483	0,514

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

De forma mais específica, ratificou-se a validade convergente, dado que os índices CFI, GFI, NFI e TLI foram superiores a 0,95 e os índices RMR e RMSEA foram inferiores a 0,05 e 0,08, respectivamente. O *Alpha de Cronbach* e o índice de confiabilidade mostraram-se próximos ao valor mínimo de 0,6, indicando uma confiabilidade razoável. A Figura 15 apresenta o modelo inicial e final.

Figura 15- Modelo de mensuração inicial (a) e final (b) com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Satisfação com o PMCMV



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Nota: * $p < 0,01$ e ** $p < 0,05$.

¹valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

A partir da Figura 15 pode-se constatar que o construto apresentou em seu modelo final três variáveis. Tais questões referem-se a existir perto da residência instituições de saúde pública, ao tempo de deslocamento até o trabalho e o gasto com transportes, tornando estes os aspectos mais relevantes da determinação do nível de Satisfação com o PMCMV. As variáveis que mais impactam são a SatPMCMV25INVERT, que trata do tempo para ir e voltar do trabalho e a SatPMCMV27INVERT, que diz que na nova casa os indivíduos passaram a gastar muito mais com transportes. As mesmas apresentaram coeficientes padronizados de 0,652 e 0,631, respectivamente.

Salienta-se que as variáveis validadas exibiram significância a um nível de 1%, indicando a relevância destas na consolidação de uma boa ou ruim Satisfação com o PMCMV. Todavia, destaca-se que o fator foi formado inicialmente com 13 questões e apenas 3 foram verificadas como contribuintes para o modelo.

4.3.3 Validação do construto Atitude ao Endividamento

Para avaliar a Atitude ao Endividamento dos beneficiários do PMCMV, utilizou-se uma escala validada no Brasil por Moura (2005), composta por 9 variáveis. No entanto, ao ser realizada a estimação do modelo inicial, verificou-se que duas variáveis não foram significativas, e muitos coeficientes não atingem o valor mínimo, além disso, a verificação dos índices de ajuste do modelo inicial (Tabela 20) corroboram o fato de o modelo não estar adequado. Esse panorama aponta para a necessidade de adequações no modelo para que ele seja validado.

A primeira alternativa foi eliminar as questões que não se revelaram significativas para o modelo, assim, foram excluindo-se gradativamente as seguintes variáveis: AE67INVER, AE71INVER. Posteriormente eliminaram-se também as questões AE68INVER, AE70INVER, AE66 e AE63, as quais não exibiram coeficientes satisfatórios. Por fim, o modelo mostrou-se válido, como exibido na Tabela 20 por meio dos índices de ajuste do modelo final.

Tabela 20- Índices de ajuste do construto Atitude ao Endividamento - Modelos inicial e final

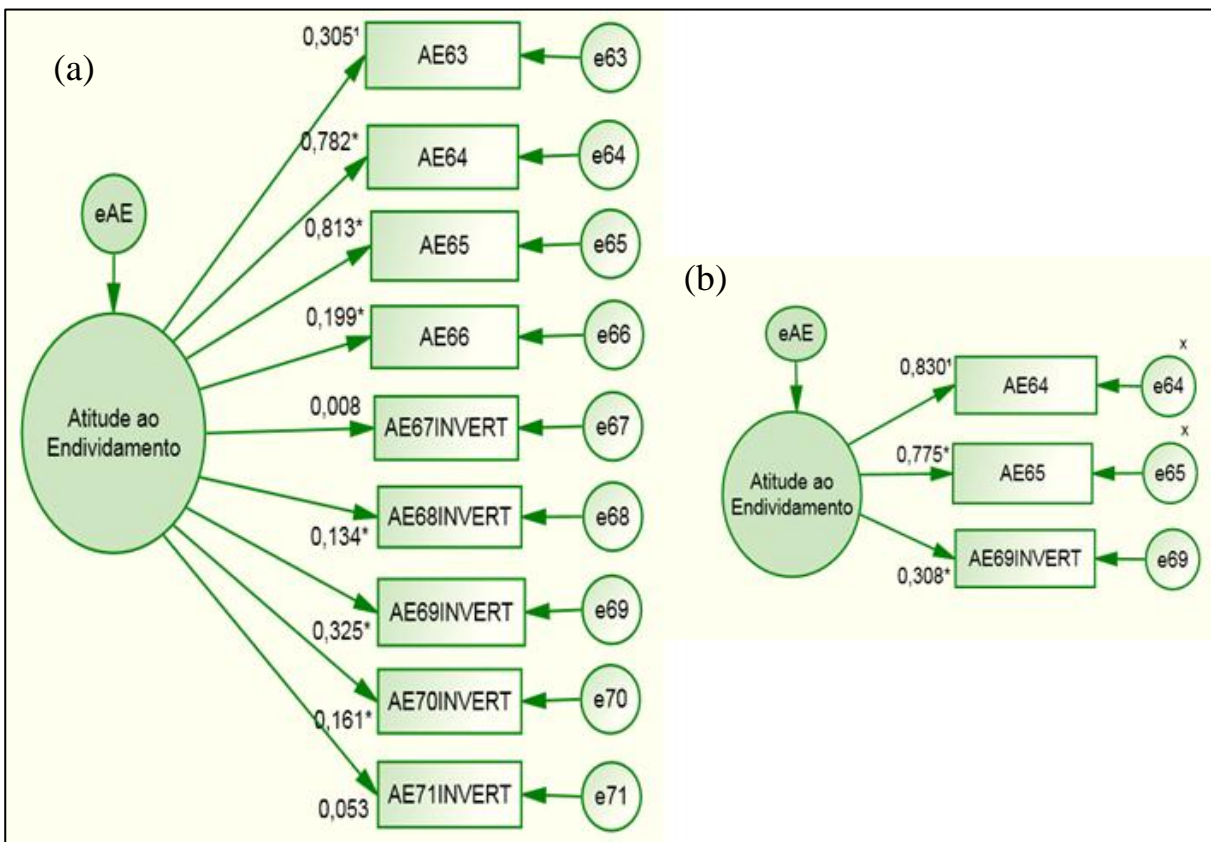
Índices de ajuste	Atitude ao Endividamento	
	Modelo Inicial	Modelo Final
Qui-quadrado (valor)	228,176	0,000
Qui-quadrado (probabilidade)	0,000	0,983
Graus de Liberdade	27	1
Qui-quadrado / Graus de Liberdade	8,451	0,000
GFI - <i>Goodness of Fit</i>	0,916	1,000
CFI - <i>Comparative Fit Index</i>	0,671	1,000
NFI - <i>Normed Fit Index</i>	0,648	1,000
TLI - <i>Tucker-Lewis Index</i>	0,562	1,009
RMR - <i>Root Mean Square Residual</i>	0,070	0,000
RMSEA - <i>R. M. S Error of Approximation</i>	0,115	0,000
Índice de Confiabilidade	0,509	0,694
Alpha de Cronbach	0,550	0,654

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Depois de todos os procedimentos adotados, nota-se que todos os índices de ajuste e de confiabilidade calculados assumiram valores dentro do limite estabelecido, contribuindo para a validação do construto. De forma mais específica, ratificou-se a validade convergente,

dados que os índices CFI, GFI, NFI e TLI foram superiores a 0,95 e os índices RMR e RMSEA foram inferiores a 0,05 e 0,08, respectivamente e a confiabilidade, tendo em vista que o *Alpha de Cronbach* e o índice de confiabilidade foram superiores ao valor mínimo de 0,6. Contudo, destaca-se que o fator foi formado inicialmente com 9 questões e apenas 3 foram verificadas como contribuintes para o modelo.

Figura 16– Modelo de mensuração inicial (a) e final (b) com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Atitude ao Endividamento



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Nota: * $p < 0,01$ e ** $p < 0,010$.

¹valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

O construto Atitude ao Endividamento apresentou em seu modelo final três variáveis. Salienta-se que todas as questões referem-se ao fato da preferência dos indivíduos no ato da compra, ou seja, se eles preferem comprar parcelado mesmo que no final seja mais caro e se acham melhor primeiro juntar dinheiro e só depois gastar. As variáveis que compõem o modelo final do construto que mais impactam são a AE64 e AE65, apresentando coeficientes padronizados de 0,830 e 0,775, respectivamente. Tais questões referem-se à preferência

quanto comprar parcelado ou não, sendo este um aspecto de suma importância para determinar a Atitude ao Endividamento.

4.3.4 Validação do construto Atitude Financeira

Para mensurar a Atitude Financeira foi utilizada uma escala do tipo *likert* com oito questões, adaptado de Shockey (2002) e OECD (2013b). Todavia, através da estimação do modelo inicial, verificou-se que alguns coeficientes mostraram-se muito baixos, além disso os índices de ajuste não estavam entre os valores estabelecidos, apontando para a necessidade de adequação do modelo, para que ele venha a ser validado.

Como todas as variáveis mostraram-se significativas ao nível de 5%, optou-se inicialmente em eliminar as questões AF62INVERT, AF56, AF61INVERT, AF55 e AF57, as quais apresentaram coeficientes baixos. Após esse processo o modelo se mostrou validado conforme os índices de ajuste do modelo final (Tabela 21).

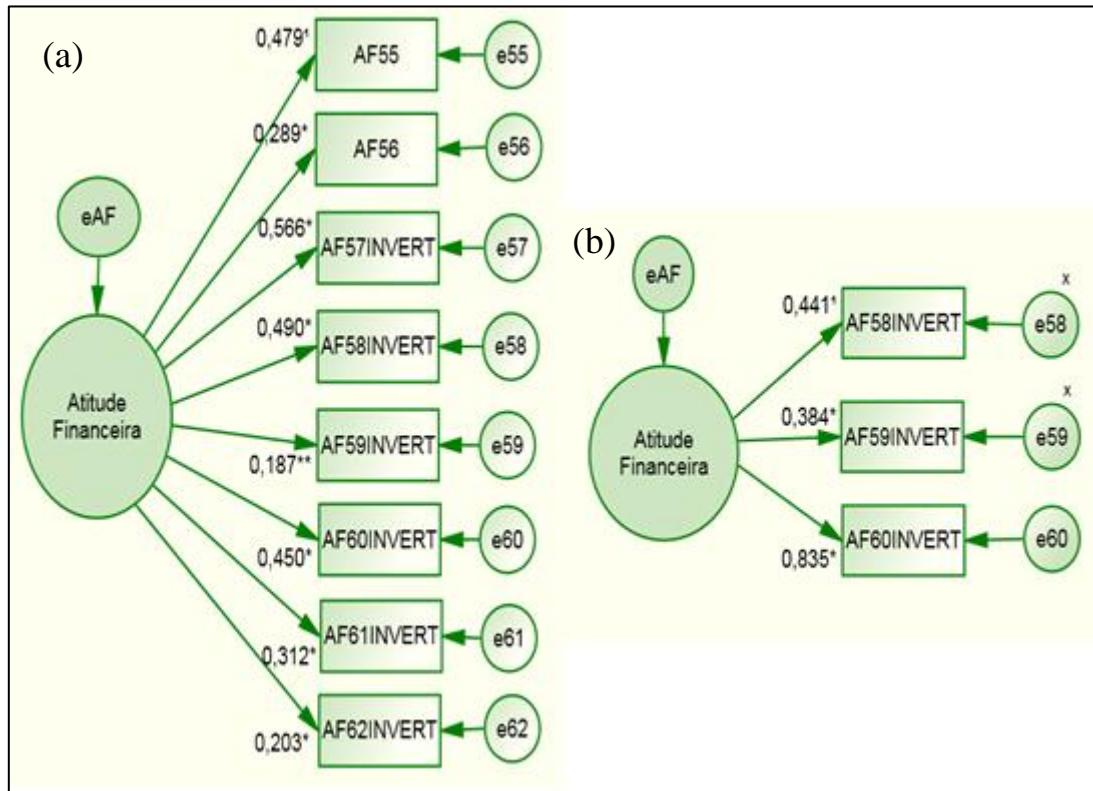
Tabela 21- Índices de ajuste do construto Atitude Financeira - Modelo inicial e final

Índices de ajuste	Atitude Financeira	
	Modelo Inicial	Modelo Final
Qui-quadrado (valor)	245,703	2,306
Qui-quadrado (probabilidade)	0,000	0,129
Graus de Liberdade	20	1
Qui-quadrado / Graus de Liberdade	12,285	2,306
GFI - <i>Goodness of Fit</i>	0,894	0,997
CFI - <i>Comparative Fit Index</i>	0,521	0,991
NFI - <i>Normed Fit Index</i>	0,508	0,984
TLI - <i>Tucker-Lewis Index</i>	0,330	0,973
RMR - <i>Root Mean Square Residual</i>	0,154	0,048
RMSEA - <i>R. M. S Error of Approximation</i>	0,142	0,048
Índice de Confiabilidade	0,567	0,584
Alpha de Cronbach	0,540	0,550

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Satisfatoriamente, percebe-se através do modelo final que todos os índices de ajuste estão dentro dos limites estipulados como adequados. Além disso, os índices de confiabilidade e *alpha de Cronbach* mostraram-se muito próximo a 0,6, indicando confiabilidade razoável. A Figura 17 representa o coeficiente e a significância das variáveis que compõem o modelo final.

Figura 17- Modelos de mensuração inicial (a) e final (b) com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Atitude Financeira



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Nota: * $p < 0,01$ e ** $p < 0,05$.

¹valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

Observando a ilustração do modelo final, verifica-se que 3 variáveis compõem o modelo final, sendo que as que mais impactam na Atitude Financeira são a AF60INVERT (“É difícil construir um planejamento de gastos familiar” – coeficiente 0,835), seguida pela AF58INVERT (“Poupar é impossível para a sua família” – coeficiente 0,441). Por meio dessas variáveis, conclui-se que a Atitude Financeira é mensurada por questões que se referem especialmente ao planejamento de gastos e poupança.

4.3.5 Validação do construto Comportamento Financeiro

A mensuração do Comportamento Financeiro se deu por meio de uma escala adaptada de questões propostas por Shockey (2002), O’Neill e Xiao (2012) e pela OCED (2013b), em que foram selecionadas 9 questões. Ao ser estimado o modelo inicial percebe-se que uma variável não se mostrou significativa, além disso, alguns coeficientes mostraram-se muito

baixos. Esses fatos apontam para a necessidade de adequação do modelo, para que ele venha a ser validado. Para ratificar, analisam-se os índices de ajuste do modelo inicial (Tabela 22).

Para adequação do modelo, a primeira alternativa foi eliminar a questão que não se revelou significativa CF47. A segunda atitude foi a exclusão de variáveis com coeficientes muito baixos. Respectivamente foram excluídas as questões CF50, CF46, CF48.

Por fim, foi necessária a inserção de correlação entre os erros das variáveis “Você passa a poupar mais quando recebe um aumento de salário” e “Você faz uma reserva de dinheiro que recebe mensalmente para uma necessidade futura” (e51 e e52 respectivamente, valor 17,088), as quais foram, sugeridas pelo relatório do AMOS 20 e que faziam sentido teórico. Após esse processo o modelo se mostrou validado, conforme os índices de ajuste do modelo final.

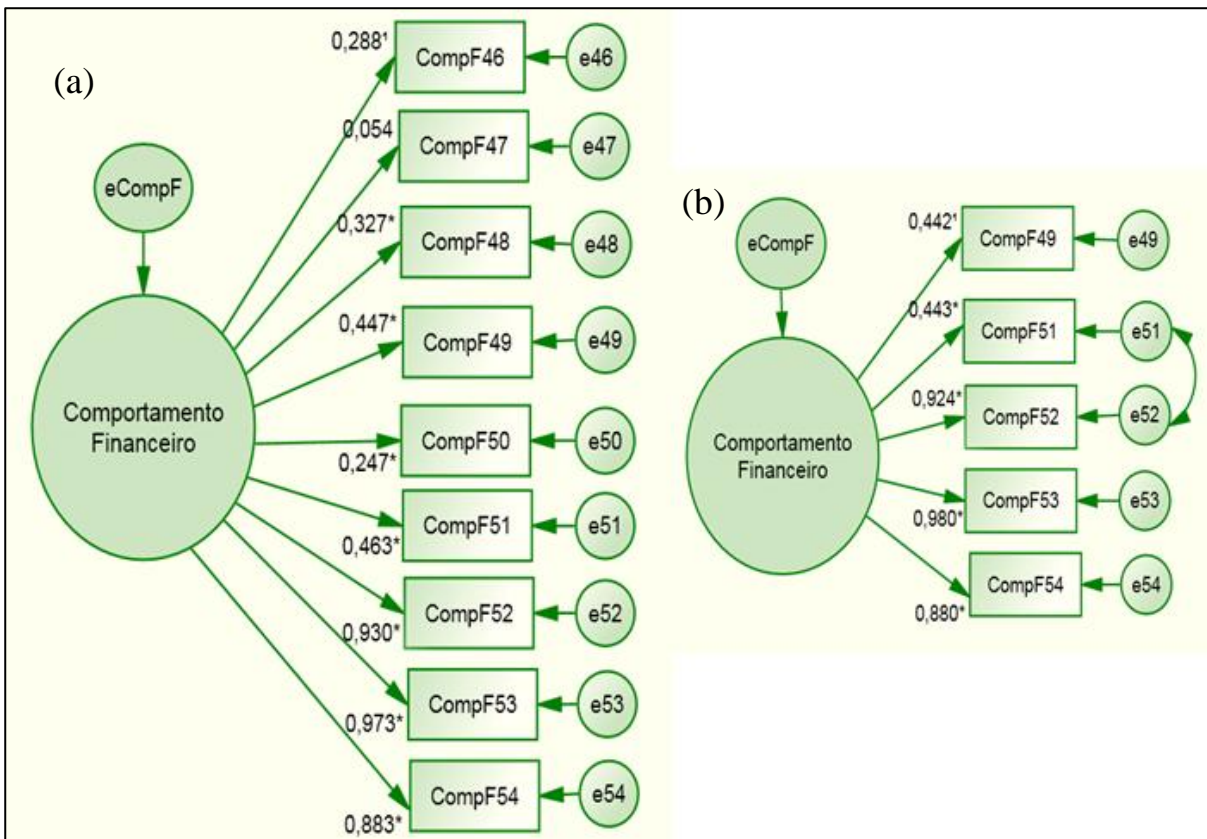
Tabela 22- Índices de ajuste do construto Comportamento Financeiro - Modelo inicial e final

Índices de ajuste	Comportamento Financeiro	
	Modelo Inicial	Modelo Final
Qui-quadrado (valor)	244,134	4,388
Qui-quadrado (probabilidade)	0,000	0,356
Graus de Liberdade	27	4
Qui-quadrado / Graus de Liberdade	9,042	1,097
GFI - <i>Goodness of Fit</i>	0,914	0,997
CFI - <i>Comparative Fit Index</i>	0,907	1,000
NFI - <i>Normed Fit Index</i>	0,897	0,998
TLI - <i>Tucker-Lewis Index</i>	0,876	1,000
RMR - <i>Root Mean Square Residual</i>	0,174	0,025
RMSEA - <i>R. M. S Error of Approximation</i>	0,120	0,013
Índice de Confiabilidade	0,787	0,870
Alpha de Cronbach	0,798	0,859

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A Tabela 22 ratifica a validade do modelo, sendo que a probabilidade do Qui-Quadrado deixou de ser significativa, os índices de ajuste mostraram-se dentro dos limites desejados, bem como foi confirmada a confiabilidade do modelo. Desse modo, verifica-se na Figura 18 os coeficientes e significância das variáveis.

Figura 18- Modelos de mensuração inicial (a) e final (b) com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Comportamento Financeiro



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Nota: * $p < 0,01$.

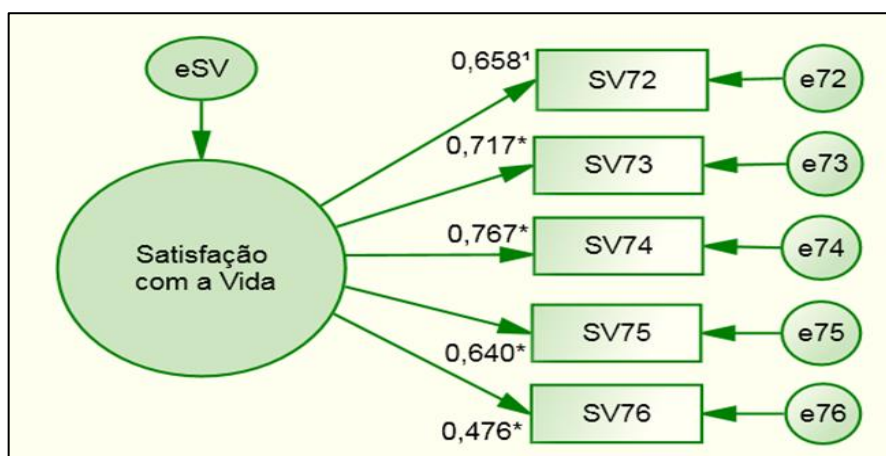
¹valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

Por meio do modelo final, elucida-se o construto final é formado por 5 variáveis, sendo que a que apresentou maior representatividade é a CF53 (coeficiente 0,980), referente a guardar parte da renda todo o mês, indicando que o fato de as pessoas realizarem ou não poupança, pode impactar significativamente no Comportamento Financeiro. Corroborando com essa evidência, as questões com o segundo e terceiro maiores coeficientes que compõem o modelo final também se referem ao ato de poupar. “Você faz uma reserva de dinheiro que recebe mensalmente para uma necessidade futura” (CF52- coeficiente 0,924) e “Você guarda dinheiro regularmente para uma necessidade futura” (CF54- coeficiente 0,880).

4.3.6 Validação do construto Satisfação com a Vida

Para mensurar o fator Satisfação com a Vida utilizou-se a escala de Zanon *et al.* (2013) composta originalmente por 5 variáveis. O modelo inicial proposto está indicado na Figura 19.

Figura 19- Modelo de mensuração inicial e final com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Satisfação com a Vida



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Nota: * $p < 0,01$.

¹valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

O desenho do modelo inicial evidencia a significância de todas as variáveis e coeficientes satisfatórios. A fim de confirmar que o modelo está adequado, analisou-se simultaneamente os índices de ajuste, os quais estão demonstrados na Tabela 23.

Tabela 23- Índices de ajuste do construto Satisfação com a Vida - Modelo inicial

Índices de ajuste	Satisfação com a Vida Modelo Inicial
Qui-quadrado (valor)	10,024
Qui-quadrado (probabilidade)	0,075
Graus de Liberdade	5
Qui-quadrado / Graus de Liberdade	2,005
GFI - <i>Goodness of Fit</i>	0,993
CFI - <i>Comparative Fit Index</i>	0,993
NFI - <i>Normed Fit Index</i>	0,986
TLI - <i>Tucker-Lewis Index</i>	0,986
RMR - <i>Root Mean Square Residual</i>	0,028
RMSEA - <i>R. M. S Error of Approximation</i>	0,042
Índice de Confiabilidade	0,790
Alpha de Cronbach	0,764

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os índices de ajuste do modelo inicial apresentam valores dentro dos padrões pré-estabelecidos, pois a razão do qui-quadrado/graus de liberdade é inferior ao valor três, os índices de ajuste GFI, CFI, NFI e TLI são superiores ao valor mínimo de 0,95 e os índices RMR e RMSEA são inferiores a 0,05 e 0,08, respectivamente. Além disso, o índices de confiabilidade e *Alpha de Cronbach* mostraram-se superiores a 0,6. Assim, o modelo se mostrou adequado, não necessitando de ajustes.

Verificou-se que as variáveis que mais impactam na Satisfação com a Vida dos beneficiários do PMCMV, foram as questões SV74 e SV73 (coeficientes 0,767 e 0,717 respectivamente), as quais se referem as condições de vida serem excelentes e a satisfação com a vida no geral.

4.3.7 Formação dos fatores

A partir dos modelos validados, formou-se os construtos de Satisfação com o PMCMV- o antes e depois, Satisfação com PMCMV, Atitude ao Endividamento, Atitude Financeira, Comportamento Financeiro, Satisfação com a Vida, Conhecimento Financeiro e Bem-estar Financeiro. Para formação de cada construto utilizou-se os coeficientes identificados para cada uma das variáveis nos modelos validados. Assim, ponderou-se a 100% o impacto de cada uma das questões na formação de cada construto e posteriormente formaram-se os construtos com a soma das variáveis multiplicadas pelos seus respectivos pesos, a partir das seguintes equações:

$$\text{Satisfação com o PMCMV- o antes e depois} = [Q14*0,311+Q15*0,189+Q16*0,295+Q17*0,205] \quad (2)$$

$$\text{Satisfação com o PMCMV} = [Q23*0,191+Q25*0,411+Q27*0,398] \quad (3)$$

$$\text{Atitude ao Endividamento} = [Q64*0,434+Q65*0,405+Q69*0,161] \quad (4)$$

$$\text{Atitude Financeira} = [Q58i*0,266+Q59i*0,231+Q60i*0,503] \quad (5)$$

$$\text{Comportamento Financeiro} = [Q49*0,120+Q51*0,121+Q52*0,252+Q53*0,267+Q54*0,240] \quad (6)$$

$$\text{Satisfação com a Vida} = [Q72*0,202+Q73*0,220+Q74*0,235+Q75*0,197+Q76*0,146] \quad (7)$$

Salienta-se que o Conhecimento Financeiro e o Bem-estar Financeiro foram consolidados diferentemente dos outros fatores. O bem-estar financeiro, conforme recomendado pelo CFPB (2015), foi obtido através da soma da pontuação em cada variável, sendo que na primeira parte da escala, as alternativas correspondiam a: completamente=4, muito bem=3, um pouco=2, muito pouco=1 e de modo nenhum=0 (lembra-se que as variáveis 77,78 e 80 são invertidas). Na segunda parte, sempre=0, frequentemente=1, às vezes=2, raramente=3 e nunca=4 (variável 83 invertida). O cálculo é apresentado na equação 8.

Bem-estar Financeiro=

$$[PQ77+PQ78+PQ79+PQ80+PQ81+PQ82+PQ83+PQ84+PQ85+PQ86] \quad (8)$$

em que P=pontuação.

Todavia, o Conhecimento Financeiro foi avaliado por meio da soma dos acertos de cada indivíduo. Para isso, as oito perguntas realizadas tinham apenas uma alternativa correta, sendo cada uma das respostas certas equivalente a 1 ponto. Então o fator foi formado pela soma das respostas corretas de cada entrevistado, sendo a variação da nota de 0 (errou todas as questões) a 8 (acertou todas as questões). A equação 7 ilustra esse cálculo.

$$\text{Conhecimento Financeiro} = [Q87+Q88+Q89+Q90+Q91+Q92+Q93+Q94] \quad (9)$$

A Tabela 24 exibe a estatística descritiva dos fatores.

Tabela 24 - Estatística descritiva dos fatores ponderados, do Bem-estar Financeiro e Conhecimento Financeiro

Construtos	Média	Mediana	Desvio Padrão
Satisfação com o PMCMV- o antes e depois*	2,460	2,461	0,753
Satisfação com o PMCMV*	2,547	2,398	0,931
Atitude ao Endividamento*	2,361	2,161	1,013
Atitude Financeira*	3,217	3,500	1,000
Comportamento Financeiro*	2,889	2,879	1,260
Satisfação com a Vida*	3,646	3,708	0,804
Bem-estar Financeiro**	21,759	22,000	8,721
Conhecimento Financeiro***	4,772	5,000	2,110

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

*Média entre 1 e 5.

**Média entre 0 e 40.

***Média entre 0 e 8.

Considerando que as escalas de Satisfação com o PMCMV- o antes e depois, Satisfação com o PMCMV, Atitude ao Endividamento, Atitude Financeira, Comportamento Financeiro e Satisfação com a Vida podem variar de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente), notou-se que os respondentes possuem uma satisfação com a vida positiva (média 3,646). Notou-se que os respondentes apresentam níveis intermediários de Comportamento Financeiro (média 2,889) e Atitude Financeira (média 3,217) e foram indiferentes quanto a Satisfação com o PMCMV (média 2,547). Dentre esses fatores, os que demonstraram as menores médias foram a Satisfação com o PMCMV- o antes e depois (2,460), o que indica que em alguns aspectos a mudança para a nova casa foi bom, contudo algumas coisas ainda precisam de ajustes, e Atitude ao Endividamento (média 2,361), o que é positivo, pois menor média significa menor propensão a dívidas.

Diferentemente dos outros fatores, a escala de Bem-estar Financeiro pode variar entre 0 e 40, sendo que quanto maior a média, maior o bem-estar financeiro. Observa-se que a média entre os respondentes foi de 21,759, o que demonstra um nível intermediário de bem-estar financeiro, o que sugere que os indivíduos ainda precisam evoluir em muitos aspectos financeiros, como se adaptar a poupar, nem que seja uma quantia mínima mensalmente, garantindo assim o futuro financeiro, e conseguindo aproveitar a vida, para atingir uma maior satisfação com as finanças.

Quanto ao Conhecimento Financeiro, o mesmo pode variar entre 0 e 8, sendo que quanto maior a média maior o conhecimento. Verificou-se, que os respondentes conhecem um pouco sobre questões financeiras, pois a média foi de 4,772, ou seja, eles possuem algum conhecimento sobre finanças, principalmente em aspectos como descontos e divisões simples, contudo, para uma melhor gestão dos recursos financeiros é importante que se busque maior conhecimento em questões referentes a taxa de juros e investimentos.

De posse dos fatores padronizados aplicou-se os testes de diferença de média e realizou-se a regressão linear múltipla.

4.4 RELAÇÃO DOS FATORES COMPORTAMENTAIS COM AS FAIXAS DE FINANCIAMENTO DO PMCMV E VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS

A fim de verificar se existe diferença de média nos fatores comportamentais: Atitude ao Endividamento, Atitude Financeira, Comportamento Financeiro, Conhecimento Financeiro, Bem-estar Financeiro e Satisfação com a Vida, se consideradas as faixas de

financiamento do PMCMV e sete variáveis socioeconômicas e demográficas (idade, gênero, estado civil, possui dependentes, escolaridade, ocupação e renda mensal familiar), foram realizados os testes *t* e ANOVA. A apresentação das significâncias dos testes encontra-se na Tabela 25. Retoma-se que quando o sig. < 0,05 rejeita-se a hipótese nula de que não existem diferenças significativas entre as médias observadas. Nos casos de diferenças de médias significativas em pelo menos um dos grupos comparados (para variáveis com mais de dois grupos) realizou-se o teste *Post-Hoc* (apresentados nos Apêndices 05, 07, 09, 11, 13, 15).

Tabela 25- Significância dos testes de diferença de média dos fatores comportamentais considerando a faixa de financiamento e variáveis socioeconômicas e demográficas

Fatores →	Atitude ao Endividamento (AE)	Atitude Financeira (AF)	Comportamento Financeiro (CompF)	Conhecimento Financeiro (ConhF)	Bem-estar Financeiro (BEF)	Satisfação com a vida (SV)
Variáveis ↓	Sig.*	Sig.*	Sig.*	Sig.*	Sig.*	Sig.*
Faixa de Financiamento(1)	0,344	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Gênero(1)	0,051	0,000	0,000	0,000	0,000	0,005
Possui Dependentes(1)	0,922	0,014	0,000	0,920	0,000	0,000
Idade(2)	0,356	0,049	0,109	0,000	0,046	0,023
Estado Civil(2)	0,123	0,002	0,013	0,001	0,031*	0,000
Escolaridade(2)	0,754	0,000	0,004**	0,000	0,000	0,299
Ocupação(2)	0,178	0,006	0,000	0,000	0,000	0,002
Renda Familiar(2)	0,035	0,000	0,000	0,000	0,000	0,001

Fonte: Resultados da pesquisa (2017).

* e **representam nível de significância estatística 5% e 10% respectivamente.

(1)Variáveis formadas por dois grupos- Teste t.

(2)Variáveis formadas por mais de dois grupos- ANOVA.

Considerando o fator Atitude ao Endividamento, observou-se diferença de média apenas na variável renda, em que indivíduos com rendimentos mensais entre R\$3.275,01 e R\$5.000,00 possuem o maior nível de AE (média 2,442). Contrariamente, o grupo com menor AE foi aquele com renda acima de R\$ 5.000,00 (média 2,041). Esses resultados ratificam os achados das pesquisas de Zerrenner (2007); Vieira *et al.* (2014), Vieira, Flores e Campara (2015) e Bricker *et al.* (2012) os quais evidenciam que indivíduos com menores níveis de renda possuem maior propensão a se endividar e maiores níveis de endividamento do que aqueles de maior renda.

Observa-se que na presente pesquisa, o grupo de menor renda (até R\$ 1.600,00) não foi o que apresentou a maior AE, todavia, o grupo com maior nível de renda (acima de R\$ 5.000,00) apresentou a menor AE e não houve uma grande discrepância de AE entre os grupos. Quanto às diferenças de média significativas, foram encontradas duas, sendo a maior (0,401) entre aqueles com maior e menor nível de AE, conforme citado acima, seguida pela diferença entre os indivíduos com renda de R\$1.600,01 à R\$3.275,00, com maior AE e aqueles com renda acima de R\$ 5.000,00, com menor AE (0,352).

Para o fator Atitude Financeira, todas as variáveis apresentaram diferença de média entre os grupos. Observou-se que os beneficiários pertencentes ao grupo 2 (média 3,37), homens (média 3,46) e que não possuem dependentes (média 3,34) apresentaram melhor atitude financeira. A relação não possuir dependentes com melhores atitudes financeiras foi também evidenciada por Kunkel (2014) em sua pesquisa com usuários de cartão de crédito de três estados brasileiros.

Analisando a variável idade, verificou-se que os indivíduos mais novos (até 29 anos) apresentam melhor atitude financeira (média 3,36) que os mais velhos, sendo que foi identificada diferença de média significativa de 0,324 entre o grupo mais jovem e o grupo de indivíduos com mais de 48 anos. Esses resultados vão de encontro ao que foi colocado por Kunkel (2014) e Shim *et al.* (2009) que indivíduos mais velhos apresentam melhores atitudes financeiras. Contudo, Kunkel (2014) destaca que aqueles com mais de 27 anos possuem melhores atitudes financeiras que aqueles com menos de 27, e o grupo de indivíduos mais novos possuem indivíduos com até 29 anos.

Quando considerado o estado civil, os indivíduos casados (média 3,32) exibem melhor atitude financeira do que os solteiros, viúvos e separados. Contudo, verificou-se diferença de média significativa (0,701) apenas entre os casados e viúvos. Para a variável escolaridade, notou-se que os indivíduos com Mestrado/Doutorado/Pós-Doutorado apresentaram melhor atitude financeira (média, 3,774), corroborando com os resultados de Potrich (2014). Verificou-se ainda que o aumento do grau de instrução é acompanhado de uma melhor atitude financeira, exceto quando considerado aqueles que nunca estudaram, os quais apresentaram maior média que aqueles que cursaram o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série e 5ª a 9ª série.

Os resultados do teste de diferença de média revelam a forte discrepância de atitude financeira entre aqueles com alto grau de escolaridade como Mestrado/Doutorado/Pós-Doutorado e Especialização ou MBA e os com pouca escolaridade –Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série (diferenças de média significativas de 1,075 e 0,829 respectivamente). Esses achados podem ser explicados pelo fato de que indivíduos com maior escolaridade

desenvolvem atitudes mais positivas em relação ao gerenciamento dos recursos, além de maior experiência e autoconfiança (SHIM *et al.*, 2009).

Quanto à ocupação, os empresários e funcionários públicos possuem melhores atitudes financeiras (médias 3,809 e 3,530 respectivamente), contrariamente, aqueles que só estudam ou estão desempregados (a procura de emprego) mostraram-se com menor nível de atitude financeira (médias 2,800 e 2,801 respectivamente). Similarmente, Potrich (2014) verificou em sua pesquisa que funcionários públicos estão entre as ocupações de indivíduos que apresentam as melhores atitudes financeiras. Através do teste de *Post-Hoc* encontrou-se diferença de média significativa de 0,980 entre os empresários e donas de casa.

Em relação à renda familiar média mensal, verificou-se que quanto maior a renda, melhor a atitude financeira, dessa forma, aqueles com renda acima de R\$ 5.000,00 possuem atitudes financeiras mais satisfatórias (média 3,740). Reafirmou-se assim o que foi encontrado nas pesquisas de Agarwalla *et al.* (2012, 2013), Kunkel (2014) e Potrich (2014). Observa-se que a maior diferença de média significativa foi de 0,990 entre os indivíduos com renda de até R\$ 1.600,00 e os com maior nível de renda. Segundo Shim *et al.* (2009), essas diferenças ocorrem pois pessoas com maiores níveis de renda dispõem de mais acesso a informações sobre gestão financeira, possibilitando a adoção de atitudes mais responsáveis em relação ao uso do dinheiro.

Em relação ao Comportamento Financeiro, verificou-se que não houve diferença entre os grupos apenas na variável idade. Constatou-se que os beneficiários do grupo 2 (média 3,065), do gênero masculino (média 3,258) e sem dependentes (média 3,180) apresentaram melhor comportamento financeiro. Quanto ao gênero, reiterou-se o que já foi indicado por Potrich (2014), Agarwalla *et al.* (2013), Mottola (2013) que os homens demonstram ter melhores comportamentos financeiros que as mulheres. Potrich (2014) e Kunkel (2014) também encontraram o mesmo resultado em relação a possuir dependentes, em que os indivíduos que não os possuem exibem um melhor comportamento financeiro.

Com relação ao estado civil, foi possível observar que as pessoas casadas obtiveram melhores níveis de comportamento financeiro (média 2,980), corroborando com os achados de Agarwalla *et al.* (2012) e Potrich (2014). Já, os separados apresentaram o pior comportamento (média 2,379), perfazendo assim uma diferença de média significativa entre esses grupos de 0,601. Para Agarwalla *et al.* (2012) os indivíduos casados possuem maiores compromissos financeiros e responsabilidades ao criar uma família, dessa forma se preocupam mais com o futuro e acabam desenvolvendo comportamentos mais saudáveis em relação as finanças, como planejamento e controle financeiro e realização de poupança.

Quando considerada a variável escolaridade, os resultados, assim como os já encontrados por Kunkel (2014) e Potrich (2014), revelam a forte discrepância de comportamento entre aqueles com nenhuma ou pouca escolaridade –nunca estudei (média 2,500) e ensino fundamental de 1ª a 4ª série e 1ª a 9ª série (médias 2,555 e 2,551) – e os indivíduos com bom nível de instrução – especialização ou MBA (média 3,246) e Mestrado/Doutorado/Pós-Doutorado (média 3,620) –, os quais apresentaram as maiores médias e, portanto, os comportamentos mais saudáveis. Outros estudos, como os de Diniz (2013), Agarwalla *et al.* (2012), Shim *et al.* (2013) também revelaram que maior grau de escolaridade está associado a melhor comportamento financeiro.

Referente à ocupação, demonstrou-se que os funcionários públicos e autônomos regulares possuem melhor comportamento financeiro (médias 3,297 e 3,287 respectivamente). Em contrapartida, os indivíduos freelances, que se mantém através de bicos, apresentaram o pior comportamento em relação à administração dos recursos financeiros (média 2,013). Salienta-se que além das diferenças de média significativas entre os funcionários públicos e freelances (1,284), e autônomos regulares e freelances,(1,274), verificou-se também diferenças significativas entre funcionários públicos e autônomos regulares com as donas de casa (0,932 e 0,921 respectivamente).

Em relação à renda familiar, verificou-se que quanto maior a renda, melhor o comportamento financeiro, assim, a classe de rendimentos “Acima de R\$ 5.000,00” apresentou a maior média (3,750) e a maior diferença de média significativa (1,307) foi encontrada entre grupo com maior renda e o grupo com menor renda. De maneira semelhante, Potrich (2014) verificou que indivíduos com renda acima de R\$ 7.000,01 apresentam os melhores comportamentos financeiros, e aqueles com renda de até R\$ 700,00 demonstram os piores comportamentos. Lyons (2004) afirma que famílias de baixa renda possuem maior propensão ao acúmulo de empréstimos e dívidas de cartão de crédito em comparação aos de famílias de maior renda.

Considerando o fator Conhecimento Financeiro, encontraram diferenças de média para todas as variáveis, exceto possuir dependentes. Os beneficiários do Grupo 2 (Faixas 2 e 3) (média 5,220) e do sexo masculino (média 5,408) apresentaram maior conhecimento financeiro, indo ao encontrado das pesquisas de Lusardi e Mitchel (2011), Lusardi e Wallace (2013) e Potrich, Vieira e Paraboni (2013), os quais constataram que as mulheres são menos propensas a responder questões financeiras corretamente.

Investigando a variável idade, a maior pontuação foi obtida por indivíduos com idade entre 30 e 36 anos (média 5,431), em contrapartida, os piores resultados foram auferidos por

indivíduos mais velhos, com mais de 48 anos (média 3,875), perfazendo assim a maior diferença de média significativa (1,556), seguida pela diferença entre os indivíduos de 37 a 48 anos e aqueles com mais de 48 anos (0,850). Resultado semelhante ao encontrado por Lusardi e Mitchell (2011) que verificaram que indivíduos com mais de 65 anos, tendem a acertar menos questões financeiras que os mais novos.

Na variável estado civil, a maior pontuação foi obtida pelos casados (média 4,971), ratificando os achados de Research (2003) e Brown e Graf (2013) que identificaram que os indivíduos casados possuem maior propensão a ter maiores níveis de conhecimento financeiro, se comparados aos solteiros por exemplo. Já, a menor média foi dos indivíduos viúvos (média 3,417), indicando assim a maior diferença de média (1,555), seguida pela diferença entre os solteiros e viúvos (1,272), sendo que os solteiros apresentaram maior conhecimento financeiro do que aqueles que já perderam o cônjuge.

Analisando a variável escolaridade, percebeu-se que os indivíduos com maior grau de instrução educacional, com destaque para que aqueles com ensino superior (média 5,851), especialização ou MBA (média 5,826), apresentam um maior nível de conhecimento financeiro. Esses resultados são consistentes com os de Kunkel (2014), a qual identificou em sua pesquisa que indivíduos com maior grau educacional, com destaque para ensino superior e mestrado, apresentam maiores habilidades para responder questões de cunho financeiro.

Por outro lado àqueles que nunca estudaram ou com baixo nível de escolaridade (ensino fundamental de 1ª a 4ª série) (médias 2,857 e 2,696 respectivamente) demonstram maior dificuldade para resolver questões financeiras. Lusardi e Mitchell (2011) concluíram em uma pesquisa com indivíduos americanos, que aqueles com menor nível educacional são menos propensos a responder às perguntas corretamente e mais propensos a dizerem que não sabem a resposta. Analisando as diferenças de médias significativas, verificou-se que a maior diferença encontrada, de 3,155, foi entre os que já concluíram o ensino superior e aqueles com ensino fundamental de 1ª a 4ª série.

Quanto a variável ocupação, os empresários demonstram possuir um alto nível de conhecimento financeiro (média 6,800), seguidos pelos funcionários públicos (média 5,636). Contrariamente, os indivíduos freelances e que fazem bicos para o sustento, apresentam a menor pontuação (média 3,500), inferindo o seu baixo nível de conhecimento financeiro. Segundo Research (2003), trabalhadores com baixa qualificação, como é o caso de muitos freelances, tendem a apresentar desempenho inferior devido ao menor contato com questões financeiras.

Observou-se ainda, que os que são apenas aposentados e o que possuem outras ocupações, que não as apresentadas na questão, também apresentaram baixo nível de conhecimento financeiro. Kunkel (2014) encontrou evidência contrária quanto aos aposentados, pois os mesmos mostraram possuir um maior entendimento a respeito de questões financeiras se comparados àqueles que não possuem vínculo empregatício, diferentemente do que foi verificado na presente pesquisa. Observou-se ainda que a maior diferença de média significativa ocorreu entre os empresários e freelances/bico (3,300), seguida pela diferença entre os empresários e só aposentados (3,141).

No que concerne à renda, quanto mais recursos financeiros, maior o conhecimento financeiro (nesse caso). Dessa forma, a maior diferença (2,778) foi entre aqueles com maior nível de renda e os com menor nível de renda, sendo que os indivíduos com renda acima de R\$ 5.000,00 apresentaram pontuação média de 6,429, todavia, aqueles com renda de até R\$ 1.600,00 obtiveram média de 3,650. Esses resultados são consistentes com outros estudos que verificaram diferenças para as variáveis renda (DISNEY; GATHERGOOD, 2011; POTRICH, 2014; KUNKEL, 2014).

No fator Bem-estar Financeiro foram verificadas diferenças de média significativas para todas as variáveis estudadas. Os resultados indicam que os indivíduos que possuem financiamento no PMCMV das Faixas 2 e 3 (média 23,870), do gênero masculino (média 24,332) e que não possuem dependentes (média 24,046), exibem um maior bem-estar financeiro.

Quanto ao gênero, Leach, Hayhoe e Turner (1999) relatam que as mulheres normalmente apresentam maior adversidade e estresse quando o assunto é finanças, o que acaba por afetar seu BEF. Shim *et al.* (2009) e Gutter e Copur (2011) também verificaram em seus estudos que os homens possuem maiores níveis de Bem-estar Financeiro do que as mulheres. Tratando-se da variável dependentes, os resultados do presente estudo estão de acordo com o que já foi demonstrado por Penn (2007) e Kunkel (2014) que o número de crianças ou dependentes em casa se constitui em um fator que influencia negativamente o Bem-estar Financeiro.

No que tange a variável idade, verificou-se que os indivíduos mais novos, com até 29 anos, tendem a estar mais satisfeitos com as suas finanças (média 23,418) que os indivíduos mais velhos. Notou-se ainda, que quanto mais velhos, menor o bem-estar financeiro. Ao ser analisado o *Post-Hoc*, observou diferença de média significativa (2, 804) apenas entre os indivíduos com até 29 anos e aqueles com mais de 48 anos.

Tal achado vai de encontro ao que os estudos de Xiao, Sorhaindo, Garman (2006), Plagnol (2011) e Kunkel (2014) identificaram, que indivíduos mais velhos apresentam maior bem-estar financeiro se comparados aos mais jovens. Infere-se que na presente pesquisa os mais velhos tenham apresentado menor BEF em função de que muitos possuem um nível de renda não muito elevado, e vivem com recursos de aposentadoria, tendo que em alguns casos colaborar financeiramente com familiares próximos, o que acaba por influenciar negativamente o BEF.

A análise da variável estado civil revelou que os indivíduos casados possuem maior bem-estar financeiro (média 22,595), contrariamente, os separados são os menos satisfeitos financeiramente (média 19,500), ratificando os achados de Sumarwan (1990) e Diniz *et al.* (2014, 2015) os quais concluíram que indivíduos casados são mais propensos a serem satisfeitos com os recursos e os bens que conseguem adquirir, em relação a indivíduos solteiros, divorciados ou viúvos.

Ao averiguar a variável nível de escolaridade, constatou-se que os respondentes com maior grau de instrução foram os que apresentaram as maiores pontuações médias. Destacam-se os indivíduos com mestrado, e/ou doutorado e/ou pós-doutorado (média 26,500) e aqueles com ensino superior (média 25,628). Atenta-se ainda, para o baixo nível de bem-estar financeiro daqueles que nunca estudaram (média 15, 429) e a elevada discrepância para os indivíduos com maior nível de escolaridade. As maiores diferenças de médias significativas foram encontradas entre aqueles com Mestrado/Doutorado/Pós-Doutorado e os que cursaram o Ensino Fundamental 1ª à 4ª (9,341) e 5ª ao 9º ano (8,473), seguidas pela diferença entre aqueles com Faculdade e os que concluíram a 4ª série do Ensino Fundamental (8,469).

O resultado auferido nesse estudo, vai ao encontro do que foi concluído por Lown e Ju (1992) e Diniz *et al.* (2014, 2015), os quais concluíram que aqueles com maior nível educacional tendem a ser mais satisfeitos financeiramente. Penn (2007) observou que os indivíduos com diploma universitário possuem maiores chances de conseguirem empregos mais seguros e salários mais elevados, fatores que influenciam positivamente o BEF.

Com relação à variável ocupação, os funcionários públicos apresentaram a maior média de bem-estar financeiro (24,655) corroborando com o estudo de Diniz *et al.* (2015). Os autônomos regulares e empresários também apresentaram médias elevadas de bem-estar financeiro (24,170 e 24,067 respectivamente). De forma contrária, os freelances, que fazem bicos para manter as suas despesas e os desempregados, que não estão à procura de emprego foram os que apresentaram as menores médias (15,000 e 15,250 respectivamente).

Através do *Post-Hoc*, verificou-se que as maiores diferenças de média significativas ocorreram entre os funcionários públicos e freelances/que fazem bicos (9,654) e entre os funcionários públicos e desempregados (que não procuram emprego) (9,404). Depreende-se através dessas diferenças que a estabilidade é um ponto muito importante na determinação do BEF e que não possuir renda certa todos os meses afeta negativamente a percepção de satisfação financeira. De acordo com Plagnol (2011) estar desempregado, o que pode incluir indivíduos que não tem um emprego fixo, remete a impossibilidade de acumulação de economias e a um cenário de ansiedade relacionada com a situação financeira

Quanto à renda, constatou-se que pessoas com renda superior a R\$ 5.000,00 são as mais propensas a possuírem maior nível de bem-estar financeiro (média 29,929). Ademais, pode-se inferir que o aumento da renda é acompanhado de maior satisfação com as finanças, sendo que a maior diferença de média significativa (13,821) ocorreu entre o grupo de menor e o de maior renda. Delafrooz e Paim (2011), Gutter e Copur (2011), Kunkel (2014) e Diniz *et al.* (2014) também observaram em seus estudos, que a renda tem coeficiente significativo e correlação positiva com o Bem-estar Financeiro.

Para Penn (2007), o aumento da renda familiar está diretamente relacionado com a auto percepção de segurança financeira. Vlaev e Elliott (2014), também encontraram resultado muito semelhante ao investigarem o Bem-estar Financeiro no Reino Unido com jovens trabalhadores e famílias, em que observaram que cerca de 37% dos respondentes não consideram possuir um excelente nível de Bem-estar Financeiro devido a insuficiência de renda.

Analisando o fator Satisfação com a Vida, observa-se que apenas a variável escolaridade não apresentou diferença de média significativa. Os beneficiários das Faixas 2 e 3 (grupo 2) (média 3,742), do gênero masculino (média 3,783), que não possuem dependentes (média 3,822) são mais satisfeitos com a vida que levam.

A análise da variável idade revelou que os indivíduos mais velhos, com mais de 48 anos (média 3,775) são mais propensos a estarem mais satisfeitos com a vida, corroborando com o que já foi afirmado por Argyle (1999) e Gouveia *et al.* (2005) de que quanto maior a idade de um indivíduo, maior será sua satisfação com a vida. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que indivíduos mais velhos já possuem situações mais definidas quanto aos diferentes aspectos da vida, como o profissional, afetivo, financeiro.

Do contrário, adultos, com idade entre 30 e 48 anos, apresentaram as menores médias de satisfação com a vida. Entende-se que nessa fase na vida, ainda são muitas as incertezas e é um momento de construção do futuro, o que pode impactar na sensação de satisfação com a

vida. Ao ser realizado o teste *Post-Hoc* para a variável idade, apurou-se diferença de média significativa apenas entre os indivíduos com mais de 48 anos e aqueles com idade entre 37 a 48 anos (0,267).

No que tange ao estado civil, identificou-se que os viúvos são mais satisfeitos com a vida que levam (média 4,220), e de forma oposta, os solteiros demonstraram-se menos satisfeitos com a suas vidas (média 3,393), tornando-se essa a maior diferença significativa encontrada entre os grupos (0,827). A segunda maior diferença significativa ocorreu entre os viúvos e solteiros (0,804).

Com relação à variável ocupação e ao fator satisfação com a vida, os indivíduos aposentados e que não exercem outras atividades profissionais foram os que apresentaram a maior média (3,957), seguidos pelos autônomos regulares e funcionários públicos (médias 3,735 e 3,733) sugerindo que os mesmos acreditam que suas vidas está próxima do ideal, as condições de vida são excelentes e que tem conseguido as coisas importantes que querem na vida, se comparados aos demais. Encontrou-se as maiores diferenças entre aqueles que são só aposentados, os quais apresentaram a maior satisfação com a vida, e os desempregados (à procura de emprego) e freelances/ que fazem bicos, sendo as respectivas diferença de 0,921 e 0,711.

Por fim, considerando a renda, observou-se que aqueles com mais recursos financeiros tendem a ser mais satisfeitos com a vida, sendo que a média dos respondentes com renda superior a R\$ 5.000,00 foi de 3,918, perfazendo uma diferença de média significativa entre esses os de menor renda de 0,512. Tal achado vai ao encontro do que foi colocado por Meyer e Dunga (2014), de que pessoas menos favorecidas financeiramente acabam não disponibilizando de recursos para realizarem atividades e cuidarem de aspectos de suas vidas que os levariam a uma maior satisfação com a vida. Lyons e Yilmazert (2005) afirmam que famílias com menores níveis de renda, acabam vivendo com orçamentos limitados, sendo as mais afetadas pelas tensões financeiras e desenvolvendo maiores dificuldades para atingir a satisfação com a vida.

A Figura 20 traz uma síntese dos resultados encontrados nos testes de diferença realizados para cada construto e variáveis.

Figura 20- Síntese dos resultados dos testes de diferença de média

Fator	Variáveis com diferença de média	Menor média	Maior média
Atitude ao Endividamento	Renda	Acima de R\$5.000,00	De R\$ 3.275,01 à R\$5.000,00
Atitude Financeira	Faixa de Financiamento	Faixa 1	Faixas 2 e 3
	Gênero	Feminino	Masculino
	Dependentes	Possui	Não Possui
	Idade	Mais de 48 anos	Até 29 anos
	Estado Civil	Viúvo(a)	Casado(a)
	Escolaridade	Ens. Fund. de 1ª a 4ª série	Mestr./Dout./Pós-Dout.
	Ocupação	Só estudante	Empresário
Renda	Até R\$1.600,00	Acima de R\$5.000,00	
Comportamento Financeiro	Faixa de Financiamento	Faixa 1	Faixas 2 e 3
	Gênero	Feminino	Masculino
	Dependentes	Possui	Não possui
	Estado Civil	Separado(a)	Casado(a)
	Escolaridade	Nunca estudei	Mestr./Dout./Pós-Dout.
	Ocupação	Free-lance/Bico	Funcionário Público.
	Renda Familiar	Até R\$1.600,00	Acima de R\$5.000,00
Conhecimento Financeiro	Faixa de Financiamento	Faixa 1	Faixas 2 e 3
	Gênero	Feminino	Masculino
	Idade	Acima de 48 anos	De 30 à 36 anos
	Estado Civil	Viúvo(a)	Casado(a)
	Escolaridade	Ens. Fund. de 1ª a 4ª série.	Faculdade (Ens. Sup.)
	Ocupação	Free-lance/Bico.	Empresário
	Renda Familiar	Até R\$1.600,00	Acima de R\$ 5.000,00
Bem-estar Financeiro	Faixa de Financiamento	Faixa 1	Faixas 2 e 3
	Gênero	Feminino	Masculino
	Dependentes	Possui	Não possui
	Idade	Acima de 48 anos	Até 29 anos
	Estado Civil	Separado(a)	Casado(a)
	Escolaridade	Nunca estudei	Mest./Dout./Pós-Dout.
	Ocupação	Free-lance/Bico	Funcionário Público
Renda Familiar	Até R\$1.600,00	Acima de R\$5.000,00	
Satisfação com a Vida	Faixa de Financiamento	Faixa 1	Faixas 2 e 3
	Gênero	Feminino	Masculino
	Dependentes	Possui	Não possui
	Idade	De 37 a 48 anos	Mais de 48 anos
	Estado Civil	Solteiro(a)	Viúvo(a)
	Ocupação	Desempregado (à procura emp.)	Só aposentado
	Renda Familiar	Até R\$1.600,00	Acima de R\$5.000,00

Fonte: Resultados da pesquisa (2017).

4.5 ANÁLISE DE REGRESSÃO

Com o intuito de verificar a influência dos fatores comportamentais, do Gerenciamento Financeiro e do PMCMV na Satisfação com a Vida dos beneficiários, realizou-se uma regressão linear múltipla. O modelo estimado é descrito na Tabela 26.

Tabela 26- Resultados da regressão múltipla por Mínimos Quadrados Ordinários pelo método *Stepwise*, estimada para a Satisfação com a Vida

Variáveis	Coeficientes Padronizados	Teste t		VIF
		Valor	Sig	
Bem-estar Financeiro	0,393	7,935	0,000	1,448
Índice de Conhecimento Financeiro	-0,101	-2,288	0,023	1,149
Atitude Financeira	0,114	2,450	0,015	1,282
Dummy Possuir Dívidas	-0,114	-2,618	0,009	1,117
Dummy Possuir Carnê de Credidiário	0,098	2,295	0,022	1,087
Dummy Inadimplente no PMCMV	-0,093	-2,148	0,032	1,097

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

O resultado apresenta seis variáveis independentes, com um R^2 ajustado de 0,230, o que significa que as variáveis independentes em conjunto explicam 23,0% da variável dependente. A significância do teste F (valor 23,598 e sig. 0,0000) indica que pelo menos uma das variáveis exerce influência sobre a variável dependente, sendo considerado o modelo significativo.

Quanto aos pressupostos do modelo, observou-se que: (i) não há autocorrelação serial, uma vez que o valor do teste de Durbin Watson (1,89) ficou próximo de 2; (ii) o modelo não apresenta problemas de multicolinearidade, dado que os VIFs ficaram próximos a 1; e (iii) os resíduos do modelo possuem distribuição normal, uma vez que o teste Kolmogorov-Smirnov não foi significativo (sig. 0,235).

Analisando-se os coeficientes que expressam a magnitude e a direção da relação de cada uma das variáveis independentes sobre a variável dependente, constatou-se que as variáveis: bem-estar financeiro, atitude financeira e possuir carnê de credidiário exercem influência positiva na satisfação com a vida. Todavia, o conhecimento financeiro, possuir dívidas e ser inadimplente no PMCMV, impactam negativamente na satisfação com a vida.

Dentre as variáveis estudadas, a que mais impacta na satisfação com a vida é o bem-estar financeiro. Esse resultado enfatiza o que já vem sendo discutido por Gutter e Copur (2011), os quais indicam que o status econômico prediz fortemente a felicidade e o bem-estar geral, ou seja, as pessoas sentem-se mais felizes e de bem com a vida quando estão financeiramente seguras, característica fundamental do Bem-estar Financeiro.

No mesmo sentido, melhores atitudes financeiras, como definição de metas a serem alcançadas, administração dos recursos financeiros, preocupação com o futuro e com o ato de poupar, também impacta positivamente na satisfação com a vida. Novamente retoma-se a

questão que para um indivíduo se sentir satisfeito com a vida como um todo, ele deve dar consideração a uma série de aspectos, o que inclui cuidar de suas finanças de forma saudável (KUPPENS; REALO; DIENER, 2008). Ressalta-se aqui, que segundo a OECD (2013b) a atitude financeira é uma das dimensões da alfabetização financeira, a qual contribui e torna possível o alcance do bem-estar financeiro individual, variável também impactante da Satisfação com a Vida.

A *dummy* possuir carnê de crediário também apresentou impacto positivo na satisfação com a vida, mesmo que em menor proporção. Infere-se a partir desse resultado, que o ato de possuir carnês de loja, remete ao fato do indivíduo ter conseguido adquirir, mesmo que parceladamente, bens que necessita e que considera importante para as suas necessidades. Para muitos, essa é a única forma de serem adquiridos alguns produtos, os tornando-os mais satisfeitos com a suas vidas.

Cabe retomar, que segundo o Banco Central do Brasil (2014) o acúmulo de parcelamentos não é considerado positivo para as finanças, pois pode induzir ao endividamento excessivo, todavia, realizando o pagamento desses parcelamentos e carnês de crediário em dia, evitam-se problemas financeiros e torna-se possível a aquisição de bens. Observou-se ainda, que em média, cada respondente possui três carnês de crediário, não remetendo a um número de parcelamentos excessivo, além de muitos relatarem que são contas pequenas e que costumam terminar de pagar os carnês em débito para realizar novas compras.

Quanto as variáveis que demonstraram relação negativa, a que apresentou maior impacto, foi a *dummy* possuir dívidas, indicando que aqueles indivíduos que possuem mais dívidas, acabam por ter a percepção de satisfação com a vida afetada negativamente. Essa relação pode ser explicada pelo fato de que as dívidas em excesso, sem condições de pagamento, geram consequências para vida social das pessoas e acabam por afetar a satisfação com a vida.

Como consequência do endividamento, a literatura evidencia a exclusão financeira, onde o indivíduo passa a encontrar dificuldades de acesso ao crédito (ANDERLONI; VANDONE, 2010), preconceito por parte de amigos, familiares e principalmente entre os cônjuges (OBSERVATÓRIO DE ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES, 2002), além de muitas pessoas sentirem mal-estar por estarem endividados e pela dificuldade de conseguir saldar os compromissos, e relatarem passar por situações de depressão, insônia, problemas nas relações familiares e falta de perspectiva para soluções de problemas (HENNIGEN, 2012). Keese e Schmitz (2011) também apontam problemas de saúde, estresse

e angústia, menor percepção da capacidade de gerenciamento do dinheiro, menor sensação de Bem-estar Financeiro e emoções negativas, como consequências do endividamento.

O conhecimento financeiro também exibiu impacto negativo na satisfação com a vida, o que vai de encontro ao que é evidenciado na literatura, pois sendo este uma dimensão da alfabetização financeira e a mesma tende a afetar positivamente o bem-estar financeiro e consequentemente a satisfação com a vida (OECD, 2013b), esperava-se uma relação positiva. Todavia, Norvilitis e Maclean (2010) e Xiao *et al.* (2011) ressaltam que apenas o conhecimento financeiro não é capaz de garantir uma gestão eficaz dos recursos monetários, se não utilizado adequadamente. Dessa forma, infere-se que os indivíduos pesquisados, com maior nível de conhecimento financeiro possam não estar aplicando nas atitudes e comportamentos financeiros o seu conhecimento, ou apresentem padrões de satisfação com a vida muito elevados, não sendo ainda atingidos. De acordo com Joia (2012) cada indivíduo tem suas particularidades, ambições e considera mais relevante os seus interesses quando o assunto é satisfação com a vida.

Outra variável que demonstrou influencia negativa na satisfação com a vida foi à inadimplência no PMCMV, ratificando o que foi colocado por muitos respondentes, que afirmaram se sentir mal por não estarem conseguindo arcar com o pagamento da residência e que assim que possível irão pagar os atrasados. Eles relataram ainda, que um dos principais motivos da inadimplência é a falta de recursos financeiros, oriundos de desemprego, doença na família e atraso no boleto, situações essas que também tendem a afetar a satisfação com a vida. Outro fator que poder esclarecer essa relação negativa é a retomada de imóveis que já ocorreram nas Faixas 2 e 3 (CUCOLO, 2015), o que pode fazer com que os indivíduos tenham medo de perderem o imóvel, afetando assim a sensação de segurança das famílias e a consequente satisfação com a vida.

Evidencia-se ainda que a satisfação com o PMCMV (o antes e depois), satisfação com o PMCMV, o comportamento financeiro, atitude ao endividamento, e as *dummies* dívida em atraso, cartão de crédito, gastos, situação do dinheiro, controle dos gastos, poupança, cadastro negativo, empréstimo do nome não foram significativas no modelo. No próximo capítulo são apresentadas as considerações finais da pesquisa com a finalidade de demonstrar as principais conclusões em relação ao problema de pesquisa e objetivos. São expostas ainda, as implicações do trabalho, no que diz respeito às limitações da pesquisa e às sugestões de trabalhos futuros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os investimentos habitacionais ganharam relevância na economia brasileira, principalmente devido a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o qual é um produto de política pública que deve garantir o acesso a serviços sociais mínimos, como moradia e serviços de infraestrutura urbana adequados. Todavia, tem aumentando os níveis de endividamento e inadimplência na economia, incluindo de financiamento habitacional. Desse modo o estudo teve como objetivos i) analisar o Gerenciamento Financeiro, incluindo os valores destinados ao PMCMV e inadimplência dos beneficiários; ii) investigar a Satisfação com o PMCMV, a Alfabetização Financeira, a Atitude ao Endividamento, o Bem-estar Financeiro e a Satisfação com a Vida dos entrevistados; iii) validar os construtos investigados; iv) verificar se há diferença nos fatores comportamentais se consideradas as faixas de financiamento do PMCMV e variáveis socioeconômicas e demográficas; e v) estimar a influência da Satisfação com o PMCMV, da Alfabetização Financeira, da Atitude ao Endividamento, do Bem-estar Financeiro e do Gerenciamento Financeiro na Satisfação com a Vida dos beneficiários. Para tanto foram realizadas 561 entrevistas com beneficiários em suas residências.

Em síntese, quanto ao primeiro objetivo verificou-se que grande parte possui bons hábitos financeiros, gastando menos ou igual ao que ganha, utilizando anotações por escrito para ter um maior controle dos gastos, guardando dinheiro para gastos futuros quando sobra no final do mês e não emprestando atualmente o nome para outra pessoa realizar compras. A maioria possui cartão de crédito e quase a metade possui ao menos um carnê de crediário. Os pontos com maiores dificuldades no gerenciamento financeiro são a realização da poupança, em que a maioria não está conseguindo fazer e o fato de possuírem outras dívidas além da do financiamento da casa, apesar da maioria relatar não atrasá-las. Além disso, muitos já tiveram ou estão com o nome ligado ao cadastro negativo.

Averiguou-se que a parcela do financiamento da casa, em média não é um valor muito alto (R\$357,86), porém como o estudo envolveu as três faixas de renda, o valor mais baixo relatado foi R\$25,00 e o mais alto foi R\$1.120,00. Quanto a inadimplência no Programa, entre os respondentes da Faixa 1, a maioria já teve ou tem prestações da casa atrasadas, diferentemente daqueles das Faixas 2 e 3, que os percentuais de inadimplência são muito baixos. O principal motivo da inadimplência foi o fato do dinheiro da parcela ter sido utilizado em despesas inesperadas (doença, desemprego). Motivos como o atraso do boleto,

atraso no pagamento do salário, desemprego, esquecimento, falecimento de algum familiar próximo, falta de tempo, também foram citados como causas da inadimplência no PMCMV.

Quanto ao segundo objetivo, encontrou-se que no geral os indivíduos estão satisfeitos com o Programa, pois acreditam que a vida no geral melhorou, assim como a relação com a vizinhança e a vida financeira. O tempo gasto com locomoção, o acesso às instituições de saúde pública e transporte coletivo, realização de trabalho social e problemas de violência no bairro são aspectos que impedem uma maior satisfação.

No que concerne a Alfabetização Financeira, identificou-se que muitos dos beneficiários possuem de médio a alto Conhecimento Financeiro, desenvolvem boas atitudes financeiras em relação à preocupação com o futuro financeiro e a poupança, e bom comportamento em relação ao controle e planejamento de gastos. Questões que envolvem preocupação com as decisões financeiras e planejamento de gastos demonstraram atitudes financeiras intermediárias e naquelas relacionadas ao ato de realizar poupança foi identificado um pior comportamento financeiro.

Verificou-se que os respondentes sentem um nível intermediário de Bem-estar Financeiro, sendo que as variáveis que indicam maior sensação de satisfação financeira foram em relação a sentirem que terão as coisas que querem na vida, que podem aproveitar a vida devido à maneira como estão administrando o dinheiro e que estão em dia com as finanças. Percepção de bem-estar financeiro mais desfavorável foi identificada nas questões referentes a economias para o futuro e o fato do dinheiro controlar as suas vidas. Os indivíduos apresentam uma percepção positiva quando a Satisfação de Vida, pois declaram se sentir satisfeitos com a vida e conseguirem as coisas importantes que querem. Alguns relataram que teriam mudado algumas coisas se pudessem viver novamente, mas mesmo assim se consideram satisfeitos.

O terceiro objetivo foi validar os construtos investigados. Confirmou-se a validade de todos os construtos comportamentais propostos, contudo, as escalas de Satisfação com o PMCMV, Atitude ao Endividamento e Atitude Financeira foram bastante reduzidas. Dos treze itens iniciais da escala de Satisfação com o PMCMV, apenas três foram mantidos. Salienta-se, que as questões desse construto foram adaptadas do trabalho de SNH/MCidades (2014) e foi a primeira vez que passou uma análise fatorial confirmatória.

Na escala de Atitude ao Endividamento, os itens foram reduzidos de nove para três e na de Atitude Financeira de 8 para três. Cabe relatar que Campara (2016) e Kunkel (2014) também verificaram grande redução no número de itens dessas escalas, indicando que devem ser desenvolvidos outros instrumentos de mensuração para esses fatores, até que se tenham

instrumentos de mensuração dos construtos que possam ser considerados válidos sem deixar de considerar tantas questões.

De maneira a atender o quarto objetivo, constatou-se que os indivíduos com rendimentos mensais entre R\$3.275,01 e R\$5.000,00 possuem a maior atitude ao endividamento. Os beneficiários pertencentes as Faixas 2 e 3, homens, casados, com maiores níveis de escolaridade, funcionários públicos, com renda acima de R\$ 5.000,00 apresentaram possuir maior alfabetização financeira. Quanto ao Bem-estar Financeiro, foram identificados maior níveis entre os que possuem financiamento no PMCMV das Faixas 2 e 3, do gênero masculino, que não possuem dependentes, com até 29 anos, casados, com maior grau de instrução, funcionários públicos, com renda superior a R\$ 5.000,00. Em relação a Satisfação com a Vida, os beneficiários das Faixas 2 e 3, do gênero masculino, que não possuem dependentes, com mais de 48 anos, viúvos, aposentados, autônomos regulares e funcionários públicos, com renda superior a R\$ 5.000,00 são os mais satisfeitos.

Atendendo o último objetivo, identificou-se que as variáveis: bem-estar financeiro, atitude financeira e possuir carnê de crediário exercem influência positiva na satisfação com a vida. Todavia, o conhecimento financeiro, possuir dívidas e ser inadimplente no PMCMV, impactam negativamente na satisfação com a vida.

Diante dessas considerações, pode ser observado na pesquisa que os principais propósitos do PMCMV e conseqüentemente do Governo Federal, de prover de habitação e garantir o acesso a serviços sociais mínimos, estão sendo alcançados, pois milhares de moradias já foram entregues e os respondentes demonstraram estar muito satisfeitos com a aquisição da casa própria, apesar de aspectos relacionados a transporte e saúde precisarem ser melhorados.

Como contribuições do estudo, do ponto de vista governamental, destaca-se a necessidade de maiores investimentos no entorno das moradias. Sabe-se que a maioria dos condomínios e residências são construídos em bairros muitas vezes distantes dos centros, devido ao preço dos imóveis, contudo, é necessário que os beneficiários consigam se deslocar até o trabalho e tenham acesso a postos de saúde, serviços esses que devem ser oferecidos de forma mais efetiva pelo governo, em parceria com as prefeituras. O PMCMV é muito importante, pois gera a oportunidade de ser adquirida a casa própria, contudo, precisam ser oferecidas condições de se viver com qualidade naquele espaço.

Quanto a alta inadimplência, evidenciou-se que na Faixa 1, o percentual é elevado, e o principal motivo destacado foi a falta de recursos financeiros, em função muitas vezes de desemprego. Sabe-se que o país está passando por uma crise financeira, contudo, os

beneficiários precisam se conscientizar da importância do bem habitação e que como ganharam uma ótima oportunidade de possuírem a casa, com prestações baixas, precisam arcar com as parcelas em dia. Eles necessitam ser melhor informados sobre os propósitos do Programa, como ele funciona, quais as consequências do não pagamento, da possibilidade de renegociação da dívida, e é importante que seja realçado que eles tiveram a oportunidade que milhares de pessoas estão esperando para ter, de conseguir uma moradia pelo PMCMV.

Sugere-se que sejam realizados encontros com os beneficiários inadimplentes para que informações importantes sejam repassadas a eles, além de serem cumpridas as regras do Programa, principalmente aquela que se não for paga as prestações em dia, o beneficiário pode perder o imóvel. Pois, no momento que eles souberem que pessoas que não pagaram as prestações em dia, tiveram que deixar a sua casa, deverão ter maior preocupação com o pagamento.

Propõe-se também que seja realizada uma maior investigação sobre os indivíduos com potencial para serem beneficiários. No momento do cadastramento dos interessados é necessário considerar que a partir do ingresso no Programa, os indivíduos passarão a arcar com despesas de água, luz e condomínio, as quais poderão reduzir drasticamente a renda disponível. Assim, as pessoas devem comprovar possuir condições de arcar com essas responsabilidades.

Sugere-se ainda, que seja oferecida aos beneficiários a oportunidade de aprenderem sobre a importância do controle financeiro, do pagamento das contas em dia e de ser poupado um percentual da renda, e que eles sejam conduzidos e influenciados a minicursos de educação e alfabetização financeira que poderiam ser realizados em parceria pelas prefeituras e a Caixa Econômica Federal, dentro dos próprios condomínios. Essa ação poderia impactar tanto na diminuição dos níveis de inadimplência, como no bem-estar financeiro e na satisfação com a vida dos beneficiários.

As principais contribuições para a academia dizem respeito à ampliação dos conhecimentos sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, dando ênfase a aspectos como a satisfação com Programa, mas também a questões financeiras dos beneficiários das três faixas de renda e aspectos como Bem-estar Financeiro e Satisfação com a Vida. Além disso, enaltece-se a utilização da escala de Bem-estar Financeiro para indivíduos brasileiros, pois é uma escala internacional, elaborada em 2015 e não foram encontrados trabalhos que já a tenham utilizado com indivíduos brasileiros. Tem-se ainda a validação dos fatores, por meio da modelagem de equações estruturais, que proporciona às pesquisas futuras a utilização das escalas aqui validadas para esse público específico.

Como limitações do estudo, destaca-se a instabilidade de algumas escalas, como a de Satisfação com o PMCMV, Atitude Financeira e Atitude ao Endividamento. Com relação à amostra, tem-se a não generalização dos resultados, ou seja, foram investigados apenas os beneficiários residentes na Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, mais especificamente nas três cidades com o maior número de beneficiários, sendo necessário ampliar a amostra para conhecer mais profundamente o assunto em âmbito brasileiro.

Para os próximos trabalhos, sugere-se a reaplicação do instrumento, com beneficiários de diferentes cidades, a fim de que sejam comparadas outras realidades socioeconômicas e demográficas, além do desenvolvimento de pesquisas visando à construção e validação de outros instrumentos para avaliar os fatores investigados, juntamente com outras técnicas de análise. Recomenda-se ainda fazer as mesmas análises, contudo separando as faixas de financiamento em todos os fatores comportamentais investigados, pois assim poderão ser obtidos resultados mais específicos de cada faixa.

REFERÊNCIAS

AGARWAL, S.; DRISCOLL, J.; GABAIX, X.; LAIBSON, D. The age of reason: financial decisions over the lifecycle with implications for regulation. **Brookings Papers on Economic Activity Fall**. 2009, p. 51–101, 2009.

AGARWALLA, S. K.; BARUA, S.; JACOB, J.; VARMA, J. R. **A survey of financial literacy among students, young employees and the retired in India**, 2012. Disponível em: < <http://www.iimahd.ernet.in/fls/fls12/youngemployessandretired2012.pdf> >. Acesso em: 04 set. 2013.

AGARWALLA, S. K.; BARUA, S.; JACOB, J.; VARMA, J. R. **Financial Literacy Among Working Young in Urban India**. In: Indian Institute of Management Ahmedabad - Citi Financial Literacy Symposium, October 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2338723>>. Acesso em: 07 jan. 2014.

AGÊNCIA BRASIL. **Notícias Programa Minha Casa Minha Vida**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://busca.ebc.com.br/sites/agenciabrasil/nodes?q=minha+casa+minha+vida>>. Acesso em 11 jan. 2016.

ALBUQUERQUE, F. J. B. *et al.* Locus de controle e Bem-estar subjetivo em estudantes universitários da Paraíba. **Psicologia para América Latina**, n. 13, 2008.

ALESSIE, R.; VAN ROOIJ, M.; LUSARDI, A. Financial literacy and retirement preparation in the Netherlands. **Journal of Pension Economics and Finance**, v. 10, p. 527-545, 2011.

ALONSO, J. A. F. A emergência de Aglomerações Urbanas não metropolitanas no Rio Grande do Sul, **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.37, n.3, 2009.

AMADEU, J.R. **A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular**. 2009. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, São Paulo, 2009.

ANDERLONI, L.; VANDONE, D. Risk of overindebtedness and behavioral factors. In: **Social Science Research Network**, 2010.

ANDRADE, G. V. M. **Políticas habitacionais brasileiras: uma avaliação do Programa minha casa minha vida em suas duas edições**. 2012. 86 f. Monografia (Engenharia de Produção)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ARBER, S.; FENN, K., MEADOWS, R. Subjective financial well-being, income and health inequalities in mid and later life in Britain. **Social Science & Medicine**, v. 100, p. 12-20, 2014.

ARGYLE, M. 18 Causes and Correlates of Happiness. **Well-Being: Foundations of Hedonic Psychology**, p. 353, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHABS E AGENTES PÚBLICOS DE HABITAÇÃO. **CAIXA estuda ações para diminuir inadimplência no Programa Minha Casa, Minha Vida**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.abc.habitacao.org.br/index.php/caixa-estuda-acoes-para-diminuir-inadimplencia-no-Programa-minha-casa-minha-vida/>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

ATKINSON, A.; MESSY, F.A. Measuring financial literacy: results of the OECD infle pilot study. **Papers on Finance, Insurance and Private Pensions - OECD Publishing**, v. 15, p. 01-73, 2012.

BAKER, M. J. Selecting a research methodology. **The Marketing Review**. Westburn Publishers Ltda, v. 1, p. 373-397, 2001.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Pesquisa qualitativa sobre o processo de endividamento**, 2014. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/apron/apres/Pesquisa_Endividamento.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2016.

BARDAGI, M. P.; HUTZ, C. S. Satisfação de vida, comprometimento com a carreira e exploração vocacional em estudantes universitários. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 62, n. 1, p. 159-170, 2010.

BRAIDO, G. M. Planejamento financeiro pessoal dos alunos de cursos da área de gestão: estudo em uma instituição de ensino superior do rio grande do sul. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 21, n. 1, p. 37-58, 2014.

BRANDÃO, F. Inadimplência é maior na baixa renda do Minha Casa, Minha Vida. **Gazeta do Povo**, 08 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/inadimplencia-e-maior-na-baixa-renda-do-minha-casa-minha-vida-9ayv2ssyww2ti6tool7sfp4r2>>. Acesso em 22 jan. 2016.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Programa de Gestão do PBF**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/capacitacao/arquivos/apostilas/um-panorama-da-gestao-do-bolsa-familia.pdf/view>>. Acesso em: 23/09/2013.

Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades (SNH/MCidades). **Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3298/1/Pesquisa%20de%20satisfa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20benefici%C3%A1rios%20do%20Programa%20Minha%20Casa%20Minha%20Vida.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

BRICKER, J.; KENNICKELL, A. B.; MOORE, K. B.; SABELHAUS, J. Changes in U.S. family finances from 2007 to 2010: evidence from the Survey of Consumer Finances. **Federal Reserve Bulletin**, v. 98, n. 2, p. 1-80, 2012.

BROWN, M.; GRAF, R. Financial literacy and retirement planning in Switzerland. **Numeracy**, v. 6, n. 2, art. 6, 2013.

BUDESCU, M. I. A; TAYLOR R. D. Order in the home: Family routines moderate the impact of financial hardship. **Journal of Applied Developmental Psychology**, v.34, n.2, p. 63–72, 2013.

BYRNE, B. M. **Structural equation modeling with AMOS**: Basic concepts, applications, and programming. 2.ed. New York: Routledge, 2010.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF, 2015a). **Manual do Programa Minha Casa Minha Vida- Entidades Recursos FDS**, 2015. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/MANUAL_MCMV_ENTIDADES.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____ (CEF, 2015b). **Caixa de Olho na Qualidade Minha Casa Minha Vida**, 2015. Disponível em: <<http://mcmv.caixa.gov.br/minha-casa-minha-vida/>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

_____ (CEF, 2015d). **Programa Minha Casa Minha Vida faixas II E III: direitos e deveres do seu contrato**, 2015. Disponível em: <http://caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/manualmcmv_direitos.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2015.

_____ (CEF, 2015e). **Minha Casa Minha Vida - Recursos FGTS**, 2015. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/Programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida-fgts/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

_____ (CEF, 2015f). **Carta de crédito FGTS imóvel na planta associativo**, 2015. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-documentos-gerais/Carta_de_Credito_FGTS_E_OUTROS.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2015.

_____ (CEF, 2015g). **Minha Casa Minha Vida - Recursos FAR**, 2015. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/Programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx#como-funciona>>. Acesso em: 29 dez. 2015.

_____ (CEF, 2015h). **Poder Público**, 2015. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/Programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida-entidades/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 30 dez. 2015.

_____ (CEF, 2015i). **Caixa de Olho na Qualidade Minha Casa Minha Vida. Perguntas e respostas**, 2015. Disponível em: <<http://mcmv.caixa.gov.br/perguntas-e-respostas/>>. Acesso em: 30 dez. 2015.

CAMPARA, J. P. **Beneficiários do Programa Bolsa Família: uma análise sob a óptica comportamental e financeira em municípios gaúchos**. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em Administração)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

CANOVA, L. RATTAZZI, A., E WEBLEY, P. The hierarchical structure of saving motive. **Journal of Economic Psychology**, v. 26, n. 1, p. 21-34, 2005.

- CARVALHO, A. A.; ALVES, J. E. D. **As relações entre o consumo das famílias brasileiras, ciclo de vida e gênero.** In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2010, Caxambú/MG.
- CENCI, J. J.; PEREIRA, I.; BARICHELLO, R. Educação financeira, planejamento familiar e orçamento doméstico: um estudo de caso. **Tecnológica**, v. 3, n. 2, p. 89-104, 2015.
- CHAN, K.Y. K.; CHAN, S. F.; CHAU, A. W. L. Financial knowledge and aptitudes: impacts on college students' financial well-being. **College Student Journal**, v. 46, n. 1, p.114, 2012.
- CHEN, H.; VOLPE, R. P. An analysis of personal financial literacy among college students. **Financial Services Review**, v. 7, n. 2, p. 107-128, 1998.
- CHIARELLI, L. M. A. **Habitação social em Pelotas (1987–2010): influências das políticas públicas na promoção de conjuntos habitacionais.** 2014. 345 f. Tese (Doutorado em História)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2014.
- CHUAN, C. S.; KAI, S. B.; KOK, N. K. Resource transfers and financial satisfaction: a preliminary correlation analysis. **Journal Of Global Business and Economics**, v. 3, n. 1, p. 146-156, 2011.
- COMIS, M., A. C.; PINTO, C. D. A Influência da Cognição no Bem-estar Subjetivo na Visão da Teoria Cognitiva. **Psicologando**, v. 6, 2014.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) - dezembro 2015**, 2015. Disponível em:<<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-13>>. Acesso em: 20 jan. 2016.
- _____. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) - dezembro 2016**, 2016. Disponível em:<http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/analise_peic_dezembro_2016.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2017.
- CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU (CFPB, 2015) . **Financial Well-Being: the Goal of Financial Education.** Washington, DC: Consumer Financial Protection Bureau, 2015. Disponível em:<http://files.consumerfinance.gov/f/201501_cfpb_report_financial-well-being.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2016.
- CUCOLO, E. Cresce calote no Minha Casa, Minha Vida. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1636053-cresce-calote-no-minha-casa-minha-vida.shtml>>. Acesso em: 22 jan. 2016.
- CUI, C.; I–JUN, C.; YAN, G. Family Resource Management Style and Life Adjustment of Low-Income Single Mothers in China. **Social Behavior and Personality: an international journal**, v. 40, n. 6, p. 959-970, 2012.

CUNHA, S. **Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Parnamirim-RN: uma avaliação de impacto a partir da satisfação dos moradores do residencial Iderval Medeiros**. 2012. 109 f. Monografia (Gestão de Políticas Públicas)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

CUNHA, G. R. **O Programa Minha Casa Minha Vida em São José do Rio Preto/SP: estado, mercado, planejamento urbano e habitação**. 2014. 340 f. Tese (Doutorado Arquitetura e Urbanismo)- Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2014.

D’AMICO, F. O Programa Minha Casa Minha Vida e a CAIXA. In: COSTA, J. C. et al. **O desenvolvimento econômico brasileiro e a CAIXA: trabalhos premiados**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: CAIXA, 2011. p. 33-54.

DELAFROOZ, N.; PAIM, L. H. Determinants of financial wellness among Malaysia workers. **African Journal of Business Management**, v. 5, n. 24, p. 10.092-10.100, 2011.

DELAVANDE, A.; ROHWEDDER, S.; WILLIS, R. J. Retirement Planning and the Role of Financial Literacy and Cognition. In: Michigan Retirement Research Center Working Paper 2008-190. 2008.

DIENER, E. Subjective Well-Being The Science of Happiness and a Proposal for a National Index American Psychologist Copyright. **American Psychological Association**, v. 55, n. 1, p. 34-43, 2000.

DIENER, E. D. *et al.* The satisfaction with life scale. **Journal of personality assessment**, v. 49, n. 1, p. 71-75, 1985.

DIENER, E.; LUCAS, R. E.; OISHI, S. Subjective well-being. **Handbook of positive psychology**, p. 63-73, 2002.

DIENER, E.; SUH, E. Measuring quality of life: Economic, social, and subjective indicators. **Social indicators research**, v. 40, n. 1-2, p. 189-216, 1997.

DINIZ, A. P. C. **Bem-estar Financeiro: uma análise multifatorial do comportamento maranhense**. 2013. 148f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

DINIZ, A. P. C. *et al.* Influência das variáveis socioeconômicas e demográficas no Bem-estar Financeiro: um estudo do comportamento maranhense. **Revista Uniabeu**, v. 7, n. 17, p. 218-234, 2014.

DINIZ, A. P. C. *et al.* Bem-estar Financeiro: uma análise multifatorial do comportamento maranhense. **Estudos do CEPE**, n. 42, p. 186-202, 2015.

DISNEY, R.; GATHERGOOD, J. Financial literacy and indebtedness: new evidence for UK consumers. In: **EconPapers**, 2011. Disponível em: <<http://speculum-diana.nottingham.ac.uk/cfc/documents/papers/11-05.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

DOWLING, N. A.; TIM, C.; HOILES, L. Financial management practices and money attitudes as determinants of financial problems and dissatisfaction in young male Australian workers. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 20, n. 2, 2009.

FALAHATI, L.; SABRI, M. F.; PAIM, L. H. J. Assessment a model of financial satisfaction predictors: examining the mediate effect of financial behaviour and financial strain. **World Applied Sciences Journal**, v. 20, n.2, p. 190-197, 2012.

FAZIO, R. H.; EISER, J. R.; SHOOK, N. J. Attitude formation through exploration: valence asymmetries. **Journal of personality and social psychology**, v. 87, n. 3, p. 293, 2004.

FERNÁNDEZ-BALLESTEROS, R.; ZAMARRÓN, M. D.; RUIZ, M. A. The contribution of socio-demographic and psychosocial factors to life satisfaction. **Ageing and Society**, v. 21, n. 01, p. 25-43, 2001.

FERREIRA, M. M.; MIRANDA, H. A demanda habitacional e o Programa Minha Casa Minha Vida nas cidades médias: os casos de São José do Rio Preto-SP e Petrolina-PE. In: XIII SEMINÁRIO DA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITORIO, 2014, Salvador/BA. **Anais...** Salvador/BA.

FLORES, S. A. M. **Modelagem de equações estruturais aplicada à propensão ao endividamento: uma análise de fatores comportamentais**. 2012. 192 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

FRADE, C. *et al.* **Um perfil dos sobre-endividados em Portugal**. Portugal: entro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia de Coimbra, 2008.

GARVER, N. S.; MENTZER, J. T. Logistics research methods: employing structural equation modeling to test for construct validity. **Journal of Business Logistics**, v. 20, n. 1, p. 33-57, 1999.

GATHERGOOD, J. Self-control, financial literacy and consumer over-indebtedness. **Journal of Economic Psychology**, v. 33, n. 3, p. 590–602, 2012.

GERARDI, K.; GOETTE, L.; MEIER, S. Financial literacy and subprime mortgage delinquency: evidence from a survey matched to administrative data. Federal Reserve Bank of Atlanta, Working Paper Series No. 2010-10, 2010.

GIACOMONI, C. H. Bem-estar subjetivo: em busca da qualidade de vida. **Temas em Psicologia**, v. 12, n. 1, p. 43-50, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, R. R. O déficit habitacional brasileiro: um mapeamento por unidades da federação e por níveis de renda domiciliar. **Texto para Discussão n. 559**. Rio de Janeiro: Ipea, 1998.

GONZALES, L.; AMBROSIO, L. Falta de punição incentivada inadimplência no MCMV. **UOL Notícias**, 07 jul. 2015. Disponível em:

<<http://noticias.uol.com.br/opiniaocoluna/2015/07/07/falta-de-punicao-incentiva-inadimplencia-no-mcmv.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

GOUVEIA, V. V. *et al.* Medindo a satisfação com a vida dos médicos no Brasil. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 54, n. 4, p. 298-305, 2005.

GOVERNO FEDERAL. **Minha Casa Minha Vida**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.minhacasaminhavida.gov.br/resultados-do-programa.html#conteudo>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

GUTTER, M.; COPUR, Z. Financial behaviors and financial well-being of college students: evidence from a national survey. **Journal of Family and Economic**, v. 32, n. 4, p. 699-714, 2011.

HAGERTY, M. R.; VEENHOVEN, R. Wealth and happiness revisited—growing national income does go with greater happiness. **Social indicators research**, v. 64, n. 1, p. 1-27, 2003.

HAIR, J. R.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E. **Multivariate Data Analyses**. 7 ed. New Jersey: Pearson, 2010.

HENNIGEN, I. O lado avesso do sistema consumo-crédito: (super)endividamento do consumidor. In: VI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO, II ENCONTRO LUSOBRASILEIRO DE ESTUDOS DO CONSUMO. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012.

HERLING, L. H.; MORITZ, G. O.; SANTOS, A. M.; SOARES, T. C.; BACK, R. B. A inadimplência nas instituições de ensino superior: um estudo de caso na instituição XZX. **Revista Gestão Universitária da América Latina**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 126-142, 2013.

HOOPER, D.; COUGHLAN, J.; MULLEN, M. R. Structural Equation Modelling: Guidelines for Determining Model Fit. **The Electronic Journal of Business Research Methods**, v. 6, n. 1, p. 53–60, 2008.

HUSTON, S. J. Measuring financial literacy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010.

HUTZ, C. S.; ZANON, C.; BARDAGI, M. P. Satisfação de vida. In: HUTZ, C. S. (org.). **Avaliação em Psicologia Positiva**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2014. Cap. 3, p. 43-48.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Séries históricas e estatísticas**. Taxa de urbanização nacional (1940-2010). 2010. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

_____. **Cidades@**. Rio Grande do Sul. Brasil, 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades>>. Acesso em 15 jan. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). O planejamento da habitação de interesse social no Brasil: desafios e perspectivas. **Comunicado Ipea**, n. 118. Brasília: Ipea, 2011.

JOIA, L. C. **Satisfação com a Vida entre idosos**. 2012. 151 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2012.

KEESE, M. Who feels constrained by high debt burdens? Subjective vs. objective measures of household debt. **Journal of Economic Psychology**, v. 33, n. 1, p. 125-141, 2012.

KEESE, M.; SCHMITZ, H. Broke, ill, and obese: The effect of household debt on health. In: **Social Science Research Network**. 2011. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1750216>. Acesso em: 22 dez 2015.

KIM, J.; GARMAN, E. T.; SORHAINDO, B. Relationships among credit counseling clients' financial well-being, financial behaviors, financial stressor events, and health. **Financial Counseling and Planning**, v. 14, 75–87, 2003.

KLAPPER, L.; LUSARDI, A.; PANOS, G. A. Financial literacy and its consequences: Evidence from Russia during the financial crisis. **Journal of Banking & Finance**, v. 37, p. 3904–3923, 2013.

KLINE, R. B. **Principles and practice of structural equation modeling**. 3 ed. New York: The Guilford Press, 2011.

KRAUSE, C.; BALBIM, R.; LIMA NETO, V. C. Minha Casa, Minha Vida, nosso crescimento: onde fica a política habitacional? **Texto para discussão n. 1853**. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2693/1/TD_1853.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

KUNKEL, F. I. R. **Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: uma análise multifatorial**. 2014. 261f. Dissertação (Mestrado em Administração)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

KUPPENS P.; REALO, A.; DIENER E. The role of positive and negative emotions in life satisfaction judgment across nations. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 95, n. 1, p. 66–75, 2008.

LAWTON, M. P. Environment and other determinants of well-being in older people. **The Gerontologist**, v. 23, n. 4, p. 349-357, 1983.

LAWTON, M. Powel. A multidimensional view of quality of life in frail elders. **The concept and measurement of quality of life in the frail elderly**, p. 4-27, 1991.

LEA, S. E. G.; WEBLEY, P.; WALKER, C. M. Psychological factors in consumer debt: Money management, economic socialization, and credit use. **Journal of economic psychology**, v. 16, n. 4, p. 681-701, 1995.

- LEACH, L. J.; HAYHOE, C. R.; TURNER, P. R. Factors affecting perceived economic well-being of college students: a gender perspective. **Financial Counseling and Planning**, v. 10, n. 2, p. 11-24, 1999.
- LEAL, C. P.; NASCIMENTO, J. A. R. Planejamento Financeiro Pessoal. **Revista de Ciência Gerenciais**, v. 15, n. 22, p. 163-183, 2012.
- LINARDI, F. M. **Avaliação dos determinantes macroeconômicos da inadimplência bancária no Brasil**. 2008. 76 f. Dissertação (Mestrado em Economia)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- LIPOVETSKY, G. **A Felicidade Paradoxal**: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LIZOTE, S. A.; VERDINELLI, M. A. Educação Financeira: um Estudo das Associações entre o Conhecimento sobre Finanças Pessoais e as Características dos Estudantes Universitários do Curso de Ciências Contábeis. In: XIV Congresso USP Controladoria e Contabilidade: Novas perspectivas na pesquisa contábil. **Anais.... XIV Congresso USP**, São Paulo, jul. 2014.
- LOWN, J. M.; JU, I. S. A model of credit use and financial satisfaction. **Financial Counseling and Planning**, v. 3, p. 105-125, 1992.
- LUCKE, V. A. C.; FILIPIN, R.; BRIZOLLA, M. M. B.; VIEIRA, E. P. Comportamento financeiro pessoal: um comparativo entre jovens e adultos de uma cidade da região noroeste do estado do RS. **Anais... do Seminário em Administração**, São Paulo, Brasil, 2014.
- LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial literacy and retirement planning in the United States. **Journal of Pension Economics and Finance**, Cambridge University Press, v. 10, n. 04, p. 509-525, 2011.
- LUSARDI, A.; TUFANO, P. Debt Literacy, Financial Experiences, and Overindebtedness. In: **National Bureau of Economic Research**, Cambridge, 2009. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w14808.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2016.
- LUSARDI, A.; WALLACE, D. Financial Literacy and Quantitative Reasoning in the High School and College Classroom. **Numeracy**, v. 6, n. 2, art. 1, 2013.
- LYONS, A. C. A profile of financially at-risk college students. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 38, n. 1, p. 56-80, 2004.
- LYONS, A. C.; RACHLIS, M.; SCHERPF, E. What's in a score? Differences in consumers' credit knowledge using OLS and quantile regressions. **Journal of Consumer Affairs**, v. 41, n. 2, p. 223-249, 2007.
- LYONS, A. C.; YILMAZERT, T. Health and financial strain: evidence from the survey of consumer finances. **Southern Economic Journal**, v. 71, n. 4, p. 873-890, 2005.
- MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

MALONE, K.; STEWART, S. D.; WILSON, J.; KORSCHING, P. F. Perceptions of financial well-being among american women in diverse families. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 31, n. 1, p. 63-81, 2010.

MARQUES, M. M.; FRADE, C. Regular o sobreendividamento. **Gabinete de Política Legislativa e Planejamento do Ministério da Justiça (Ed.), Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas**. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.

MARQUES, M. M. L. *et al.* **O endividamento dos consumidores**. Coimbra: Almedina, 2000.

MATTAR, F. **Pesquisa de Marketing: metodologia e planejamento**. 6 Ed., São Paulo: Atlas, 2005.

MENDES-DA-SILVA, W.; NAKAMURA, W. T.; MORAES, D. C. Credit card risk behavior on college campuses: evidence from Brazil. **BAR Brazilian Administration Review**, v. 9, p. 351-373, 2012.

MEYER, D.F.; DUNGA, S.H. The Determinants of Life Satisfaction in a Low-Income, Poor Community in South Africa. **Mediterranean Journal of Social Sciences**, v. 5, n. 13, p. 163, 2014.

MIOTTO, A. P. S. C. **Antecedentes e consequências da gestão das finanças domésticas: uma investigação com consumidores da classe C**. 2013. 164 f. Tese (Doutorado em Administração)- Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Caixa fecha cerco a inadimplentes do Programa Minha Casa Minha Vida e imóveis serão retomados, 2015. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,caixa-fecha-cerco-a-inadimplentes-do--minha-casa-e-imoveis-serao-retomados,1765418>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

_____. Inadimplente pode perder imóvel do Minha Casa, Minha Vida, diz secretária, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/11/inadimplente-pode-perder-imovel-do-minha-casa-minha-vida-diz-secretaria.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME; SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (MDS; SAGI, 2014). Pesquisa sobre os conhecimentos, atitude e práticas das famílias inscritas no cadastro único para Programas sociais. Cadernos de Estudo, n. 16, Brasília: Indago, 2014.

MORAES, S. L. **A relação entre interação setorial e o desempenho econômico das mesorregiões gaúchas nos anos 2000**. 2013. 81f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, Porto Alegre, 2013.

MORAIS, M. P. **Breve diagnóstico sobre o quadro atual da habitação no Brasil**. São Paulo: Mimeo, 2002.

MOREIRA, V. S.; SILVEIRA, S. F. R. Indicadores de desempenho do Programa Minha Casa, Minha Vida: avaliação com base na satisfação dos beneficiários. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 20, n. 66, 2015.

MOTTOLA, G. R. In our best interest: Women, financial literacy, and credit card behavior. **Numeracy**, v. 6, n. 2, art. 4, 2013.

MOURA, A. **Impacto dos Diferentes Níveis de Materialismo na Atitude ao Endividamento e no Nível de Dívida para Financiamento do Consumo nas Famílias de Baixa Renda do Município de São Paulo**. 2005. 176 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas)- Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2005.

MOURA, J. M. O Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Natal: uma análise espacial dos padrões de segregação e desterritorialização. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 6, n. 3, p. 339-359, 2014.

MULLER, K. O. **Sociedade de consumo e cultura do endividamento: estudo de caso sobre compradores compulsivos em Porto Alegre, RS**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MUNDY, S. Financial Education Programmes in Schools: Analysis of Selected Current Programmes and Literature - **Draft recommendations for best practices**. OECD. Mimeo. 2011.

NATIONAL FINANCIAL CAPABILITY STUDY (NFCS). **Financial Capability in the United States** - Report of Findings from the 2012 National Financial Capability Study. Financial Industry Regulatory Authority (FINRA) Investor Education Foundation, 2013. Disponível em: <http://www.usfinancialcapability.org/downloads/NFCS_2012_Report_Natl_Findings.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2013.

NORVILITIS, J. M.; MACLEAN, M. G. The role of parents in college students' financial behaviors and attitudes. **Journal of Economic Psychology**, v. 31, n. 1, p. 55-63, 2010.

NORVILITIS, J. M.; SZABLICKI, P. B.; WILSON, S. D. Factors influencing levels of credit card debt in college students. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 33, n. 5, p. 935-947, 2003.

NORVILITIS, J. M.; MERWIN, M. M.; OSBERG, T. M.; ROEHLING, P. V.; YOUNG, P.; KAMAS, M.M. Personality factors, money attitudes, financial knowledge, and credit-card debt in college students. **Journal of Applied Social Psychology**, v.36, n.6, p. 1395-1413, 2006.

NUNES, M.; MENEZES, O. **O Bem-estar, a qualidade de vida e a saúde dos idosos**. Caminho: Lisboa, 2014.

OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES. **Endividamento e sobre-endividamento das famílias: Conceitos e estatísticas para sua avaliação**. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2002.

O'NEILL, B.; SORHAINDO, B.; XIAO, J. J.; GARMAN, E. T. Financially distressed consumers: their financial practices, financial well-being, and health. **Financial Counseling and Planning**, v. 16, n. 1, p. 73-87, 2005.

O'NEILL, B.; XIAO, J. Financial Behaviors Before and After the Financial Crisis: Evidence from an Online Survey. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 23, n. 1, p. 33-46, 2012.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD, 2009). **Improving financial literacy: analysis of issues and policies**, 2009.

_____. (OECD, 2013a), PISA 2012 Assessment and Analytical Framework: Mathematics, Reading, Science, Problem Solving and Financial Literacy, **OECD Publishing**. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1787/9789264190511-en> >. Acesso em: 07 set. 2013.

_____. (OECD, 2013b). Financial literacy and inclusion: Results of OECD/INFE survey across countries and by gender. **OECD Publishing**. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/TrustFund2013_OECD_INFE_Fin_Lit_and_Incl_SurveyResults_by_Country_and_Gender.pdf >. Acesso em: 15 abr. 2013.

OLIVATO, H.; SOUZA, P. K. L. Endividamento: Um Estudo Preliminar dos Fatores Contribuintes. **Anais... do Encontro Científico e Simpósio de Educação Unisalesiano**, Lins, SP, Brasil, 2007.

PENN, D. A. Financial well-being in an urban area: an application of multiple imputation. **Department of Economics and Finance Working Paper Series**, p. 1-28, 2007.

PEREIRA, G. M. **Acessibilidade espacial na habitação popular: um instrumento para avaliação de projetos**. 2007. 172f. Dissertação (Mestrado em arquitetura e urbanismo)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

PICCINI, R. A. B.; PINZETTA G. Planejamento Financeiro Pessoal e Familiar. **Unoesc & Ciência - ACSA**, v. 5, n. 1, p. 95-102, 2014.

PLAGNOL, A. C. Financial satisfaction over the life course: the influence of assets and liabilities. **Journal of Economic Psychology**, v.32, p. 45-64, 2011.

PONCHIO, M. C. **The Influence of Materialism on Consumption Indebtedness in the Context of Low Income Consumers From the City of Sao Paulo**. 2006. 175 p. Tese (Doutorado em Administração)- Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

PORTAL BRASIL (2014). Infraestrutura- Entenda como funciona o Minha Casa Minha Vida, 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/04/entenda-como-funciona-o-minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

_____. (2016). Com nova fase, Minha Casa Minha Vida vai alcançar 4,6 milhões de casas construídas, 2016. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/03/minha-casa-minha-vida-chega-a-3a-fase-com-2-milhoes-de-novas-moradias-ate-2018>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS. **Indicadores sobre Minha Casa Minha Vida**, 2015. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 24 out. 2015.

PORTER, N. M.; GARMAN, E. T. Testing a conceptual model of financial well-being. **Financial Counseling and Planning**, v. 4, p. 135-165, 1993.

POTRICH, A. C. G. **Alfabetização financeira: integrando conhecimento, atitude e comportamento financeiros**. 2014. 179 f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 69, p. 362-377, 2015.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; PARABONI, A. L. O que influencia a alfabetização financeira dos estudantes universitários? In: XVI SEMEAD – Seminários em Administração, 16, 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA-USP, 2013.

RAMOS, J. S.; NOIA, A. C. A construção de Políticas Públicas em Habitação e o Enfrentamento do Déficit Habitacional no Brasil: uma análise do Programa Minha Casa Minha Vida. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 33, p. 65-105, 2016.

RÊGO, W. D. L.; PINZANI, A.. Liberdade, dinheiro e autonomia. O caso da Bolsa Família. **Revista Política & Trabalho**, v. 1, n. 38, 2013.

RESEARCH, R. M. **ANZ survey of adult financial literacy in Australia**, 2003. Disponível em:<http://www.anz.com/Documents/AU/Aboutanz/AN_5654_Adult_Fin_Lit_Report_08_Web_Report_full.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2015.

RIZEK, C. S.; AMORE, C. S.; CAMARGO, C. M. Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o Programa Minha Casa Minha Vida “entidades”. **Caderno CRH**, v. 27, n. 72, p. 531-546, 2014.

SANTIAGO, I. **Beneficiários inadimplentes há mais de 3 meses terão que devolver imóvel**, 2015. Disponível em: <<http://folhabv.com.br/noticia/Beneficiarios-inadimplentes-ha-mais-de-3-meses-terao-que-devolver-imovel/10266>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

SANTOS, D. B. O papel da educação financeira na contratação de crédito em mercados informais. In: FGV/EAESP Working Papers Series, 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15077/5_Seminario%20Danilo%20Santos%20%282%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 dez. 2015.

SANTOS, A. C.; SILVA, M. Importância do planejamento financeiro no processo de controle do endividamento familiar: um estudo de caso nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe. **Revista Formadores: Vivências e Estudos**, v. 7, n. 1, p. 05-17, 2014.

SANTOS, C. P.; FERNANDES, D. V. D. H. A socialização de consumo e a formação do materialismo entre os adolescentes. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 1. p. 169-203, 2011.

- SANTOS, L. R. Mulheres que trabalham fora e mulheres que não trabalham fora: existe diferença no gerenciamento financeiro dos dois grupos? **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 4, n. 2, p. 95-107, 2010.
- SHAMBARE, R.; RUGIMBANA, R. An exploratory study of selected university students in South Africa. **Thunderbird International Business Review**, v. 54, n. 4, p. 581-590, 2012.
- SHIM, S.; SERIDO, J.; BOSCH, L.; TANG, C. Financial identity-processing styles among young adults: A longitudinal study of socialization factors and consequences for financial capabilities. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 47, n. 1, p. 128-152, 2013.
- SHIM, S.; XIAO, J. J.; BARBER, B. L.; LYONS, A. C. Pathways to life success: a conceptual model of financial well-being for young adults. **Journal of Applied Developmental Psychology**, v.30, p. 708-723, 2009.
- SHIMIZU, J. Y. **Projeção de impactos econômicos do Programa Minha Casa, Minha Vida: uma abordagem de equilíbrio geral computável**. 2010. 89 f. Dissertação (Mestrado em Economia)– Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- SHOCKEY, S. S. **Low-wealth adults financial literacy, money management behavior and associates factors, including critical thinking**. 2002. 740 f. Thesis, Ohio State University, Utah, 2002.
- SILVA, A. F. *et al.* Finanças pessoais: um estudo sobre a utilização do orçamento pelos alunos graduandos em Ciências Contábeis da FSG. **Anais...Seminário de Iniciação Científica de Ciências Contábeis**, v. 4, n. 2, p. 361-379, 2014.
- SILVA, C.C.; SANTOS, G.A.; BEZERRA, J.F.; SILVA, I.E.M. **Um Estudo Empírico dos Determinantes Macroeconômicos da Inadimplência no Recife**. In: X ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 2012. Disponível em: <<http://200.251.138.109:8001/artigosaprovados/eddc7996-3fce-472c>>. Acesso em: 05 out. 2015.
- SILVA, P. R. **Psicologia do risco de crédito: análise da contribuição de variáveis psicológicas em modelos de credit scoring**. 2011. 244f. Tese (Doutorado em Administração)– Universidade de São Paulo, 2011.
- SUMARWAN, U. **A Managerial System Approach to Factors Influencing Satisfaction With Households' Financial Status**. 1990. 123 f. Thesis (Master of Science), Iowa State University, Ames, Iowa, 1990.
- TOLOTTI, M. **As armadilhas do consumo: acabe com o endividamento**. Elsevier, 2007.
- TRINDADE, L. **Determinantes da Propensão ao Endividamento: um estudo nas mulheres da Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense**. 2009. 101 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.
- TRINDADE, L. L.; RIGHI, M. B.; VIEIRA, K. M. De onde vem o endividamento feminino? Construção e validação de um modelo PLS-PM. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 18, n. 3, p. 718-746, 2012.

VIEIRA, K. M.; FLORES, S. A. M.; CAMPARA, J. P. Propensão ao Endividamento no Município de Santa Maria (RS): verificando diferenças em variáveis demográficas e culturais. **Teoria e Prática em Administração**, v. 4, n. 2, p. 180-205, 2015.

VIEIRA, K. M. *et al.* Níveis de Materialismo e Endividamento: Uma Análise de Fatores Socioeconômicos na Mesorregião Central do Estado no Rio Grande Do Sul. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 5, n. 2, 2014.

VLAEV, I.; ELLIOTT, A. Financial Well-Being Components. **Social Indicators Research**, v. 118, n. 3, p. 1103-1123, 2014.

WANG, L.; LU, W.; MALHOTRA, N. K. Demographics, attitude, personality and credit card features correlate with credit card debt: A view from China. **Journal of Economic Psychology**, v. 32, n. 1, p. 179-193, 2011.

WORTHY, S. L.; JONKMAN, J.; BLINN-PIKE, L.. Sensation-seeking, risk-taking, and problematic financial behaviors of college students. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 31, n. 2, p. 161-170, 2010.

XIAO, J. J.; SORHAINDO, B.; GARMAN, E. T. Financial behaviors of consumers in credit counseling. **International Journal of Consumer Studies**, v. 30, n. 2, p. 108-121, 2006.

XIAO, J. J.; TANG, C.; SERIDO, J.; SHIM, S. Antecedents and consequences of risky credit behavior among college students: application and extension of the theory of planned behavior. **Journal of Public Policy & Marketing**, v. 30, n. 2, p. 239-258, 2011.

ZANON, C. *et al.* Validation of the satisfaction with life scale to Brazilians: Evidences of measurement noninvariance across Brazil and US. **Social Indicators Research**, v. 119, n. 1, p. 443-453, 2013.

ZERRENNER, S. A. **Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda**. 2007. 57 f. Dissertação (Mestre em Ciências Administrativas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Apêndice 01– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
 Universidade Federal de Santa Maria
 Centro de Ciências Sociais e Humanas
 Programa de Pós-Graduação em Administração

Título do projeto: Programa Minha Casa Minha Vida: uma análise do endividamento e de fatores comportamentais

Pesquisadores responsáveis: Prof^ª. Kelmara Mendes Vieira, Luana dos Santos Fraga

Instituição/Departamento: UFSM – Centro de Ciências Sociais e Humanas

Telefone para contato: (55) 3220-9259

Local da coleta de dados: Mesorregião Centro-Ocidental Rio-Grandense

Prezado(a) Senhor(a):

Você está sendo convidada(o) a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você decida participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

O objetivo da pesquisa é identificar como os beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida pertencentes à Mesorregião Centro-ocidental Rio-Grandense gerem seus recursos financeiros e como percebem sua relação com o Endividamento, Alfabetização Financeira, Bem-estar Financeiro e Satisfação com a Vida. Como benefícios, tem-se que através dos resultados poderão ser desenvolvidas ações que visem o auxílio às famílias na alocação dos seus recursos, bem como no gerenciamento financeiro pessoal. Do ponto de vista governamental, estes dados podem permitir um conhecimento mais aprofundado da situação das famílias, além de demonstrar quais as maiores deficiências destas.

É importante ressaltar que o preenchimento desse questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica. Além disso, as informações fornecidas terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados forem divulgados.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, concordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

_____ (cidade), _____ de _____ de 2016.

Assinatura


 Prof^ª. Kelmara Mendes Vieira

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM - Cidade Universitária - Bairro Camobi, Av. Roraima, nº1000 - CEP: 97.105.900, Santa Maria – RS. Telefone: (55) 3220-9362 – Fax: (55) 3220-8009. Email: cep.ufsm@gmail.com. Web: www.ufsm.br/cep

Apêndice 02– Termo de Confidencialidade



Termo de Confidencialidade
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Administração

Título do projeto: Programa Minha Casa Minha Vida: uma análise do endividamento e de fatores comportamentais.

Pesquisador responsável: Prof^a. Kelmara Mendes Vieira

Endereço do responsável: UFSM, Avenida Roraima, 1000, prédio 74C, sala 4212, Centro de Ciências Sociais e Humanas, CEP 97105-900 - Santa Maria – RS.

Telefone para contato: (55) 3220-9259

Local da coleta de dados: Mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos respondentes cujos dados serão coletados através de um questionário estruturado aplicado em 31 cidades do estado do Rio Grande do Sul. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas no Departamento de Ciências Administrativas, situado na Av. Roraima nº. 1000, Prédio 74 C, sala 4212 – Cidade Universitária, UFSM. As informações serão armazenadas por um período de 5 anos sob a responsabilidade da Prof^a. Dr^a. Kelmara Mendes Vieira. Após este período, os dados serão destruídos.

Santa Maria, 02 de março de 2016.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "K. M. Vieira", is written over a horizontal line.

Prof^a Kelmara Mendes Vieira

Apêndice 03– Instrumento de Coleta de Dados



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Município:	Entrevistador:	Número:
Nome do Condomínio:		

1. Seu financiamento se enquadra em qual Faixa do Programa Minha Casa Minha Vida:

1.01() Faixa 1 (renda até R\$ 1.600,00).

1.02() Faixa 2 (renda até R\$ 3.275,00).

1.03() Faixa 3 (renda até R\$ 5.000,00).

2. A casa que você morava antes de ingressar no PROGRAMA era:

2.01() Alugada. 2.02() Empréstada. 2.03() Morava com a família. 2.04() Outros. Qual? _____.

3. Quanto você gastava com o pagamento de moradia antes do PROGRAMA (ex.: valor do aluguel, financiamento anterior)? R\$ _____.

4. Quando você se inscreveu no PROGRAMA? _____ mês/ano.

5. Quando o PROGRAMA lhe entregou a casa? _____ mês/ano.

6. Qual é o valor da última prestação do financiamento do PROGRAMA? R\$ _____.

7. Qual o gasto médio mensal, com:		Antes do PROGRAMA		Depois do PROGRAMA	
7.01	Água	7.01.1	R\$	7.01.2	R\$
7.02	Luz	7.02.1	R\$	7.02.2	R\$
7.03	Condomínio	7.03.1	R\$	7.03.2	R\$

8. Em relação a sua renda, você considera a prestação da casa:

8.01() Muito baixa. 8.02() Baixa. 8.03() Razoável. 8.04() Alta. 8.05() Muito alta.

9. Você teve ou tem prestações da casa atrasadas?

9.01() Não, nunca teve.

9.02() Não tem no momento, mas já teve no passado.

9.03() Sim, está com prestações em atraso. Quantas? _____.

10. Se você já teve ou tem prestações do PMCMV em atraso, qual foi (é) o motivo principal?

10.01() Usou o dinheiro em despesas inesperadas (exemplo: doença, desemprego).

10.02() Não sobrou dinheiro.

10.03() Optou por pagar outras contas maiores e mais urgentes.

10.04() Não se preocupou em pagar, pois acredita que não vai perder a casa se não quitar a prestação.

10.05() Outro. Qual? _____.

Depois que recebeu a casa do Programa Minha Casa Minha Vida:	Piorou muito	Piorou	Continua igual	Melhorou	Melhorou muito
11. A sua vida no geral...					
12. A sua vida financeira...					
13. A sua relação com a vizinhança...					
14. O acesso a instituições públicas de saúde...					
15. O acesso a transporte coletivo...					
16. O acesso à escola pública...					
17. O tempo gasto com locomoção...					

Marcar as opções, conforme a percepção do beneficiário:	Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente
18. Você está muito satisfeito com a casa.					
19. A relação com os vizinhos é muito boa.					
20. No bairro tem muito problema de violência.					
21. Perto de casa tem áreas de lazer para as crianças brincarem.					
22. No bairro tem gente fazendo trabalho social.					
23. Perto da sua casa tem instituições de saúde pública.					
24. É muito difícil conseguir uma vaga numa escola pública próxima.					
25. Você demora muito tempo para ir e voltar do trabalho.					
26. Perto da sua casa, é fácil o acesso ao transporte público.					
27. Na nova casa, você passou a gastar muito mais com transportes.					
28. A sua casa é bem localizada dentro do condomínio.					
29. Você está muito satisfeito com a localização da sua casa na cidade.					
30. As contas de água, luz e condomínio são muito altas.					

31. Você tem intenção de se mudar nos próximos 12 meses? Quais seriam as principais razões que o levam a desejar sair do imóvel? (Pode marcar mais que uma alternativa).

- 31.01 () Não tem intenção de se mudar.
31.02 () A família quer constituir domicílio exclusivo.
31.03 () Falta de vagas em creches e escola fundamental.
31.04 () Falta de atendimento nos serviços básicos de saúde.
31.05 () Segurança pública insuficiente.
31.06 () Dificuldade de uso de transporte e locomoção.
31.07 () Gastos com a moradia: pagamento de IPTU, contas de água e luz, condomínio.
31.08 () Gastos com transporte.
31.09 () Problemas de relacionamento com vizinhos.
31.10 () Outro motivo. Qual? _____.

32. Em sua opinião, o que o PROGRAMA tem de melhor?

33. O que ainda pode melhorar no PROGRAMA?

34. De 0 a 10, sendo 0 a pior nota e 10 a melhor nota, que nota você dá para o PROGRAMA? _____.

35. Você possui outras dívidas além do financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida? (Pode marcar mais de uma alternativa).

- 35.01() Não possui dívidas. 35.05() Sim, com algum banco/financeira.
 35.02() Sim, no supermercado do bairro. 35.06() Sim, com amigos.
 35.03() Sim, com lojas de crediário próprio. 35.07() Sim, com agiotas.
 35.04() Sim, com familiares. 35.08() Sim, com outros. Quem? _____.

36. Você possui dívidas em atraso? (Pode marcar mais de uma alternativa).

- 36.01() Não possui dívidas em atraso. 36.06() Sim, com amigos.
 36.02() Sim, no supermercado do bairro. 36.07() Sim, com agiotas.
 36.03() Sim, com lojas de crediário próprio. 36.08() Sim, com o financiamento do PMCMV.
 36.04() Sim, com familiares. 36.09() Sim, com outros. Quem? _____.
 36.05() Sim, com algum banco/financeira.

37. Alguém que mora na sua casa possui cartão de crédito (Visa, Mastercard, Banricompras, etc.)?

- 37.01() Não. 37.02() Sim, você. Quantos? _____. 37.03() Sim, outra pessoa. Quantos? _____. 37.04() Não sabe.

38. Alguém que mora na sua casa possui carnê de crediário (Magazine Luiza, Renner, etc.)?

- 38.01() Não. 38.02() Sim, você. Quantos? _____. 38.03() Sim, outra pessoa. Quantos? _____. 38.04() Não sabe.

39. Com relação aos seus gastos, você diria que:

- 39.01() Gasta menos do que ganha. 39.03() Gasta mais do que ganha.
 39.02() Gasta igual ao que ganha.

40. Qual a frase MELHOR descreve a situação do dinheiro que a sua família ganha a cada mês?

- 40.01() Geralmente, vocês tem mais do que precisam para pagar todas as contas mensais e podem economizar ou comprar coisas extras.
 40.02() Pagam todas as contas e de vez em quando sobra um pouco para comprar coisas extras.
 40.03() Pagam todas as contas e tem o suficiente para gastos esporádicos (ex. presentes de aniversário).
 40.04() Pagam as despesas mensais, mas não conseguem comprar coisas extras.
 40.05() Geralmente, não conseguem pagar todas as despesas mensais.

41. Qual das seguintes afirmações MELHOR descreve o quanto você controla seus gastos regulares?

- 41.01() Não costuma controlar seus gastos.
 41.02() Mantém um pequeno controle sobre seus gastos.
 41.03() Não mantém escrito, mas controla os gastos.
 41.04() Utiliza anotações por escrito para manter maior controle dos gastos.

42. Você faz algum tipo de poupança?

- 42.01() Não, nunca fez. 42.05() Sim, em estoque/equipamentos do negócio.
 42.02() Não, mas já fez. 42.06() Sim, em animais, sementes e/ou outros produtos.
 42.03() Sim, em dinheiro, em casa. 42.07() Sim, de outra forma. Qual? _____.
 42.04() Sim, em dinheiro no banco/caderneta de poupança.

43. Quando sobra dinheiro no final do mês, o que você faz?

- 43.01() Nunca sobra dinheiro. 43.06() Gasta com lazer.
 43.02() Compra mais alimento. 43.07() Investe no negócio/aumento da produção.
 43.03() Faz uma reforma/ampliação da casa. 43.08() Paga prestações.
 43.04() Guarda o dinheiro para gastos futuros. 43.09() Outro. Qual? _____.
 43.05() Compra roupas e calçados.

44. Você já teve, ou tem, seu nome ligado ao cadastro negativo? (Nome sujo na praça).

- 44.01() Não. 44.02() Sim, já teve no passado. 44.03() Sim, está atualmente.

45. Você já emprestou ou está emprestando o seu nome para outra pessoa realizar alguma compra?

- 45.01() Não. 45.02() Sim, já emprestou. 45.03() Sim, está emprestando.

Marque com um "X" conforme seu modo de pensar, de acordo com a escala ao lado:	Nunca	Quase nunca	Às vezes	Quase sempre	Sempre
46. Você anota e controla os seus gastos pessoais (ex.: planilha de receitas e despesas mensais).					
47. Você compara preços ao fazer uma compra.					
48. Você tem um plano de gastos/orçamento.					
49. Você paga suas contas em dia.					
50. Você analisa suas contas antes de fazer uma compra de alto valor.					
51. Você passa a poupar mais quando recebe um aumento de salário.					
52. Você faz uma reserva do dinheiro que recebe mensalmente para uma necessidade futura.					
53. Você guarda parte da sua renda todo o mês.					
54. Você guarda dinheiro regularmente para atingir objetivos financeiros de longo prazo como, por exemplo, educação dos seus filhos, aquisição de uma casa, aposentadoria.					

Marque com um "X" conforme seu modo de pensar, de acordo com a escala ao lado:	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
55. Para você é importante definir metas para o futuro.					
56. Você acredita que a maneira como administra o seu dinheiro vai afetar o seu futuro.					
57. Você não se preocupa com o futuro, vive apenas o presente.					
58. Poupar é impossível para a sua família.					
59. Depois de tomar uma decisão sobre dinheiro, você se preocupa muito com a sua decisão.					
60. É difícil construir um planejamento de gastos familiar.					
61. Você considera mais satisfatório gastar dinheiro, do que poupar para o futuro.					
62. Para você o dinheiro é feito para gastar.					
63. Para você, é normal as pessoas ficarem endividadas para pagar suas contas.					
64. Você prefere comprar parcelado do que esperar ter dinheiro para comprar à vista.					
65. Você prefere pagar parcelado mesmo que no total saia mais caro.					
66. Não tem problema ter dívida se você sabe que pode pagar.					
67. Não é certo gastar mais do que você ganha.					
68. As pessoas ficariam desapontadas contigo se soubessem que você tem dívida.					
69. É melhor primeiro juntar dinheiro e só depois gastar.					
70. Você sabe exatamente quanto deve em lojas, cartão de crédito ou banco.					
71. É importante saber controlar os gastos da sua casa.					
72. A sua vida está próxima do seu ideal.					
73. Suas condições de vida são excelentes.					
74. Você está satisfeito com a sua vida.					
75. Até agora você tem conseguido as coisas importantes que quer na vida.					
76. Se você pudesse viver a sua vida de novo, não mudaria quase nada.					

Até que ponto essas afirmações descrevem você ou sua situação? Marque "x" na opção mais adequada.	Completamente	Muito bem	Um Pouco	Muito Pouco	De modo nenhum
77. Você poderia lidar com uma grande despesa inesperada.					
78. Você está garantindo seu futuro financeiro.					
79. Por causa da sua situação financeira, você sente que nunca terá as coisas que quer na vida.					
80. Você pode aproveitar a vida devido à maneira como está administrando seu dinheiro.					
81. Você está apenas sobrevivendo financeiramente.					
82. Você está preocupado(a) que o dinheiro que tem ou terá economizado pode não ser suficiente.					

O quão frequente essas afirmações se aplicam a você? Marque "x" na opção mais adequada.	Sempre	Frequentemente	Às vezes	Raramente	Nunca
83. Dar um presente de casamento, aniversário ou outra ocasião colocaria em dificuldade suas finanças do mês.					
84. Você tem dinheiro sobrando no final do mês.					
85. Você não está em dia com as suas finanças.					
86. Suas finanças controlam sua vida.					

87. Suponha que você tenha R\$ 100,00 em uma conta poupança a uma taxa de juros composto de 10% ao ano. Depois de 5 anos, qual o valor que você terá na poupança? Considere que não tenha sido depositado e nem retirado dinheiro.

87.01()Mais do que R\$150,00. 87.02()Exatamente R\$150,00. 87.03()Menos do que R\$150,00. 87.04()Não sabe.

88. Suponha que no ano de 2017 sua renda dobrará e os preços de todos os bens também dobrarão. Em 2017, o quanto você será capaz de comprar com a sua renda?

88.01()Mais do que hoje. 88.02()Exatamente o mesmo. 88.03()Menos do que hoje. 88.04()Não sabe.

89. Considerando-se um longo período de tempo (ex.: 10 anos), qual ativo, normalmente, oferece maior retorno?

89.01()Poupança. 89.02()Ações. 89.03()Não sabe.

90. Imagine que cinco amigos recebem uma doação de R\$ 1.000,00 e precisam dividir o dinheiro igualmente entre eles. Quanto cada um vai ganhar?

90.01()R\$ 100,00. 90.02()R\$ 200,00. 90.03()R\$ 1.000,00. 90.04()R\$ 5.000,00. 90.05()Não sabe.

91. Um investimento com alta taxa de retorno terá alta taxa de risco. Essa afirmação é:

91.01()Verdadeira. 91.02()Falsa. 91.03()Não sabe.

92. Um empréstimo com duração de 15 anos normalmente exige pagamentos mensais maiores do que um empréstimo de 30 anos, mas o total de juros pagos ao final do empréstimo será menor. Essa afirmação é:

92.01()Verdadeira. 92.02()Falsa. 92.03()Não sabe.

93. Suponha que você viu o mesmo televisor em duas lojas diferentes pelo preço inicial de R\$ 1.000,00. A loja "A" oferece um desconto de R\$ 150,00, enquanto a loja "B" oferece um desconto de 10%. Qual é a melhor alternativa?

93.01()Comprar na loja "A" (desconto de R\$ 150,00). 93.03()Não sabe.

93.02()Comprar na loja "B" (desconto de 10%).

94. Suponha que você realizou um empréstimo de R\$ 10.000,00 para ser pago após um ano e o custo com os juros é R\$ 600,00. A taxa de juros que você irá pagar nesse empréstimo é de:

94.01()3% a.a. 94.02()0,6% a.a. 94.03()3% a.a. 94.04()6% a.a. 94.05()Não sabe.

Perfil

1. **Idade:** _____ anos.

2. **Gênero:** 2.01() Masculino. 2.02() Feminino.

3. **Estado civil:** 3.01() Casado(a). 3.02() Solteiro(a). 3.03() Viúvo(a). 3.04() Separado(a).

4. **Possui dependentes (filhos, enteados, menores, etc.):** 4.01() Não. 4.02() Sim. Quantos? _____.

5. **Qual seu nível de escolaridade? (Curso mais elevado que já concluiu).**

5.01() Nunca estudei.

5.05() Curso Técnico.

5.02() Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série.

5.06() Faculdade (Ensino Superior).

5.03() Ensino Fundamental de 5ª a 9ª série.

5.07() Especialização ou MBA.

5.04() Ensino Médio.

5.08() Mestrado/Doutorado/Pós-Doutorado.

6. **Quantas pessoas moram com você atualmente?** _____ adultos, _____ crianças.

7. **Quem trabalha na sua família?**

7.01() Você.

7.04() Seus filhos/netos.

7.02() Seu parceiro(a).

7.05() Você, seu(a) parceiro(a) e seus filhos/netos.

7.03() Você e seu(a) parceiro(a).

7.06() Outras pessoas. Quem? _____.

8. **Quem contribui com as despesas da casa?**

8.01() Você.

8.04() Seus filhos/netos.

8.02() Seu parceiro(a).

8.05() Você, seu(a) parceiro(a) e seus filhos/netos.

8.03() Você e seu(a) parceiro(a).

8.06() Outras pessoas. Quem? _____.

9. **Qual a sua ocupação?**

9.01() Assalariado com carteira de trabalho assinada.

9.08() Dona de casa.

9.02() Assalariado sem registro em carteira de trabalho.

9.09() Só aposentado.

9.03() Funcionário Público.

9.10() Só estudante.

9.04() Autônomo regular.

9.11() Só vive de rendas.

9.05() Empresário.

9.12() Desempregado (à procura de emprego).

9.06() *Free-lance*/Bico.

9.13() Desempregado (não procura emprego).

9.07() Estagiário/aprendiz (Remunerado).

9.14() Outra. Qual? _____.

10. **Qual é aproximadamente a renda total mensal de todas as pessoas que moram neste domicílio, somando todas as fontes como salário, pensão, aposentadoria, benefícios sociais, aluguéis e bicos?**

R\$ _____.

Muito obrigada pela colaboração!

Apêndice 04- Médias dos grupos com diferença no fator Atitude Financeira

Fator	Variáveis	Grupos	Média
ATTITUDE FINANCEIRA	Faixa de Financiamento	Faixa 1	2,862
		Faixas 2 e 3	3,370
	Gênero	Masculino	3,461
		Feminino	3,098
	Dependentes	Não possui	3,338
		Possui	3,130
	Idade	Até 29 anos	3,364
		De 30 à 36 anos	3,272
		De 37 à 48 anos	3,172
		Acima de 48 anos	3,040
	Estado Civil	Casado(a)	3,324
		Solteiro(a)	3,087
		Viúvo(a)	2,623
		Separado(a)	3,138
	Escolaridade	Nunca estudei.	3,073
		Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série.	2,699
		Ensino Fundamental de 5ª a 9ª série.	2,982
		Ensino Médio.	3,228
		Curso Técnico.	3,250
		Faculdade (Ensino Superior).	3,516
		Especialização ou MBA.	3,528
		Mestrado/Doutorado/Pós-Doutorado.	3,774
	Ocupação	Assalariado com carteira de trabalho assinada.	3,286
		Assalariado sem carteira de trabalho	3,184
		Funcionário Público.	3,530
		Autônomo regular.	3,279
		Empresário.	3,809
		Free-lance/Bico.	2,888
		Dona de casa.	2,829
		Só aposentado.	3,077
		Só estudante.	2,800
		Desempregado (à procura de emprego).	2,801
		Desempregado (não procura emprego).	3,105
		Outra.	2,905
		Renda Familiar	Até R\$1.600,00
	De 1.600,01 à 3.275,00		3,224
De 3.275,01 à 5.000,00	3,415		
Acima de 5.000,00	3,740		

Fonte: Resultados da pesquisa (2017).

Apêndice 05– Teste *Post-Hoc HDS* de *Tukey/Games-Howell*, diferença de média e significância para cada nível de idade, estado civil, escolaridade, ocupação e renda que apresentaram diferença significativa no fator Atitude Financeira

Variáveis		Diferença de média	Sig.	
Idade ¹	Até 29 anos	Acima de 48 anos	0,324	0,038
Estado Civil ¹	Casado(a)	Viúvo(a)	0,701	0,005
Escolaridade ¹	Ensino Médio	Ens. Fund. 1 ^a à 4 ^a	0,529	0,003
	Faculdade	Ens. Fund. 1 ^a à 4 ^a	0,817	0,000
		Ens. Fund. 5 ^a ao 9 ^o ano	0,534	0,006
	Especialização MBA	Ens. Fund. 1 ^a à 4 ^a	0,829	0,010
Mestrado/Doutorado/ Pós-Doutorado		Ens. Fund. 1 ^a à 4 ^a	1,075	0,006
Ocupação ²	Empresário	Dona de Casa	0,980	0,019
Renda ²	De R\$1.600,01 à R\$3.275,00	Até R\$1.600,00	0,475	0,000
	De R\$3.275,01 à R\$5.000,00	Até R\$1.600,00	0,666	0,000
	Acima de R\$5.000,00	Até R\$1.600,00	0,990	0,000
		De R\$1.600,01 à R\$3.275,00	0,515	0,002

Fonte: Resultados da pesquisa (2017).

¹ Teste *Post-Hoc HDS* de *Tukey*.

² Teste *Post-Hoc* de *Games-Howell*.

Apêndice 06- Médias dos grupos com diferença no fator Comportamento Financeiro

Fator	Variáveis	Grupos	Média
COMPORTAMENTO FINANCEIRO	Faixa de Financiamento	Faixa 1	2,465
		Faixas 2 e 3	3,064
	Gênero	Masculino	3,258
		Feminino	2,704
	Dependentes	Não possui	3,180
		Possui	2,609
	Estado Civil	Casado(a)	2,980
		Solteiro(a)	2,818
		Viúvo(a)	2,944
		Separado(a)	2,379
	Escolaridade	Nunca estudei.	2,500
		Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série.	2,555
		Ensino Fundamental de 5ª a 9ª série.	2,551
		Ensino Médio.	2,890
		Curso Técnico.	3,017
		Faculdade (Ensino Superior).	3,102
		Especialização ou MBA.	3,246
		Mestrado/Doutorado/Pós-Doutorado.	3,620
	Ocupação	Assalariado com carteira de trabalho assinada.	2,918
		Assalariado sem carteira de trabalho	2,816
		Funcionário Público.	3,297
		Autônomo regular.	3,287
		Empresário.	3,010
		Free-lance/Bico.	2,013
		Dona de casa.	2,365
		Só aposentado.	2,856
		Só estudante.	2,580
		Desempregado (à procura de emprego).	2,532
		Desempregado (não procura emprego).	2,137
		Outra.	2,844
		Renda Familiar	Até R\$1.600,00
	De 1.600,01 à 3.275,00		2,846
	De 3.275,01 à 5.000,00		2,999
	Acima de 5.000,00		3,752

Fonte: Resultados da pesquisa (2017).

Apêndice 07– Teste *Post-Hoc HDS* de *Tukey/Games-Howell*, diferença de média e significância para cada nível de ocupação e renda que apresentaram diferença significativa no fator Comportamento Financeiro

Variáveis		Diferença de média	Sig.	
Estado Civil ²	Casado(a)	Separado(a)	0,601	0,008
Ocupação ¹	Funcionário Público	Free-lance/Bico	1,284	0,004
		Dona de Casa	0,932	0,029
	Autônomo regular	Free-lance/Bico	1,274	0,004
		Dona de Casa	0,921	0,027
Renda ¹	De R\$1.600,01 à R\$3.275,00	Até R\$1.600,00	0,401	0,018
	De R\$3.275,01 à R\$5.000,00	Até R\$1.600,00	0,555	0,001
	Acima de R\$ 5.000,00	Até R\$1.600,00	1,307	0,000
		De R\$1.600,01 à R\$3.275,00	0,906	0,000
		De R\$3.275,01 à R\$5.000,00	0,752	0,001

Fonte: Resultados da pesquisa (2017).

¹ Teste *Post-Hoc HDS* de *Tukey*

² Teste *Post-Hoc* de *Games-Howell*

Apêndice 08- Médias dos grupos com diferença no fator Conhecimento Financeiro

Fator	Variáveis	Grupos	Média
CONHECIMENTO FINANCEIRO	Faixa de Financiamento	Faixa 1	3,741
		Faixas 2 e 3	5,220
	Gênero	Masculino	5,408
		Feminino	4,462
	Idade	Até 29 anos	4,952
		De 30 à 36 anos	5,431
		De 37 à 48 anos	4,725
		Acima de 48 anos	3,875
	Estado Civil	Casado(a)	4,971
		Solteiro(a)	4,688
		Viúvo(a)	3,417
		Separado(a)	4,225
	Escolaridade	Nunca estudei.	2,857
		Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série.	2,696
		Ensino Fundamental de 5ª a 9ª série.	3,905
		Ensino Médio.	4,973
		Curso Técnico.	5,290
		Faculdade (Ensino Superior).	5,851
		Especialização ou MBA.	5,826
		Mestrado/Doutorado/Pós-Doutorado.	5,786
	Ocupação	Assalariado com carteira de trabalho assinada.	5,039
		Assalariado sem carteira de trabalho	4,250
		Funcionário Público.	5,636
		Autônomo regular.	5,066
		Empresário.	6,800
		Free-lance/Bico.	3,500
		Dona de casa.	3,829
		Só aposentado.	3,659
		Só estudante.	4,833
		Desempregado (à procura de emprego).	3,826
		Desempregado (não procura emprego).	4,833
		Outra.	3,600
		Renda Familiar	Até R\$1.600,00
	De 1.600,01 à 3.275,00		4,730
	De 3.275,01 à 5.000,00		5,170
	Acima de 5.000,00		6,429

Fonte: Resultados da pesquisa (2017).

¹ Teste *Post-Hoc* HDS de Tukey.

² Teste *Post-Hoc* de Games-Howell.

Apêndice 9– Teste *Post-Hoc HDS* de *Tukey/Games-Howell*, diferença de média e significância para idade, estado civil, escolaridade, ocupação e renda que apresentaram diferença significativa do fator Conhecimento Financeiro

Variáveis		Diferença de média	Sig.	
Idade ²	Até 29 anos	Acima de 48 anos	0,324	0,038
	De 30 à 36 anos	De 37 à 48 anos	0,705	0,009
		Acima de 48 anos	1,556	0,000
	De 37 à 48 anos	Acima de 48 anos	0,850	0,010
Estado Civil ¹	Casado(a)	Viúvo(a)	1,555	0,003
	Solteiro(a)	Viúvo(a)	1,272	0,031
Escolaridade ¹	Ensino Fundamental 5 ^a à 9 ^a	Ensino Fundamental 1 ^a à 4 ^a	1,210	0,003
		Ensino Fundamental 5 ^a ao 9 ^o	2,277	0,000
	Curso Técnico	Nunca estudei	1,067	0,001
		Ensino Fundamental 1 ^a à 4 ^a	2,432	0,035
		Ensino Fundamental 5 ^a ao 9 ^o	2,594	0,000
	Faculdade	Ensino Fundamental 5 ^a ao 9 ^o	1,384	0,006
		Nunca estudei	2,994	0,001
		Ensino Fundamental 1 ^a à 4 ^a	3,155	0,000
		Ensino Fundamental 5 ^a ao 9 ^o	1,945	0,000
	Especialização MBA	Ensino Médio	0,878	0,001
		Nunca estudei	2,969	0,006
		Ensino Fundamental 1 ^a à 4 ^a	3,130	0,000
	Mestrado/Doutorado/Pós-Doutorado	Ensino Fundamental 5 ^a ao 9 ^o ano	1,921	0,001
		Nunca estudei	2,929	0,017
		Ensino Fundamental 1 ^a à 4 ^a	3,090	0,000
	Ocupação ²	Assalariado com carteira de trabalho assinada	Ensino Fundamental 5 ^a ao 9 ^o	1,880
Só aposentado.			1,380	0,006
Funcionário Público		Assalariado com carteira de trabalho assinada.	1,761	0,003
		Dona de casa.	1,808	0,004
		Só aposentado.	1,977	0,000
Autônomo regular		Outra.	2,036	0,031
		Só aposentado.	1,406	0,023
		Assalariado com carteira de trabalho assinada.	1,761	0,003
		Autônomo regular.	1,734	0,007
		Free-lance/Bico.	3,300	0,002
	Dona de casa.	2,971	0,000	
	Só aposentado.	3,141	0,000	
Empresário	Desempregado (à procura de emprego).	2,974	0,001	
	Outra.	3,200	0,000	
	Outra.	3,200	0,000	
Renda ²	De 1.600,01 à 3.275,00	Até R\$1.600,00	1,079	0,000
	De 3.275,01 à 5.000,00	Até R\$1.600,00	1,520	0,000
	Acima de 5.000,00	Até R\$1.600,00	2,778	0,000
		De R\$1.600,01 à R\$3.275,00	1,699	0,000
		De R\$3.275,01 à R\$5.000,00	1,259	0,000

Fonte: Resultados da pesquisa (2017).

¹ Teste *Post-Hoc HDS* de *Tukey*.

² Teste *Post-Hoc* de *Games-Howell*.

Apêndice 10- Médias dos grupos com diferença no fator Atitude ao Endividamento

Fator	Variáveis	Grupos	Média
ATTITUDE AO ENDIVIDAMENTO	Renda Familiar	Até R\$1.600,00	2,355
		De 1.600,01 à 3.275,00	2,394
		De 3.275,01 à 5.000,00	2,442
		Acima de 5.000,00	2,041

Fonte: Resultados da pesquisa (2017).

Apêndice 11– Teste *Post-Hoc HDS* de *Games-Howell*, diferença de média e significância para cada nível de renda que apresentou diferença significativa do fator Atitude ao Endividamento

Variáveis		Diferença de média	Sig.
Renda	De R\$1.600,01 à R\$3.275,00	0,352	0,049
	De R\$3.275,01 à R\$5.000,00	0,401	0,027

Fonte: Resultados da pesquisa (2017).

Apêndice 12- Médias dos grupos com diferença no fator Bem-estar Financeiro

Fator	Variáveis	Grupos	Média
BEM-ESTAR FINANCEIRO	Faixa de Financiamento	Faixa 1	16,892
		Faixas 2 e 3	23,870
	Gênero	Masculino	24,332
		Feminino	20,473
	Dependentes	Não possui	24,046
		Possui	19,721
	Idade	Até 29 anos	23,418
		De 30 à 36 anos	21,546
		De 37 à 48 anos	21,275
		Acima de 48 anos	20,614
	Estado Civil	Casado(a)	22,595
		Solteiro(a)	20,691
		Viúvo(a)	20,583
		Separado(a)	19,500
	Escolaridade	Nunca estudei.	15,429
		Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série.	17,159
		Ensino Fundamental de 5ª a 9ª série.	18,027
		Ensino Médio.	21,692
		Curso Técnico.	23,342
		Faculdade (Ensino Superior).	25,628
		Especialização ou MBA.	24,174
		Mestrado/Doutorado/Pós-Doutorado.	26,500
	Ocupação	Assalariado com carteira de trabalho assinada.	22,745
		Assalariado sem carteira de trabalho	20,375
		Funcionário Público.	24,655
		Autônomo regular.	24,170
		Empresário.	24,067
		Free-lance/Bico.	15,000
		Dona de casa.	17,429
		Só aposentado.	21,886
		Só estudante.	19,500
		Desempregado (à procura de emprego).	17,409
		Desempregado (não procura emprego).	15,250
Outra.		17,292	
Renda Familiar		Até R\$1.600,00	16,107
	De 1.600,01 à 3.275,00	21,200	
	De 3.275,01 à 5.000,00	24,343	
	Acima de 5.000,00	29,929	

Fonte: Resultados da pesquisa (2017).

Apêndice 13- Teste *Post-Hoc HDS* de *Tukey/Games-Howell*, diferença de média e significância para cada nível de idade, escolaridade, ocupação e renda que apresentaram diferença significativa do fator Bem-estar Financeiro

Variáveis		Diferença de média	Sig.	
Idade ¹	Até 29 anos	Acima de 48 anos	2,804	0,040
Escolaridade ²	Ensino Médio	Ensino Fundamental 1 ^a à 4 ^a	4,532	0,002
		Ensino Fundamental 5 ^a ao 9 ^o ano	6,183	0,002
	Curso Técnico	Ensino Fundamental 1 ^a à 4 ^a	5,315	0,034
		Ensino Fundamental 5 ^a ao 9 ^o ano	8,469	0,000
		Ensino Médio	7,601	0,000
	Faculdade	Ensino Fundamental 1 ^a à 4 ^a	3,937	0,000
		Ensino Fundamental 5 ^a ao 9 ^o ano	9,341	0,009
	Mestrado/Doutorado/Pós-Doutorado	Ensino Fundamental 1 ^a à 4 ^a	8,473	0,024
Ensino Fundamental 5 ^a ao 9 ^o ano				
Ocupação ¹	Assalariado com carteira de trabalho assinada	Free-lance/Bico.	7,745	0,004
		Dona de casa.	5,316	0,023
	Funcionário Público	Free-lance/Bico.	9,654	0,001
		Dona de casa.	7,226	0,004
		Desempregado (à procura de emprego).	7,245	0,031
		Desempregado (não procura emprego).	9,404	0,023
	Autônomo Regular	Outra	7,363	0,018
		Free-lance/Bico.	9,170	0,002
		Dona de casa.	6,741	0,010
	Renda ²	De R\$1.600,01 à R\$3.275,00	Outra	6,878
Até R\$1.600,00			5,093	0,000
De 3.275,01 à 5.000,00		Até R\$1.600,00	8,235	0,000
		De R\$1.600,01 à R\$3.275,00	3,143	0,001
		Até R\$1.600,00	13,821	0,000
Acima de 5.000,00		De R\$1.600,01 à R\$3.275,00	8,729	0,000
	De R\$3.275,01 à R\$5.000,00	5,586	0,000	

Fonte: Resultados da pesquisa (2017).

¹ Teste *Post-Hoc HDS* de *Tukey*.

² Teste *Post-Hoc* de *Games-Howell*.

Apêndice 14- Médias dos grupos com diferença no fator Satisfação com a Vida

Fator	Variáveis	Grupos	Média
SATISFAÇÃO COM A VIDA	Faixa de Financiamento	Faixa 1	3,417
		Faixas 2 e 3	3,742
	Gênero	Masculino	3,783
		Feminino	3,578
	Dependentes	Não possui	3,822
		Possui	3,491
	Idade	Até 29 anos	3,725
		De 30 à 36 anos	3,588
		De 37 à 48 anos	3,508
		Acima de 48 anos	3,775
	Estado Civil	Casado(a)	3,735
		Solteiro(a)	3,393
		Viúvo(a)	4,220
		Separado(a)	3,416
	Ocupação	Assalariado com carteira de trabalho assinada.	3,697
		Assalariado sem carteira de trabalho	3,414
		Funcionário Público.	3,733
		Autônomo regular.	3,735
		Empresário.	3,673
		Free-lance/Bico.	3,246
		Dona de casa.	3,543
		Só aposentado.	3,957
		Só estudante.	3,141
		Desempregado (à procura de emprego).	3,036
		Desempregado (não procura emprego).	3,464
		Outra.	3,455
	Renda Familiar	Até R\$1.600,00	3,407
		De 1.600,01 à 3.275,00	3,686
De 3.275,01 à 5.000,00		3,694	
Acima de 5.000,00		3,918	

Fonte: Resultados da pesquisa (2017).

Apêndice 15– Teste *Post-Hoc HDS* de *Tukey/Games-Howell*, diferença de média e significância para cada nível de estado civil, ocupação e renda que apresentaram diferença significativa do fator Satisfação com a Vida

Variáveis		Diferença de média	Sig.	
Idade ¹	Acima de 48 anos	De 37 a 48 anos	0,267	0,034
	Casado(a)	Solteiro(a)	0,342	0,001
Estado Civil ²	Viúvo(a)	Casado(a)	0,484	0,002
		Solteiro(a)	0,827	0,000
		Separado(a)	0,804	0,000
Ocupação ²	Assalariado com carteira de trabalho assinada	Free-lance/Bico.	0,452	0,022
	Só aposentado.	Free-lance/Bico.	0,711	0,002
		Desempregado (à procura de emprego).	0,921	0,024
Renda ²	De 1.600,01 à 3.275,00	Até R\$1.600,00	0,280	0,027
	De 3.275,01 à 5.000,00	Até R\$1.600,00	0,287	0,031
	Acima de 5.000,00	Até R\$1.600,00	0,512	0,000

Fonte: Resultados da pesquisa (2017).

¹ Teste *Post-Hoc HDS* de *Tukey*.

² Teste *Post-Hoc* de *Games-Howell*.